

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**EVERTON DA SILVA CAMILLO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA: DIMENSÕES, CRITÉRIOS E  
AÇÕES PARA EFETIVAR A AGENDA 2030 E A PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL DA  
LEITURA**

**MARÍLIA  
2022**

EVERTON DA SILVA CAMILLO

Políticas públicas do livro e leitura: dimensões, critérios e ações para efetivar a Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus Marília, como requisito para obter o título de Doutor em Ciência da Informação.

**Área de Concentração:** Informação, Tecnologia e Conhecimento.

**Linha de Pesquisa:** Gestão, Mediação e Uso da Informação.

**Orientador:** Prof. Dr. Claudio Marcondes de Castro Filho.

**Financiamento parcial:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Marília

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Elaborada pelo bibliotecário Everton da Silva Camillo – CRB ES 000962/O

Camillo, Everton da Silva

C183c Políticas públicas do livro e leitura: dimensões, critérios e ações para efetivar a Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura / Everton da Silva Camillo. – Marília, 2022.

354 p. : il.

Orientador: Claudio Marcondes de Castro Filho.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2022.

Bibliografia: f. 223-240.

1. Políticas públicas do livro e leitura. 2. Promoção sustentável da leitura. 3. Objetivo de desenvolvimento sustentável. 4. Educação de qualidade. 5. Sustentabilidade.  
I. Título.

CDD: 028

Políticas públicas do livro e leitura: dimensões, critérios e ações para efetivar a  
Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura

Tese de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Ciência  
da Informação da Universidade Estadual  
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus  
Marília, como requisito para obter o título  
de Doutor em Ciência da Informação.

Marília, 24 de agosto de 2022.

**Banca examinadora:**

---

**Prof. Dr. Claudio Marcondes de Castro Filho (Orientador)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – *Campus* Marília

---

**Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Membro titular interno)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – *Campus* Marília

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Valéria Martin Valls (Membro titular externo)**

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)

---

**Prof. Dr. Eduardo Valadares da Silva (Membro titular externo)**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ieda Pelógia Martins Damian (Membro titular interno)**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – *Campus* Marília

Marília, 24 de agosto de 2022.

## AGRADECIMENTOS

O término de uma pesquisa como esta me provoca a refletir sobre a minha trajetória. Falo de um caminho longo, iniciado ainda em 2014, quando comecei os estudos no curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação na Universidade de São Paulo (USP) em Ribeirão Preto.

De lá para cá, houve muito o que comemorar. Tantas histórias motivadoras, experiências encantadoras, encontros inesquecíveis, diálogos “convidáveis” e contribuições palatáveis. Porém, também surgiram as rotinas esgotantes, os momentos delirantes e os desafios da escrita mui, mas mui constantes.

Bom, a tentativa aqui não é a de demonstrar os meus altos e baixos da pesquisa científica numa malsucedida tentativa poética. Ao contrário, tento compartilhar no embalo das rimas que, nessa montanha-russa acadêmica, eu obtive apoio. Muito apoio. Ser ouvido, compreendido, respeitado e encorajado pelas pessoas com quem de modo feliz convivi durante anos de iniciação na ciência e sobretudo agora, no doutorado, faz-me enfatizar que não, não é possível findar esta etapa sem estender agradecimentos a quem contribuiu diretamente para que eu tivesse condições de concluir algo tão grande e significativo à minha vida.

Assim, agradeço:

À Deus, ou Àquele Ser, ou ainda ao Universo. Enfim... não sei bem como denominá-lo. Aqui, vou me referir a Ele como Deus. O que sei é que a minha vida tem sido um percurso de tentativas, e vemos como a natureza, da qual faço parte e de cujos animais e outros seres que nela habitam nunca lhes foi ensinado a serem como são, tentam dia após dia, na caça e na sobrevivência. Ou seja, seres da fauna, flora e de outros reinos também tentam; alguns resistem, outros não. Assim, entendo ser um pouco desafiante imaginar tentar na vida sem ser amparado por um ator, agente, ser, energia ou força invisível que nos ajuda a prosseguir, que dá aquele empurrão amigo, metafísico. Sou natureza, nela estou e com ela ajo. Então acho plausível registrar este agradecimento, uma vez que esta pesquisa, em sua temática, demonstra a importância para com o entorno habitável, crendo que a sua manutenção e preservação é o que nos mantém vivos até o presente tempo. O entorno é o Universo.

Aos meus pais, Luis e Cacilda, que desde 2014 apostaram que estudar dá certo e que eu poderia, mesmo com os tropeços inescapáveis do percurso, colher bons frutos de uma decisão tão importante na vida que é a de estudar. Que apoio! Que amor! Eu os amo e lhes devo muito, simplesmente por terem sonhado comigo.

Ao professor Claudio Marcondes de Castro Filho, que desde 2015 estendeu suas mãos para essa caminhada acadêmica. Graduação, mestrado e doutorado. Três grandes momentos da minha vida em que pude contar com quem me ensinou a pensar, problematizar

e estudar as bibliotecas escolares e, mais adiante, as políticas públicas do livro e leitura. Um mestre no assunto e uma pessoa de quem me lembrarei eternamente pelo apoio que sempre me deu. E por acreditar em alguns pensamentos ousados academicamente, que, vez ou outra, deram certo.

À Amadam, *ops!*, à Bruna DANIELE (#piadainterna), por ser uma amiga maravilhosa, quase uma terapeuta. Quantas mensagens trocamos (e temos trocado neste exato momento!) sobre a vida acadêmica. De desabafos a festejos. De alegrias a choros. Este percurso sem a sua companhia não seria o mesmo. Uma parceria riquíssima e fluida na produção de textos científicos. Como demos *match* ao longo da vida. Certamente comemoraremos.

À Mariana Mello, que foi um dos presentes que Marília me deu como amizade. Sempre que nos falamos, lá está ela, com o seu jeito doce, leve e cordial de mostrar uma outra visão de mundo. Uma pessoa com quem aprendi, aprendo e aprenderei cada vez mais sobre a vida, sobre o que não conheço e sobre o que é possível conhecer. Assim como a Bruna, a Mari também é uma parceira acadêmica produtiva, criativa, questionadora. Bom senso, sensatez e criticidade nunca lhe faltaram. Quero ser assim quando eu crescer.

Agora, aos queridos professores doutores, os mestres em quem me espelho e com quem convivi entre mestrado e doutorado; eles que sempre estiveram prontos a ensinar, a ajudar e a partilhar; nunca economizaram em ser competentes a ponto de contribuir de um tal modo que deixa em nós, discentes do PPGCI-UNESP, a vontade de segui-los e ser como são profissionalmente. Falo destes queridos: Professor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior; Professora Marta Lígia Pomim Valentim; Professora Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitorino; Professora Ieda Pelógia Martins Damian; Professora Rosângela Formentini Caldas; Professora Deise Maria Antonio Sabbag.

Por fim, um agradecimento em especial aos membros titulares e suplentes da banca de defesa, por terem aceitado o convite para participarem deste momento com suas contribuições oportunas à pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa consistiu em apresentar ações que contribuam para efetivar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, denominado Educação de Qualidade, da Agenda 2030 por meio das políticas públicas do livro e leitura latino-americanas. Para tanto, determinou-se o eixo temático em que a pesquisa se assenta; introduziu-se um conceito inicial para o termo políticas públicas do livro e leitura; formulou-se critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura; demonstrou-se implicações dos critérios nas metas do ODS 4 da Agenda 2030; definiu-se a promoção sustentável da leitura. Desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva, documental e de natureza quali-quantitativa. Aplicou-se a técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo aos dados coletados. Testou-se as hipóteses da pesquisa por meio do teste qui-quadrado e realizou-se uma análise de correlação dos dados. Os dados quantitativos da pesquisa demonstram que é provável que mais de 80% das políticas públicas analisadas têm conteúdo que não se alinha ao que é proposto pelo ODS 4 da Agenda 2030. Assim, considerou-se que o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina não se vincula às metas desse ODS ao percentual mínimo de 50%. Por outro lado, os dados qualitativos revelam conteúdos oportunos que podem ser levados em conta para estabelecer ações que contribuam para que as políticas públicas do livro e leitura dos países da América Latina cooperem na efetivação do ODS 4. O termo “biblioteca” esteve sub-representado no conjunto de 3.306 formas únicas de palavras das 150 unidades de registro (URs) da pesquisa. O termo em maior evidência foi o “leitura”. Foi proposto um conjunto de ações que podem cooperar na efetivação do ODS 4 da Agenda 2030 e na promoção sustentável da leitura. Assim, a pesquisa é encerrada com duas hipóteses: a) a educação de qualidade e a promoção sustentável da leitura podem ser implementadas no meio social caso o conjunto de ações propostas sejam desenvolvidas nos diferentes níveis de governo (municipal; estadual; federal); b) as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas não necessariamente consideram as bibliotecas para promover a leitura, sequer a abordagem sustentável de promoção da leitura. A pesquisa conclui que as políticas públicas do livro e leitura são instrumentos políticos viáveis para garantir o acesso à educação de qualidade e à promoção sustentável da leitura, quanto mais ao se desenvolver ações oportunas nos vulneráveis contextos sociais latino-americanos em que o ODS 4 da Agenda 2030 deve ser mais bem implementado para efetivar mudanças concretas.

**Palavras-chave:** Políticas públicas do livro e leitura. Promoção sustentável da leitura. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Educação de qualidade. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

The study is aimed at highlighting initiatives that, through Latin American public policies for books and reading promotion, help realize Sustainable Development Goal (SDG) 4 of quality education, of the 2030 Agenda. To achieve this, the thematic axis on which the research is based was established; a preliminary definition of the term “public policies for books and reading promotion” was presented; sustainable development criteria were developed for public policies for books and reading promotion; the implications of the criteria for SDG 4 of the 2030 Agenda were illustrated; and the sustainable reading promotion was defined. A descriptive, exploratory, documentary, and qualitative-quantitative study was conducted. The gathered information underwent categorical analysis using the Content Analysis research methodology. The chi-square test was used to assess the study hypotheses, and the data was then analyzed for correlation. According to the quantitative survey results, it is likely that more than 80% of the public policies examined had content that is at odds with the recommendations made by SDG 4 of the 2030 Agenda. Therefore, it was determined that the substance of public policies for books and reading promotion in countries in the Latin American Region is not at least 50% linked to the objectives of this SDG. The countries in the Latin American Region can work together to accomplish SDG 4 by establishing activities that support public policies for books and reading promotion in their respective regions. On the other hand, qualitative data reveal timely content that can be considered to establish actions that contribute to public policies for the books and reading promotion to cooperate in implementing SDG 4. The term “library” was underrepresented in the set of 3,306 unique word forms from the 150 coding units. The most common term is “reading”. A set of actions was proposed that can collaborate in the realization of SDG 4 of the 2030 Agenda and in the sustainable promotion of reading. Thus, the research concludes with two hypotheses: a) quality education and the sustainable promotion of reading can be implemented in the social environment if the set of proposed actions is developed at different levels of government (municipal, state, federal); and b) Latin-American public policies for the books and reading promotion do not necessarily consider libraries to promote reading, in particular the sustainable approach to promoting reading. The study concludes that public policies for the books and reading promotion are viable political instruments to guarantee access to quality education and the sustainable promotion of reading, especially when developing timely actions in the vulnerable Latin American social contexts in which SDG 4 of the 2030 Agenda must be better implemented to achieve concrete changes.

**Keywords:** Public policies for books and reading promotion. Sustainable reading promotion. Sustainable development goal. Quality education. Sustainability.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b>	Origem, nome e código das políticas públicas analisadas.....	122
<b>Quadro 2.</b>	Sistema de categorias da pesquisa.....	126
<b>Quadro 3.</b>	Unidades de registro por documento do <i>corpus</i> .....	131
<b>Quadro 4.</b>	Condição da $H_0$ nos PNLLs analisados.....	204
<b>Quadro 5.</b>	Ações nas categorias elaboradas ao longo da análise de conteúdo	205
<b>Quadro 6.</b>	Ações para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura.....	210

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>ARG1</sub>	136
<b>Gráfico 2.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>ARG2</sub>	140
<b>Gráfico 3.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>BRA</sub>	145
<b>Gráfico 4.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>CHL1</sub>	149
<b>Gráfico 5.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>CHL2</sub>	152
<b>Gráfico 6.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>COL</sub>	154
<b>Gráfico 7.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>SLV</sub>	157
<b>Gráfico 8.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>EQD</sub>	160
<b>Gráfico 9.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>HND</sub>	162
<b>Gráfico 10.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>NCR</sub>	164
<b>Gráfico 11.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>PNM1</sub>	166
<b>Gráfico 12.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>PNM2</sub>	169
<b>Gráfico 13.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>RPD</sub>	172
<b>Gráfico 14.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>URG</sub>	175
<b>Gráfico 15.</b>	Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL <sub>VNZ</sub>	177
<b>Gráfico 16.</b>	Análise I: Correlações entre o total de objetivos dos PNLL e o quantitativo dos objetivos convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.....	179
<b>Gráfico 17.</b>	Análise II: Correlações entre o total de objetivos dos PNLL e o quantitativo dos objetivos não convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.....	181
<b>Gráfico 18.</b>	URs por categorias relacionadas e não relacionadas ao ODS 4.....	182

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>ARG1</sub> .....	135
<b>Tabela 2.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>ARG2</sub> .....	139
<b>Tabela 3.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>BRA</sub> .....	144
<b>Tabela 4.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>CHL1</sub> .....	148
<b>Tabela 5.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>CHL2</sub> .....	152
<b>Tabela 6.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>COL</sub> .....	154
<b>Tabela 7.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>SLV</sub> .....	157
<b>Tabela 8.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>EQD</sub> .....	159
<b>Tabela 9.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>HND</sub> .....	161
<b>Tabela 10.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>NCR</sub> .....	163
<b>Tabela 11.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>PNM1</sub> .....	165
<b>Tabela 12.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>PNM2</sub> .....	169
<b>Tabela 13.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>RPD</sub> .....	171
<b>Tabela 14.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>URG</sub> .....	174
<b>Tabela 15.</b>	Valor da estatística do teste para o PNLL <sub>VNZ</sub> .....	176

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b>	Os 17 ODSs da Agenda 2030.....	18
<b>Figura 2.</b>	Sequência lógica da tese.....	24
<b>Figura 3.</b>	Representação do protocolo de RSL.....	32
<b>Figura 4.</b>	Linha do tempo das pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil (2000-2020).....	46
<b>Figura 5.</b>	Enquadramento temático da pesquisa doutoral.....	53
<b>Figura 6.</b>	Metas de políticas públicas do livro e leitura.....	72
<b>Figura 7.</b>	Dimensões do desenvolvimento sustentável.....	79
<b>Figura 8.</b>	Dimensões e pilares do desenvolvimento sustentável.....	81
<b>Figura 9.</b>	Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura.....	93
<b>Figura 10.</b>	Confluências das metas de políticas públicas do livro e leitura com os “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”.....	96
<b>Figura 11.</b>	Os 8 ODMs da ONU.....	101
<b>Figura 12.</b>	Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura e suas inter-relações.....	107
<b>Figura 13.</b>	Fórmula do qui-quadrado.....	130
<b>Figura 14.</b>	Padrões de dispersão dos dados em diagramas de dispersão.....	133
<b>Figura 15.</b>	Nuvem de palavras da CTG-01.....	184
<b>Figura 16.</b>	Nuvem de palavras da CTG-02.....	185
<b>Figura 17.</b>	Nuvem de palavras da CTG-06.....	186
<b>Figura 18.</b>	Nuvem de palavras da CTG-09.....	187
<b>Figura 19.</b>	Nuvem de palavras da CTG-10.....	188
<b>Figura 20.</b>	Nuvem de palavras da CTG-11.....	190
<b>Figura 21.</b>	Nuvem de palavras da CTG-12.....	191
<b>Figura 22.</b>	Nuvem de palavras da CTG-13.....	192
<b>Figura 23.</b>	Nuvem de palavras da CTG-14.....	193
<b>Figura 24.</b>	Nuvem de palavras da CTG-15.....	194
<b>Figura 25.</b>	Nuvem de palavras da CTG-16.....	195
<b>Figura 26.</b>	Nuvem de palavras da CTG-17.....	196
<b>Figura 27.</b>	Nuvem de palavras da CTG-18.....	197
<b>Figura 28.</b>	Nuvem de palavras da CTG-19.....	198
<b>Figura 29.</b>	Nuvem de palavras da CTG-20.....	199
<b>Figura 30.</b>	Nuvem de palavras da CTG-21.....	200
<b>Figura 31.</b>	Nuvem de palavras da CTG-22.....	201
<b>Figura 32.</b>	Nuvem de palavras da CTG-23.....	202
<b>Figura 33.</b>	Nuvem de palavras da CTG-24.....	203
<b>Figura 34.</b>	Nuvem de palavras do conteúdo das 150 URs da pesquisa.....	216

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ALB</b>	Associação de Leitura no Brasil
<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>BRAPCI</b>	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
<b>CBL</b>	Câmara Brasileira do Livro
<b>CEPAL</b>	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
<b>CERLALC</b>	Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe
<b>CH<sub>4</sub></b>	Metano
<b>CO<sub>2</sub></b>	Dióxido de carbono
<b>CODS</b>	Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe
<b>COLE</b>	Congresso de Leitura do Brasil
<b>CTG</b>	Categoria
<b>DF</b>	Degree of freedom
<b>E<sub>i</sub></b>	Frequência esperada
<b>ENANCIB</b>	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia
<b>FIPE</b>	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
<b>FNLIJ</b>	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
<b>GEE</b>	Gases do efeito estufa
<b>H<sub>0</sub></b>	Hipótese nula
<b>H<sub>1</sub></b>	Hipótese alternativa
<b>IND</b>	Indicador
<b>LISA</b>	Library and Information Science Abstracts
<b>MEC</b>	Ministério da Educação
<b>N<sub>2</sub>O</b>	Óxido nitroso
<b>OCDE</b>	Organisation for Economic Co-operation and Development
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>O<sub>i</sub></b>	Frequência observada
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PPGCI</b>	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
<b>PISA</b>	Programme for International Student Assessment
<b>PMLLLB</b>	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo
<b>PNBE</b>	Programa Nacional Biblioteca da Escola
<b>PNLE</b>	Política Nacional de Leitura e Escrita
<b>PNLD</b>	Programa Nacional do Livro Didático
<b>PNL</b>	Plano Nacional de Leitura de Portugal
<b>PNLL</b>	Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil
<b>PNLL</b>	Plano nacional do livro e leitura
<b>PNLL<sub>ARG1</sub></b>	Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura
<b>PNLL<sub>ARG2</sub></b>	Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros
<b>PNLL<sub>BRA</sub></b>	Plano Nacional do Livro e Leitura
<b>PNLL<sub>CHL1</sub></b>	Plan Lectura “Leo Primero”
<b>PNLL<sub>CHL2</sub></b>	Plan Nacional de la Lectura 2015-2020
<b>PNLL<sub>COL</sub></b>	Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media
<b>PNLL<sub>EQD</sub></b>	Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”
<b>PNLL<sub>HND</sub></b>	Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”
<b>PNLL<sub>NCR</sub></b>	Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua
<b>PNLL<sub>PNM1</sub></b>	Plan Nacional de Lectura en Panamá

<b>PNLL<sub>PNM2</sub></b>	Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura
<b>PNLL<sub>RPD</sub></b>	Plan Nacional de Libro y la Lectura
<b>PNLL<sub>SLV</sub></b>	Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”
<b>PNLL<sub>URG</sub></b>	Plan Nacional de Lectura
<b>PNLL<sub>VNZ</sub></b>	Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025
<b>PROLER</b>	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
<b>RSL</b>	Revisão Sistemática da Literatura
<b>SNEL</b>	Sindicato Nacional dos Editores de Livros
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TIC</b>	Tecnologias da Informação e da Comunicação
<b>UC</b>	Unidade de contexto
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
<b>UR</b>	Unidade de registro
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	17
2 EIXOS TEMÁTICOS NA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL (2000-2020).....	26
2.1 Delineamento da revisão sistemática da literatura: problema e objetivo .....	26
2.2 Metodologia da revisão .....	29
2.3 Descrição do conteúdo dos eixos temáticos .....	34
2.4 Síntese da revisão .....	47
2.5 Constatações.....	51
3 POR UM CONCEITO INICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA .....	55
3.1 Conceitos e noções de políticas públicas e problemas públicos.....	55
3.2 Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto e amparado em documentos latino-americanos .....	67
4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA: A EMERGÊNCIA DE CRITÉRIOS ENTRE DOIS DOMÍNIOS .....	75
4.1 Dimensões e pilares do desenvolvimento sustentável.....	75
4.2 Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura .....	83
5 PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL DA LEITURA: UMA POSSÍVEL COMPREENSÃO PARA O ATUAL CONTEXTO SOCIAL.....	99
5.1 Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.....	99
5.2 Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura ..	103
5.3 Promoção sustentável da leitura .....	111
6 METODOLOGIA.....	120
6.1 Características da pesquisa e objeto de estudo.....	120
6.2 Análise de Conteúdo .....	123
6.3 Teste de hipótese .....	128
6.4 Análise de correlação de dados .....	131
7 DADOS DA PESQUISA: TESTES DE HIPÓTESE E ANÁLISES CATEGORIAL E DE CORRELAÇÃO DOS DADOS.....	135
7.1 Descrição dos dados da pesquisa.....	135
7.1.1 PNLL <sub>ARG1</sub> .....	135
7.1.2 PNLL <sub>ARG2</sub> .....	139
7.1.3 PNLL <sub>BRA</sub> .....	144
7.1.4 PNLL <sub>CHL1</sub> .....	148
7.1.5 PNLL <sub>CHL2</sub> .....	151

7.1.6 PNLL <sub>COL</sub> .....	153
7.1.7 PNLL <sub>SLV</sub> .....	156
7.1.8 PNLL <sub>EQD</sub> .....	159
7.1.9 PNLL <sub>HND</sub> .....	161
7.1.10 PNLL <sub>NCR</sub> .....	163
7.1.11 PNLL <sub>PNM1</sub> .....	165
7.1.12 PNLL <sub>PNM2</sub> .....	168
7.1.13 PNLL <sub>RPD</sub> .....	171
7.1.14 PNLL <sub>URG</sub> .....	174
7.1.15 PNLL <sub>VNZ</sub> .....	176
7.1.16 Análise de correlação dos dados.....	179
7.2 Interpretação dos dados da pesquisa.....	181
7.2.1 Categorias convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.....	183
7.2.2 Categorias não convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.....	189
7.3 Consolidação da interpretação dos dados.....	203
7.4 Ações para contribuir na efetivação do ODS 4 da Agenda 2030 e na promoção sustentável da leitura: incremento para políticas públicas do livro e leitura latino-americanas .....	207
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	223
APÊNDICES.....	241

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) têm difundido na literatura especializada em Ciência da Informação resultados de investigações que apresentam aproximações e alinhamentos entre políticas públicas do livro e leitura e a área de Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup>. Trata-se de pesquisas seminais cujo tema se refere, concomitantemente, às políticas públicas do livro e leitura e ao desenvolvimento sustentável defendido pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da sua política de nível planetário chamada Agenda 2030<sup>2</sup>.

Essa política, pensada na forma de agenda, constitui um programa que foi firmado entre os vários chefes de estado no decorrer de uma conferência de cúpula da ONU realizada em Nova York, nos Estados Unidos, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015 (BARBIERI, 2020). Ela pode ser concebida como uma macropolítica de cunho multilateral, aplicável a todos os países do mundo, a fim de que consigam promover o desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, assegurar a sustentabilidade na sociedade nos anos porvir.

Vale lembrar ao leitor que a Agenda 2030 contém 17 objetivos que visam ao desenvolvimento sustentável, a serem implementados em harmonia com o meio ambiente, a economia do país e as pessoas. Baseado nessa acepção integradora de progresso, os 17 objetivos foram nomeados de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cuja difusão entre os países é significativamente ampla.

Vistos na Figura 1, logo a seguir, os ODSs atuam, cada um, num nicho específico da sociedade. Ora eles enfocam o meio ambiente, ora as instituições, ora as pessoas, mas, necessariamente, apresentam interlocuções que os unem. É apenas por meio da aplicação fundamentalmente conjunta de todos eles, baseada

---

<sup>1</sup> A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), ao atender ao chamado da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) para o Programa Internacional de *Advocacy* (IAP), tem trabalhado nacionalmente junto dos profissionais da informação para efetivarem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030 no Brasil.

<sup>2</sup> Embora a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) constitua um conjunto de medidas destinadas à obtenção da sustentabilidade no planeta por meio de práticas de desenvolvimento sustentável nos países, este estudo a percebe como um produto dos anseios dos países desenvolvidos e dominantes no cenário político-econômico mundial. Mesmo que o estudo se valha das metas da Agenda 2030 como elementos fundamentais para delinear o problema da pesquisa, sobretudo as metas referentes à educação de qualidade (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4), compreende-se que a Agenda configura uma reunião de ações propostas ao mundo e que são atravessadas por pensamentos hegemônicos, portanto alicerçados principalmente nas conjunturas política, social e econômica de países do Primeiro Mundo, lugar onde há restrito campo de diálogo para as ressalvas próprias dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

numa estreita relação, que as ações de desenvolvimento integral harmonizado nos países podem ser estabelecidas. Isso implica no desenvolvimento e crescimento econômico com os olhos voltados à sustentabilidade, amparados em práticas de cunho socioeconômico ambiental.

**Figura 1 – Os 17 ODSs da Agenda 2030.**



**Fonte:** <https://www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/>.

Apesar da relevância do conjunto dos 17 ODSs, o quarto está mais prontamente relacionado aos intentos deste estudo. Como a sua finalidade na Agenda 2030 consiste em “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021), entende-se que tal acepção se relaciona de modo efetivo com as políticas públicas do livro e leitura, dado que elas visam à educação de qualidade.

Nesta pesquisa, entende-se a educação de qualidade como um ideal que oportuniza que as pessoas tenham acesso à educação formal, desde a idade mais tenra até os seniores, e que possa lhes conferir meios para se incluírem e se integrarem em sociedade nas distintas dimensões e facetas desta. Essa noção também prescreve a equidade ao se educar o sujeito, partindo do pressuposto de que todos têm direito à educação de qualidade, ideia também vista no Artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, [2021]). Por esse motivo, a educação de qualidade deve ser um dos objetos para o desenvolvimento humano ao longo da vida assim como para o desenvolvimento sustentável, dado que

ele antevê a necessidade de práticas educacionais que veiculem, hoje, a compreensão da relação homem-natureza-economia-sociedade para salvaguardar as condições de sobrevivência no futuro – filosofia vista no Artigo 225 também daquele documento (BRASIL, [2021]).

Assim, a educação de qualidade se institucionaliza como um marco para o desenvolvimento socioeconômico alinhado às questões ambientais, relação da qual as políticas públicas de promoção da leitura não estão aquém. Inclusive, reflexões que orbitam esse enredo, de intersecção entre a educação idealizada no âmbito do ODS 4 e as políticas públicas do livro e leitura, podem ser vistas nos estudos de Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b), mencionados no início desta seção.

Em 2019, esses pesquisadores publicaram um estudo cujo resultado demonstrou aderências entre os objetivos de políticas públicas do livro e leitura do Brasil e do Chile e as metas do ODS 4 (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019a). No mesmo período, outro resultado de pesquisa foi divulgado. Desta vez, apresentando as convergências existentes entre a recém sancionada Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), ou Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018, e o mesmo ODS (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b).

Já em 2020, um artigo também publicado por ambos os estudiosos divulgou as confluências existentes entre os objetivos de políticas públicas do livro e leitura de países da América do Sul e as metas do ODS 4 (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a). No mesmo decurso temporal, também, um quarto resultado de pesquisa trouxe à literatura de Ciência da Informação, no Brasil, um conjunto de diretrizes para se elaborar políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas, cuja finalidade é assegurar a educação de qualidade como consta no ODS 4, e especificamente em países sul-americanos (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020b).

Desta maneira, presume-se que nos últimos anos na Ciência da Informação, no país, Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) têm sido propagadores de reflexões acerca das políticas públicas do livro e leitura e suas inter-relações com o ODS 4 da Agenda 2030, cuja delimitação temática é mantida nesta pesquisa doutoral.

Porém, duas das contribuições dos pesquisadores, dentre as já explicitadas, demarcam o início da problemática deste estudo. Elas são estas: a) “Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile” (CAMILLO; CASTRO FILHO,

2019a); b) “Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências?” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b).

Embora o resultado dessas investigações (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019a; CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b) tenham contribuído cientificamente, percebe-se, hoje, que ambos os estudos carecem de maior assertividade, no sentido da “objetividade”, quanto à medida das confluências e divergências entre os elementos verificados. Na verdade, os resultados obtidos por meio dos dois estudos evidenciam a condução de pesquisas de natureza sobretudo qualitativa, cuja possibilidade de verificação de correlações entre as variáveis, partindo do ponto de vista matemático, era praticamente nula. Isso se deveu aos procedimentos metodológicos adotados na ocasião, que pouco possibilitaram reduzir as interferências subjetivas durante a produção da evidência científica. Assim, neste estudo, buscou-se desenvolver uma metodologia condizente com a possibilidade de inferir não apenas quali, mas quantitativamente sobre as inter-relações entre o conteúdo de políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030. Ao se ter isso em vista, esta pesquisa segue na direção de, agora, evidenciar com maior grau de objetividade as relações existentes entre ambos.

Além de recorrer aos estudos de Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b), esta investigação também parte das contribuições do documento *Declaración de Buenos Aires*<sup>3</sup>, publicado em 2017 (OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2017).

É importante esclarecer que a razão para recorrer a esse documento está em que ele consiste na representação de um compromisso firmado em 2017 por ministros da educação de países da América Latina e do Caribe. Trata-se de um registro que expressa o pacto de mais de 170 representantes governamentais de alto nível, junto a outros da ONU e de órgãos regionais e organizações da sociedade civil de 26 países, em favor de uma nova visão da educação até o ano 2030 na América Latina (OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2017). Também consta na *Declaración de Buenos* que para atingir o ODS 4 na Região é preciso aprofundar as mudanças nos países e isso equivale a dizer que é necessário haver novas abordagens dos inúmeros fenômenos, incluindo os dos campos da

---

<sup>3</sup> Tradução livre: “Declaração de Buenos Aires.”.

Educación e das Políticas Públicas (OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2017).

Mediante essas observações, justifica a execução deste estudo a necessidade de demonstrar lacunas em políticas públicas do livro e leitura cuja existência dificulta haver maior grau de integração entre instrumentos políticos dessa natureza e a educação de qualidade como consta no ODS 4. Acredita-se que haver maior nível de conexão entre ambas incorra no aumento das chances de que, até 2030, os países latino-americanos obtenham níveis mais significativos de educação de qualidade.

Esse pressuposto se apoia nos dados divulgados pela *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL) (2018) e pelo *Bertelsmann Stiftung and Sustainable Development Solutions Network* (2019). Entende-se a partir da análise dos dados referentes ao ODS 4 da Agenda 2030, nesses documentos, que países da América Latina e Caribe não têm evoluído de modo satisfatório para atingir percentuais significativos de educação de qualidade. Ao contrário, são percebidos níveis preocupantes de estagnação no desenvolvimento da educação nos países da Região. Camillo (2020a) sugere que isso se deve aos desafios relacionados às estruturas e conjuntura políticas enfraquecidas nos países latino-americanos, que muito interferem no desenvolvimento e efetivação da educação de qualidade nos mais diversos níveis de educação, da Básica à Superior, e às pessoas de ambos os gêneros e das camadas sociais mais relegadas do processo de escolarização.

O último relatório publicado pelo *Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe* (CODS) (2020), instituição que mensura e avalia os avanços em cumprimento dos ODSs da Agenda 2030 nos países latino-americanos, evidenciou que os maiores níveis de consecução dos ODSs em toda a América Latina, medidos em porcentagem, dizem respeito aos seguintes: ODS 13 (Combater as alterações climáticas) (88,8%), ODS 6 (Água e saneamento) (88,1%), ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) (81,8%) e ODS 1 (Erradicar a pobreza) (81,6%), nessa ordem.

Outros ODSs, como o 9 (Inovação e infraestruturas) (25,1%), o 10 (Reduzir as desigualdades) (34,4%) e o 16 (Paz e justiça) (46,1%) não chegaram ao nível de 50% cada, porém o 15 (Ecossistemas terrestres e biodiversidade) (57,5%), o 2 (Acabar com a fome) (52,6%), o 12 (Produção e consumo sustentáveis) (51,2%) e o 14 (Oceanos, mares e recursos marinhos) (50,8%) sim, chegaram. Os demais ODS, por

outro lado, não atingiram  $\frac{3}{4}$  do percentual total. Eles são os seguintes: ODS 5 (Igualdade de gênero) (62%), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento econômico) (62,3%), ODS 4 (Educação de qualidade) (70,7%), ODS 7 (Energias renováveis) (72%), ODS 17 (Parcerias para o desenvolvimento) (74%) e ODS 3 (Vida saudável) (74,4%) (CENTRO DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2020).

Pontualmente sobre o ODS 4, o CODS pormenoriza o seu percentual de alcance na América Latina por meio do seu *Mapbox* interativo. Trata-se de dados referentes ao ano de 2019, período do último levantamento realizado pela instituição. Os índices são os seguintes, em ordem decrescente: Chile (73,68%); Uruguai (71,50%); Costa Rica (69,98%); Equador (67,88%); Argentina (66,94%); Peru (66,81%); Brasil (66,35%); México (65,55%); Colômbia (64,78%); Bolívia (64,77%); Panamá (64,33%); Jamaica (64,16%); República Dominicana (63,93%); Suriname (62,98%); El Salvador (62,72%); Nicarágua (62,57%); Paraguai (62,54%); Trindade e Tobago (60,34%); Venezuela (60,10%); Honduras (58,09%); Guiana (57,62%); Belice (57,42%); Guatemala (55,78%); Haiti (44,58%) (CENTRO DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2020).

Mediante esses dados, pode-se inferir que os países latino-americanos não chegam a obter, cada um,  $\frac{3}{4}$  do percentual total de cumprimento do ODS 4. Ao se calcular o valor médio para a soma do percentual de todos os 24 países mencionados, obteve-se o percentual de 63,14%. Este é, portanto, o valor médio de consecução do ODS 4 nos países da América Latina. Entretanto, há disparidades. Enquanto o Chile obteve percentual de pouco mais de 73% de implementação desse ODS, o Haiti satisfaz ao nível de 44,58% apenas – uma diferença de 29% entre ambos os países. Isso fez com que o Haiti não atingisse, portanto, nem 50% do objetivo de “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

Tendo em vista o desempenho do Haiti na consecução do ODS 4, cuja performance é a menor dentre a dos demais países, levantou-se algumas questões, como estas: Em se tratando das políticas públicas do livro e leitura da maioria dos países da América Latina, é possível que o seu conteúdo se vincule ao do ODS 4 da Agenda 2030? Se sim, isso ocorre a qual percentual? Seria ao mínimo de 50%?

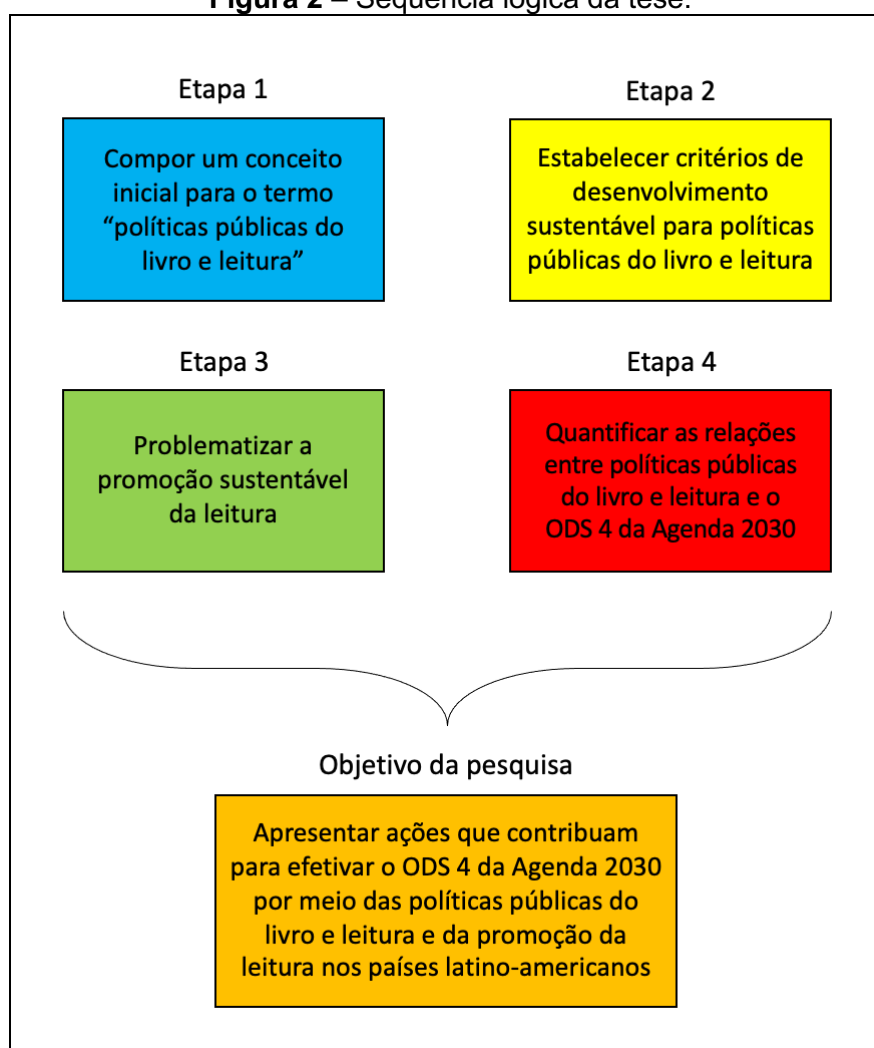
Atento a esses questionamentos, este estudo deve responder a um problema de pesquisa. Traduzido na forma de pergunta, ele corresponde ao seguinte: o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%?

Ao se obter os dados que respondem ao problema, espera-se que as evidências produzidas por meio da pesquisa contribuam para que os países da América Latina consigam, até 2030, níveis mais significativos de educação de qualidade ao considerarem as políticas públicas do livro e leitura para tanto. Tem-se essa expectativa não porque o resultado e as discussões do estudo por si só ofertam a resolução dos problemas um tanto complexos, que em muitas das vezes são estruturais e particulares de cada economia e conjuntura política de país, mas porque evidenciam oportunidades em instrumentos políticos, como as políticas públicas do livro e leitura, onde ações mais assertivas e práticas podem ser inseridas visando à efetivação da educação de qualidade por meio de ações executadas no âmbito dos diferentes níveis de governo, a saber: o municipal; o estadual; o federal.

É com vistas a isso que esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar ações que contribuam para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 por meio das políticas públicas do livro e leitura e da promoção da leitura nos países latino-americanos.

Para atingir esse fim, contudo, objetivos mais específicos foram traçados, como os seguintes: a) compor um conceito inicial para o termo “políticas públicas do livro e leitura”; b) estabelecer critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura; c) problematizar a promoção sustentável da leitura; d) quantificar as relações entre políticas públicas do livro e leitura e o ODS 4 da Agenda 2030. O processo está representado em etapas, que, como demonstra a Figura 2 a seguir, constitui a lógica desta pesquisa.

**Figura 2** – Sequência lógica da tese.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Esta tese foi organizada com a seguinte estrutura: **Introdução**, a qual apresenta o problema da pesquisa, as hipóteses construídas e o objetivo do estudo; **Seção 1** (Eixos temáticos na pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil (2000-2020)), cujo objetivo foi determinar o eixo temático em que esta pesquisa se assenta; **Seção 2** (Por um conceito inicial de políticas públicas do livro e leitura), momento em que foi proposto um conceito inicial, em aberto, para o termo “políticas públicas do livro e leitura”; **Seção 3** (Desenvolvimento sustentável e políticas públicas do livro e leitura: a emergência de critérios entre dois domínios), segmento que norteou a formulação dos “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”; **Seção 4** (Promoção sustentável da leitura: uma possível compreensão para o atual contexto social), a qual teve como objetivo compreender em que consiste a “promoção

sustentável da leitura”; **Metodologia**, que se encarregou de caracterizar a pesquisa, o objeto de estudo, apresentar as análises de conteúdo e de correlação dos dados assim como expor os parâmetros estabelecidos para os testes de hipótese; **Seção de resultado, análise e interpretação**, cuja finalidade foi descrever os dados obtidos e depois analisá-los; Por último: **Considerações finais; Referências; Apêndices**.

Em continuidade, o estudo inicia com a averiguação dos eixos temáticos na pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil entre os anos 2000 e 2020, ação considerada fundamental para compreender onde, tematicamente, os pressupostos produzidos nesta investigação se apoiam.

## **2 EIXOS TEMÁTICOS NA PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO BRASIL (2000-2020)**

Esta seção da pesquisa objetivou determinar o eixo temático onde este estudo doutoral se enquadra. Para que isso fosse executado, empregou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Sendo assim, num primeiro momento, as diferenças entre uma revisão de literatura convencional e uma revisão sistemática de literatura foram estabelecidas, isso ao passo que se delineou o problema de pesquisa concernente à revisão.

Os aspectos metodológicos da revisão foram esquematizados e expostos, valendo-se, ainda, da composição do Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura. Ao longo da síntese de revisão, cinco eixos temáticos foram constatados, sendo que dois deles estiveram em maior evidência. A seção finda com a exposição do enquadramento temático desta pesquisa doutoral e com a constatação da ausência de uma definição para o termo “políticas públicas do livro e leitura” nas pesquisas analisadas no âmbito da RSL.

### **2.1 Delineamento da revisão sistemática da literatura: problema e objetivo**

Revisar o conhecimento científico publicado nas diferentes fontes de informação é uma atividade essencial para a produção de novos conhecimentos por pesquisadores nas distintas áreas de estudo. Essa atividade, comum na academia, é chamada de revisão de literatura, e “[...] compreende todos os trabalhos publicados que oferecem um exame da literatura abrangendo assuntos específicos.” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58). Sendo assim, esse tipo de estudo possibilita construir pesquisas científicas e trabalhos acadêmicos relevantes numa dada área do conhecimento.

Portanto, a revisão de literatura se constitui como um modo de perceber os trabalhos científicos já publicados sobre determinado assunto de uma área específica. Por essa razão, tal atividade oportuniza produzir conhecimentos novos devido à constatação de oportunidades de investigação num determinado campo. Ainda, as revisões ajudam a delimitar temas de pesquisa e apresentar novas linhas de investigação. Também, evitam que pesquisas infrutíferas sejam produzidas e que os

estudiosos de um campo específico não produzam o que já consta em abundância na sua área de estudo.

Porém, há outro ponto crucial neste estudo, que é o de diferenciar revisões de literatura convencionais das revisões sistemáticas da literatura.

Tratada por Galvão e Ricarte (2020) como “revisão de conveniência”, a revisão de literatura convencional é aquela a qual o pesquisador reúne um conjunto de trabalhos científicos obtidos nas mais diversas fontes de informação, com a finalidade de discorrer sobre um assunto, apresentando os possíveis pontos de vista sobre ele, favoráveis ou antagônicos aos defendidos por si.

Entretanto, esses mesmos pesquisadores (GALVÃO; RICARTE, 2020) destacam que a revisão convencional não pressupõe evidenciar os critérios sobre como a revisão foi formulada e conduzida; ou seja, não é esperado que haja nem o registro da sistematização das buscas feitas nas bases de dados nem o registro dos filtros aplicados ao utilizá-las. Portanto, “[...] considerando a falta de explicitação de critérios em sua elaboração, essa modalidade de revisão de literatura possui baixo nível de evidência científica.” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 58). É por esse motivo que suas aplicações são adequadas, por exemplo, à construção de introduções de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), de dissertações de mestrado e de teses de doutorado.

As RSL ou revisões sistemáticas, por outro lado, vão mais além disso. Ramos, Faria e Faria (2014), ao explicarem as diferenças entre essa modalidade e a outra, consideraram que a RSL emprega uma metodologia de pesquisa com rigor científico. Ela se constitui como um processo transparente que objetiva minimizar o enviesamento da literatura, dado que a coleta de dados é feita de modo exaustivo, levando-se em conta fontes de informação e assuntos, ambos, específicos.

Galvão e Ricarte (2020) também inferem nesse sentido. Os estudiosos defendem que a RSL segue protocolos específicos que conferem logicidade ao *corpus* documental recuperado. Mais além, os pesquisadores concordam que esse tipo de revisão enfoca a reprodutibilidade, isto é, devido à sistematização que é própria das RSL, elas possibilitam que seus processos sejam reproduzidos e, por isso, auditados por outros estudiosos, dado o registro de todo o percurso investigativo para concretizar a evidência científica. Deste modo, “[...] a revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, problemas de

pesquisa, metodologia, resultados e conclusão [...]” (GALVÃO; RICARTE, 2020, p. 59). Ela segue algumas etapas básicas que prioriza tanto a sua sistematização quanto a sua logicidade, e suas possíveis aplicações estão direcionadas à tomada de decisão nos contextos público e privado (GALVÃO; RICARTE, 2020).

Depois, elucida-se que a estruturação de uma RSL não obedece a um único método, muitas são as propostas metodológicas para se empreender tal modalidade de revisão. Nesse viés, Brizola e Fantin (2016) discorrem que, apesar disso, há um núcleo comum a ser adotado pelas RSL. Ele “[...] englobaria as etapas das fontes e da busca, da seleção dos estudos, da avaliação da qualidade dos estudos selecionados e a apresentação dos resultados obtidos.” (BRIZOLA; FANTIN, 2016, p. 30).

Anteriormente a Brizola e Fantin (2016), Ramos, Faria e Faria (2014) propuseram um trajeto lógico para se empreender uma RSL. Eles defendem como protocolo para se realizar uma RSL as seguintes etapas: a) objetivo – quando se define o problema; b) equações da pesquisa – quando se emprega expressões ou palavras que se combinam por meio dos operadores booleanos *AND*, *OR* e *NOT*; c) âmbito da pesquisa – quando se define as bases de dados onde as buscas serão realizadas; d) critérios de inclusão – quando se define que o estudo é aceitável num determinado contexto; e) critérios de exclusão – quando se exclui do estudo trabalhos que não obedecem ao que foi definido; f) critérios de validade metodológica – quando se assegura a objetividade da pesquisa; g) resultados – quando se registra todos os passos das buscas feitas; h) tratamento dos dados – quando se filtra e analisa criticamente os resultados obtidos.

É importante que se defina, então, o problema desta investigação. Antes, contudo, é fundamental que se apresente o cenário que direcionou a decisão de realizar esta revisão sistemática. Fala-se de uma conjuntura de baixo índice de produção de estudos sobre políticas públicas do livro e leitura na área da Ciência da Informação no Brasil.

Pesquisadores brasileiros dessa área têm auxiliado no crescimento do campo científico no país ao divulgarem resultados de estudos nas mais variadas áreas e temas. Dentre estes, um que chama a atenção é o de políticas públicas do livro e leitura, que, apesar de constar em pesquisas na Ciência da Informação, necessita ser explorado melhor, pois há uma baixa profusão de publicações até o momento. Assim,

dentre os estudos já concluídos e publicados, desejou-se identificar os eixos temáticos nessa área de estudo. Portanto, isso justifica a condução desta RSL. O problema a ser solucionado nesta revisão se traduz na seguinte questão: quais eixos temáticos podem ser identificados nas pesquisas científicas sobre políticas públicas do livro e leitura no Brasil?

Assim, pode-se dizer que esta pesquisa almejou identificar eixos temáticos na pesquisa em políticas públicas do livro e leitura. Para tanto, analisou-se a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação, no Brasil, nos últimos 20 anos, ou seja, entre os anos 2000 e 2020. Esse recorte temporal se justifica pelo desejo de abranger os anos anteriores ao 2006, momento em que se publica uma das mais proeminentes políticas públicas brasileiras do livro e leitura: o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Então, optou-se por estabelecer o período de duas décadas como intervalo de tempo da investigação, possibilitando visualizar resultados de pesquisa nos instantes pré e pós PNLL.

Metodologicamente, recorreu-se à técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo e às etapas para estabelecer o protocolo de RSL como consta em Ramos, Faria e Faria (2014). Isso será compreendido melhor a seguir.

## **2.2 Metodologia da revisão**

Esta é uma RSL desenvolvida com base no Protocolo de Revisão Sistemática da Literatura elaborado para esta pesquisa. Elaborou-se esse documento com o apoio do conteúdo da aula proferida pela Professora Doutora Fátima Nunes, cuja ministração foi gravada e posteriormente disponibilizada *online* no YouTube (COMO FAZER..., 2015). O documento construído pode ser consultado no Apêndice A desta tese, onde o planejamento da revisão, a condução das pesquisas e a extração dos dados foram registrados.

Na seção de planejamento, determinou-se o objetivo da revisão sistemática, quais questões se deseja responder, a intervenção de observação, o grupo de controle, a população em foco, os resultados esperados, a serventia da revisão, as fontes de informação pré-selecionadas, as fontes de informação definitivas, o idioma utilizado durante as buscas, as palavras-chave adotadas durante as buscas, os critérios de seleção, de qualidade, de inclusão e de exclusão dos trabalhos, as

estratégias de busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e o critério de validade metodológica.

Na seção de condução, por sua vez, registrou-se nove buscas na BRAPCI e cinco na BDTD, feitas nos dias 03, 04 e 07 de agosto de 2021, com a aplicação das estratégias de busca previamente estabelecidas na seção de planejamento da RSL. Optou-se pela BRAPCI porque ela é uma base de dados que congrega produções científicas (artigos e trabalhos de evento) especificamente na área de Ciência da Informação; dispõe de 40 periódicos indexados e ativos e outros 17 históricos, isto é, descontinuados (BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2021; BUFREM; COSTA; GABRIEL JÚNIOR; PINTO, 2010). A BDTD, por outro lado, é um canal onde se integra e dissemina textos completos de teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa (INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2021). Por meio dela foi possível recuperar pesquisas de mestrado e doutorado defendidas na Ciência da Informação.

Na BDTD, utilizou-se os operadores booleanos AND e OR nas buscas avançadas. Na BRAPCI, contudo, não se empregou operadores, dado que ela não dispõe do mecanismo de busca avançada por cruzamento de múltiplos campos de metadados. No âmbito dessa fonte, ainda, esclarece-se que as buscas foram efetivadas com a ativação do campo “Todos”, que oportunizou a recuperação de trabalhos cuja palavra-chave pesquisada estivesse ou no campo “Autores”, ou no “Título”, ou no “Palavras-chave”, ou no “Resumo” ou no “Texto completo”. Isso viabilizou a busca abrangente dos termos nos diferentes campos de metadados das produções científicas indexadas na base.

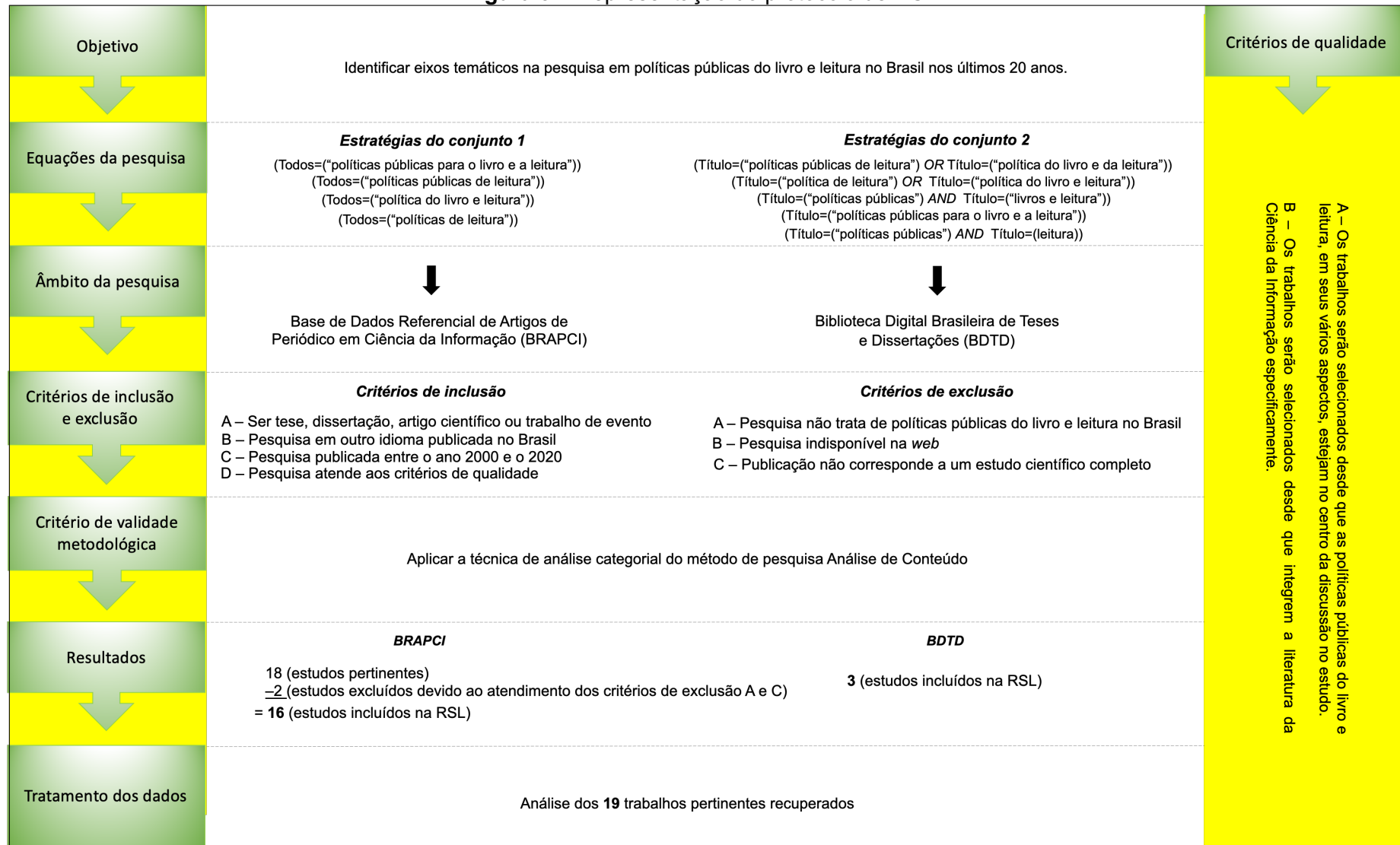
Embora se tenha registrado 212 trabalhos dentre todas as buscas feitas unicamente na BRAPCI, desse quantitativo apenas 18 se referiram a trabalhos simultaneamente pertinentes e inéditos no conjunto das buscas feitas à revisão; porém, dois dos 18 não atenderam aos critérios de qualidade da revisão e por isso foram excluídos do estudo – processo que pode ser melhor compreendido ao se consultar o Protocolo de Revisão Sistemática no Apêndice A da pesquisa. Assim, os trabalhos recuperados da BRAPCI e que compuseram a revisão somam 16 pesquisas. No caso da BDTD, foram 59 trabalhos recuperados dentre todas as buscas feitas.

Apesar de ser expressivo esse número, apenas três pesquisas foram consideradas simultaneamente pertinentes, inéditas no conjunto das buscas feitas na BDTD e ainda atendiam aos critérios de qualidade da revisão. Sendo assim, a RSL foi conduzida com 19 trabalhos pertinentes recuperados nas bases de dados BRAPCI e BDTD.

Finalmente, na seção de extração, extraiu-se os dados dos trabalhos pertinentes selecionados e que foram incluídos na RSL. Neles, os dados extraídos corresponderam aos seguintes campos e referências: autoria; canal de publicação; ano de publicação; tipo de publicação; objetivo do estudo; método utilizado no estudo; resultado obtido com o estudo; conclusão do estudo.

Adiante, a Figura 3 representa as três etapas do Protocolo de Revisão Sistemática.

**Figura 3 – Representação do protocolo de RSL.**



**Fonte:** Elaborado com base nos dados da pesquisa e em Ramos, Faria e Faria (2014).

Em “Objetivo”, consta o objetivo que esta revisão sistemática visou alcançar. Em “Equações da pesquisa”, descreveu-se dois conjuntos de estratégias de busca, sendo as “Estratégias do conjunto 1”, utilizadas no âmbito da BRAPCI, e as “Estratégias do conjunto 2”, na BDTD. Deste modo, ambas as bases de dados conformam o chamado “Âmbito da pesquisa”.

Os “Critérios de inclusão e exclusão” se referem aos classificadores dos trabalhos científicos pertinentes recuperados. Assim, os estudos obtidos nas buscas foram admitidos na revisão caso fossem, necessariamente, uma tese, uma dissertação, um artigo científico ou um trabalho de evento.

As publicações pertinentes deviam atender, também, aos critérios de qualidade para que fossem incluídas na revisão sistemática. Esses critérios são os seguintes: a) os trabalhos serão selecionados desde que as políticas públicas do livro e leitura, em seus vários aspectos, estejam no centro das discussões no estudo; b) os trabalhos serão selecionados desde que integrem, de maneira específica, a literatura de Ciência da Informação.

No caso dos critérios de exclusão apresentados, atender a um dos três disponíveis incidiu na remoção do trabalho da revisão sistemática planejada. Desta forma, os critérios de exclusão são estes: a) pesquisa não trata de políticas públicas do livro e leitura no Brasil; b) pesquisa indisponível na *web*; c) publicação não corresponde a um estudo científico completo.

O “Critério de validade metodológica” adotado nesta pesquisa correspondeu ao lançar mão da técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo. Enquanto esse método consiste num conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam à descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores qualiquantitativos ao estabelecer procedimentos sistemáticos e objetivos para tanto, a técnica da análise categorial trata da divisão dos componentes da mensagem em rubricas ou categorias (BARDIN, 2016).

As categorias elaboradas para representar a síntese da revisão foram pensadas a partir da abordagem baseada no procedimento de tipo aberto, portanto a *posteriori*. Isso significa que o pesquisador, após realizar uma “leitura flutuante” (BARDIN, 2016) do conjunto de documentos, constrói as categorias com base nas impressões emanadas da sua rápida leitura. Sendo assim, as categorias elaboradas foram as seguintes: a) aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro

e leitura; b) desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura; c) estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura; d) iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura; e) processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura. Categorizou-se o conteúdo do objetivo de cada estudo recuperado das bases de dados. As pesquisas somam 19 trabalhos científicos recuperados e simultaneamente compreendidos como pertinentes, sendo que 16 desse total são oriundos da BRAPCI e três, da BDTD.

O momento do “Tratamento dos dados” consiste na seção onde a síntese da revisão acontece. Nela, são estabelecidas relações entre os estudos recuperados e feito inferências qualitativas e/ou quantitativas correspondentes aos campos de extração de dados. Assim, o tratamento dos dados se inicia com a descrição do conteúdo dos eixos temáticos logo a seguir. Mais adiante, apresenta-se a síntese da revisão.

### **2.3 Descrição do conteúdo dos eixos temáticos**

A partir deste ponto, as categorias desenvolvidas na seção Metodologia da Revisão serão compreendidas como “eixos temáticos”, dado que isso facilita a proposição de inferências sobre os dados obtidos decorrentes da aplicação da Análise de Conteúdo.

O eixo temático com o maior número de estudos classificados foi o “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”. Nele, houve 10 estudos. Em seguida, o eixo “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” registrou cinco estudos. Outro, chamado “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”, dois trabalhos. Por último, os eixos temáticos “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura” e “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura” classificaram apenas um estudo cada. A seguir, há a descrição do conteúdo dos eixos.

- *Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura*

A pesquisa de Jambeiro, Borges e Barros (2006), com o título de “Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador”, publicada no periódico “Liinc em Revista”, almejou identificar e analisar as políticas nacionais e locais de promoção do livro e de incentivo à leitura, fixadas pelos vários níveis de governo, e seus reflexos na indústria editorial de Salvador.

Resultou da investigação que, em Salvador, 46,66% das editoras têm até cinco anos de fundação; 26,66%, de 15 a 35 anos de atividade. Mais de 60% das editoras que participaram da pesquisa deseja atingir o público em geral, no entanto apresentam linhas editoriais definidas que podem incorrer na expansão do público-alvo. Mais de 26% das editoras publicam apenas autores baianos. O montante de 60% das editoras trabalha com a modalidade da participação financeira do autor, alegando que necessitam obter lucros. A modalidade de coedição é realizada por 66,66% das editoras participantes do estudo. Apenas 6% das editoras pesquisadas possuem parque gráfico. Estima-se que 40% das editoras tenham publicado até 10 títulos ao longo dos seus anos de existência, e 46,66%, até cinco. Além disso, 40% delas trabalham com o modelo de negócio de tiragem entre 500 e 1000 exemplares. O estudo concluiu que há a necessidade de se implementar políticas públicas que estimulem iniciativas e investimentos na indústria editorial.

Depois, Gonçalves (2007) investigou um fenômeno parecido ao de Jambeiro, Borges e Barros (2006) em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Seu trabalho, nomeado como “Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003)”, publicado no periódico “Biblos”, objetivou investigar a existência de uma política sistematizada de incentivo à leitura na rede pública municipal de ensino de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre os anos 1987 e 2003.

Constatou-se neste estudo que em alguns trechos dos documentos coletados havia a concepção sociopolítica da leitura, entendida como uma ação para a libertação. Entretanto, alguns professores, ao definirem a leitura no documento, acabaram por apresentar uma visão salvacionista do ato de ler, como se ele fosse a única alternativa em si para melhorar a vida dos indivíduos. Além disso, percebeu-se em alguns excertos a influência das concepções estruturalista (expressão verbal e

melhoria do vocabulário e da linguagem escrita) e sociopolítica (realizar uma leitura de mundo) da leitura.

A pesquisa conclui que não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação de Pelotas no período estudado. As fontes levaram a constatar que, apesar de não haver registro de ações específicas de incentivo à leitura por parte da Secretaria, houve sim um movimento nesse sentido em algumas escolas da rede pública municipal. Considerou-se ser urgente a necessidade de educadores, bibliotecários e gestores se juntarem para refletir e discutir a leitura e a biblioteca no contexto escolar, a fim de motivar e formar professores-leitores e alunos-leitores de modo que a situação constatada no final do século XX não se perpetue nos anos porvir.

Foi no sentido de refletir os investimentos públicos em políticas públicas do livro e leitura e biblioteca escolar que Salciotto (2012), em 2012, conduziu o estudo nomeado de “Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU)”. A pesquisa, que foi publicada no periódico “Ciência da Informação”, teve como objetivo avaliar aspectos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) a partir da atuação do TCU.

Constatou-se com o decorrer da investigação que o TCU iniciou o trabalho de auditoria do PNBE em 2001, estendendo-se até 2010. O documento de 2002 avalia o programa desde a sua criação, ocorrida em 1997. Em 2003, o TCU divulgou o primeiro monitoramento do PNBE depois de realizada a auditoria. No ano seguinte, 2004, foi divulgado o segundo monitoramento e em 2005, o último monitoramento do PNBE. Considerou-se que a preocupação do TCU é avaliar a forma a qual o dinheiro público é aplicado pelos gestores do Ministério da Educação (MEC) para garantir a qualidade do projeto na rede pública de ensino. O estudo conclui que a articulação entre os vários gestores e a sociedade civil precisa ser aprimorada no Brasil. Para que isso ocorra, entretanto, é fundamental haver a implementação de políticas públicas que atendam de modo efetivo à população.

No mesmo ano em que Salciotto (2012) contribui com essa evidência, as estudiosas Silva, Bernardino e Nogueira (2012) publicaram o resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi pesquisar as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil e mapear os principais estudos ao traçar um paralelo entre ações e projetos do governo e ações isoladas de terceiros. Foi em decorrência disso que seu trabalho foi

nomeado como “Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil”, publicado no periódico “Ponto de Acesso”.

As pesquisadoras referem ter se valido do método monográfico para objetivar a pesquisa e por essa razão obtiveram uma extensa constatação científica baseada na bibliografia. Para as estudiosas, há algumas instituições e ações voltadas ao incentivo à leitura no Brasil, como estas: Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); Proclamação do Ano Internacional do Livro; Associação Internacional de Leitura; Associação de Leitura no Brasil (ALB); Congresso de Leitura do Brasil (COLE); Câmara Brasileira do Livro (CBL); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); PROLER; PNBE; Campanha “Quem lê viaja”; Campanha “Tempo de leitura”; Campanha “Fome do Livro”; Campanha “Viva Leitura”; Ciranda de livros; Viagem da leitura; Sala de Leitura; Literatura em Minha Casa. Finalmente, o trabalho é concluído ao se defender a existência de órgãos que se preocupem com o desenvolvimento e a prática de ações que anseiam otimizar e difundir o ato de ler, o que pode resultar na implementação de espaços propícios à formação de leitores para além do da escola.

No âmbito das políticas públicas do livro e leitura, é fundamental que profissionais capazes de contribuir nesses processos sejam caracterizados. Um deles é o bibliotecário, compreendido como um profissional da informação no contexto da discussão proposta por Marsulo (2016) em dissertação defendida no PPGCI-UNESP.

A pesquisadora, que encabeçou o estudo denominado “O Profissional da informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)”, objetivou analisar a inserção do profissional da informação como agente central na compreensão das demandas informacionais no âmbito do ciclo das políticas públicas.

Da pesquisa, constatou-se a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema, finalização e implementação do PNLL, assim como na sua avaliação. Desta forma, ao se analisar esse documento, compreendeu-se a atuação do profissional da informação no planejamento das atividades ligadas à gestão pública e à prática avaliativa. O estudo conclui que o papel social do profissional da informação é relevante no contexto da sociedade do conhecimento. Ele conta com novas habilidades e competências exigidas diante do contexto tecnológico atual e oportuniza novos espaços de informação com fontes digitais e analógicas de informação.

Isso posto, percebe-se que Marsulo (2016) se debruçou sobre a necessidade de demonstrar o quão relevante é a inserção do profissional de biblioteconomia nos processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura e não sobre o processo de construção de documentos dessa natureza, como desenvolvido por Pinheiro (2016) no mesmo ano. Esse pesquisador defendeu sua dissertação de mestrado no PPGCI da Universidade de São Paulo (USP), pesquisa cujo título é “Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo”. O objetivo do estudo consistiu em analisar o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) em São Paulo.

O pesquisador avalia que o processo de construção do PMLLLB perpassou plenárias temáticas e regionais. A divulgação das plenárias ocorreu em concomitância com os eventos paralelos. Em todos os momentos do processo houve conflitos entre os atores dos segmentos do livro e leitura e o Poder Público, isso porque havia lacunas entre as demandas da sociedade e as políticas públicas. A expectativa de aprovação do plano gerou inquietações que foram identificadas com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa. Assim, registrou-se algumas conquistas ao longo do processo de construção do PMLLLB, que são estas: a) proposta de criação de programas que integrem as áreas da educação e da cultura; b) proposta de uma política de informação voltada ao acervo para as bibliotecas de acesso público; c) proposta de formação de uma rede colaborativa que inclua as bibliotecas comunitárias; d) proposta de elaboração de uma política de mediadores de leitura. O estudo conclui que construir políticas públicas é uma tarefa árdua que só se realiza por meio do diálogo aberto e contínuo e com permanente reflexão.

Similar ao que ocorreu em Camillo e Castro Filho (2020b) referente a Camillo (2020a), a pesquisa de Pinheiro e Almeida (2017) se constituiu de um recorte da dissertação de Pinheiro (2016). O estudo em coautoria com seu orientador de mestrado, M. A. Almeida, foi publicado no “XVIII ENANCIB”, ocorrido na cidade de Marília, em São Paulo.

O estudo nomeado de “A participação social na construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca de São Paulo” teve como objetivo analisar o histórico da construção do PMLLLB de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores. Pinheiro e Almeida (2017) constataram que o principal desafio para descrever a

construção dessa política pública consistiu em compreender as articulações e ações de atores do processo de formulação das políticas públicas bem como os diversos lugares da leitura, como as bibliotecas públicas, comunitárias e demais espaços onde os livros e a leitura circulam. A pesquisa conclui que o PMLLLB colocou a área do livro e leitura, assim como seus profissionais e militantes, em uma situação inédita. Este foi um marco legal e precursor na cidade de São Paulo na área de cultura no que se refere à participação social para a formulação de política pública.

Sala e Militão (2018), ao produzirem um raciocínio similar ao de Pinheiro e Almeida (2017), acreditam que em Anhumas, cidade do Interior de São Paulo, houve contribuições locais significativas decorrentes da elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura de Anhumas-SP. Foi por esse motivo que o estudo, publicado no anais do “XIX ENANCIB”, ocorrido em Londrina, no Paraná, foi intitulado de “O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP”. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar as decorrentes contribuições do Plano Municipal do Livro Leitura e Literatura do município de Anhumas.

Ao aplicarem o método de pesquisa Estudo de Caso, os pesquisadores constataram que apesar da biblioteca escolar ser um espaço fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e garantir a formação de leitores, as ações do Governo orientadas à formação de leitores não enfocam a promoção e valorização das bibliotecas escolares. Também se averiguou que pouco é investido na contratação e formação de bibliotecários para atuarem nesses espaços. O processo de elaboração e implementação da política pública da cidade foi idealizado por atores-chave. Com as equipes de trabalho já estruturadas, os membros se mostraram dispostos a conquistar parcerias e desenvolver ações que visem ao aumento do número de leitores na cidade. A pesquisa conclui que os grupos de trabalho e discussão sobre as ações contínuas de promoção da leitura devem ser reconhecidos na esfera federal com a finalidade de que possam obter apoio financeiro do Ministério da Educação e da Cultura para financiar ações ligadas ao desenvolvimento do PNLL no município.

Já em 2019, Mercês, Neves e Sales (2019) trouxeram o PNBE à discussão científica. As pesquisadoras publicaram seu estudo nomeado “O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE” no periódico “Revista P2P e Inovação”. O objetivo

da pesquisa foi problematizar a atuação do PNBE como uma política pública educacional de acesso ao livro na Educação Básica.

Na pesquisa, as estudiosas compreendem o PNBE como uma política pública educacional. Ao se desenvolver rodas de leitura com os alunos do primeiro ano do Ensino Médio baseadas no livro *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, verificou-se que essa prática educacional está em consonância com o PNBE. Ao executá-la, empregou-se as seguintes etapas de estratégia de leitura: pré-leitura; leitura descoberta; pós-leitura. Antes, contudo, o diálogo com os alunos se iniciou por meio da incitação realizada com músicas e filmes. Entendeu-se que as rodas de leitura foram importantes para evidenciar a leitura como uma atividade de leitura do mundo. Conclui que embora haja um leque de políticas públicas para o fomento da leitura no país, a formação do leitor não tem se efetivado nos espaços escolares. Desta forma, é importante recorrer a estratégias metodológicas diversas, como as rodas de leitura, para formar a consciência crítica do estudante.

Por último, um estudo que ultrapassou as fronteiras brasileiras foi o empreendido por Camillo e Castro Filho (2020c). Os pesquisadores tiveram como objetivo apresentar as intencionalidades do português Plano Nacional de Leitura (PNL) e do brasileiro PNLL. Assim, a pesquisa foi intitulada “Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal”, publicada no periódico “Revista ACB”.

Os pesquisadores constataram que as intencionalidades do PNL consistem em atingir melhores *scores* ou pontuações nacional e internacionalmente em leitura, além de vincular as bibliotecas públicas às escolares. Já as intencionalidades do PNLL são estas: realizar eventos; criar e manter bibliotecas e espaços de leitura; focar profissionais da cadeia produtiva do livro; circular obras não restritivas; focar a bibliodiversidade; primar pela projeção de autores lusófonos; elaborar planos do livro e leitura; incentivar o público com prêmios e concessão de bolsas de estudo. As intencionalidades encontradas na intersecção de ambas as políticas públicas, por sua vez, visam ao seguinte: promoção da leitura; garantia da prática da leitura; qualificação dos profissionais que trabalham com a leitura. A pesquisa conclui que apesar das políticas públicas analisadas terem objetivo geral convergentes, o documento português tem menos expressividade no que se refere às suas intenções, mas detêm objetivos tão ambiciosos quanto o documento brasileiro.

- *Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura*

Em 2019, Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b) publicaram dois estudos sobre políticas públicas do livro e leitura que apresentam aproximações entre essa temática e a do desenvolvimento sustentável segundo a ONU, como consta na sua macropolítica universal denominada Agenda 2030.

O nome da primeira pesquisa, publicada no periódico “Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação”, é “Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências?” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b), e o da segunda, apresentada no “XX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB)” ocorrido em Florianópolis-SC, é “Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019a).

O objetivo do primeiro estudo consistiu em apresentar convergências entre a PNLE e o ODS 4 da ONU. Ao aplicarem o método de pesquisa Análise de Conteúdo, os pesquisadores constataram que há convergências relacionadas com a educação entre o ODS 4 e a PNLE. Por fim, o estudo conclui que uma futura alteração constitucional da PNLE poderia contribuir para explicitar outras ações ligadas à promoção do livro, da leitura, da literatura, da escrita e das bibliotecas com enfoque noutros públicos, níveis e modalidades de educação.

No caso da segunda pesquisa, os autores tiveram como objetivo apresentar aderências entre os objetivos da PNLE e os da *Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020*, do Chile, com os objetivos do ODS 4. Ao lançarem mão do método Análise de Conteúdo, constatou-se que a PNLE convergiu mais significativamente com as categorias denominadas “Aprendizagens, habilidades e competências das pessoas” e “Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado”. Contudo, a política chilena se aderiu de modo expressivo à categoria “Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas”. Outras categorias registraram confluências, mas foram compreendidas como convergências pouco significativas. O estudo conclui que a PNLE é uma política pública recente, sancionada em 2018, e que, diante das metas do ODS 4, seus objetivos se revelam mais abrangentes que os do documento chileno, que, inclusive, tem objetivos construídos

com base em pactos internacionais para o desenvolvimento da educação e da cultura no país.

No entanto, no ano seguinte à publicação desse estudo, os mesmos estudiosos (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a) publicaram um novo trabalho cujo objetivo foi similar ao visto anteriormente, desta vez, porém, envolvendo políticas públicas do livro e leitura de países da América do Sul. O título da investigação é “Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás?”, publicado no periódico “Encontros Bibli”.

Nesta investigação, objetivou-se identificar e mensurar as convergências existentes entre os objetivos de políticas públicas nacionais do livro, leitura e biblioteca sul-americanas e as dez metas do ODS 4. Ao determinarem a Análise de Conteúdo como o método da pesquisa, obteve-se o resultado de que há uma diferença significativa nos valores das categorias da pesquisa. Percebeu-se que as políticas públicas analisadas privilegiam unicamente a educação de nível básico e relegam as expectativas para a educação de níveis secundário e terciário – isto é, de níveis médio e superior – nos países da América do Sul. Assim, conclui que há nos documentos analisados uma forte ligação com as ações de educação e seu fomento na sociedade, principalmente porque eles são compreendidos como políticas públicas do campo educacional.

Ainda em 2020, Camillo (2020a) introduziu à literatura de CI algumas diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas com foco no ODS 4 da Agenda 2030 e direcionadas aos países sul-americanos. O título da dissertação, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), é “Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030”, e seu objetivo, tão direto quanto o título, consiste em estabelecer diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas que sejam capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade do ODS 4 da Agenda 2030 em países sul-americanos.

Ao aplicar os métodos de pesquisa Análise de Conteúdo e Discurso do Sujeito Coletivo, o pesquisador pôde desenvolver uma diretriz que, no seu conjunto, possui eixos, objetivos e metas. Assim, as diretrizes têm os seguintes focos: aprendizagem,

habilidades e competências das pessoas; qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado; promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas; condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade; formação profissional para fomentar a educação de qualidade. O estudo conclui que as diretrizes podem ser usadas para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas nos três níveis de governo, ou seja, federal, estadual e municipal, em países da América do Sul, assim elas contribuirão para que a América Latina atinja melhores indicadores de educação de qualidade sustentável até o ano 2030.

Posteriormente, o resultado dessa pesquisa culminou na publicação do estudo de Camillo e Castro Filho (2020b), intitulado “Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul”, publicado no periódico “Informação & Informação”. Na realidade, esse estudo trata de um recorte da recém-vista pesquisa de Camillo (2020a), porém publicado em coautoria com C. M. Castro Filho, seu orientador da pesquisa de mestrado. Sendo assim, os métodos, resultado e conclusão da pesquisa obtidos em Camillo e Castro Filho (2020b) correspondem àqueles vistos em Camillo (2020a).

- *Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura*

No ano 2000, Leite e Schmidt (2000) publicaram o artigo intitulado “A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”” no periódico, hoje histórico, chamado “Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins”.

O estudo teve como objetivo investigar se a Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink” representa para os moradores de Campinas uma possibilidade de inserção no mundo da escrita. O resultado demonstrou que havia falta de clareza quanto aos estudantes e funcionários da biblioteca sobre sua função social. Percebeu-se que usuários e funcionários não compreendem os alcances social e cultural das práticas da biblioteca. Conclui que há demandas para a Secretaria Municipal de Educação do município de Campinas realizar projetos de democratização da leitura.

Uma outra investigação foi nesse sentido. Ela teve como objetivo divulgar as atividades de leitura e de ação cultural realizadas na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller de Blumenau, em Santa Catarina. A pesquisa, produzida por Silva (2013),

intitula-se “Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos” e foi publicada no periódico “Revista ACB”.

Como resultado, constatou-se que as atividades desenvolvidas na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller são as seguintes: a) Biblioteca ambulante; b) Hora da leitura na biblioteca; c) Hora da leitura fora da biblioteca; d) Visita orientada na biblioteca; e) Semana e saraus literários; f) Declamação de poesias e Cesta de poemas; g) Semana do perdão do livro atrasado; h) Proseando com o escrito; i) Palestras; j) Exposições temáticas; k) Seminário da literatura alemã; l) Aniversário da biblioteca; m) Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). O programa objetiva promover a leitura e formar mediadores de leitura. A pesquisa conclui que após desenvolver esses projetos a Biblioteca Municipal registrou um aumento significativo do fluxo de usuários, chamando até mesmo a atenção da mídia local.

- *Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura*

A pesquisa denominada “Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional” foi construída por Silva *et al.* (2019) e publicada no periódico “Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação”. Nela, os autores averiguaram a produção bibliográfica sobre políticas públicas voltadas à leitura e às bibliotecas escolares nos âmbitos nacional e internacional a partir de buscas feitas na base de dados *Library and Information Science Abstracts* (LISA). Os estudiosos constataram que os estudos recuperados demonstram que as políticas públicas de leitura e biblioteca escolar estão relacionadas aos seguintes temas: a) políticas de informação; b) políticas culturais; c) saúde; d) pesquisa; e) desenvolvimento organizacional; f) serviços; g) mídia eletrônica; h) políticas educacionais. Assim, conclui que há na literatura especializada em Ciência da Informação perspectivas distintas para as bibliotecas escolares, que ultrapassam a promoção do livro, da leitura e das bibliotecas.

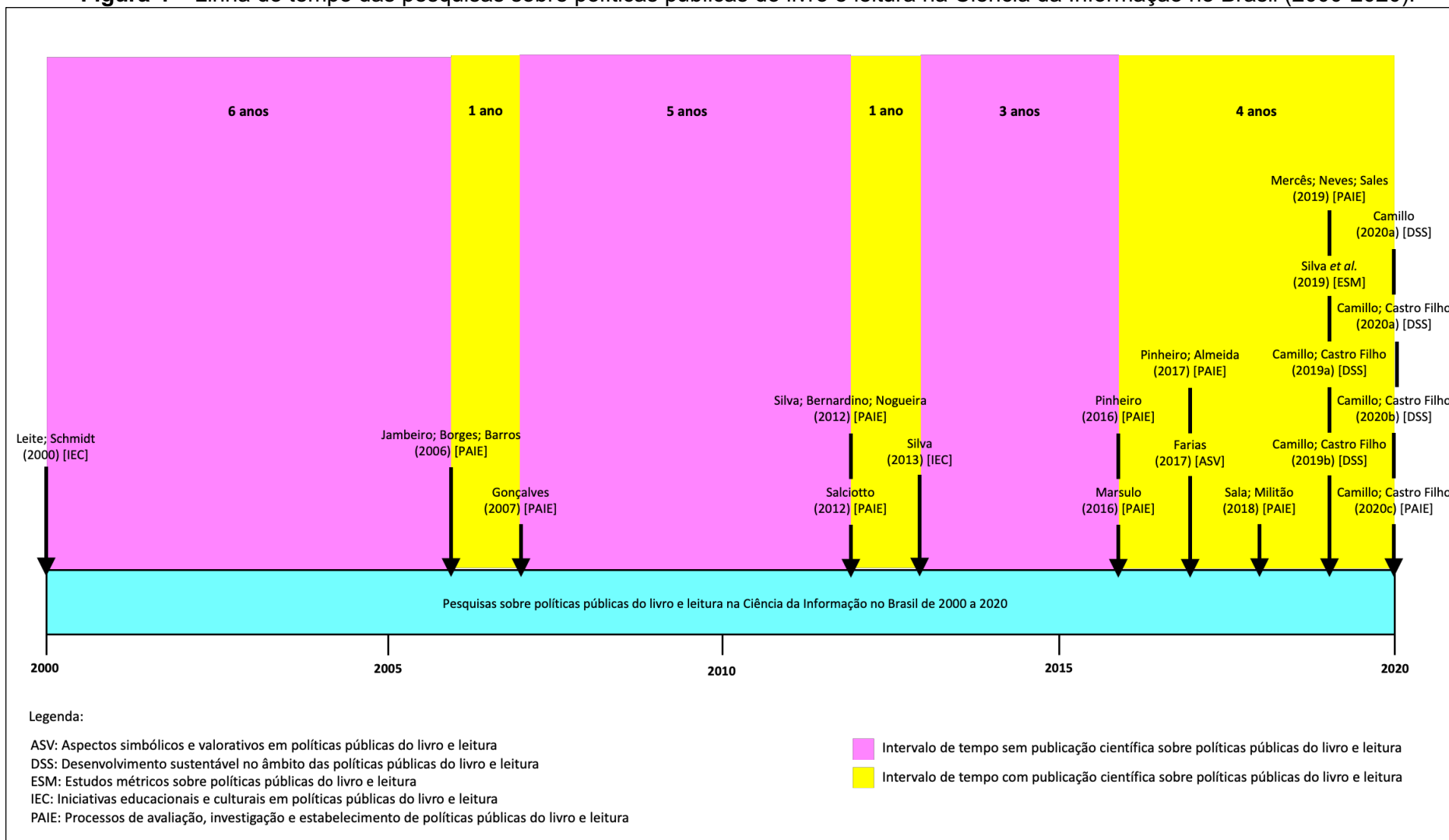
- *Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura*

O estudo denominado “A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise” é um artigo científico publicado por Farias (2017) no

periódico “Em Questão”. Trata de uma investigação que teve como objetivo identificar e discutir as proposições do PNLL na valorização da leitura como um bem cultural. Constatou-se no estudo que para que o valor simbólico construído para a leitura não se torne uma violência simbólica, é importante que a concepção da leitura e a do seu valor simbólico sejam constantemente discutidas e ressignificadas, uma vez que são esses entendimentos capazes de nortear ações relacionadas à consecução dos objetivos e eixos do PNLL.

A Figura 4, a seguir, agrupa as pesquisas recuperadas por ano e as dispõe numa representação gráfica no estilo “linha do tempo”. Isso possibilitou apresentar a disposição temporal da ocorrência dos autores e estudos nos eixos temáticos verificados da pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil entre os anos 2000 e 2020.

**Figura 4 – Linha do tempo das pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil (2000-2020).**



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A seguir, o conteúdo dessa figura é destrinchado ao se discutir o conteúdo dos eixos temáticos constatados durante a pesquisa.

## **2.4 Síntese da revisão**

As colunas em lilás na imagem ilustram o intervalo de tempo sem publicação científica sobre políticas públicas do livro e leitura. O primeiro hiato ocorreu entre o ano 2000 e o 2006. O segundo intervalo é visto entre os anos 2007 e 2012. O terceiro momento, por outro lado, entre 2013 e 2016. Portanto, as lacunas sem publicação no tema somam, ao todo, 14 anos. Isso indicia que, do total de 20 anos, apenas seis podem ser considerados profícuos para a produção de pesquisas científicas em políticas públicas do livro e leitura. Esse quantitativo está representado nas colunas em amarelo, que evidenciam o intervalo de tempo com publicação científica sobre o tema.

Apesar de haver estudos científicos publicados nos anos 2000, 2006, 2007, 2012 e 2013, foi a partir de 2016 que o número de publicações sobre políticas públicas do livro e leitura se tornou recorrente ano após ano nas bases de dados verificadas.

Enquanto no ano 2000 o primeiro estudo recuperado, de Leite e Schmidt (2000), tratava da pesquisa em políticas públicas do livro e leitura no eixo de “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”, as publicações ocorridas nos anos 2006 (JAMBEIRO; BORGES; BARROS, 2006), 2007 (GONÇALVES, 2007) e 2012 (SALCIOTTO, 2012; SILVA; BERNARDINO; NOGUEIRA, 2012) trataram, tematicamente, de assuntos ligados ao eixo de “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”. Em 2013, contudo, um estudo recuperado, de Silva (2013), ainda demonstrou vínculo com aquele primeiro eixo.

Em seguida, os anos que vão de 2016 a 2020 representam um momento profícuo para as pesquisas na temática de políticas públicas do livro e leitura. Registrou-se quatro eixos distintos nesse intervalo de tempo.

O eixo de “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura” continua sendo o com o número mais expressivo de aderências na pesquisa. Ele foi registrado, além dos anos anteriores, também em

2016 (MARSULO, 2016; PINHEIRO, 2016), 2017 (PINHEIRO; ALMEIDA, 2017), 2018 (SALA; MILITÃO, 2018) e 2020 (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020c).

O eixo “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura” foi registrado apenas uma vez, em 2017 (FARIAS, 2017). Em 2019, no entanto, um outro eixo, também registrado apenas uma vez, é apontado. Trata-se do de “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura”, cujo estudo aderente é o de autoria de Silva *et al.* (2019).

O eixo de “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura”, por fim, é evidenciado apenas a partir de 2019, incidindo ainda em 2020. Nesse eixo, Camillo (2020a) e Camillo e Castro (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) foram os pesquisadores que nutriram reflexões. Vale destacar que dos cinco eixos constatados nesta investigação, dois chamam a atenção, sendo esse um deles. O outro é o de “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”.

Bomeny (2009) relatou em estudo publicado há mais de uma década que políticas públicas de governo que objetivavam melhorar a capacidade leitora da população de países da América Latina começaram a surgir por volta de 1980, e isso foi ratificado em Cordeiro (2018), que destacou o Brasil excepcionalmente. A expansão das políticas públicas de incentivo ao livro e à leitura na América Latina decorreu do processo de redemocratização iniciado em muitos países da Região nas décadas de 1980, inclusive no Brasil. Nesse sentido, programas públicos de amplo incentivo à leitura, nesse país, se avolumaram em meados desse ano, isso num momento em que a população brasileira chegou aos 120 milhões de habitantes, um crescimento significativo se comparado ao das décadas anteriores (CORDEIRO, 2018).

Entretanto, muito antes de ocorrerem esses feitos das décadas de 1980 para as políticas públicas do livro e leitura, iniciativas governamentais acerca da leitura no Brasil foram inauguradas antes, nas décadas de 1930. É como constatou Cordeiro (2018). Isso se deveu, na realidade, ao interesse do Estado brasileiro em construir uma imagem do país como nação em ascensão, em pleno estado de desenvolvimento; porém, um pseudodesenvolvimento.

Deste modo, é possível inferir que os acontecimentos das décadas de 1930 ressoam até os dias atuais no que tange ao estabelecimento de políticas públicas do

livro e leitura e à sua avaliação. Ao se considerar necessariamente os estudos científicos que constam no eixo de “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”, tem-se como pressuposto que o que motivou as suas construções foram as inúmeras tentativas do Estado e governos brasileiros de incentivar a leitura desde as décadas de 1930, quando muitas das políticas, à época, não atingiram seus objetivos de formar leitores efetivos de modo amplo no país.

Sala (2018), inclusive, realizou um levantamento histórico, mas não exaustivo, das instituições políticas fundamentais e dos programas e projetos do Governo Federal no âmbito da promoção do livro, leitura e bibliotecas no Brasil.

A pesquisadora objetivou com isso apresentar uma percepção histórica sobre como a temática da promoção do livro, leitura e biblioteca tem sido abordada pelo Estado brasileiro. Foi visto que ao longo de aproximadamente 80 anos, isto é, de 1937 a 2016, muitas políticas governamentais de incentivo à leitura se iniciaram e se encerraram, algumas delas como políticas de Estado, que são estruturantes, constantes, perduram ao longo do tempo e perpassam os governos, e outras como políticas de governo, que são normalmente chanceladas por chefes do Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidentes) como parte das suas campanhas, e atendem a situações específicas em função da conjuntura que se vive no período de vigência do mandato.

Desta maneira, conclui-se que a inconstância e fracasso dos programas e projetos de incentivo ao livro e à leitura desde as décadas de 1930 e, posteriormente, de 1980, contribuíram para que pesquisadores em Ciência da Informação, no Brasil, averiguassem fenômenos relacionados à implementação e avaliação das políticas públicas do livro e leitura no país, partindo de questionamentos como o de Leite e Schmidt (2000), sobre as iniciativas educacionais e culturais no âmbito das políticas públicas do livro e leitura. O estudo desses pesquisadores é um dos poucos recuperados na Ciência da Informação ainda no fim no século XX no Brasil, sendo que ele é o único que corporifica o eixo temático “Iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura”.

Isso talvez justifique o porquê estudos que enfatizam sobretudo a inconstância e fracasso dos programas e projetos de incentivo ao livro no Brasil têm sido produzidos até o presente. E mais. Justificaria, ainda, a curiosidade científica quanto a evidenciar

as métricas da produção de pesquisas no tema de políticas públicas do livro e leitura, como desenvolvido por Silva *et al.* (2019), cujo estudo foi classificado no eixo “Estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura”.

É possível inferir, até mesmo, que produções científicas classificadas no eixo “Aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura” denunciam preocupações quanto ao simbolismo e valores veiculados pelas políticas públicas do livro e leitura ao longo das décadas. Sala (2018, p. 96) recorda ao seu leitor que “Políticas públicas tratam do conteúdo concreto e conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões.”. Assim, compreende-se com base nisso o quão válido é investigar o simbolismo incutido nesse tipo de documento, dado que ele contribui para valorizar a leitura e o incremento do seu valor simbólico, como visto em Brasil (2006).

O eixo denominado “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” surge na linha do tempo apenas em meados de 2019. Esta é uma época em que discussões acerca do clima no planeta, desastres naturais decorrentes do efeito estufa e crises humanitárias previstas nos vários continentes estão em voga na ampla maioria dos meios de comunicação, tendo sido impulsionadas pela ONU desde por volta do ano 2000, quando lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), e depois em 2015, com os ODSs (CASTRO FILHO, 2018).

Essa discussão é oportuna e urgente, pois se tem como amplamente aceito na comunidade científica que uma solução para se combater ou amenizar consequências das mudanças climáticas e suas implicações no mundo consiste em promover o desenvolvimento sustentável ao se ponderar as pessoas, as instituições e o meio ambiente nos desenvolvimentos social e econômico (SACHS, 2009). Assim, a expectativa do desenvolvimento sustentável está em que as ações desenvolvidas com base nele culminem no estabelecimento da sustentabilidade na sociedade, nos seus distintos nichos, uma filosofia que aborda o amplo desenvolvimento social e econômico sem desconsiderar os efeitos disso para as futuras gerações. Trata-se de uma forma de desenvolvimento que se sustenta ao longo dos anos.

Diante desse cenário, Camillo (2020a) e Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b) avaliaram a pertinência de envolver o desenvolvimento sustentável nas produções científicas sobre políticas públicas do livro e leitura. Isso se deveu ao

pressuposto do qual os pesquisadores partem, que abrange a reflexão de que se os modos de desenvolvimento social e econômico se alteram ao longo do tempo devido a ameaças internas e externas ao país, no caso o Brasil, as políticas públicas de nichos diversos devem, então, adequar-se de igual modo às demandas percebidas no atual cenário para que a expectativa de resolução de problemas públicos seja viável. Logo, convém que as políticas públicas do livro e leitura também sejam vistas sob novos ângulos.

Foi baseado nessa visão que os estudos produzidos por aqueles pesquisadores se tornaram evidentes nos dois últimos anos, isto é, 2019 e 2020. Assim, o eixo de desenvolvimento sustentável, averiguado nas produções sobre políticas públicas do livro e leitura, segue em contínua expansão, tendo, até mesmo, esta pesquisa doutoral classificada nele.

Diante de todo o exposto, pode-se inferir que se considerou ínfimo o número de fenômenos averiguados no âmbito das pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura nos últimos 20 anos. Há uma desproporção temática nos estudos. Isso sugere que pesquisadores na Ciência da Informação podem explorar inúmeras lacunas no tema ao investigar novos fenômenos no campo. Por fim, apesar dessa constatação, verificou-se que ao longo da leitura das pesquisas classificadas para a RSL, não se identificou uma definição para o termo “políticas públicas do livro e leitura”.

## **2.5 Constatações**

O objetivo desta RSL, que consistiu em identificar eixos temáticos na pesquisa em políticas públicas do livro e leitura, foi atingido. Verificou-se que as pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura publicadas ao longo de 20 anos, isto é, de 2000 a 2020 na Ciência da Informação, variam tematicamente entre cinco eixos temáticos. Eles são: aspectos simbólicos e valorativos em políticas públicas do livro e leitura; estudos métricos sobre políticas públicas do livro e leitura; iniciativas educacionais e culturais em políticas públicas do livro e leitura; desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura; processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura.

Apesar do surgimento dos cinco eixos na pesquisa, constatou-se que as lacunas temporais sem publicação no tema de políticas públicas do livro e leitura

somam, ao todo, 14 anos. Isso indica que do total de 20 anos averiguados, apenas seis registraram produções no tema, sendo que o decurso com maior proficuidade de trabalhos, anos após ano, foi o entre os anos 2016 e 2020.

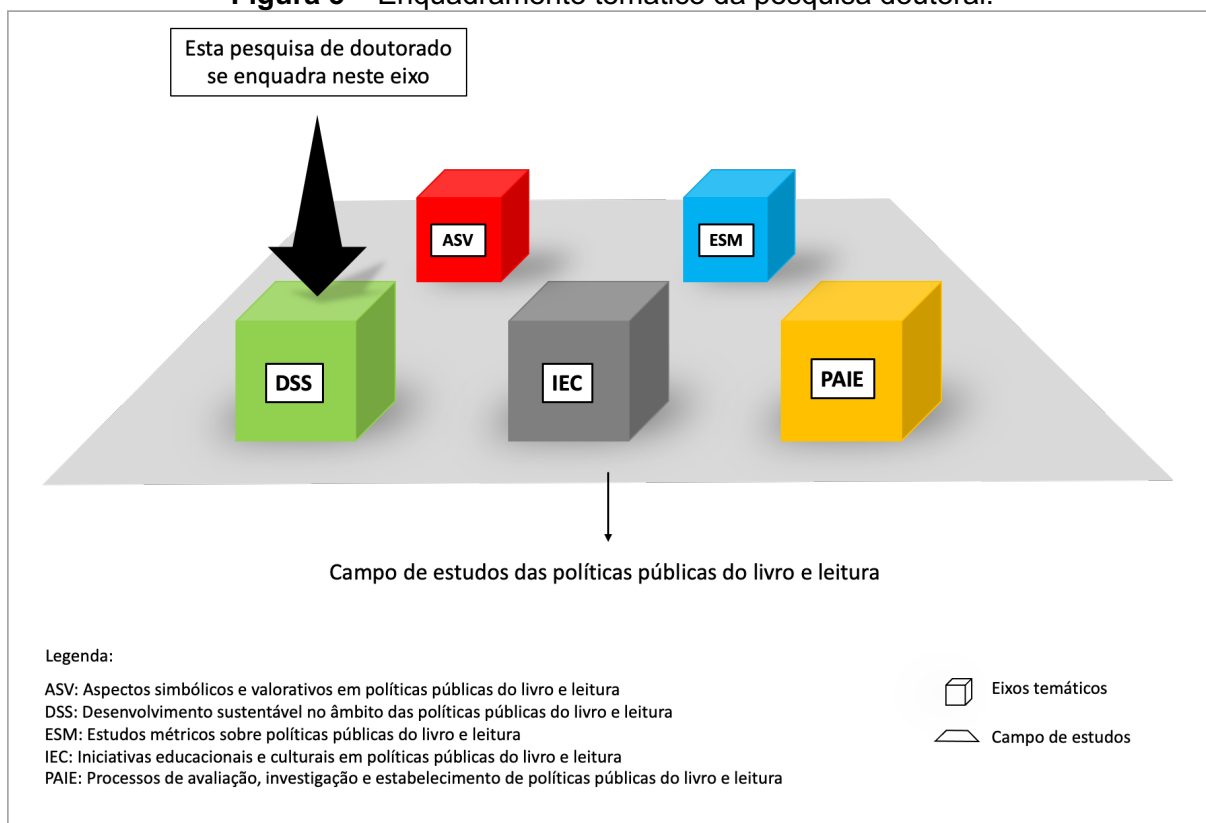
Dos cinco eixos temáticos, apenas dois se destacam. Eles são “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” e “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura”. Enquanto o primeiro registrou cinco estudos científicos dentre os recuperados, o segundo, dez.

A relevância do eixo “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura” está em que, por meio dele, demonstrou-se que estudos com tal enfoque evidenciam a preocupação que pesquisadores têm tido atualmente quanto à necessidade de que as políticas públicas, neste caso as do livro e leitura, se adequem às demandas percebidas no atual cenário, no que se refere às mudanças de visão para os desenvolvimentos social e econômico numa conjuntura que objetiva o desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a relevância do eixo “Processos de avaliação, investigação e estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura” está em que os acontecimentos das décadas de 1930 e 1980 na política brasileira ressoam até os dias atuais no que tange ao estabelecimento de políticas públicas e à sua avaliação. Por esse motivo, um considerável número de trabalhos científicos, hoje em dia, objetiva avaliar, investigar e questionar o estabelecimento de políticas públicas do livro e leitura no Brasil.

Mais além dos eixos temáticos verificados, que são comumente investigados, outros podem ser considerados na hora de se estudar fenômenos novos no tema de políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação. Desta forma, pesquisadores da área podem se engajar em projetos de pesquisa novos que visem à exploração de lacunas no tema. No entanto, esta pesquisa de doutorado não desbrava lacunas temáticas inéditas na área de políticas públicas do livro e leitura. Na realidade, ela se enquadra no eixo temático denominado “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura”, como está representado na Figura 5, a seguir.

**Figura 5 – Enquadramento temático da pesquisa doutoral.**



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Deste modo, foi oportuno ter constatado o eixo temático em que esta investigação doutoral se enquadra. Isso se deve porque esse achado científico possibilita endereçar debates futuros sobre quais eixos ampliar e quais novos despontar quando da investigação de fenômenos no campo das políticas públicas do livro e leitura.

Outro fato interessante a ser indicado é que esta revisão se encerra com a constatação de que ao longo dos 19 estudos analisados não se localizou um conceito específico para o termo “políticas públicas do livro e leitura”. Apesar disso, algumas compreensões sobre esse tipo de política pública foram mobilizadas por Silva, Bernardino e Nogueira (2012) e Pinheiro (2016), que, sem exporem em concreto um conceito para tal, compartilharam algumas percepções.

Consta em Pinheiro (2016, p. 21) que

A aplicação das políticas públicas para o livro e leitura se dá principalmente no âmbito dos municípios, nos lugares tradicionais que lhe são conferidos, a sala de aula, em biblioteca (pública ou escolar) ou a casa, espaços alternativos, respeitando a dinâmica de cada local e dos atores que neles atuam.

Em Silva, Bernardino e Nogueira (2012, p. 21), por sua vez, há que “[...] tais políticas enfatizam a necessidade de novas ações que auxiliem no reconhecimento de outras práticas significativas para o aluno, como a construção do sujeito leitor.”.

Sendo assim, essas visões possibilitaram cunhar duas afirmações. A primeira é a de que se encontrou ao longo dos 19 trabalhos analisados não mais que conceitos para “políticas públicas” em sentido geral, que ora eram apresentados como parte de um campo do conhecimento relacionado à Administração Pública, ora como parte de processos decisórios para resolver problemas públicos. A segunda constatação, entretanto, foi mais decisiva para a emergência do conceito de “políticas públicas do livro e leitura”. Foi em decorrência dela que se percebeu mais contundentemente que algumas poucas pesquisas (SILVA; BERNARDINO; NOGUEIRA, 2012; PINHEIRO, 2016) que enfocavam esse tema indicavam, também, novas visões para as políticas públicas dessa natureza. Dentre as visões, indica-se estas: espaços convencionais e não convencionais onde promover a leitura; distintos atores na promoção da leitura; práticas diversas para tornar o sujeito um leitor efetivo, dentre outras ambições.

Diante dessas apreensões, move-se à seção seguinte da pesquisa, onde se empreende esforços para formular um conceito para o termo “políticas públicas do livro e leitura”. Trata-se de um conceito que possa congrega um conjunto de perspectivas novas para promover a leitura em âmbito nacional nos países latino-americanos e isso foi realizado mediante a leitura e análise de políticas públicas de países da América Latina. Ter recorrido a elas contribuiu, portanto, para compor um conceito com pluralidade e abrangência necessárias que deem conta de representar a ação complexa de promover a leitura com base no conteúdo já estabelecido em políticas públicas para essa finalidade.

### **3 POR UM CONCEITO INICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA**

Esta seção do estudo introduz um conceito inicial, em aberto e disponível à ampla discussão acadêmica, para o termo “políticas públicas do livro e leitura”. Para tanto, demarcou-se a afiliação desta pesquisa à abordagem estadocêntrica de proposição de políticas públicas. Depois, foi fundamental resgatar conceitos e noções gerais de políticas públicas e problemas públicos, ação concluída com base na reflexão de pesquisadores nacionais e internacionais do Campo de Públicas<sup>4</sup>. Ainda, diferenciou-se as políticas públicas de governo das de estado.

Posteriormente, considerações gerais foram feitas sobre as políticas públicas do livro e leitura de países latino-americanos, como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. De cada uma delas, o objetivo geral foi registrado e após tal compilação o conceito foi elaborado.

A seção termina com a indicação da necessidade de aproximar o conceito de “políticas públicas do livro e leitura” da noção de “desenvolvimento sustentável”, dado que tal relação pode representar uma oportunidade profícua e um tanto quanto complexa para que critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura sejam elucubrados.

#### **3.1 Conceitos e noções de políticas públicas e problemas públicos**

Para o início desta seção, buscou-se estabelecer uma ação: determinar a concepção a partir da qual se abordará o termo “política pública”. Fato é que dentre duas abordagens amplamente conhecidas na literatura de Políticas Públicas uma se vincula mais oportunamente que a outra aos propósitos deste estudo. A mais adequada é chamada de estadocêntrica, e a outra, pouco apropriada para o âmbito desta pesquisa, multicêntrica (SECCHI, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

---

<sup>4</sup> Campo de estudo formado por cerca de 250 cursos de graduação (bacharelados e tecnológicos) e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) nas modalidades presencial e a distância. Os cursos surgiram da reestruturação dos currículos de Administração Pública, tendo as políticas públicas como objeto de estudo. Alguns dos cursos do Campo de Públicas são: Gestão Pública, Gestão de Políticas Públicas, Políticas Públicas, Ciências do Estado e Gestão Social. Fonte: Secchi, Coelho e Pires (2019).

A abordagem estadocêntrica ou estatista – ou ainda *state-centered policy-making*, em inglês – é aquela a qual o que é considerado política pública é o conjunto de ações e proposições oriundas apenas de atores estatais; isto é, nesta visão, é apenas o Estado quem formula políticas públicas. Isso significa, inclusive, que elas figuram um monopólio do Estado, pois, de acordo com esta lógica, os demais atores institucionais não poderiam ter seus esforços validados nem direcionados à resolução de problemas relevantes que eles entendam ser de teor público na sociedade. Desta maneira, a ação fundamental e inegociável concernente à formulação de políticas públicas nesta corrente diz respeito à personificação e à resolução de problemas públicos pelo Estado. É dizer, por fim, que na abordagem estatista a personificação do formulador de políticas públicas é a causa primeira e isso determinará o avanço da consideração de propostas resolutivas (SECCHI, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Por outro lado, a abordagem multicêntrica, ou policêntrica, considera outros tipos de atores na resolução dos problemas públicos. Por “outros atores” se entende “outros possíveis centros de tomada de decisão” – por isso o uso dos prefixos “poli-”, que “Exprime a noção de muitos, vários [...]” (PLURI, 2021) e “multi-”, que “Exprime a noção de muito, pluralidade.” (MULTI, 2021). Nesta lógica, encaixam-se, portanto, as organizações privadas, as organizações não governamentais e os organismos multilaterais, sendo que a premissa desta linha de raciocínio considera que os atores multicêntricos podem cooperar com os estatais para estabelecer políticas públicas que reintegrem a homeostase, isto é, o equilíbrio, na sociedade. Sendo assim, importa a essa abordagem enfrentar o problema público em si, mediante a soma do esforço coletivo.

Não compõe as ambições da corrente de pensamento multicêntrica preocupar-se com a categorização dos formuladores de políticas públicas, isto é, se são estatal, privado, não governamental ou multilateral. Dito de outra forma, no multicentrismo a solução dos problemas públicos é a causa primeira dessa abordagem, o que representa ganhos, já que múltiplas percepções e esforços se coadunam em prol de um mesmo fim: resolver problemas públicos (SECCHI, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Mediante essas explicações, eu, como pesquisador, me posiciono ao expor ambas as correntes teóricas, que instituem uma cisão no estudo. Isso é advertido pois

ao passo que se confia numa perspectiva mais descentralizada e que valoriza as múltiplas visões e ações para solucionar problemas públicos, como a vista no multacentrismo, de outro lado esta investigação se ampara em documentos produzidos num contexto puramente estatista. Ou seja, o objeto de estudo desta pesquisa, como será melhor explanado na seção denominada Metodologia, é fruto de esforços estadocêntricos, dado que foram formulados pelo Estado. Desta maneira, ainda que se ambicione ânimos multilaterais para conferir homeostase à sociedade por meio de políticas públicas efetivas nas distintas áreas de desenvolvimento, este estudo se desdobra com base na ótica estadocêntrica, em virtude da natureza das políticas públicas que compõem o *corpus* documental.

Mas o que são, afinal, políticas públicas? A literatura especializada nessa área de estudo tem contribuições científicas reconhecidas e usadas em diversos domínios de investigação no Brasil. Souza (2003, 2006), Secchi (2013) e Secchi, Coelho e Pires (2019) são alguns dos autores que introduzem conceitos importantes da área na literatura do campo em língua portuguesa no país.

No caso de Souza (2006, p. 24), a pesquisadora compreende que “Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública.”. Isso é previsto, inclusive, na recente obra de Secchi, Coelho e Pires (2019) assim como na de Secchi (2013). Nelas, os autores esclarecem que a indefinição da noção de políticas públicas está relacionada ao que eles chamaram de “três nós conceituais”, que, na realidade, são, como se compreendeu, pontos de divergência entre as correntes teóricas do Campo de Públicas.

Indo por um outro caminho, Tietje (2018) aborda uma problemática relevante. Ele destaca a ação costumeira de se deparar com o termo “políticas públicas” sem ao menos compreender do que ele trata. “Política pública é um termo frequentemente ouvido, mas infrequentemente definido.<sup>5</sup>” (TIETJE, 2018, p. 106, tradução nossa), diz ele. Parafraseando, vale destacar que essa palavra é comumente ouvida nos meios de comunicação e em razão disso permanece a curiosidade quanto à ausência da formação da sua ideia no consciente coletivo, já que instrumentos políticos dessa natureza, ou seja, as políticas públicas, impactam diretamente no cotidiano das pessoas, sobretudo as em estado de vulnerabilidade social.

---

<sup>5</sup> Texto no original: “Policy is one of those terms that is frequently heard but infrequently defined.”.

Talvez seja por isso que em algumas pesquisas científicas sobre políticas públicas do livro e leitura, como as produzidas por Leite e Schmidt (2000), Jambeiro, Borges e Barros (2006), Gonçalves (2007), Salciotto (2012), Silva, Bernardino e Nogueira (2012), Pinheiro (2016), Pinheiro e Almeida (2017), Sala e Militão (2017), Camillo e Castro Filho (2019b), Mercês, Neves e Sales (2019) e Camillo e Castro Filho (2020c), a noção de “política pública” em si, plenamente definida, ausenta-se do âmbito das discussões, muito embora se trate do assunto inerente a esse termo de maneira “íntima”, “abraçado” por um ideal de justiça social e bem posicionado na narrativa científica. Ao observar esse fenômeno, afirma-se que tais desdobramentos podem indicar, portanto, que “políticas públicas”, apesar de estarem presentes com frequência na comunicação em massa nos distintos veículos de informação, podem não ter compenetrado de modo satisfatório nem o imaginário social acerca do que esse termo se refere e trata nem as convicções presentes nas teorias construídas por pesquisadores nos distintos campos de estudo que se valem do termo.

Dois conceitos para “políticas públicas”, amplamente difundidos nas pesquisas em língua portuguesa, no Brasil, são trazidos à baila por Secchi (2013) e Souza (2003). O primeiro pesquisador, Leonardo Secchi, é um autor contemporâneo nesse campo de estudos, e a segunda, Celina Souza, uma precursora. Seus conceitos são utilizados em pesquisas científicas publicadas nos diferentes campos científicos no país, como nas investigações de Queiroz Neto e Medeiros (2018) e Almeida e Gomes (2020), na área de Desenvolvimento Regional, no estudo de Lopes (2020), no campo da Administração Pública, no de Camillo e Castro Filho (2020b), na Ciência da Informação, e no de Nadal *et al.* (2021), nas Ciências Ambientais, e traduzem o entendimento sobre o que as políticas públicas tratam de modo geral.

No caso de Secchi (2013, p. 2), o pesquisador entende que “[...] uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.”. Isso quer dizer que instrumentos políticos dessa natureza “materializam-se” com o fim único de alterar o atual estado das coisas no plano social, e isso pode ocorrer arraigado às várias áreas de desenvolvimento, a saber: Saúde; Educação; Segurança; Gestão; Meio Ambiente; Saneamento; Habitação; Emprego e Renda; Previdência Social; Planejamento Urbano; Justiça e Cidadania; Economia; Assistência Social; Relações Internacionais; Cultura e Esporte; Ciência, Tecnologia e Inovação; Infraestrutura e Transportes (SECCHI, 2013; SECCHI; COELHO; PIRES, 2019).

Souza (2003, p. 13), por sua vez, resumiu as políticas públicas

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro [...].

Percebe-se haver nessa proposição indícios de que a compreensão das políticas públicas é atravessada por questões referentes à tomada de posição, ou, se se pode dizer assim, à ideologia e até mesmo à produção de intencionalidades. Veja o que Saraiva e Ferrarezi (2006, p. 29) sugerem: a política pública é “[...] um fluxo [...] orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar [...] [a] realidade.”. Depois, o que consta em Lowi (2009, p. 21, tradução nossa): a “[...] política pública é feita quando alguma autoridade política influencia condutas por meio do uso de sanções positivas e negativas.<sup>6</sup>”. E, ainda, as palavras de Gaspari (2016, p. 22): a “[...] política pública é a intencionalidade de ação de governo.”.

Ora, se, primeiramente, introduzir desequilíbrios para modificar a realidade, depois, influenciar condutas por meio do uso de sanções e, por fim, governar com intencionalidade nas ações não insinua haver um denso pano de fundo ideológico na resolução dos problemas públicos, então, no mínimo, sugere que as políticas públicas podem ser moldadas ao sabor da intenção de quem as formula. Note a seguinte colocação de Serra (2003). Segundo o pesquisador, embora as políticas públicas, “[...] teoricamente, representem o resultado de muitas participações [...], na prática, expressam, principalmente, as intenções e as idéias dos grupos que detêm a hegemonia política e econômica [...]” (SERRA, 2003, p. 67). Portanto, as políticas públicas, ao deixarem o seu processo de formulação como *outputs*, ou resultados, ideologicamente concebidos e “poderosos”, devem, com sorte, atender às demandas relevantes da sociedade, o que estaria mais oportunamente em conformidade com o que Teixeira (2002, p. 3) acredita, como se lê no seguinte excerto:

[...] as políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. [...] Visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente.

Ou ainda, de acordo com o que Camillo, Castro Filho e Silva (2020, p. 148-149) acreditam, como se entende a partir do seguinte:

[...] as políticas públicas são, pois, uma possibilidade de conferir respostas à sociedade, em vista dos problemas que os cidadãos enfrentam em seus

---

<sup>6</sup> Texto no original: “[...] public policy is made when some public authority indicates its intent to influence conduct by the use of positive or negative sanctions.”.

macro e micro ambientes para obter acesso pleno aos serviços das cidades, às condições mínimas de sobrevivência, à educação, cultura, saúde e renda compatível com o alto custo de vida na atual sociedade.

Portanto, isso significa dizer que as políticas públicas são instrumentos políticos que prescrevem o atendimento das necessidades de grupos de interesse e de recebedores do produto da ação pública na sociedade. Por meio delas, objetiva-se solucionar problemas públicos que têm relevância para a coletividade, sendo que eles podem estar arrolados às inúmeras áreas de desenvolvimento.

Indo mais além, outro esclarecimento cabe neste ponto. Embora se tenha explicitado que as políticas públicas têm como objetivo solucionar problemas públicos, até aqui não se diferenciou as políticas de governo das políticas de estado. Ao se compreender tais diferenças, entende-se, também, o nível de asseguaração de medidas políticas nos médio e longo prazos instituídas por meio das políticas públicas.

Höfling (2001, p. 31) considerou que as políticas públicas significam “[...] o Estado implementando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.”; e sim, isso deve ocorrer a fim de que o Estado solucione problemas que tenham relevância pública nas diversas áreas sociais. Esse entendimento não se distanciou significativamente daquele mobilizado por Serpi (2014), dado que essa pesquisadora encarou o fenômeno político sob o mesmo ângulo. A estudiosa argumenta que “[...] o Estado é o responsável por promover políticas públicas universais, nas diversas áreas que efetivem direitos, tanto na área da educação, como na da saúde, assistência social e segurança pública.” (SERPI, 2014, p. 19).

Foi mediante a análise desses dois posicionamentos que se percebeu que a noção de Estado se enovela a de políticas públicas. É dizer, com os olhos nesse horizonte, que as políticas públicas figuram, senão, um compromisso do Estado para com a sociedade, entendimento que converge parcialmente com o de Camillo e Castro Filho (2020a). Esses pesquisadores, embora considerem que o Estado formula políticas públicas, entendem de igual modo que o Governo também o faz. Segundo os autores, “As políticas públicas [...] representam iniciativas de governo e Estado [...]” (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a, p. 8), ou seja, não apenas o Estado formula políticas públicas, mas governos que se valem da estrutura do Estado para governar também o fazem, levando em consideração o tempo que durar o mandato.

Direcionado por essa concepção, segue-se no sentido do que propõem Camillo e Castro Filho (2019b, 2020b). Consta em sua obra que

[...] uma política pública de Estado diverge de uma de governo, na medida em que a primeira não está vinculada a uma proposta de governo ou de um partido político específico. A política pública de governo é exatamente o oposto da proposta de uma política de Estado, ou seja, vincula-se efetivamente a um partido político. Nessa condição, quando do término do mandato do governante, a política pública elaborada e implementada tende a cair da agenda do Governo sucessor (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2019b, p. 341-342).

Assim, o Estado é o conjunto necessariamente permanente de instituições de uma federação (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020b). É por meio do aparato permanente dele que um governo, transitório, exerce seu poder. Nisso são incluídos os tribunais, as instituições militares, os órgãos legislativos, dentre outros espaços do Poder Público. Mas o Governo, por sua vez, assume espectro de direita, centro ou esquerda. Ele se constitui com pessoas eleitas que governarão a sociedade nos limites cabíveis e darão início ao seu plano de governo. Para isso, os eleitos farão uso da estrutura do Estado, que é permanente (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020b). De tal maneira, as políticas públicas de governo têm, então, tom passageiro, pois estão em voga apenas no intervalo de tempo correspondente ao do mandato, enquanto as políticas públicas de estado são asseveradas noutros princípios. Elas são inabaláveis, perduráveis e transpassáveis aos diferentes estilos e espectros de governo, portanto são atemporais.

Em continuidade ao pensamento sobre as políticas públicas, é interessante observar que no decorrer do desenvolvimento de toda essa reflexão o desejo de definir “problemas públicos” tem falado alto. Isso se justifica porque as noções de “problema público” e “política pública”, juntas, estabelecem um elo tão contundente que não se poderia questionar “Por que haver políticas públicas?” sem imediatamente pensar “Porque elas enfrentam problemas públicos”. Deste modo, conclui-se que ambos os termos são parte de uma relação indissociável, que necessita ser permeada pelo conjunto de visões dos cidadãos de modo ininterrupto – uma ótica que valoriza a participação social e recupera, nas muitas vozes, o sentido da reivindicação por “desamontoar” problemas e convergir ações à execução.

Inicia-se essa discussão com a indicação de que a interação Estado-sociedade, hoje amplamente discutida, tornou possível o acesso aos instrumentos de controle das políticas públicas pela população (PEIXOTO, 2015). É considerar que o embrião da participação social nas distintas etapas do processo das políticas públicas, como o seu planejamento, execução, avaliação e monitoramento, é gerado nos conselhos de gestão pública, que operam permeados pelas muitas vozes: a Voz da Reivindicação.

Os avanços desse tipo de gestão no século XXI são marcados principalmente pela transparência, comunicação e relação simbiótica entre o Estado e a sociedade, por isso é crescente a preocupação com a participação concreta das pessoas para decidir em favor do bem-comum nas nações sob regimes democráticos. Nelas, tem sido cada vez mais palpável o rompimento do voluntarismo estatal e a consequente abertura para a coparticipação dos cidadãos nas instâncias cabíveis do Poder Público com o objetivo de legitimar as políticas públicas por meio da opinião.

Foi com base nesse cenário que Silva (2012) referiu que

[...] o setor administrativo público foi alvo de crescente clamor por participação dos cidadãos, na tomada de decisões governamentais, desde a sua escolha, seguida da implementação e necessário controle, até alcançar seus resultados (SILVA, 2012, p. 62).

Frateschi (2016) ratifica esse excerto ao sustentar seu ponto de vista sobre os canais para a participação social, que são, ao seu ver, instrumentos para a verticalização da democracia. Assim, os instrumentos políticos como as políticas públicas empoderam as minorias sociais, embora o façam também com seus atores. Isso dá margem para que ambos interfiram nas agendas política e de governo nas pautas referentes à formulação de políticas públicas nas distintas áreas.

Sobre isso, é singular o que a Gestão Pública tem assumido hodiernamente. Para ela, a participação dos cidadãos no delineamento das políticas públicas fortalece a democracia e a representação de pessoas e grupos, por isso salvaguarda o bem-comum. Portanto, os canais de participação social nos processos político-democráticos têm importância ressaltada no contexto das políticas públicas, dado que servem para tornar protagonistas as minorias sociais e os demais atores envolvidos nos processos decisórios daquelas. Isso implica, pois, na manutenção da profícua relação entre governos e a sociedade, no sentido do exercício da democracia nas instituições públicas com a efetiva participação social.

Tanta proximidade no diálogo entre Governo e sociedade, embora prudente, incita perceber os problemas sociais sob novos ângulos, isso estimula “dolorosas contrações políticas”. Significa dizer que situações inadequadas que ocorrem no seio da sociedade podem ser apresentadas e problematizadas ao Governo por meio dos atores dessa mesma sociedade; eles requererão soluções. Assim, esse movimento culmina no enredo de que se entenda que as políticas públicas visam, ao fim e ao cabo, solucionar problemas públicos.

Vale ressaltar, neste ponto, uma máxima que se localiza no cerne da disciplina de Políticas Públicas. Trata-se de um “dito” que traduz a ineficiência da Administração Pública como pouco “resolvedora” dos problemas reais, efetivamente públicos, que significam a um massivo número de pessoas da população. A máxima consiste em que os problemas públicos são considerados como tal apenas porque, por sê-los, afetam um número significativo e relevante de pessoas na sociedade. Assim, se o problema afeta a muitos, tem-se um problema público, caso contrário não o é.

Tietje (2018) mesmo entende o problema público como uma condição social. Para ele, uma “[...] condição inaceitável na sociedade é um problema público.”<sup>7</sup> (TIETJE, 2018, p. 106, tradução nossa). Autores como Secchi, Coelho e Pires (2019), por outro lado, priorizaram uma abordagem mais empática para explicar os problemas públicos, muito embora não tão antagônica àquela anterior, a de Tietje (2018). Os pesquisadores inferem que para um problema ser considerado público ele deve ter claras implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas, valendo-se de uma negociação intersubjetiva. Desta maneira, o problema só pode ter caráter público quando os atores, no bojo da compreensão ajuizada entre si, o consideram uma situação inadequada e necessariamente relevante para a coletividade.

Há décadas, L. Aguilar apresentou uma definição sobre problemas públicos que destoa de maneira significativa dessas há pouco apresentadas. O pesquisador buscou demonstrá-la de modo complexo e comunicável com as agendas formais políticas, ou seja, a agenda do governo, que são conjuntos de problemas ou temas que recebem especial atenção pelo Governo, e a agenda pública, que, similar a outra, são conjuntos de problemas ou temas que recebem especial atenção, contudo pelo Público, ou os sujeitos sociais. Assim, Aguilar (1993<sup>8</sup> apud MONTECINOS, 2007, p. 328, tradução nossa) diz:

[...] processo pelo qual uma questão, oportunidade ou tendência, já aprovada e inserida na agenda de políticas públicas, é estudada, explorada, organizada e possivelmente quantificada pelos stakeholders [...].<sup>9</sup>

Entende-se, a partir disso, que a noção de problemas públicos se constitui, então, no entorno dos fenômenos que se formam no interior dos grupos sociais. São

---

<sup>7</sup> Texto no original: “[...] unacceptable condition in society is a public problem.”.

<sup>8</sup> AGUILAR, L. Estudio introductorio. *In*: AGUILAR, L. **Problemas públicos y agenda de gobierno**. Ciudad de México: Miguel Ángel Porruá, 1993. pp. 15-72.

<sup>9</sup> Texto no original: “[...] proceso mediante el cual una cuestión, oportunidad o tendencia, ya aprobada y colocada en la agenda de la política pública, es estudiada, explorada, organizada y posiblemente cuantificada por los interesados [...]”.

fenômenos que conformam um crescente, no sentido da “inflamação” dos grupos. Isso significa que à medida que os problemas públicos são externalizados por uma coletividade, eles se tornam devidamente conhecidos e, por isso, amplificados. Depois, são fortalecidos mediante o apoio de outros indivíduos, ocorrência que se deve à consolidação de uma relação em que membros da sociedade se reconhecem numa causa relacionada a uma determinada área de desenvolvimento social e por esse motivo se unem para enfrentar os problemas no meio com senso de comunidade.

Ao ver disso, percebe-se que os problemas públicos são fenômenos que afetam a uma quantidade ou qualidade considerável de pessoas e ganham lugar de destaque nas agendas pública e de governo. Mais além, destaca-se, ainda, que qualquer fenômeno no âmbito das áreas de desenvolvimento social, quer elas sejam Saúde, Educação, Segurança, Gestão, Meio Ambiente, Saneamento, Habitação, Emprego, Renda, Previdência Social, Planejamento Urbano, Justiça, Cidadania, Economia, Assistência Social, Relações Internacionais, Cultura, Esporte, Ciência, Tecnologia, Inovação, Infraestrutura e Transportes, dentre outras, pode ser considerado um problema público caso sejam provadas as suas implicações e relevância para a coletividade social.

O pensamento se encerra neste sentido ao concluir, de modo elucidativo, que enquanto as políticas públicas estão estritamente relacionadas à abrangência das áreas de desenvolvimento, os problemas públicos, por sua vez, evidenciam a necessidade para as políticas públicas serem, num primeiro momento, discutidas, depois, elaboradas e, então, implementadas. Isso se justifica pela intrínseca relação entre ambos, isto é, as políticas públicas e os problemas públicos. É dizer que são os problemas públicos, portanto, que concretizam a causa para as políticas públicas existirem.

Já noutra âmbito de reflexão, tem-se o entendimento de que em todas as áreas de desenvolvimento os problemas públicos podem ser evidenciados por meio de indicadores. Fala-se de alguma unidade ou critério que parametriza percepções ou entendimentos sobre fenômenos ou eventos. Assim, no que se refere especificamente à promoção da leitura no Brasil, nesta pesquisa, o documento Retratos da Leitura no Brasil (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, 2020) pode ser trazido a esta relação com a finalidade de demonstrar o seu uso como fonte de informação que detém indicadores

que resgatam problemas públicos relacionados à promoção da leitura no país. Os números a seguir demonstram isso.

Segundo consta no documento, ao longo de 12 anos, isto é, de 2007 a 2019, percebeu-se ter havido queda e estagnação no percentual de leitores por região do Brasil. A Região Norte registrou aumento de 2% no índice de leitores em relação ao resultado da pesquisa de 2015. Em 2015, 8% da população dessa região foi considerada leitora e em 2019, 10% (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, 2020).

A Região Nordeste, por outro lado, registrou estagnação. Em 2015 era 25% o índice de leitores e em 2019 esse percentual se manteve. Contudo, o Centro-Oeste brasileiro registrou queda de 1%. Em 2015, 8% dos entrevistados dessa região foram considerados leitores e em 2019, 7%. Também houve queda na Região Sudeste. Em 2015, 46% das pessoas dessa região foram consideradas leitoras, mas em 2019, 42% o foram. A Região Sul, no entanto, registrou aumento. Quando em 2015 apenas 13% dos entrevistados foram considerados leitores, em 2019 o foram 16% deles (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2016, 2020).

Outro indicador pertinente relacionado à promoção da leitura, mas em âmbito internacional, é o produzido pelo *Programme for International Student Assessment*<sup>10</sup> (PISA). A avaliação do PISA consiste num exame aplicado trienalmente, em todo o mundo, a estudantes com 15 anos de idade. Ele visa avaliar as habilidades essenciais dos estudantes para atuarem e participarem em sociedades modernas. Desta maneira, o foco da avaliação está concentrado no conteúdo das disciplinas de ciências, leitura e matemática – nichos de domínio teórico amplamente aferidos nos testes (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2019, 2021; SCHLEICHER, 2019).

Na última edição do PISA, ocorrida em 2018, os países latino-americanos que regularmente o aplicam não obtiveram significativa evolução se comparados ao desempenho dos países membros da *Organisation for Economic Co-operation and Development*<sup>11</sup> (OCDE), cujos resultados estiveram acima dos valores médios.

Essa informação antecipa a funesta aposta de que os países da América Latina estiveram classificados abaixo dos valores médios na avaliação da edição de 2018. Fala-se de países que participam trienalmente dos testes. Eles correspondem aos

---

<sup>10</sup> Tradução livre: “Programa para a Avaliação Internacional de Estudantes.”

<sup>11</sup> Tradução livre: “Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica.”

seguintes: Argentina; Brasil; Chile; Colômbia; Costa Rica; México; Panamá; Peru; República Dominicana; Uruguai. Portanto, especificamente referente à prova de competência em leitura nas avaliações do PISA de 2018, viu-se pouco mais de 400 pontos obtidos para uma grande maioria dos países da Região, apesar de alguns deles não terem nem se aproximado ligeiramente desse valor.

Os valores médios específicos para o teste de competência em leitura para os países latino-americanos em 2018 são os seguintes, em ordem decrescente: Chile: 452 pontos; Uruguai: 427 pontos; Costa Rica: 426 pontos; México: 420 pontos; Brasil: 413 pontos; Colômbia: 412 pontos; Argentina: 402 pontos; Peru: 401 pontos; Panamá: 377 pontos; República Dominicana: 342 pontos (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2019).

Com a finalidade de traçar um comparativo entre duas edições do PISA, que se teme ser um ato que demonstre a retroatividade de tal insucesso na América Latina, aborda-se, pois, o PISA 2015. Nessa edição da avaliação, a porcentagem de estudantes com baixa performance em leitura nos países da América do Sul em que houve a aplicação do teste correspondeu aos seguintes números: Peru, 54%; Brasil, 51%; Colômbia, 43%; Uruguai, 39%; Chile, 28%. Esses foram os únicos países avaliados na Região.

Compreendeu-se com o vislumbrar desses dados que mais da metade dos jovens avaliados tanto no Peru quanto no Brasil, à época da aplicação da prova, apresentaram baixo desempenho em leitura. Imediatamente após, estiveram a Colômbia (43%), o Uruguai (39%) e o Chile (28), sendo este o único país sul-americano, inclusive em ambas as edições do PISA vistas neste estudo, com o menor valor de baixa performance em leitura (BOS *et al.*, 2016).

Isso posto, vale destacar que indicadores como esses oportunizam demonstrar a urgência da implementação concreta de políticas públicas que versem à educação pública; mais, quer versem à competência em leitura por meio do letramento. Assim, uma das preocupações relevantes, no sentido do desejo de políticas públicas efetivas que contribuam para melhorar a competência em leitura dos estudantes especificamente, tem a ver com as políticas públicas do livro e leitura. Elas são instrumentos políticos que podem cooperar para contornar os índices desastrosos de proficiência em leitura de jovens, mas não apenas, nos países da América Latina. Desta forma, algumas delas serão elencadas na seção seguinte. São políticas

públicas do livro e leitura de países latino-americanos. Assim, parte-se à sua análise observando o que cada política pública objetiva em linhas gerais e, baseado nisso, após tal compilação, será proposto um conceito para o termo “políticas públicas do livro e leitura”.

### **3.2 Políticas públicas do livro e leitura: um conceito em aberto e amparado em documentos latino-americanos**

Para iniciar esta abordagem, resgata-se as contribuições de Ceretta (2015). A pesquisadora uruguaia entende que as políticas públicas de promoção da leitura nos países ibero-americanos passaram por um momento de impulsionamento, ou seja, elas foram estimuladas tanto pelo apoio obtido do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC) quanto pelo lançamento do *Plan Iberoamericano de Lectura*<sup>12</sup>, ocorrido em 2004.

Camillo e Castro Filho (2020a), por sua vez, não prescrevem informações ao nível da Região Ibero-Americana, mas da Sul Americana. Em pesquisa, os estudiosos indicam que países da Região têm formulado, ao longo dos últimos anos, algumas políticas públicas federais para promover o livro e a leitura, e por esse motivo os pesquisadores elencam, em pesquisa, as seguintes nações: Argentina; Brasil; Chile; Colômbia; Equador; Paraguai; Uruguai.

No Uruguai, em 2005, surgiu o *Plan Nacional de Lectura*<sup>13</sup>, que é uma política pública subordinada à *Dirección de Educación del Ministerio de Educación y Cultura*<sup>14</sup> no país. O objetivo do documento gira entorno do desenvolvimento social. De modo claro, ele consiste, sobretudo, em promover, articular e divulgar ações em favor da leitura e da escrita, entendendo-as como ferramentas para desenvolver a inclusão social e ativar o desenvolvimento no país (URUGUAY, 2018).

No Brasil, há o PNLL, que é uma política pública com difusão a partir de 2006. Seus atores foram os Ministérios da Educação e da Cultura. Ainda, sua última atualização ocorreu em 2014, cujas alterações não são substanciais. O PNLL visa trabalhar com a leitura com a finalidade de desenvolver a sociedade e a cidadania nos brasileiros. Além disso, ele almeja antever transformações necessárias ao país a fim

---

<sup>12</sup> Tradução livre: “Plano Ibero-Americano de Leitura.”.

<sup>13</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Leitura.”.

<sup>14</sup> Tradução livre: “Direção de Educação do Ministério da Educação e Cultura.”.

de que seja construído um projeto de nação baseado na organização social mais justa (BRASIL, 2006).

Em 2008, nascia na Argentina, por meio da publicação de uma resolução ministerial, o *Plan Lectura: Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura*<sup>15</sup>. Essa é uma política pública do livro e leitura no país que objetiva centralizar a leitura em todos os níveis do sistema educativo argentino. É um documento que visa tal ação ao entendê-la como necessária para promover a educação ao longo da vida, a construção da cidadania responsável e a livre circulação do conhecimento no país (ARGENTINA, 2007).

A Colômbia, no que lhe toca, destaca-se por ter duas políticas públicas do livro e leitura importantes: o *Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi cuento”*<sup>16</sup> e o *Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Preescolar, Básica y Media*<sup>17</sup>, publicadas, ao que tudo indica, no ano de 2011. A primeira delas visa aumentar o número de leitores e de frequência de leitura no país, sem deixar de lado a qualidade com que a leitura é realizada. Já o segundo documento versa o desenvolvimento da leitura aos alunos da educação pré-escolar, básica e média (CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020a; COLOMBIA, 2012, 2018).

Posteriormente, em 2014, publicou-se no Paraguai o *Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjerahua, en el Paraguay, leemos”*<sup>18</sup>, cuja finalidade é similar à da política pública uruguaia. Isso significa que o documento paraguaio tem como objetivo fomentar a leitura e a escrita como instrumentos efetivos do desenvolvimento cultural e econômico assim como de inclusão social no país (PARAGUAY, 2013).

No mesmo ano, a *Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020*<sup>19</sup> foi anunciada no Chile. Trata-se de um documento atualizado em 2014. Sua sanção no país ocorreu há muito, ainda em 2007. Um dos marcos desse documento é que ele consiste numa política pública que incorpora antecedentes jurídicos e administrativos que regem o setor do livro e da leitura em todo o Chile (CHILE, 2014).

No Equador, em 2017, foi divulgado o *Plan Nacional del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”*<sup>20</sup>. Ele é um documento que tem arrolado a si a premissa de que a leitura

---

<sup>15</sup> Tradução livre: “Plano de Leitura: Programa Educativo Nacional para a Melhora da Leitura.”.

<sup>16</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Leitura e Escrita “Ler é meu conto”.”.

<sup>17</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Leitura e Escrita de Educação Pré-escolar, básica e média.”.

<sup>18</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Leitura “Ñandepotyjerahua, no Paraguai lemos”.”.

<sup>19</sup> Tradução livre: “Política Nacional de Leitura e do Livro 2015-2020.”.

<sup>20</sup> Tradução livre: “Plano Nacional do Livro e Leitura “José de la Cuadra”.”.

é uma prática tanto individual quanto coletiva e que é por meio dela que as pessoas adquirem habilidades para interpretar a realidade em que vivem e criam sentidos e significados sobre o seu entorno (ECUADOR, 2017).

Já no ano imediatamente posterior, isto é, em 2018, surgiram a brasileira PNLE e o chileno *Plan de Lectura “Leo Primero”*<sup>21</sup>. A PNLE é uma política pública instituída como uma estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a literatura, a escrita e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018). Depois, no caso do *Plan de Lectura “Leo Primero”*, ele é um documento especialmente direcionado à promoção dos livros, da leitura e das bibliotecas para as crianças do ciclo da educação básica no Chile (CHILE, 2019).

Destaca-se que outros países latino-americanos podem ser incluídos na lista dos com políticas públicas do livro e leitura. Seus documentos também elencam objetivos gerais referentes à promoção da leitura. As nações de que se fala são estas: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana e Venezuela (CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, [2021]).

No Panamá, há os documentos *Plan Nacional de Lectura en Panamá*<sup>22</sup>, publicado em 2008, e o *Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura*<sup>23</sup>, que tem altas chances de ter sido publicado em 2013. O *Plan Nacional de Lectura en Panamá* busca articular, divulgar, fortalecer, informar e promover ações em prol da leitura para crianças, jovens e adultos de todas as regiões do país, respeitando a diversidade (FORO NACIONAL DE LECTURA, 2008). O *Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura*, por sua vez, visa garantir o acesso à cultura escrita como forma de equidade, inclusão social e desenvolvimento da cidadania no país (PANAMÁ, [2013]).

Em 2014, o documento da Costa Rica, chamado *Plan de Seguimiento de la Política Nacional de Lectura y Escritura*<sup>24</sup>, foi publicado. Consta em seu conteúdo que ele nasceu como um esforço da Diretoria de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação Pública para criar, divulgar e posicionar uma política nacional voltada

---

<sup>21</sup> Tradução livre: “Plano de Leitura “Leio Primeiro”.”.

<sup>22</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Leitura no Panamá.”.

<sup>23</sup> Tradução livre: “Plano Nacional de Promoção da Leitura e Escrita.”.

<sup>24</sup> Tradução livre: “Plano de Sequência da Política Nacional de Leitura e Escrita.”.

para a promoção do desenvolvimento da leitura e da escrita da comunidade educacional do país (COSTA RICA, 2014).

Em 2016, Honduras publicou o seu *Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de Leer”*<sup>25</sup>. Esse é um documento que tem como objetivo fortalecer a promoção da leitura em bibliotecas públicas. Ele visa, também, ao fomento de hábitos de leitura às crianças e jovens. Objetiva, ao fim, desenvolver no território hondurenho um projeto nacional igualitário, participativo e democrático, cuja finalidade seja a obtenção de níveis educacional e cultural mais elevados pelos cidadãos do país (HONDURAS, [2016]).

Na Nicarágua, por sua vez, dois documentos se destacam. O primeiro é o *Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura*<sup>26</sup>, cujo ano de publicação foi 2005 (NICARAGUA, 2005). Nesse mesmo período, houve a elaboração do *Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua*<sup>27</sup>, a segunda política pública do país (PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA, 2005).

O objetivo do *Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura* é formar leitores que entendam a leitura como uma prática voluntária tanto para se informar quanto para o desfrute, visando que eles se tornem leitores autônomos e críticos (NICARAGUA, 2005). No caso do *Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua*, seu propósito é destacar o papel que as bibliotecas públicas exercem na sociedade, e se deseja realizar isso ao promover os livros e a leitura para a formação nos domínios cultural, educacional, econômico, político e social da vida das pessoas no país (PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA, 2005).

Na República Dominicana, em 2016, publicou-se o *Plan Nacional del Libro y la Lectura*<sup>28</sup>. Seu objetivo geral tem diferentes ênfases. Ele se resume a promover a cultura como um meio para enfrentar a pobreza e a ignorância. Ainda, ambiciona combater o niilismo em evidência no país e ainda deseja iniciar ações regulatórias para construir um novo modelo de cidadania cultural na República Dominicana (REPÚBLICA DOMINICANA, 2016).

---

<sup>25</sup> Tradução livre: “Plano de Formação em Promoção da Leitura em Honduras “Tempo de Ler”.”.

<sup>26</sup> Tradução livre: “Plano Estratégico Nacional do Livro e Leitura.”.

<sup>27</sup> Tradução livre: “Plano Nacional da Leitura proposto pelas Bibliotecas Públicas da Nicarágua.”.

<sup>28</sup> Tradução livre: “Plano Nacional do Livro e Leitura.”.

Em 2017, surge em El Salvador a política pública chamada *Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 "Puesiesque"*<sup>29</sup>. Esse documento, cuja conceituação foi feita pela Coordenação da Rede de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura da Presidência da República do país, tem como objetivo transformar as Bibliotecas Públicas em espaços de leitura e escrita comunitária de forma a promover o direito ao acesso à leitura (EL SALVADOR, 2017).

No ano seguinte, 2018, contudo na Venezuela, o documento *Plan Nacional de Lectura "Manuel Vadell"*<sup>30</sup> foi publicado. Essa política pública é um projeto nacional que busca promover os autores venezuelanos, formar leitores e impulsionar o setor do livro no país. Seu objetivo geral diz respeito a aumentar a população leitora no país, fortalecer a identidade nacional e formar nos cidadãos um pensamento crítico e anti-hegemônico (REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2018).

Após tantas elucidações, notou-se, de maneira importante, que os documentos vistos até este ponto se enveredam por rotas paralelas a fim de chegarem ao mesmo objetivo, que é o de promover os livros e a leitura. Isso significa que cada documento detém compreensões próprias sobre como promover esses elementos, lançando mão, portanto, de recursos e estratégias diversos, que exprimem concepções sobre a promoção da leitura por meio de um registro oficial do Estado. Isso caracteriza, senão, um discurso dos vários Estados latino-americanos quanto ao que eles compreendem ser a promoção da leitura, evidenciada em suas políticas públicas.

Cada documento carrega consigo intencionalidades particulares expressas por meio de objetivos específicos próprios, sendo que cada conjunto de objetivos específicos, em cada documento, mesmo que divirjam entre si, incorrem num único objetivo geral, que trata de promover o livro e a leitura no contexto nacional. Sendo assim, percebeu-se que as políticas públicas do livro e leitura abordadas há pouco idealizam, entre um documento e outro, o seguinte: a construção da cidadania; a formação de leitores; o desenvolvimento da leitura; o desenvolvimento da escrita; a inclusão social; o desenvolvimento econômico do país; a aquisição de habilidades para interpretar o mundo; a elevação dos níveis de educação e cultura; o impulsionamento do setor do livro; o fortalecimento da identidade nacional (Figura 6).

---

<sup>29</sup> Tradução livre: "Plano Nacional de Leitura e Escrita 2017 "Puesiesque".".

<sup>30</sup> Tradução livre: "Plano Nacional de Leitura "Manuel Vadell".".

**Figura 6** – Metas de políticas públicas do livro e leitura.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Portanto, compreende-se que as políticas públicas do livro e leitura são a aplicação de medidas no mundo concreto, enquanto instrumentos de ação política, que visam ao seguinte: desenvolver a cidadania; formar leitores; melhorar a competência escrita; promover a inclusão social; engajar o país economicamente; proporcionar a condição de ser e estar no mundo de modos distintos; elevar os níveis educacional e cultural das pessoas; fortificar o desenvolvimento do setor do livro e fortalecer identidades territoriais. Isso por meio do acesso aos livros, físicos e digitais, valendo-se das distintas tipologias de biblioteca e demais espaços educacionais e culturais de socialização para tanto, objetivando que leitores, ao serem estimulados de maneira apropriada, sejam formados efetivamente. Assim, as políticas públicas dessa natureza representam um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo

concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da leitura.

Esse conceito se consolida como uma proposta inicial, aberta ao diálogo acadêmico, para compreender, em linhas gerais, do que tratam as políticas públicas do livro e leitura. Há no conceito elaborado elementos que não fogem ao que é comumente visto em documentos desse tipo. Trata-se de ações que orbitam com regularidade os objetivos de instrumentos políticos desta natureza, a que diz respeito à promoção da leitura.

Porém, o elemento que não é usualmente percebido em políticas públicas do livro e leitura, mas que se vincula oportunamente ao contexto, é o desenvolvimento sustentável. Ele, que se fundamenta na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, compõe o núcleo desta pesquisa. Assim ocorre porque se considera, como visto nos pressupostos teóricos de Camillo (2020a) e Camillo e Castro Filho (2019a, 2019b, 2020a, 2020b), que se os modos de desenvolvimento social, econômico e ambiental se alteram ao longo do tempo, devido a fatores internos e externos ao país, as políticas públicas, de modo geral, devem se adequar às novas demandas vigentes, logo não seria diferente para as políticas públicas do livro e leitura em específico. Inclusive, Jacobi (2003, p. 192) reflete o seguinte:

Existe [...] a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais, como caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental.

Ao conjecturar sobre essa acepção do pesquisador, afirma-se que as políticas públicas do livro e leitura preceituam o acesso aos meios de informação pelas pessoas, afinal, não são os livros tais meios cuja existência diz respeito a atender às necessidades de informação daquelas? Portanto, no âmbito das políticas públicas estadocêntricas, é possível que, por meio de ações de promoção da leitura previstas em políticas públicas do livro e leitura que se valem dos livros para formar leitores, esforços sejam direcionados à alteração do quadro de degradação socioambiental muito em voga no atual contexto. Tal reversão pode ocorrer quando práticas educacionais sustentáveis, efetivas e de qualidade forem desenvolvidas para contribuir com o atendimento das necessidades dos sujeitos como “pessoas humanas” de se tornarem leitores. É nesse ensejo que eles podem sê-lo, dignos humanamente e leitores, à medida que se apropriam da noção de desenvolvimento sustentável para salvaguardar os bens sociais e ambientais diante de um cenário de

readequação dos modelos econômicos de desenvolvimento vigentes na sociedade. Proposições como essas ratificam o que Jacobi também afirmou:

Há uma demanda atual para que a sociedade [...] seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelo binômio da sustentabilidade e do desenvolvimento num contexto de crescente dificuldade na promoção da inclusão social (JACOBI, 2003, p. 192).

Diante dessas cogitações, assume-se, como analogia, que dentrar o veículo do desenvolvimento sustentável pressupõe manter os olhos no horizonte, contemplando “o adiante”, e não mais focalizar o que outrora esteve no retrovisor. Isso quer dizer que, embora seja importante compreender as visões tradicionais, clássicas, que orbitam o fomento à leitura, os tempos mudaram. Com isso, as demandas para o presente tempo também cambiaram e, atualmente, não apenas as dimensões social e econômica importam nos debates atuais. Cada vez mais é fundamental que a dimensão ambiental penetre transversalmente os distintos contextos, temáticas e discussões e é em razão disso que os argumentos produzidos aqui sobre a vinculação das políticas públicas do livro e leitura ao desenvolvimento sustentável para promover a leitura sustentavelmente são justificados neste instante.

Isso posto, as dimensões e pilares do desenvolvimento sustentável serão tratados oportunamente logo a seguir, momento em que a noção dessa forma de desenvolvimento será aproximada do conceito de políticas públicas do livro e leitura, movimento que propiciará elucubrar alguns critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas dessa natureza.

## **4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO E LEITURA: A EMERGÊNCIA DE CRITÉRIOS ENTRE DOIS DOMÍNIOS**

Esta seção da pesquisa visou formular critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura. Porém, para que isso ocorresse, foi fundamental apresentar e caracterizar as dimensões e os pilares do desenvolvimento sustentável.

Algumas compreensões sobre desenvolvimento e crescimento econômico perpassaram as reflexões. Elas sugerem uma visão de desenvolvimento integral harmonizado para as nações. Depois, as metas do conceito de políticas públicas do livro e leitura foram aproximadas da noção de desenvolvimento sustentável, agir que incidiu na composição de critérios, posteriormente chamados de “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”, e na confluência destes com as metas do conceito de políticas públicas do livro e leitura.

A seção finda com o pressuposto de que os “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura” implicam nas metas do ODS 4 da Agenda 2030, sendo que isso pode surtir na compreensão de uma possível “promoção sustentável da leitura”.

### **4.1 Dimensões e pilares do desenvolvimento sustentável**

Em razão dos enormes avanços industriais e tecnológicos ocorridos nos últimos três séculos, o padrão de vida das pessoas mudou rapidamente na sociedade. Houve alterações profundas do estilo de vida de uma ampla maioria de pessoas. Assim, as formas de se comunicar, de produzir bens e serviços, e ainda de consumi-los, mudaram e o acúmulo dessa prática ao longo dos séculos ocasionou o progresso social inadequado, que incorre, devido a uma combinação de fatores sociais, ambientais e econômicos, em desequilíbrios ecossistêmicos locais e globais na atualidade (BARBIERI, 2020).

O resultado do que foi conhecido como “dano ao meio ambiente” deu origem a novas ameaças a serem enfrentadas por todos hoje em dia. Trata-se de desequilíbrios no ambiente que necessitam ser ajustados com certo grau de urgência. Contudo, as práticas “corretoras” dos desbalanços orgânicos vistos atualmente devem estar

alicerçadas numa forma de desenvolvimento que vise à sustentabilidade. Assim, uma concepção que tem ganhado no mundo cada vez mais proeminência nos inúmeros contextos, desde a década de 1950 com o protagonismo de ambientalistas e hodiernamente de maneira transversal, é denominada “desenvolvimento sustentável” (BARBIERI, 2020; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 2009).

A mais comum definição de desenvolvimento sustentável consta no relatório da Comissão Brundtland chamado *Our Common Future*<sup>31</sup>. Nesse documento, o desenvolvimento sustentável é entendido como uma filosofia que compreende a busca contínua de qualidade de vida das pessoas no Planeta. Assim, é esperado que o desenvolvimento sustentável “[...] atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades.<sup>32</sup>” (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1987, p. 41, tradução nossa).

Tunmise e Abimbola (2016, p. 145, tradução nossa) explicam, de forma correspondente, que o desenvolvimento sustentável é uma filosofia que compreende aquilo que “[...] atende às necessidades da geração presente sem invadir a força da geração futura para satisfazer suas próprias necessidades.<sup>33</sup>”. Mais além, Roorda, Corcoran e Weakland (2017, p. 9, tradução nossa) afirmam que

O desenvolvimento sustentável envolve a distribuição da prosperidade entre as várias partes do mundo de hoje, e também a distribuição dessa prosperidade entre os humanos de hoje e os humanos do futuro.<sup>34</sup>

Isso posto, entende-se que o desenvolvimento sustentável objetiva responder às necessidades da geração atual ao se ter em mente a obrigação de não barganhar a capacidade dos futuros cidadãos de também conseguirem atender às suas próprias necessidades no devido tempo. Isso pressupõe uma atuação intra e intergeracional das pessoas ainda hoje. É dizer que as gerações atuais devem se engajar em práticas sustentáveis a fim de subsidiarem não apenas o seu sustento, mas também o das

---

<sup>31</sup> Tradução livre: “Nosso Futuro Comum.”.

<sup>32</sup> Texto no original: “[...] meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”.

<sup>33</sup> Texto no original: “[...] meets the needs of the present generation without encroaching on the strength of the future generations to satisfy its own needs.”.

<sup>34</sup> Texto original: “Sustainable development involves the distribution of prosperity between the various parts of today’s world, and also de distribution of that prosperity between humans today and humans of tomorrow.”.

gerações futuras ao privilegiarem uma ótica diacrônica, integral e perene de desenvolvimento e crescimento econômico.

A garantia da sustentabilidade como resultado do esforço do planejamento econômico das nações “materializa-se” na disposição dos países para compreender o desenvolvimento sustentável não como uma “muralha”, mas como uma “ponte” que oportuniza as demais formas de desenvolvimento avançarem harmoniosamente na sociedade, tais quais o social, o econômico e o ambiental.

Entretanto, vale esclarecer que o termo “desenvolvimento” tem sido associado a distintas concepções e contextos nas últimas décadas. Gadotti (2005) bem explicou que o adjetivo “sustentável”, associado ao termo “desenvolvimento”, sofreu grandes desgastes ao longo do tempo. Assim, hoje em dia, fala-se em desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento, crescimento econômico e muitos outros, sendo essas algumas das variações encontradas na literatura (CORREIA; DIAS, 2016). Porém, Sachs (2009) esclarece que dois desses conceitos são sinônimos; no caso, “desenvolvimento sustentável” e “ecodesenvolvimento”, embora, aqui, restringir-se-á ao uso de apenas um deles.

Devido à popularidade do termo “desenvolvimento sustentável”, esta pesquisa adotou-o como preferido nas discussões que seguirem. Isso se deveu porque a expressão “ecodesenvolvimento” muito possivelmente não compõe a ampla consciência fonológica da maioria dos que a ouvem por meio das mídias. Mas com o “desenvolvimento sustentável” é diferente; ele está presente corriqueiramente nos diversos meios de comunicação. Inclusive, ele difere conceitualmente da noção de “crescimento econômico”, embora ambas se relacionem mutuamente. No que se refere a esse termo, é frequente que equívocos sejam cometidos quando dele se faz uso.

Supõe-se, com recorrência, que “crescimento econômico” seja sinônimo de “desenvolvimento”, como nos sentidos de “avanço” e “progresso”. Entretanto, Sachs (2008, p. 14) esclarece que “O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades [...]”. Dito de outro modo, o desenvolvimento, para sê-lo genuinamente, tem que objetivar a melhoria da qualidade de vida das pessoas. É como Rodrigues (2012, p. 157) defendeu: “O crescimento econômico é um meio para expandir liberdades, as quais dependem de outros determinantes, como educação,

saúde e direitos civis.”. Isto é, o crescimento se configura como um elemento intermediário necessário para que as ações oportunas e transformadoras de desenvolvimento social aconteçam na sociedade. Ou seja, evoluir como coletividade atravessa indispensavelmente a necessidade de haver o crescimento das distintas formas de economia do país, pois são elas que incidirão nos micro e macrodesenvolvimentos, afetando comunidades localmente e grandes centros urbanos; por consequência, o país como um todo.

Por outro lado, o desenvolvimento vai mais além do aspecto quantitativo e da “balança econômica” do país. Isso significa que ele perspectiva, também, proposições qualitativas que performam o bem-estar humano nas suas distintas possibilidades e necessidades. O crescimento econômico, por sua vez, permanece com os olhos voltados às projeções numéricas, quer dizer, aos ganhos e às perdas econômicas, aos superávits e déficits da nação, à evolução ou estagnação do país no cenário econômico mundial, dentre outras referências importantes.

Milaré (2013), no entanto, diante da tentativa dualista comumente vista na literatura para validar as compreensões sobre o desenvolvimento ou o crescimento econômico, propõe uma nova compreensão para a ideia de progresso. Apesar do pesquisador ter referido que o conceito de desenvolvimento transcende o de simples crescimento econômico, ele evidencia de maneira imediata que “[...] a verdadeira alternativa excludente [entre um e outro] está entre [o] desenvolvimento integral harmonizado e [o] mero crescimento econômico.” (MILARÉ, 2013, p. 67).

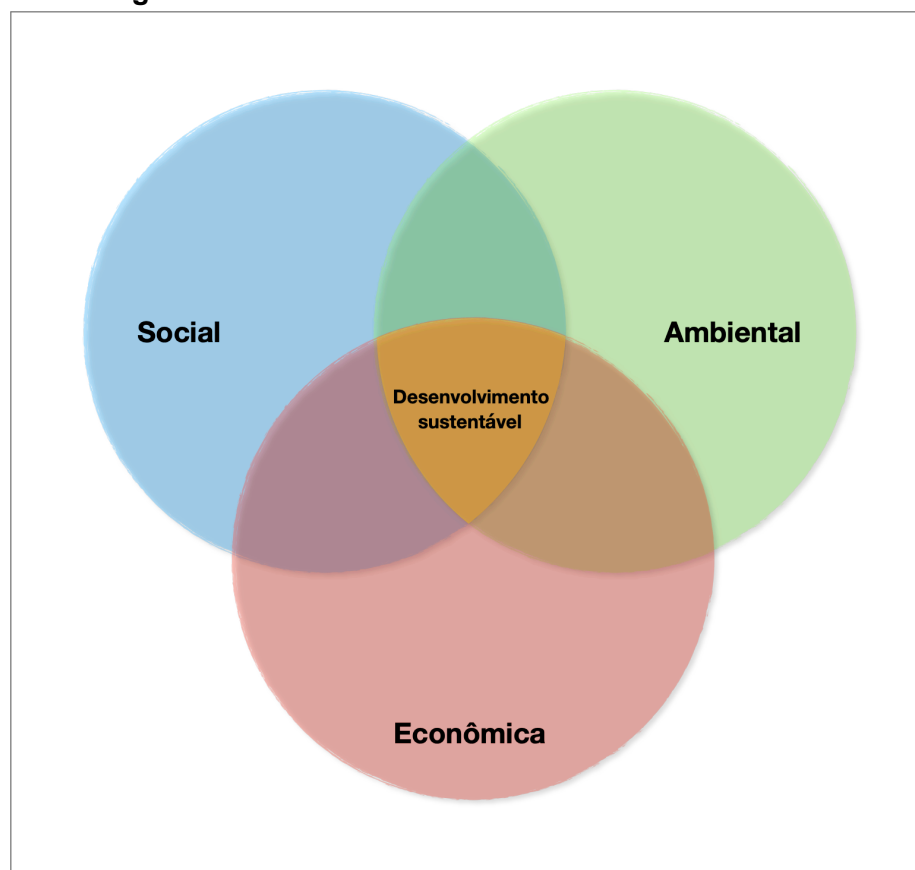
Essa nova aceção é oportuna pois desestabiliza a relação dicotômica entre os termos “desenvolvimento” e “crescimento econômico” e apresenta o “desenvolvimento integral harmonizado” como alternativa. Isso quer dizer que as ideias de progresso presentes em “desenvolvimento” – proposições qualitativas que performam o bem-estar humano nas suas distintas possibilidades e necessidades – e em “crescimento econômico” – projeções numéricas referentes aos ganhos e às perdas econômicas, aos superávits e aos déficits, à evolução ou à estagnação do país no cenário econômico mundial – podem ser reapropriadas como uma forma de desenvolvimento que abrange, de maneira simétrica, as várias áreas de desenvolvimento e crescimento do país.

Em Milaré (2013), essa abordagem corresponde a uma corrente de pensamento mediadora e um tanto quanto ecológica. Significa que “desenvolvimento”

e “crescimento econômico” são noções mutuamente dependentes, e podem estar reunidas numa única abordagem que objetive o amplo progresso sem preterir a coadunação entre as dimensões social, econômica e ambiental. A efetivação desse anseio no plano global pode ocorrer, assim, por meio da proposta “milareniana”, dado que o “desenvolvimento integral harmonizado” pode encaminhar ações de desenvolvimento de cunho socioeconômico ambiental com maior efeito.

As várias áreas, ou dimensões, de progresso no país cujo desenvolvimento integral harmonizado pode visar são a ambiental, a econômica e a social. São essas três que, inter-relacionadas, aninham a concepção de desenvolvimento sustentável, como visto na Figura 7 a seguir.

**Figura 7** – Dimensões do desenvolvimento sustentável.



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base em Nascimento (2012, p. 55-56).

Quando se trata do desenvolvimento sustentável, é comum que a dimensão ambiental seja a primeira, e eventualmente a única, apropriada pela ampla maioria das pessoas. Ela objetiva convergir ações que alinham os modelos de produção e consumo de bens e serviços à base em que a economia se assenta no país.

Nascimento (2012, p. 55), ao inferir nesse sentido, considera que “Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua autorreparação ou capacidade de resiliência.”. Isso quer dizer que a economia deve ser compreendida como um sistema que se relaciona diretamente com a natureza e que impactos gerados a partir do funcionamento de subsistemas econômicos, isso na relação de produção e consumo, interferem diametralmente na homeostase ou equilíbrio do meio (NASCIMENTO, 2012).

Em seguida, há a dimensão econômica. Ela visa a desmaterialização da economia. Noutras palavras, essa dimensão se ampara no conceito de ecoeficiência, que é quando se busca a inovação tecnológica contínua para que o desenvolvimento econômico não mais se apoie no ciclo fóssil de produção de energia, como é o caso do carvão, petróleo e gás. Portanto, desmaterializar a economia significa se valer de fontes limpas para a produção de energia. Isso supõe, como indicou Nascimento (2012, p. 55), “[...] o aumento da eficiência da produção e do consumo com economia crescente de recursos naturais [...]”. Esta é uma forma de promover o desenvolvimento sustentável dentro da pauta econômica: recorrer cada vez menos aos recursos naturais (NASCIMENTO, 2012).

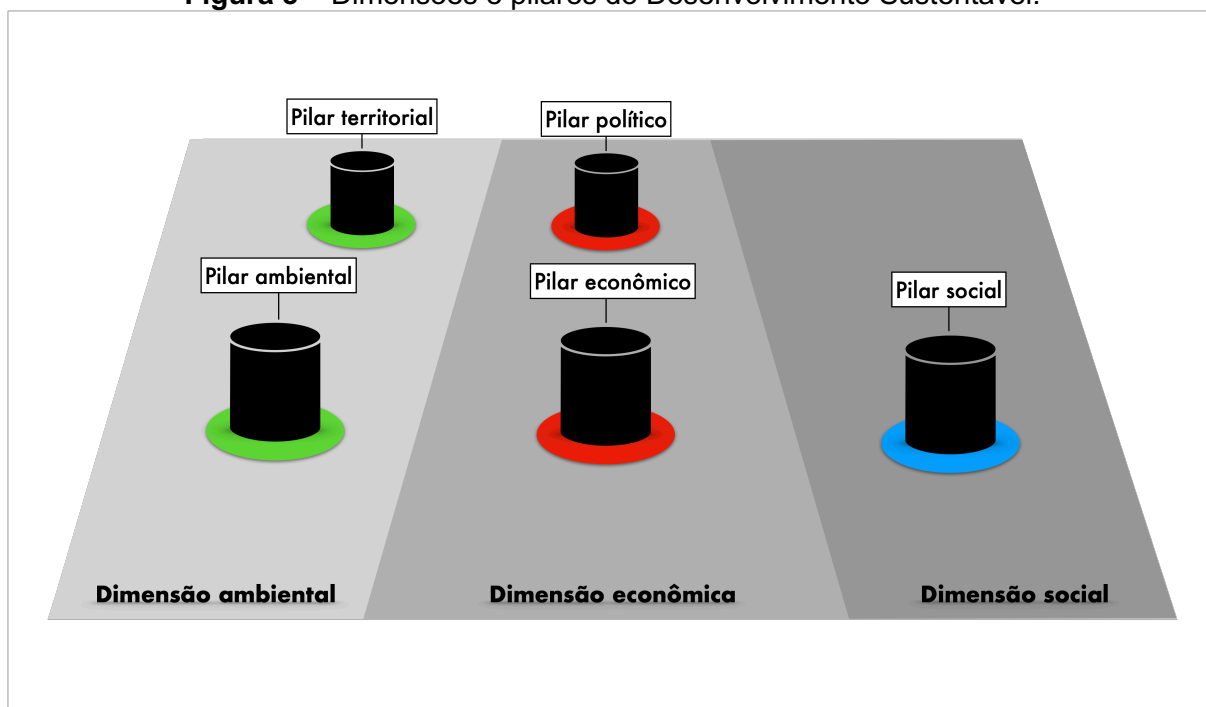
A última dimensão a ser vista é a social. Ela trata de implementar a justiça social como um padrão de regimento do desenvolvimento e crescimento econômico, uma ação que visa ao desenvolvimento sustentável. É como Nascimento (2012, p. 56) considerou: “Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros.”. Isso tem a ver com a promoção de uma economia ecoeficiente ao mesmo tempo conectada com a justiça social e que não interfira no equilíbrio da natureza. Logo, a dimensão social constitui fator fundante da aceção de desenvolvimento sustentável, uma vez que a sociedade e seus meios de produção e consumo se encontram no cerne dos dilemas sobre formas de desenvolver e fazer crescer economicamente o país (NASCIMENTO, 2012).

As dimensões do desenvolvimento sustentável compreendem, ainda, cinco critérios fundamentais. Também chamados de pilares nas obras de Sachs (2008, 2009), os critérios conformam concepções que se alinham, sem nenhuma barreira, às tendências tanto de qualificação quanto de quantificação dos fenômenos sociais.

Morin (2005, p. 177) nos recorda que “[...] os fenômenos sociais são, ao mesmo tempo, econômicos, culturais, psicológicos etc.”. Assim, sabendo das suas várias naturezas, torna-se mais fácil arrolá-los às três dimensões de desenvolvimento sustentável já conhecidas.

Como é visto na Figura 8, adiante, a dimensão social do desenvolvimento sustentável compreende unicamente o pilar social. Na dimensão ambiental há os pilares ambiental e territorial, e no caso da econômica, seus pilares são o econômico e o político.

**Figura 8** – Dimensões e pilares do Desenvolvimento Sustentável.



**Fonte:** Elaborada pelo autor com base em Sachs (2008, 2009).

O pilar social é, sem dúvidas, um dos campos de preocupação do desenvolvimento sustentável. Sachs (2008) considera que esse critério é fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais à sociedade. Isso se justifica devido à disrupção social que assola inúmeros lugares do planeta. Desta maneira, o critério social visa à homogeneidade social, à distribuição de renda justa, ao emprego pleno, à qualidade de vida e à igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais. Cabe nessa lógica, ainda, o desenvolvimento cultural da sociedade, cujo compromisso é sustentado por ações de equilíbrio entre respeito, tradição e inovação, autonomia

para elaborar projetos nacionais integrados assim como ações de autoconfiança combinadas com a abertura para o mundo (SACHS, 2009).

O meio ambiente também chama a atenção nesse sentido devido à sua característica de ser uma fonte de recursos naturais. É por essa razão que Sachs (2008) o apreende como um pilar fundamental do desenvolvimento sustentável. O pesquisador o entende como detentor de duas dimensões, sendo uma que considera os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e outra que os vê como “recipientes” para a disposição de resíduos.

Como o estudioso bem descreveu em obra posterior (SACHS, 2009), partindo do ponto de vista ecológico, é importante que haja a preservação do potencial do “capital natureza” ao tratar da produção de recursos renováveis, visão que se alinha à primeira dessas dimensões, a que se refere aos sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos. Sachs (2009) sugere, também, limitar o uso dos recursos naturais e respeitar, bem como realçar, a capacidade de autodepuração dos sistemas naturais.

Por outro lado, há o pilar territorial, ligado mais propriamente à extensão a qual os recursos são distribuídos no espaço. Esse pilar diz respeito à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades econômicas (SACHS, 2008). Nesse sentido, esse critério contempla configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias ambientalmente seguras para áreas frágeis (SACHS, 2009).

Depois, Sachs (2008) aponta um critério que é o porquê de todas as ações no plano social: o pilar econômico. O estudioso esclarece que o critério econômico é o elemento indispensável para que as ações aconteçam na sociedade como fruto de planejamentos. Como relatado por ele (SACHS, 2009), esse pilar perspectiva a segurança alimentar, a capacidade de modernização dos instrumentos de produção, a inserção do país na economia internacional e o desenvolvimento da economia nacional de modo equilibrado nos vários setores.

Enfim, o último pilar é o político. Sachs (2008) entende que ele é o critério que viabiliza a governança democrática como um valor fundador e um instrumento necessário para que as coisas aconteçam na sociedade. No plano da política nacional, Sachs (2009) trata a governança como fenômeno onde a democracia é definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos com vistas à coesão social. De

outro lado, no âmbito da política internacional, o estudioso ponderou o caráter fundamental da eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU para garantir a paz internacionalmente. Indicou, também, a efetivação da cooperação científica e tecnológica internacional, o desenvolvimento conjunto baseado no princípio de igualdade e a gestão do meio ambiente e dos recursos naturais em nível global.

Portanto, as dimensões do desenvolvimento sustentável abrangem critérios que são indispensáveis à formação da filosofia desse tipo de desenvolvimento. Os critérios, no âmbito de cada dimensão, trazem à baila noções que se amalgamam para produzir um sentido único sobre como promover o desenvolvimento que respeite as presentes e futuras gerações por meio dos pactos intra e intergeracional. É por esse motivo que os aspectos sociais, ambientais, territoriais, econômicos e políticos são apropriáveis. Por meio deles se pode conceber modos de progredir econômica, social e ambientalmente no meio, com alto índice de proporcionalidade, para garantir a manutenção da vida indeterminadamente.

Isso endereça, por fim, a harmonização entre aspectos sociais, objetivos econômicos para melhor desenvolver a sociedade e a minimização de impactos negativos na natureza, respeitando-a. É em razão disso que a noção de desenvolvimento sustentável deve ser aproximada do conceito de políticas públicas do livro e leitura, ao se entender que é relevante que o vetor socioeconômico ambiental de desenvolvimento incorpore a lógica presente em documentos oficiais dessa sorte.

#### **4.2 Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura**

A partir deste ponto, as metas vinculadas ao conceito de políticas públicas do livro e leitura, há pouco formulado, serão aproximadas da noção de desenvolvimento sustentável. Isso culminará, como se espera, em inter-relações significativas que incorram na proposição de critérios para essa forma de desenvolvimento e para as políticas públicas do livro e leitura. O produto dessa ação poderá implicar, num segundo momento, na consecução das metas do ODS 4 da Agenda 2030.

A primeira inter-relação abrange a cidadania, a cultura e a educação. Todas necessariamente perspectivadas na conjuntura do desenvolvimento sustentável. Isso

se aplica com base no pressuposto de que o arcabouço conceitual do desenvolvimento sustentável se apoia no pilar social, que integra a dimensão social.

Em sua obra, Maneia, Carmo e Krohling (2014), ao questionarem “O que é cidadania?”, assinalaram que o cidadão é o próprio fomentador da existência dos direitos a todos. Ele é um ator que tem responsabilidade conjunta pela coletividade, cumpre normas e propostas elaboradas coletivamente e ainda faz parte dos governos municipal, estadual e federal de modos direto e indireto.

Os pesquisadores esclarecem, também, que os cidadãos gozam de direitos e cumprem deveres. Têm, ainda, domínio sobre sua própria vida e corpo, têm acesso ao trabalho com salário digno para o seu sustento, se manifestam e militam politicamente com liberdade. Ademais, eles acessam à educação, à saúde, à habitação, à cultura, ao lazer, dentre serviços de outras naturezas, que lhes são direitos sociais garantidos (MANEIA; CARMO; KROHLING, 2014). Para Castagna *et al.* (2016), os cidadãos não possuem apenas direitos sociais, mas também direitos políticos e civis. Jacobi (2003, p. 197), por sua vez, cogitou que

O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida.

Assim, é baseado nessas apreensões que se conclui que a cidadania se constitui como o exercício efetivo dos ideais sociais, políticos e cívicos das pessoas na sociedade visando à qualidade de vida.

Ao entender isso, não é demais lembrar que as ideias ligadas à natureza não fogem à discussão sobre a cidadania. Uma cidadania global. Isso é justificado com base na atuação humana no meio onde se vive. O cidadão exerce seus direitos e deveres em diálogo e tato constantes com os elementos próprios da natureza. É que, no mundo, ser cidadão também significa se apropriar da revelação de que o homem é um dos muitos filamentos da “teia da vida”, como se entende a partir Capra (2012). A reflexão de Maneia, Carmo e Krohling (2014) dialoga com isso, inclusive.

Segundo os estudiosos, “A cidadania no meio ambiente determina reconhecer que estamos todos inseridos no mesmo processo cíclico da natureza e que dele dependemos para viver.” (MANEIA; CARMO; KROHLING, 2014, p. 225). Essas ideias endereçam, assim, a consideração de que o estabelecimento do desenvolvimento sustentável pressupõe a atuação e compromisso contínuos de cada cidadão intra e intergeracionalmente numa perspectiva global. Portanto, haverá expectativa de

consolidação de modelos socioeconômicos de desenvolvimento sustentável se todos, ao longo dos territórios nos distintos continentes, se engajarem com afinco para tanto.

Sá e Martins (2005) validaram uma compreensão similar a essa ao relacionarem ciência, cidadania e desenvolvimento sustentável, e nessa linha de raciocínio elas fazem uma sugestão. As pesquisadoras dizem que

O Desenvolvimento Sustentável só será promovido através do envolvimento e participação de cada cidadão. A educação para a cidadania será o meio através do qual se poderá promover uma participação baseada na construção de conhecimentos conceituais, atitudinais e valorativos consentâneos com a promoção da sustentabilidade futura (SÁ; MARTINS, 2005, p. 1).

Sendo assim, denota-se que a cidadania e o desenvolvimento sustentável constituem uma relação positiva. É dizer que o desenvolvimento da cidadania implica na efetivação do desenvolvimento sustentável. Quanto mais o Homem se percebe como parte da natureza, mais há a chance de que Ele ambicione assegurar aquilo que lhe é de direito terreno: o equilíbrio ecossistêmico para a manutenção da vida no planeta no longo prazo. Também é dizer, até mesmo, que a ideia de cidadania se estabelece alinhada à própria natureza humana, e que o desdobramento de tal consciência projeta o desenvolvimento sustentável para o alcance da sua efetividade no meio ambiente, impulsionando a “**Educação para a cidadania global**” como um elemento e critério para promover a sustentabilidade na coletividade.

Outra maneira de impulsionar o desenvolvimento sustentável tem a ver com o incremento de práticas culturais e educacionais no meio. Kelman e Amparo (2015), ao abordarem a cultura na conjuntura das práticas de mediação semiótica como arranjadoras das funções psicológicas, explicam que é

[...] nas relações interpessoais, por meio da linguagem, do sistema escrito e de outros conjuntos de signos, como a internet, por exemplo, [que] as pessoas vão formando sua subjetividade, seu pensamento e sua ação.” (KELMAN; AMPARO, 2015, p. 17).

Especificamente nesse último campo, o da ação, as práticas culturais oportunizam abordar a sustentabilidade como “superfície” onde assentar novas aplicações que visam ao progresso social. Este estudo vê, portanto, a promoção da leitura com tal finalidade, orientada ao progresso social, mas também um tanto quanto “verde”, nutrida de sustentabilidade ambiental, mas não só; mais além disso, cheia de outras visões de prática sustentável, onde se pode sugerir a cultural.

Para Martins e Nunes (2016, p. 252-253), “[...] a cultura é crucial para a aplicação de políticas de sustentabilidade já que desenha o modo como encaramos os recursos naturais e sobretudo como construímos as relações com o Outro.”. Isso

encaminha, então, o entendimento de que o aspecto cultural é fundamental para as práticas sociais, sobretudo quando se trata da sustentabilidade, que exige a compreensão mútua, que se alicerça na construção da relação com o Outro.

Para a *United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization* (UNESCO) (2021, tradução nossa), “A cultura é quem somos e o que molda nossa identidade. Nenhum desenvolvimento pode ser [considerado] sustentável sem [...] [incluí-la].<sup>35</sup>”. Isso culmina em que a cultura pode alinhar práticas sociais sustentáveis ao se ter como pano de fundo os aspectos interpessoais para tanto, pois a constante relação com o Outro viabiliza o mover de compreensões mútuas que incorrem em práticas coletivas com objetivos comuns. Desta maneira, a cultura para o desenvolvimento sustentável pode ser percebida nesse meio como um importante critério que direciona a sustentabilidade.

Mas não são os efeitos da cultura, apenas, que incidem nessa filosofia de desenvolvimento. Outras decorrências produzidas, contudo, no âmbito da educação, ressoam no desenvolvimento sustentável de igual modo e com a mesma intensidade. Para se ter uma ideia disso, os termos “educação” e “sustentabilidade”, juntos, determinam uma compreensão mais ampla e complexa para os desafios emergentes hoje na sociedade (UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION, 2009).

Gadotti (2010), inclusive, há mais de uma década, discorreu sobre isso. O pesquisador defende que “O conceito de sustentabilidade tem um excelente componente educacional porque a preservação do meio ambiente depende da consciência ecológica, que depende da educação.<sup>36</sup>” (GADOTTI, 2010, p. 205, tradução nossa). Logo, isso determina, na visão do estudioso, uma relação de implicações. É dizer que a consciência ecológica é o que contribui para a preservação da natureza. Porém, a devida aplicação desse ideal depende fortemente de um processo que deve ser estabelecido com base, sobretudo, na educação.

Farias (2016), por sua vez, argumentou que a instituição da relação entre educação e sustentabilidade está na possibilidade de se apropriar de um novo modelo de aprendizagem que seja compatível com um novo mundo. Foi nesse sentido que,

---

<sup>35</sup> Texto no original: “Culture is who we are and what shapes our identity. No development can be sustainable without including culture.”.

<sup>36</sup> Texto no original: “The concept of sustainability has an excellent educational component because the preservation of the environment depends on ecological awareness, which depends on education.”.

mais tarde, Santos *et al.* (2018) enfatizaram que a educação direcionada à sustentabilidade coopera para despertar, inclusive, questionamentos sobre os valores e as visões da sociedade em que vivemos atualmente.

Portanto, amparado nessas acepções, depreende-se que o binômio “educação-sustentabilidade” colabora para o desenvolvimento efetivo das pessoas ante à necessidade global de mudança de consciência para a ação baseada na crítica. Os indivíduos podem desenvolver conhecimentos, habilidades e competências direcionados a uma atuação mais cidadã no meio onde se vive. Diante dessa percepção, interlocuções entre Educação e Cultura podem ser efetivadas como critério de desenvolvimento sustentável, pois ambas as áreas alicerçam o movimento dessa filosofia de progresso nas nações. Trata-se então da **“Cultura para o desenvolvimento sustentável”** e da **“Educação para o desenvolvimento sustentável”**.

A segunda inter-relação trata da escrita e da leitura. Ambas as práticas são fatores que implicam fortemente no desenvolvimento e crescimento econômico do país. Essa acepção se deveu à suposição de que as pessoas competentes em escrita e leitura contribuem para a efetiva mudança social e por isso também ao desenvolvimento sustentável. Portanto, são noções que se vinculam ao pilar social na dimensão social desse modo de desenvolvimento.

Sousa (2005) descreveu, em pesquisa que aponta relações entre a escrita, a leitura e as novas formas de comunicação, que o sucesso do desenvolvimento sustentável nas sociedades, hoje, depende, dentre outras questões, do domínio da escrita e da leitura. Para o estudioso,

[...] este desenvolvimento não será possível sem um amplo investimento no campo da Educação e, principalmente, sem uma difusão das práticas de leituras de livros e a criação de condições de acesso às novas formas de leituras que se fazem através da utilização das novas tecnologias (SOUSA, 2005, p. 6).

A partir dessa análise, pode-se arriscar dizer que o desenvolvimento sustentável, para que ocorra com alto grau de efetividade nos distintos contextos sociais, depende de inúmeros elementos e iniciativas, governamentais e não governamentais.

Neste instante, porém, não se busca descrever os atores e ações que podem implicar positiva ou negativamente na consolidação dessa forma de progresso social e econômico, apesar de saber que muitos contribuem para essa finalidade. Ao contrário, se deseja indicar que, dentre tantas prioridades para o desenvolvimento

sustentável, a Educação é certamente uma delas, sendo inegociável. É dizer que é ao se investir em educação que algumas práticas sociais, como a da leitura, ganham contornos mais nítidos e em razão disso contribuem até mesmo para o desenvolvimento social não predatório da natureza.

É interessante perceber que a construção da compreensão magna acerca da importância da manutenção do Planeta para as presentes e futuras gerações atravessa a leitura como uma prática social. Isso significa, à maneira como inferiu Freire (1992), realizar uma “leitura de mundo”, que foi, também, o que moveu o pressuposto da pesquisa de Portela e Santana (2019), que, ao pontuarem a leitura como prática social, resgatam a concepção freireana.

Nesse sentido, Martín-Barbero (2000, p. 60) considerou que “[...] a construção de cidadãos significa que a educação tem que ensinar as pessoas a ler o mundo de maneira cidadã.”. Tal colocação pode se arrolar ao seguinte pensamento: práticas socioeducativas como a da leitura cooperam para formar pessoas que leiam o mundo não de maneira reducionista e mecânica, mas complexa e inter-relacionada, valorizando não as barreiras, mas a “solidariedade entre os fenômenos”, numa perspectiva mais “moriniana” (MORIN, 2011), que não despreza, mas incorpora o raciocínio apreendido no bojo da Teoria Crítica em Theodor W. Adorno e Max Horkheimer – algo complexo – como oposição à Teoria Clássica – de teor reducionista –, segundo as explicações de Mello *et al.* (2021). Assim, ao ler o mundo de modo substancialmente crítico, estando inclinado ainda às ressonâncias da sua complexidade, implicações diretas sobre o desenvolvimento da cidadania podem ocorrer na sociedade ao se trabalhar a filosofia do desenvolvimento sustentável, aproximando as interconexões do mundo fenomênico.

Depois, não apenas o ato de ler forma cidadãos que contribuem com o desenvolvimento sustentável ao lerem criticamente o mundo. A escrita, ao estar intimamente relacionada à leitura, como esclarecem Pinto (2013) e Flôres (2016), contribui nesse sentido de igual modo.

Antes, contudo, retoma-se Freire (1992). Há décadas, o Patrono da Educação Brasileira chamou a atenção para as inter-relações entre leitura e escrita. Ao discorrer sobre a alfabetização de adultos e as bibliotecas populares, ele situa seu leitor ao inferir que as atividades de leitura e escrita vão mais além de uma dita dimensão operacional. Isto é, os atos de ler e escrever não podem ser concebidos sob a ótica

tecnicista, dado que ela prescreve o reducionismo nas ações. O inverso disso consiste em que a leitura e a escrita se apoiam na dimensão crítica do intelecto humano, portanto estão mais expostas às interconexões. Pontua-se isso pois essas operações biológicas e orgânicas complexas, ditas “leitura” e “escrita”, se conectam aos fenômenos dispersos no mundo para que tanto a palavra escrita quanto a produção do seu registro nos suportes de informação e conhecimento não sejam ações esvaziadas de produção de sentidos. Portanto, nem a leitura e tampouco a escrita são ações exauridas de potencial para empreender significações e intencionalidades.

De antemão, aborda-se a escrita como uma ferramenta tecnológica – isso do ponto vista da técnica humana – fundamental e rebuscada, que possibilitou à sociedade evoluir ao longo do tempo, assim como planejar e construir o seu presente. É interessante que ela surge de maneira mais evidente na transição do homem nômade para o homem sedentário, momento em que este precisou desenvolver técnicas rebuscadas para registrar o quantitativo de alimentos e animais que possuía a fim de garantir o seu próprio sustento (COSTA; SILVA; VILAÇA, 2013).

Porém, com a devida evolução dos seres humanos e sociedades ao longo do tempo, a escrita se tornou, junto do ato de ler, um catalisador da efetiva mudança de toda uma infraestrutura social. Fala-se de um contexto cada vez mais complexo, com novos modos de consumo e produção de bens e serviços que, tempestivamente, requerem do agente social competências solidificadas para a exploração efetiva das ferramentas cada vez mais arrojadas tecnologicamente, se comparadas, claro, às do homem pós-nomadismo, no Neolítico, e até mesmo às do homem do fim do século passado – o século XX.

Tendo isso em mente, concebe-se que o aparato tecnológico deste tempo confere, aos que têm competências para operá-lo, um certo grau de expansão dos sentidos humanos, parafraseando a perspectiva de McLuhan (1964) sobre o uso da tecnologia como um prolongamento do indivíduo contemporâneo. Isso incorre, de certo modo, na conclusão proferida por Castagna *et al.* (2016, p. 91), que afirmaram que “Quanto mais complexas as sociedades se tornam, maior a importância da escrita e, por consequência, do letramento.”: termo este que pode ser definido à luz de Soares (2004, p. 15) como “[...] atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita [...]”. Ou seja, o letramento toma como pano de fundo as

práticas sociais de língua escrita cujas atividades, no foco da ação, envolvem os atos de ler e escrever conjuntamente.

Nesse viés, resgata-se mais uma vez as contribuições de Castagna *et al.* (2016). Os estudiosos compreendem que qualquer tentativa de desencadear processos de desenvolvimento sustentável implica no uso da crítica pelo indivíduo que desempenha a ação. Noutros termos, eles querem dizer que a engrenagem do desenvolvimento sustentável, como um processo elaborado, complexo e que integra distintas dimensões e facetas, só pode ser genuinamente tornada, ou girada, caso os atores da ação sejam críticos o bastante para tomarem suas decisões de modo resolutivo.

Entretanto, a competência propriamente humana de arguir, criticar, analisar e julgar depende de outros elementos fundantes da crítica, como informações e conhecimento, dois elementos cujos acessos para o efetivo desenvolvimento crítico do pensamento dependem do grau de letramento que o sujeito ator da ação possui. Isso significa que o quão mais bem letrado for um indivíduo, mais altos serão os níveis à sua disposição para exercer seu “poder” de crítica apoiado no uso criterioso de informações e conhecimento.

A escrita, que é parte da noção de letramento, “[...] simboliza educação, desenvolvimento e poder [...]” (CASTAGNA, 2016, p. 97). Ela é uma técnica que permeia as distintas abordagens, relações e visões de mundo, pois foi em razão dela que o conhecimento se tornou perene, conquistas foram celebradas e males incitados contra muitos no decurso da história. Verdade seja dita: quem escreve se vale de uma técnica e prática social para registrar compreensões que lhe aprazem e mobiliza sentidos que se filiam a redes diversas, adeptas a convencionalizar ideias e produzir outros sentidos de/com valor. Assim, cria-se um mecanismo invisível que impulsiona, pelo letrado, a sua tomada de posição ideológica e inscrição como sujeito produtor de intencionalidades e significações no plano social. É em vias disso que o letramento se constitui como um dos critérios de desenvolvimento sustentável, portanto **“Letramento para o desenvolvimento sustentável”**, dado o seu entendimento como alicerce das práticas educacionais que encaminham a construção da crítica nos sujeitos que tomam posição, sendo que isso pode implicar no assentamento de uma pretendida homogeneidade e justiça sociais decorrido o devido tempo.

Findado esse ponto, esta inter-relação é a última que aqui se propõe. Ela vislumbra o setor econômico, por esse motivo diz respeito aos pilares econômico e político, que integram a dimensão econômica do desenvolvimento sustentável. Enfoca-se o desenvolvimento da economia do livro, que pode implicar no fortalecimento de uma economia livreira sustentável que assegure novos padrões de consumo de bens literários. É motivado por essa visão que as implicações dessa compreensão ressoam, também, nos pilares ambiental e territorial, ambos localizados na dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

Foi nesse sentido que Sousa *et al.* (2017) refletiram acerca da economia do livro no atual contexto social. O pensamento dos pesquisadores foi na direção de afirmar que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) surgem no cenário livresco hodierno, muito atravessado por dilemas sobre sustentabilidade, com dois propósitos claros. O primeiro deles diz respeito ao nascimento dos *e-books* ou livros digitais como uma revolucionária maneira de consumir literatura, pois os estudiosos entendem que, ao produzi-los, barateou-se a cadeia de produção literária em algum grau e isso impulsionou o consequente surgimento de um novo segmento de consumidores de livros, que passaram a optar por produtos digitais, que tendem a impactar menos na degradação ambiental – cerne do segundo propósito.

Nesse âmbito, os autores resgataram aspectos históricos sobre a produção dos livros. A partir de uma perspectiva diacrônica, eles relatam que esses objetos eram produzidos com recursos naturais no passado, tais quais o barro, o papiro, as peles de animais e o papel. “Desde o início, quando o homem começou a conservar suas idéias e informações na forma de símbolos, imagens e escrita [...] ele consciente ou inconscientemente promoveu a causa da destruição ambiental.”<sup>37</sup> (RIZVI; SHAFI; KHAN, 2012, p. 526, tradução nossa). Porém, com o advento da imprensa de Gutenberg, no século XV, mais precisamente em 1.439 (AMARAL, 2002), a popularização do livro em papel acelerou a sua produção em massa, ocasionando a proliferação das indústrias papeleiras (SOUSA *et al.*, 2017), que impactaram no meio ambiente devido à produção insustentável de papel que se alongou por séculos, chegando até o presente. O papel é um dos poucos bens industriais fabricados a partir de materiais naturais sustentáveis (RIZVI; SHAFI; KHAN, 2012).

---

<sup>37</sup> Texto no original: “From the very beginning when man started to conserve his ideas and information in the form of symbols picture and writing, to pass it to the next generations, he knowingly or unknowingly promoted the cause for environmental destruction.”.

Essas apreensões possibilitaram pensar que no plano das discussões atuais, no contexto da economia do livro, tem havido significativas ponderações sobre formas sustentáveis de produção e consumo de bens literários. Foi por isso que Souza, Maccari e Vicente (2004, p. 34) esclareceram, há muito, que

O surgimento das novas tecnologias de informação permitiu a otimização da produção, acesso e disseminação da informação, mudando o conceito tradicional de informação bibliográfica baseada em documento impresso.

Ante a essa visão, percebe-se que os *e-books* podem proporcionar a entrega de uma nova experiência de leitura que ocorre por meio de um suporte tecnológico de informação que atenda às necessidades do leitor, inclusive a financeira, e que desejavelmente poupe recursos naturais, como o papel.

Segundo consta no relatório chamado Censo do Livro Digital, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) (2016) a pedido da CBL e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a produção e comercialização de livros digitais, no Brasil, relaciona-se em 87% às obras gerais, que ganham dos livros didáticos e religiosos nesse formato, juntos. Depois, até 31 de dezembro de 2016, o acervo de livros digitais do Brasil correspondeu a mais de 49 mil títulos, e apenas nesse mesmo ano mais de 2,7 milhões de *e-books* foram comercializados no país.

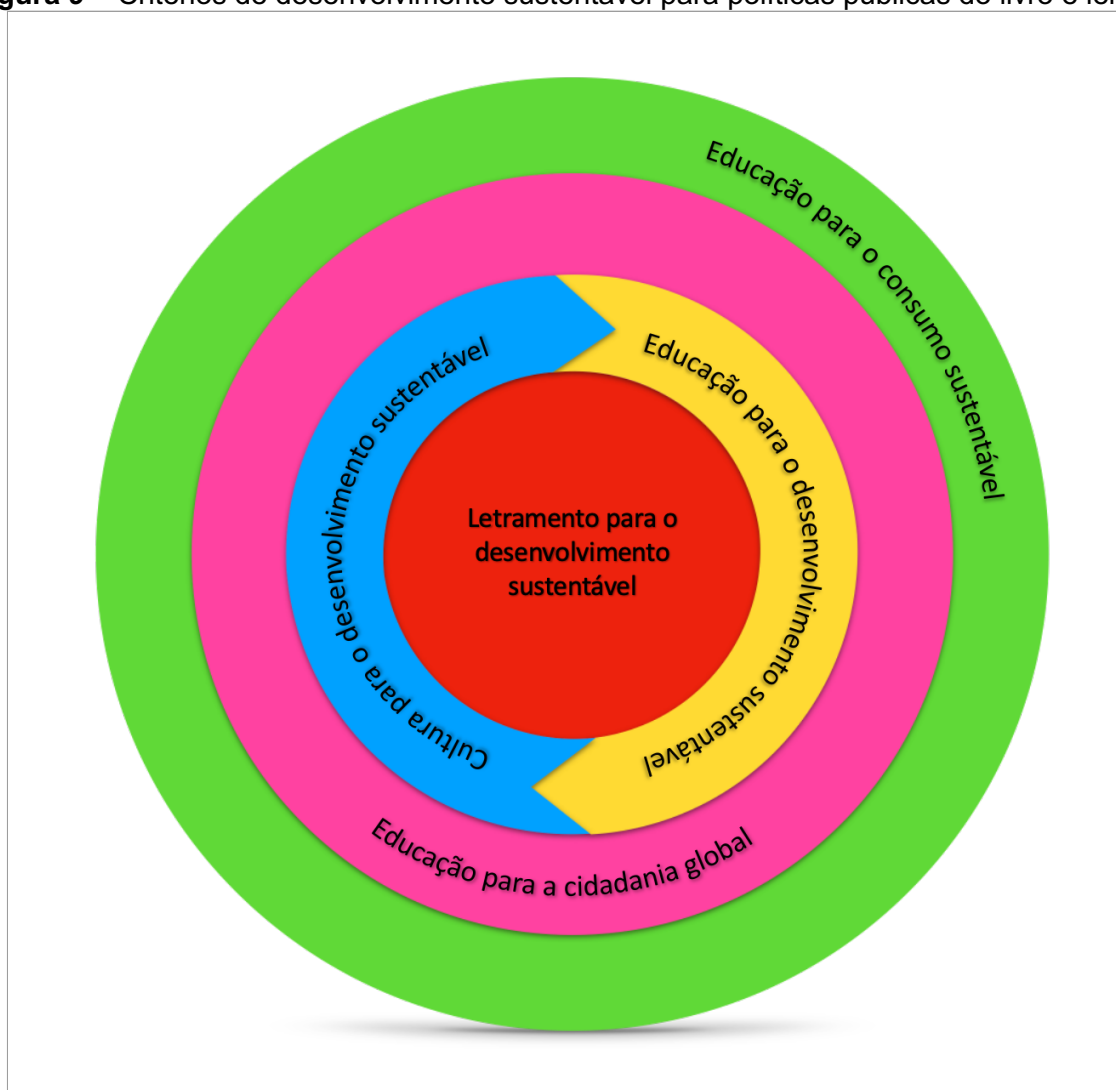
Muito embora tais apreensões sejam interessantes, outros esclarecimentos caberiam neste ponto, como a discussão sobre o preço do livro digital e dos seus suportes, sua produção e consumo sustentáveis, o acesso a esses recursos pela população das camadas sociais mais carentes, a existência de políticas de ecodesign e ecoeficiência no setor do livro, dentre outras abordagens (SOUSA *et al.*, 2017). Contudo, não é objetivo desta pesquisa trilhar esses caminhos. Por outro lado, também não o é difundir uma visão salvacionista dos livros digitais em detrimento dos impressos, isso porque os suportes tecnológicos à informação, que possibilitam a leitura desse formato de livro, são permeados por outros questionamentos que revelam preocupações com o meio ambiente. A tecnologia tem um histórico de impacto ambiental negativo e, há muito, cientistas, como Rizvi, Shafi e Khan (2012), têm indicado que os efeitos adversos das tecnologias têm implicado no aquecimento global, em chuvas ácidas, no aumento das várias formas de poluição, dentre outros fenômenos que acometem a todos de modo negativo, por isso não se santifica essa visão.

Entretanto, acredita-se, partilhando mais da visão de Chowdhury (2012), que o uso mais apropriado, consciente e responsável das TICs nos vários setores pode

reduzir a emissão de gases do efeito estufa se comparado ao uso desenfreado do material impresso. Assim, é baseado nisso que se afirma que a “**Educação para o consumo sustentável**” figura, senão, um critério de desenvolvimento sustentável. E isso se deve porque tal perspectiva pode implicar em novos padrões de consumo, sendo que eles podem acometer os produtos nos distintos segmentos, incluindo o literário.

Feito isso, a Figura 9, a seguir, apresenta o produto de todas essas elucubrações firmadas por meio de inter-relações. Os componentes do conjunto denominado “**Crítérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura**” são congregados de maneira estratégica e remetem ao conceito de “política pública do livro e leitura” há pouco formulado.

**Figura 9** – Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

A disposição em que os critérios se encontram, um aninhado ao outro, é própria da ideia que se deseja partilhar. Assim o é porque demonstra uma intrínseca relação entre eles, embora tudo se inicie com a **“Educação para o consumo sustentável”**.

Compreendeu-se por meio desse critério que a utilização adequada das TICs, como uma alternativa ao uso massivo do papel, pode cooperar para reduzir as emissões de gases do efeito estufa. Tal lógica pode ser aplicada aos inúmeros segmentos e, por consequência, abarcar o da produção literária. Isso poderia gerar expectativas de consolidação de novos padrões de produção e consumo de bens, inclusive os literários, que estariam alinhados idealmente a uma abordagem mais sustentável.

Assim, a Educação para o Consumo Sustentável possibilitaria estabelecer novas maneiras de tratar os aspectos econômicos sem desvinculá-los do papel de cidadão inerente a cada ser humano, que é fundamental para se cravar, de vez, a ideia de que ser cidadão é uma condição que não está aquém das relações diretas com a natureza. Viu-se que o cidadão exerce seus direitos e deveres em diálogo e tato constantes com os elementos próprios da natureza e que, no mundo, ser cidadão também significa se apropriar da revelação de que o homem é um dos muitos filamentos da “teia da vida”. É por esse motivo que as ações no campo da “Educação para o consumo sustentável” implicam no campo da “Educação para a cidadania global”.

Neste ponto, é importante lembrar o leitor que a **“Educação para a cidadania global”** institui afinidades com as áreas da Cultura e da Educação. Entendeu-se que os cidadãos gozam de direitos sociais. E muitos são os direitos que eles têm. Dentre eles, há os direitos à educação e à cultura. Tal reflexão incita a colocação de que é por meio do contato com as práticas educacionais e culturais que a dimensão cidadã é formada nos indivíduos de maneira mais abrangente e aberta às interconexões do mundo fenomênico. Portanto, essas considerações justificam a proximidade desse critério com os denominados **“Educação para o desenvolvimento sustentável”** e **“Cultura para o desenvolvimento sustentável”**.

São esses dois critérios que se unem fortemente para alicerçar a filosofia de desenvolvimento sustentável. Só se constrói a noção de importância do desenvolvimento sustentável por meio das imbricações entre a educação e a cultura. Resgata-se que o aspecto cultural é imprescindível nas discussões sobre a

sustentabilidade, isso porque ela pressupõe o convívio mútuo e por meio dele se constrói a relação com o Outro. Inclusive, a cultura é quem o cidadão é e o que molda a sua identidade, por isso a “Cultura para o desenvolvimento sustentável” impacta nos processos desse tipo de progresso.

É possível, porém, obter ganhos culturais sem que tenha havido iniciativas, ações ou práticas educacionais? Se o enfrentamento dos desafios emergentes, hoje, demanda a remodelagem cultural da consciência humana para tanto, ora, supõe-se que o embate dos desafios possa ser feito por meio da justaposição dos aspectos culturais aos educacionais.

Há pouco, deparou-se com o entendimento de que um novo mundo depende de um novo modelo de aprendizagem. Que a conservação da natureza depende de um processo estabelecido com base na educação, e ainda, que a educação contribui para ampliar os questionamentos sobre os valores e visões acerca da sociedade. Deste modo, essas colocações dizem respeito, ao mesmo tempo, a práticas culturais e educacionais. Não é possível que se consolide novas posturas culturais, inclinadas à complexidade, à sustentabilidade, sem que tenha havido, conjuntamente, processos sistemáticos de educação que rumem nesse mesmo sentido. É em razão disso que a “Educação para o desenvolvimento sustentável” se interliga muito intimamente à “Cultura para o desenvolvimento sustentável”. Dessa relação despontam esforços que incidem diretamente no letramento que objetiva essa forma de desenvolvimento: o **“Letramento para o desenvolvimento sustentável”**.

Esse critério, que encerra o conjunto dos “Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura”, reconhece que os usos da cultura e da educação devem amparar os atos de ler e escrever em concomitância. É nesta junção, entre ler e escrever como atos “salpicados” por cultura e educação, que consta o potencial da elaboração de argumentos críticos pelos sujeitos.

Se o leitor se lembra, o “Letramento para o desenvolvimento sustentável” tem como premissa que qualquer tentativa de desencadear processos de desenvolvimento sustentável fará uso da crítica pelo indivíduo que executa a ação. É dizer que a condição de ser letrado abre portas ao indivíduo produtor de intencionalidades e significações para que ele, amparado em informações e conhecimento, exerça seu poder de crítica no meio onde ele habita, age e é no mundo. Assim, é com base no “Letramento para o desenvolvimento sustentável” que a crítica pode ser desenvolvida

nos indivíduos, entendida como uma competência complexa muito em voga atualmente e capaz de cunhar nos sujeitos, por meio de práticas sociais de leitura e escrita, a proficiência em atender às necessidades da geração presente sem implicar na capacidade das futuras de realizarem o mesmo.

Feita a elucidação dos Critérios, é oportuno esclarecer, mais uma vez, que eles instituem relações que vão ao encontro das metas do conceito de “políticas públicas do livro e leitura”. Desta maneira, a Figura 10, logo em seguida, demonstra cada uma das metas relacionada a um critério de todo o conjunto dos “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”. E em cada meta, as cores correspondem àquelas dos respectivos Critérios, incluindo o entendimento e interligações no âmbito de cada um deles.

**Figura 10** – Confluências das metas de políticas públicas do livro e leitura com os “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Lê-se a partir desta figura que as metas para engajar o país economicamente e fortalecer o desenvolvimento do setor do livro estão no âmbito do critério “Educação para o consumo sustentável”. De tal modo, na conjuntura desse critério, pode-se trabalhar questões relacionadas ao engajamento econômico do país por meio de um dos seus segmentos: a economia do livro, que deve ser fortalecida e atravessada por um novo olhar de progresso. Assim, ao se trabalhar com os livros como produtos de um processo produtivo mais sustentável, promove-se a inclusão social e desenvolve-se a cidadania direcionada à macroatuação, em sentido planetário, por isso a meta se relaciona diretamente com a “Educação para a cidadania global”.

Depois, o trabalho no âmbito da cidadania pode ser realizado tendo por base duas perspectivas: a exclusivamente cultural, orientada a fortalecer a identidade territorial, que é a meta vinculada ao critério “Cultura para a sustentabilidade”, e a educacional, que se refere a proporcionar condições de ser e estar no mundo, objetivo compreendido no âmbito do critério “Educação para o desenvolvimento sustentável”. Logo, por meio de uma abordagem de fusão, por assim dizer “educacional-cultural”, a meta de elevar os níveis educacional e cultural das pessoas se inscreve, concomitantemente, nos critérios “Educação para o desenvolvimento sustentável” e “Cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Demonstrado todo esse mecanismo, que parte da “Educação para o consumo sustentável”, atinge a “Educação para a cidadania global”, implica, depois, na “Educação para o desenvolvimento sustentável” e na “Cultura para o desenvolvimento sustentável”, chega-se, finalmente, na formação de leitores e na melhoria da competência escrita dos indivíduos, metas que tratam, portanto, da competência de ser letrado, e por isso conformam este último critério: o “Letramento para o desenvolvimento sustentável”.

Ao final desse processo, pode-se concluir que as políticas públicas do livro e leitura, ao almejarem desenvolver a cidadania, formar leitores, melhorar a competência escrita, promover a inclusão social, engajar o país economicamente, proporcionar condições de ser e estar no mundo de distintos modos, elevar os níveis educacional e cultural das pessoas, fortalecer o desenvolvimento do setor do livro e fortalecer identidades territoriais, têm o potencial para se aproximarem das discussões relevantes na atualidade sobre o desenvolvimento sustentável. Aliás, isso pode mais oportunamente ocorrer caso haja, no conjunto de ações desses documentos,

proposições que alavanquem a resolução de problemas reais no mundo concreto com enfoques no desenvolvimento sustentável.

É em razão disso que a melhora da competência escrita e a formação de leitores são compreendidas no âmbito do “Letramento para o desenvolvimento sustentável”. Que a fortificação do desenvolvimento do setor do livro e o engajamento econômico do país são excepcionalmente abordados no contexto da “Educação para o consumo sustentável”. Que a promoção da inclusão social e o desenvolvimento da cidadania percebem a “Educação para a cidadania global”. Que o fortalecimento da identidade territorial é visto sob o ângulo da “Cultura para o desenvolvimento sustentável”. Que a proposição de condições diversas de ser e estar no mundo é amparada pela “Educação para o desenvolvimento sustentável”. E que a inter-relação entre a cultura e a educação para tornar o sujeito um ator social emancipado perpassa concomitantemente a “Cultura para o desenvolvimento sustentável” e a “Educação para o desenvolvimento sustentável”. Deste modo, ações de políticas públicas do livro e leitura cujas aplicações tenham em seu bojo alinhamentos com o desenvolvimento sustentável têm maiores chances de promover a leitura sob enfoques inovadores, conectados com as preocupações correntes na atualidade. Tanta ousadia possibilitaria, até mesmo, estabelecer uma possível “promoção sustentável da leitura”, ambição cujo olhar se estende do presente ao futuro tempo.

Baseado nisso, entende-se que os “Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura” estão imbricados nessa filosofia emergente de promoção da leitura. Aliás, é em decorrência desses critérios que a promoção da leitura e a educação de qualidade ganham contornos mais nítidos no enredo do desenvolvimento sustentável.

Ao se ter em vista tal relação, importa demonstrar a maneira a qual as metas do ODS 4 da Agenda 2030 podem ser correlacionadas às políticas públicas do livro e leitura, isso após a Agenda ser devidamente caracterizada e a relação que se espera entre o ODS 4 e as políticas públicas do livro e leitura no âmbito dos critérios formulados ser oportunamente salientada. Após isso, pode-se apresentar um entendimento acerca da “promoção sustentável da leitura”, percurso registrado na seção seguinte.

## **5 PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL DA LEITURA: UMA POSSÍVEL COMPREENSÃO PARA O ATUAL CONTEXTO SOCIAL**

Esta seção da pesquisa objetivou introduzir uma compreensão acerca da promoção sustentável da leitura. Para tanto, foi oportuno, primeiramente, caracterizar a Agenda 2030, descrevendo algumas das iniciativas importantes que a antecederam. Depois, importou apresentar as “Dimensões do desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura” e suas devidas inter-relações. As dimensões constituem três aspectos, amplos, que agregam, cada um, as respectivas metas do ODS 4 e as do conceito de políticas públicas do livro e leitura, estas com as oportunas vinculações aos “Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura”.

Finalmente, tornou-se nítido o que pode vir a ser a promoção sustentável da leitura ao se partir do entendimento de que existe uma multidimensionalidade da sustentabilidade que implica na ação geral de promoção da leitura. Tal feito encerrou as discussões teóricas da pesquisa e seguidamente abriu caminhos para o desenvolvimento da sua parte empírica.

### **5.1 Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**

Atualmente, o mundo tem sido palco de uma multiplicidade de fenômenos que implicam negativamente na efetiva atuação humana no planeta nos anos e séculos vindouros. Além da corrente degradação ambiental evidente em países como o Brasil (INSTITUTO DE PESQUISAS ESPACIAIS, 2021), naqueles com ampla malha industrial, considerados “desenvolvidos”, medidas mais assertivas precisam ser tomadas no que se refere à emissão dos gases de efeito estufa (GEE), principalmente o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e metano (CH<sub>4</sub>), que causam o aquecimento global (PELLENZ, 2019). Somado a isso, há, ainda, a pobreza extrema em muitos países e, noutros tantos, condições precárias de vida que pouco favorecem o acesso das pessoas – homens e mulheres, meninos e meninas – à educação de qualidade, ao saneamento básico, à saúde e bem-estar, à alimentação regular e equilibrada, à igualdade de acesso às oportunidades de emprego e desenvolvimento humano, acesso ao meio ambiente equilibrado, dentre outras benesses relacionadas

aos Direitos Humanos (CAMILLO, 2020a; CAMILLO; CASTRO FILHO, 2020b). Assim, foi baseado em preocupações como essas que, em 2015, a ONU e vários chefes de estado e de governo consolidaram, juntos, a Agenda 2030 como um ambicioso plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

Apesar de ambicionar o desenvolvimento de formas sustentável, crítica e humana, tal pretensão não se constituiu unicamente no âmbito da Agenda 2030. Na verdade, houve nas duas últimas décadas outras macroações transversais anteriores a essa que propuseram esforços no mesmo rumo. É o caso da Agenda 21, a primeira delas, firmada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento, reunião que ficou conhecida como Rio-92 (CAMILLO, 2020a). Naquele ano, entendeu-se que a Agenda 21 deveria se concentrar nos problemas evidentes para o contexto atual daquela época, que, inclusive, são os mesmos deste tempo. Além disso, refletiu-se, naquele período, sobre a necessidade do desenvolvimento socioeconômico estar amparado na cooperação ambiental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1992).

Contudo, ao que Schütz *et al.* (2012) referiram, essa agenda não resultou em vasta aplicação em todo o mundo, isso porque as ações de desenvolvimento socioeconômico pensadas em nível global foram desenvolvidas sem a devida abordagem internacional, ficando restritas às aplicações puramente locais. Logo, decorreu disso que no ano 2000 a Agenda 21 foi implicitamente extinta quando a ONU lançou seu mais novo macroplano para os anos porvir, os chamados ODMs.

Para que os ODMs sejam devidamente contextualizados, é importante conduzir o leitor ao ano 2000, quando 147 chefes de estado e de governo, representando 189 países, reuniram-se na denominada Cúpula do Milênio, reunião ocorrida na sede da ONU em Nova York. Dessa conferência, publicou-se, no ano seguinte, isto é, em 2001, o documento *Road Map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*<sup>38</sup>, aprovado pela 56ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas. O documento previa a consecução de oito objetivos compreendidos como um novo plano de ação da ONU a ser implementado imediatamente após a extinção da Agenda 21. Sua data limite para tanto era o ano 2015 (CAMILLO, 2020a; CARVALHO; BARCELLOS, 2015). Assim nasciam os ODMs.

---

<sup>38</sup> Tradução livre: “Roteiro para a implementação da Declaração do Milênio das Nações Unidas.”.

Para Castro Filho (2018), o conjunto dos ODMs pretendeu tanto a melhoria da vida dos seres humanos quanto o avanço das condições sociais, culturais e econômicas na sociedade, uma afirmação que realça as motivações presentes no cerne de cada um dos oito objetivos, entendidos, no todo, como uma macropolítica multilateral da ONU para o decurso de 15 anos. Desta maneira, as aspirações dos ODMs para o progresso socioeconômico ambiental entre os anos 2000 e 2015 foram as seguintes: erradicar a pobreza (ODM 1); efetivar o ensino básico universal (ODM 2); promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres (ODM 3); reduzir a mortalidade infantil (ODM 4); melhorar a saúde materna (ODM 5); combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças (ODM 6); garantir a sustentabilidade ambiental (ODM 7); estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (ODM 8) (Figura 11).

Figura 11 – Os 8 ODMs da ONU.



Fonte: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>.

Não obstante, iniciado o ano de 2015, os ODMs chegavam ao fim do seu período mandatório de implementação nos países emergentes. Em pesquisa, Laurindo (2016) demonstra alguns projetos baseados nos ODMs desenvolvidos no Brasil e que foram contemplados com o Prêmio ODM, reconhecimento lançado pelo Governo Federal do Brasil em 2005.

No decorrer de cinco edições de sucesso do Prêmio, 6.187 práticas foram inscritas, sendo que 117 delas foram premiadas. Dentre elas, há a do Centro de Educação Popular e Formação Social, na Paraíba, contemplada na edição 2009.

Nessa instituição, as ações tiveram como objetivo “[...] promover o empoderamento social e político-organizativo de famílias e da comunidade a partir do resgate de práticas culturais e de solidariedade.” (LAURINDO, 2016, p. 68).

Em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, a prática contemplada com o Prêmio ODM foi a referente à Associação Redes de Desenvolvimento da Maré, cujo objetivo consistiu em “[...] promover a construção de uma rede de desenvolvimento territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro.” (LAURINDO, 2016, p. 70). Já em 2014, penúltimo ano para a consecução dos ODMs no mundo, a ganhadora do Prêmio ODM, também na cidade do Rio de Janeiro, foi a Rede de Desenvolvimento Humano. Criada em 1990, ela é uma associação civil, sem fins lucrativos e sem filiação político-partidária ou religiosa que tem como objetivo promover o “[...] desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural.” (LAURINDO, 2016, p. 71).

Para além dessas notícias animadoras no contexto brasileiro, muito foi celebrado em nível mundial. Como foi demonstrado por Laurindo (2016), o número de pessoas em situação de pobreza extrema foi reduzido, a proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade e, ainda, a taxa de matrículas no ensino primário também em regiões emergentes atingiu, por volta de 2015, o percentual de 91%, o que representa um avanço significativo se comparado à taxa de matrícula de meninos e meninas na escola no ano 2000, quando as medidas para implementar os ODMs nos países acabavam de ser estabelecidas. Depois, outros dados relacionados ao avanço dos ODMs nos países em desenvolvimento, ao fim do ano 2015, dizem respeito à diminuição das taxas de mortalidade infantil e materna por volta dos 45%, assim como à redução da proporção de pessoas que não têm acesso à água potável em regiões emergentes.

Entretanto, em 2015, após 15 anos de esforços nos territórios em desenvolvimento, os ODMs davam lugar aos ODSs, um novo e ambicioso conjunto de objetivos estabelecidos durante uma reunião de cúpula da ONU realizada em Nova York no mesmo ano. Nela, vários foram os chefes de estado e governo dos inúmeros países que se comprometeram a promover um desenvolvimento mais sustentável,

humano, crítico e justo da sociedade e da economia, tendo como foco as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias. Nesse sentido, Webb *et al.* (2017) esclareceram uma distinção oportuna de ser feita. Eles relatam que

Em contraste com os ODM, os ODS foram designados para ampliar a responsabilidade e os locais de ação em todo o mundo, garantindo que todos os países, pobres, ricos ou de renda média, se envolvam em atividades para promover a prosperidade que seja sustentável para todos<sup>39</sup> (WEBB *et al.*, p. 509, tradução nossa).

Aliás, isso muito converge com o que Boeren (2019) ressaltou. A pesquisadora afirma que “Enquanto os ODM tinham como alvo os países em desenvolvimento, os ODSs focam todos os países ao redor do mundo.<sup>40</sup>” (BOEREN, 2019, p. 3, tradução nossa). Sendo assim, 2015 se figurou como o ano da convergência das metas referentes ao desenvolvimento sustentável no mundo. Esse movimento envolveu o desfecho de iniciativas vinculadas aos ODMs, direcionadas sobretudo às regiões subdesenvolvidas no planeta, e introduziu simultaneamente esforços que vão ao encontro dos demais países e territórios. Nesse sentido, os 17 ODSs da ONU, que conformam a Agenda 2030, atendem a ambições que dizem respeito às pessoas, ao planeta, à paz, à prosperidade e às parcerias.

Vale lembrar que a Figura 1, vista na seção Introdução desta pesquisa, esclarece quais são os ODSs. Também se elucidou nessa seção que este estudo se relaciona com apenas um de todos os 17 ODSs vistos naquela figura. Neste caso, trata-se do de número 4, sobre a educação de qualidade. Justificou-se isso pelo entendimento de que o ODS 4 se relaciona efetiva e concomitantemente com as políticas públicas do livro e leitura e os “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”, o que incita o surgimento de algumas dimensões, que serão descortinadas a seguir.

## **5.2 Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura**

Se o leitor se recorda, o estudo trata a educação de qualidade como um ideal que oportuniza que as pessoas tenham acesso à educação formal, desde a idade

---

<sup>39</sup> Texto no original: “In contrast to the MDGs, SDGs have been designed to extend the responsibility and loci for action worldwide by ensuring that all countries whether poor, rich or middle income engage in activities to promote prosperity that is sustainable for all.”.

<sup>40</sup> Texto no original: “While the MDGs mainly targeted developing countries, the SDGs focus on all countries across the globe.”.

mais tenra até os seniores, e que possa lhes conferir meios para se incluírem e se integrarem em sociedade nas distintas dimensões e facetas desta. Camillo (2020a) entende que a educação de qualidade possibilita que as pessoas adentrem outras dimensões de desenvolvimento humano, atuem formalmente no mercado de trabalho, apropriem-se do produto originado da fruição entre informação, conhecimento, cultura e educação, aprendam ao longo da vida, rompam com muitas das suas limitações para o desenvolvimento de si em sociedade, dentre outras expectativas de avanços sociais.

Perspectivas como essas não estão aquém do entendimento que se tem no âmbito das dez metas parte do ODS 4 da Agenda 2030. Como já se sabe, esse ODS tem como objetivo “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021) e suas metas são classificadas do seguinte modo: 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.a; 4.b; 4.c.

A meta 4.1 diz que, até 2030, é fundamental “[...] garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021). Ainda no mesmo sentido, a 4.2 sugere que até aquele mesmo ano “[...] meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021). Apesar da composição ordenada das metas dentro do ODS 4, a meta 4.6 muito se adequa a este bloco em específico, pois seu conteúdo segue na mesma direção do das metas 4.1 e 4.2. Desta forma, a meta 4.6 prevê que, até 2030, “[...] todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

A partir de uma inferência construída com base na lógica, pode-se sugerir que após meninos e meninas obterem acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, educação pré-escolar e ensino primário, e eles junto com os adultos analfabetos ou analfabetos funcionais completarem, todos, seus estudos nos níveis primário e secundário, acredita-se que melhores oportunidades de emprego lhes sejam ofertadas no concorrido mercado de trabalho na atualidade. Nesse sentido, em

consonância com as metas 4.1 e 4.2, a 4.3 diz que, até 2030, deve-se “[...] assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021). Mais além disso, como se entende a partir da meta 4.5, é fundamental que até 2030 também se tenha buscado

[...] eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

Tais feitos são essenciais, pois eles têm potencial para projetar as presentes e futuras gerações em postos de trabalho que atendam às suas demandas de desenvolvimento individual e familiar na sociedade.

A meta 4.4, por exemplo, muito relacionada ao contexto anteriormente mencionado, prevê ganhos individuais oriundos dos processos educativos contínuos que visam ao empoderamento das pessoas hodiernamente no mercado de trabalho. Consta nela que, até 2030, é primordial “[...] aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

Um dos efeitos da educação de qualidade devidamente implementada no sistema de educação do País é tratado na meta 4.7. Nela, consta que até 2030 será fundamental

[...] garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

Porém, o efetivo alcance de resultados alinhados à sustentabilidade, aos direitos humanos, à igualdade de gênero, à cultura de paz e de diversidade e à cidadania global dependerá de inúmeras iniciativas que atravessam processos educativos de qualidade e devem ser solidificadas nos sistemas de educação dos vários países do mundo. Algumas delas são o que consta nas metas subsequentes 4.a, 4.b e 4.c.

Primeiramente, segundo o que é proferido por meio da meta 4.a, é importante “Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de

aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021). Depois, a iniciativa deve se desdobrar em ações cujo substancial objetivo, visto na meta 4.b, seja o de

[...] ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

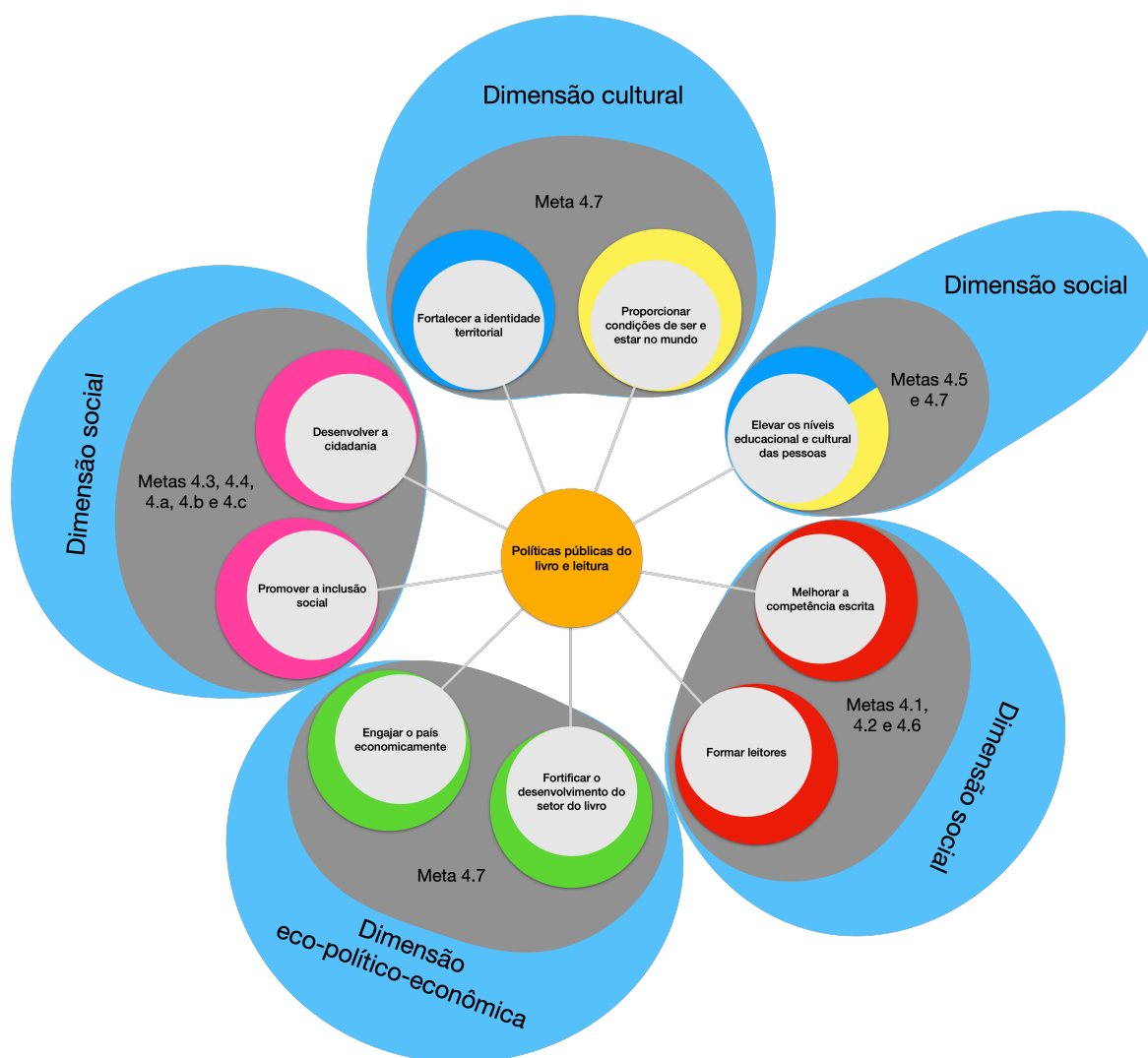
Por último, como se vê na meta 4.c, anseia-se até 2030

[...] aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021).

Sendo assim, a partir da apreensão do conteúdo das 10 metas do ODS 4, sustenta-se a compreensão de que após as pessoas completarem seus estudos nos níveis primário, secundário e terciário baseados em sistemas de educação alinhados a tendências contemporâneas de desenvolvimento socioeconômico ambiental, elas poderão se desenvolver com maiores níveis de engajamento social e de qualidade de vida. Isso se justifica porque, por meio de processos contundentes, inovadores e atuais de educação de qualidade, tem-se a expectativa de que as pessoas poderão obter melhores oportunidades de emprego com salário digno, vivenciar a aprendizagem ao longo da vida, desenvolver a sustentabilidade nos micro e macroambientes, cooperar na garantia dos direitos humanos, promover a igualdade de gênero e a cultura de paz, valorizar as formas de diversidade na sociedade e impulsionar a cidadania global.

É interessante descrever que tais anseios são passíveis de serem concretizados até mesmo por meio das políticas públicas do livro e leitura, dado que, idealmente, elas são atraídas pela filosofia da educação de qualidade. Foi em razão disso, inclusive, que esta seção também ansiou apresentar as “Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura” e suas inter-relações. Elas constituem três aspectos, amplos, que agregam, cada um, as respectivas metas do ODS 4 e as do conceito de políticas públicas do livro e leitura, estas com as oportunas vinculações aos “Critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura”. O construto que ilustra o que se relata neste ponto é visto logo em seguida, na Figura 12.

**Figura 12** – Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura e suas inter-relações.



**Fonte:** Elaborada pelo autor.

Se a meta 4.7 tem como objetivo garantir que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável na sociedade, então fortalecer a identidade territorial e proporcionar condições de ser e estar no mundo são ações que respaldam tal objetivo. Isso se justifica porque o fortalecimento da identidade territorial é parte de uma abordagem cultural mais ampla e os aspectos culturais estão calcados no desenvolvimento sustentável, que deve ser seguramente evidenciado. É em razão disso que o documento *Sustainable Development Brief 8<sup>th</sup>*, publicado pelo *Sustainable Development Working Group*, discorre que “O desenvolvimento sustentável ocorre

dentro de contextos culturais. Portanto, a cultura deve ser integrada às estratégias de desenvolvimento sustentável.” (SUSTAINABLE DEVELOPMENT WORKING GROUP, 2013, p. 1, tradução nossa).

Contudo, não apenas a cultura se vincula ao desenvolvimento sustentável. Desenvolver ações que garantam a liberdade de ser e estar no mundo de modo indistinto também o faz. A alteridade, a subjetividade e a singularidade humanas importam no desenvolvimento sustentável, sobretudo quando se trata de adquirir conhecimentos e habilidades para promovê-lo. Pensar o desenvolvimento sustentável, principalmente a sua dimensão ambiental, não é uma tarefa livre de concepções ideológicas e tampouco está longe dos problemas sociais e econômicos hodiernos (SOARES; NAVARRO; FERREIRA, 2004). É em razão disso que Soares, Navarro e Ferreira (2004, p. 45) entendem que as

[...] estratégias de ação política sobre os processos ecológicos vinculam-se as ações práticas de desenvolvimento social, sendo relevante nesse processo, a compreensão da manifestação da subjetividade humana, ou seja, a conformação de novos valores e na construção de novas interpretações da relação homem e natureza [...].

Também atrelados à meta 4.7 estão os objetivos de engajar o país economicamente e o de fortificar o desenvolvimento do setor do livro. Ambos se relacionam com a meta de garantir que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades concernentes às demandas atuais, isso porque a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades, no contexto da promoção da leitura, pressupõe o uso de recursos de informação de cunho literário, como os livros, e por isso é fundamental que o setor do livro seja desenvolvido de modo equilibrado ao abranger os distintos suportes, como os livros físicos e digitais. Assim, a efetivação de ações profundas de promoção da leitura na sociedade, que contribuam com a competência em leitura das pessoas das mais diversas idades, podem auxiliar nos desenvolvimentos social e econômico plenos, o que oportuniza, no longo prazo, o engajamento econômico do país. É em razão disso que Buendía (2009, p. 257) afirma que

Muitos pesquisadores sociais, políticos, educadores de diferentes tendências e outros, consideram a alfabetização, isto é, a competência na leitura e escrita, um dos pilares do desenvolvimento social e econômico.

Ainda, a garantia de que os alunos adquiram conhecimentos e habilidades se relaciona diretamente com o fortalecimento da identidade territorial e com as condições de ser e estar no mundo de modo livre e indistinto. O desenvolvimento sustentável prevê a preservação dos valores culturais e estes devem ser assegurados

pois importam à formação da consciência acerca da cultura humana, incidindo nas diferentes formas de ser quem se é e de estar onde se está no mundo.

Portanto, as relações estabelecidas com a meta 4.7 do ODS 4, aliadas aos objetivos “Fortalecer a identidade territorial”, no critério “Cultura para o desenvolvimento sustentável”, e “Proporcionar condições de ser e estar no mundo”, no critério “Educação para o desenvolvimento sustentável”, proporcionam condições para que ocorra uma promoção sustentável da leitura por meio de uma dimensão cultural. A mesma meta, porém, vinculada aos objetivos “Engajar o país economicamente” e “Fortificar o desenvolvimento do setor do livro”, ambos amparados no critério “Educação para o consumo sustentável”, criam condições para que a promoção sustentável da leitura ocorra no meio envolvida numa espécie de dimensão eco-político-econômica, isto é, que percebe as vertentes ambiental, política e econômica ao mesmo tempo.

Em seguida, as metas 4.5 e 4.7 do ODS 4, juntas, conformam uma percepção educacional-cultural. Isso ocorre porque elevar os níveis de educação e cultura das pessoas tem o potencial para que se garanta que alunos adquiram conhecimentos e habilidades durante seu percurso escolar e haja a eliminação de disparidades de gênero na educação, bem como a garantia da igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional. Neste sentido, entende-se a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, na sua dimensão ambiental, que

[...] a partir do processo participativo, os indivíduos desenvolvem novos valores sociais e éticos, adquirem novas habilidades e conhecimentos sobre como manter um ambiente ecologicamente equilibrado para o bem comum das gerações presentes e futuras (TAGLIAPIETRA; CARNIATTO, 2019, p. 80).

Por outro lado, sobre a questão de gênero no desenvolvimento sustentável, Ávila, Ribeiro e Henning (2018, p. 3) entendem que

[...] a discursividade que articula o gênero ao desenvolvimento sustentável provoca a educação ambiental para uma abordagem mais crítica e, também, desencadeia potencialidades frente aos jogos de forças e poder dos acontecimentos na atualidade.

Sendo assim, tanto os aspectos que envolvem a meta 4.7 do ODS 4 quanto os referentes à 4.5, esta relativa às questões de gênero, importam à elevação dos níveis de cultura e educação das pessoas por meio de uma abordagem calcada nos critérios “Educação para o desenvolvimento sustentável” e “Cultura para o desenvolvimento sustentável” concomitantemente; isso incide na promoção sustentável da leitura, levando em conta a dimensão social em que esses pressupostos se assentam.

As metas 4.1, 4.2 e 4.6, por sua vez, vinculam-se diretamente ao critério “Letramento para o desenvolvimento sustentável”. A razão para isso está em que essas metas tratam, na devida ordem, do seguinte: garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário; garantir que meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância; garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática. Logo, tais metas visam a uma abordagem de educação que busca assegurar a educação de qualidade a todos com foco no letramento e conhecimento básico de matemática às pessoas, e o “Letramento para o desenvolvimento sustentável” pode auxiliar nisso. Inclusive, a *United Nations* (2005, tradução nossa) entende que

[...] o letramento pode ser uma ferramenta importante para erradicar a pobreza, ampliar as oportunidades de emprego, promover a igualdade de gênero, melhorar a saúde da família, proteger o meio ambiente e promover a participação democrática.

Sobre o conhecimento matemático, Widiati e Juandi (2019) defendem que a matemática é a disciplina-chave para outros campos da ciência, sobretudo no contexto do desenvolvimento sustentável, particularmente no da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, pois por meio da Matemática para o Desenvolvimento Sustentável – filosofia defendida pelos autores – é possível que as pessoas gostem cada vez mais da disciplina porque sentem que ela oportuniza vantagens e aprendizagens para os vários âmbitos da vida.

Deste modo, as metas 4.1, 4.2 e 4.6 do ODS 4, vinculadas aos objetivos “Melhorar a competência escrita” e “Formar leitores”, ambos diretamente relacionados ao critério “Letramento para o desenvolvimento sustentável”, têm o potencial para integrar uma ação de promoção sustentável da leitura mediante sua viável alocação na dimensão social.

Finalmente, as metas 4.3, 4.4, 4.a, 4.b e 4.c do ODS 4 se relacionam a outro critério do conjunto, neste caso ao “Cultura para o desenvolvimento sustentável”. Noutras palavras, essas metas anseiam o seguinte, respectivamente: assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior; aumentar o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes e competências técnico-profissionais; construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero; ampliar globalmente o número de bolsas de estudo

disponíveis para os países em desenvolvimento; aumentar o contingente de professores qualificados, até mesmo por meio da cooperação internacional para a formação de professores nos países em desenvolvimento.

Desta forma, entende-se que desenvolver a igualdade de acesso à educação, adquirir habilidades e competências técnico-profissionais, construir e melhorar instalações físicas que visem ao gênero e às pessoas com deficiência, ofertar bolsas de estudo à população de países em desenvolvimento, assim como aumentar o número de professores qualificados, são ações das metas 4.3, 4.4, 4.a, 4.b e 4.c do ODS 4 da Agenda 2030 que necessariamente passam pelo campo cultural; e é no âmbito da cultura que as crenças são estabelecidas. Assim, por meio do trabalho com a “Cultura para o desenvolvimento sustentável” novas convicções podem ser formadas e solidificadas na sociedade, sendo que isso pode se conformar numa possível promoção sustentável da leitura percebido o seu devido enquadramento na dimensão social.

Embora já se saiba que as “Dimensões de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura” correspondam à social, à cultural e à eco-político-econômica, viu-se surgir ao longo destas reflexões a promoção sustentável da leitura, que ainda não foi apropriadamente compreendida. Entende-se que a promoção sustentável da leitura tem relação direta com as três dimensões aqui propostas, pois é no âmbito delas que ocorrem vínculos potentes entre as metas do ODS 4 e as do conceito de políticas públicas do livro e leitura ligadas aos Critérios que evidenciam as distintas formas de sustentabilidade durante a promoção da leitura. Sendo assim, a seguir, introduz-se uma compreensão acerca da promoção sustentável da leitura, partindo do entendimento de que existe uma multidimensionalidade da sustentabilidade.

### **5.3 Promoção sustentável da leitura**

Há na literatura nacional e internacional inúmeras definições de sustentabilidade. No geral, elas abarcam a ideia de que o que é sustentável é o que tem condições para se manter ou conservar ao longo do tempo, isso porque o conceito foi tomado emprestado da biologia e nessa área ele é usado para medir o quanto um

determinado ambiente ou ecossistema suporta mudanças sem ser destruído por inteiro (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020)<sup>41</sup>.

Este estudo, porém, recorre à compreensão de Boff (2012) sobre sustentabilidade, dado que ela segue na direção dos intentos desta investigação. O pesquisador discorre que a sustentabilidade compreende

[...] o conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização da humana em suas várias expressões (BOFF, 2012, p. 14).

Esse entendimento muito se alinha ao que Sachs (2009) elucubrou sobre a multidimensionalidade da sustentabilidade. Para o pesquisador, a sustentabilidade não se refere apenas à vertente ambiental, ou seja, ao uso dos ecossistemas com sua mínima destruição e às suas questões ligadas ao desenvolvimento seguro para áreas ecologicamente frágeis, à produção com respeito ao ciclo natural dos ecossistemas, à prudência no uso dos recursos naturais não renováveis e ao respeito à capacidade de renovação dos ecossistemas naturais (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020). Na verdade, a sustentabilidade possui diversas facetas fundamentais que caracterizam as suas dimensões; além da dimensão ambiental, que é a mais amplamente assimilada pelo público em geral, existe a social, a cultural, a econômica e a política.

Sachs (2009) explica que a sustentabilidade social se destaca por ser a finalidade do amplo desenvolvimento na sociedade. Há muito Gomes (2005) considerou o mesmo. Para esse pesquisador, “A sustentabilidade social está vinculada ao padrão estável de crescimento, melhor distribuição de renda com redução das diferenças sociais.” (GOMES, 2005, p. 5). Mais recentemente, Serrão, Almeida e Carestiato (2020) designaram que a sustentabilidade social visa à “[...] construção de uma civilização onde haja a redução das desigualdades sociais, com equilíbrio na distribuição da riqueza para as gerações atuais, bem como para as futuras [...]”.

São questões próprias da sustentabilidade social: igualdade social; distribuição de renda; criação de postos de trabalho que oportunize renda individual adequada;

---

<sup>41</sup> A obra de Serrão, Almeida e Carestiato (2020) é uma publicação no formato *e-book*, na extensão ePUB. Portanto, indispõe de paginação.

igualdade entre homens e mulheres; integração plena da mulher na política, mercado de trabalho e bem-estar social; universalização dos direitos de todos no âmbito da educação, saúde, habitação e seguridade social (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020). Sendo assim, a sustentabilidade social se preocupa com a distribuição de riquezas entre as pessoas da atual e futuras gerações, tendo em vista a redução das desigualdades sociais e a obtenção do acesso aos direitos humanos e fundamentais pelas pessoas.

Ocorre que se há implicações sociais no âmbito da busca pela sustentabilidade é possível, então, que os aspectos culturais próprios da sociedade sejam impactados de igual modo e Sachs (2009) demonstrou em sua obra que isso pode acontecer no âmbito da sustentabilidade cultural. Ela trata da busca pelo “[...] equilíbrio entre o respeito à tradição e a pesquisa por inovações tecnológicas, que são as inovações feitas com base em estudos da ciência [...]” (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020). As questões da sustentabilidade cultural são as seguintes: equilíbrio entre a tradição e a inovação; elaboração de um projeto nacional integrado e construído a partir da organização social comunitária; preservação de valores, práticas e símbolos de identidade; promoção dos direitos constitucionais das minorias (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020).

Sachs (2009) considera que tratar da sustentabilidade cultural corresponde a um corolário, ou seja, a uma “Proposição que se deduz de outra.” (COROLÁRIO, 2011, p. 256). Isso pressupõe que havendo o comprometimento da dimensão social, ante a movimentos desestabilizadores no meio social, os aspectos culturais serão afetados conseqüentemente, uma vez que sociedade e cultura estão estreitamente relacionadas. Assim sendo, entende-se que a sustentabilidade cultural visa à realização de mudanças pautadas na ciência em harmonia com a tradição cultural local (GOMES, 2005).

No que se refere à sustentabilidade econômica, Sachs (2009) sugere que ela não é condição prévia para as outras formas de sustentabilidade existirem, e não o é porque, nas palavras do autor, “[...] um transtorno econômico traz consigo o transtorno social, que, por sua vez, obstrui a sustentabilidade ambiental.” (SACHS, 2009, p. 77). Isso incita a compreensão de que é a partir do princípio de um transtorno econômico que concatenações de implicações noutros setores de desenvolvimento social podem surgir, pois existe um fluxo econômico que nutre os demais setores no âmbito dos

seus próprios *modi operandi*. É como Gomes (2005, p. 5) considerou. Para esse estudioso, “[...] a sustentabilidade econômica está vinculada ao “fluxo constante de inversões públicas e privadas” além da destinação e administração corretas dos recursos naturais.” (GOMES, 2005, p. 5). Na visão de Serrão, Almeida e Carestiato (2020), a sustentabilidade econômica

[...] está relacionada à gestão eficiente dos recursos econômicos e naturais buscando o desenvolvimento local, onde o que importa como eficiência econômica não é apenas o lucro empresarial, mas o equilíbrio econômico de toda a sociedade.

Estas são suas questões: desenvolvimento econômico equilibrado entre as regiões do país e do planeta; segurança alimentar; capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção com acesso dos pequenos produtores; economia solidária (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020).

Noutras palavras, a sustentabilidade econômica, embora apreenda as contraversões do campo econômico, entre os setores público e privado, não se esquece, ou pelo menos não o deveria, das incidências que isso pode gerar ao setor ambiental. Ela ainda percebe o equilíbrio econômico como um todo mediante a gestão eficiente dos recursos econômicos e naturais. Desta forma, a sustentabilidade econômica revela a sua importância principalmente no contexto político, quando os desdobramentos das decisões políticas tomadas impactam diretamente a vida pública bem como a natureza. Portanto, a co-ocorrência de uma sustentabilidade política se faz necessária com a econômica, ao se ter em vista a particular e coerente relação entre ambas.

Já a sustentabilidade política deve existir em razão da falta de governabilidade política em várias conjunturas de governo nos distintos países. Mantovaneli Júnior e Sampaio (2007, p. 9) entendem que, “Talvez, o grande mérito da idéia de sustentabilidade política seja o aprofundamento do debate sobre a democratização nos processos de decisão que afetam mais diretamente a vida pública.”. Essa acepção se aproxima daquela presente nas conclusões de Fialho e Cunha (2018, p. 323), que sugerem que

[...] a sustentabilidade política [...] se daria com o respeito aos direitos humanos, à democracia, à saúde do Estado e sua capacidade de capitanear junto aos empreendedores projetos que garantam coesão social e a criação de políticas públicas que fortaleçam a autonomia dos sujeitos.

Serrão, Almeida e Carestiato (2020) concluíram similarmente. As pesquisadoras inferem que a sustentabilidade política “Tem como meta o fortalecimento das instituições democráticas e a promoção da cidadania ativa.”. Logo,

suas questões giram em torno disto: democracia participativa; equilíbrio entre os ambientes urbanos e rurais; superação das desigualdades; apropriação universal dos direitos humanos (SERRÃO; ALMEIDA; CARESTIATO, 2020). Assim, apreende-se que a sustentabilidade política tem o seu papel ressaltado no contexto da garantia da democracia nos países, com destaque para os movimentos fundamentais que ela perfaz na sociedade e que visam à efetivação dos direitos humanos e a participação dos cidadãos de modo ativo na sociedade.

Deste modo, a multidimensionalidade da sustentabilidade trata da convergência dos fenômenos ligados aos campos ambiental, social, cultural, econômico e político, que se inter-relacionam e cujos efeitos na sociedade respaldam a garantia do atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, assim como a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades humanas em suas várias formas, como as práticas de leitura, que estão conformadas, mais amplamente, na promoção da leitura, a ser adjetivada no campo da sustentabilidade.

É importante destacar que esta pesquisa enfoca a promoção da leitura mais particularmente. Sabendo disso, porém, é relevante que distinções entre “promoção” e “animação da leitura” sejam demarcadas no estudo, uma vez que ambas as noções são tratadas como sinônimo. Jiménez Martínez (2012) entende que os dois conceitos, embora comumente confundidos, são “diferenciados e diferenciáveis”, como enfatizou o autor, e que a animação da leitura contempla um conjunto de estratégias que contribuem na promoção da leitura.

Desta forma, para Jiménez Martínez (2012, p. 64, tradução nossa) a animação da leitura é o “[...] conjunto de ações destinadas a promover a participação das pessoas em determinada atividade e, principalmente, no desenvolvimento sociocultural do grupo de que fazem parte<sup>42</sup>.”. Por outro lado, pode-se compreender, por meio da observação de Ceretta Soria (2010), que a participação das pessoas em atividades de animação da leitura está destinada à criação de relações entre um suporte de leitura e um sujeito ou grupo social. A pesquisadora constata o seguinte: “A animação da leitura compreende estratégias e ações que visam criar um vínculo

---

<sup>42</sup> Texto no original: “[...] conjunto de acciones destinadas a impulsar la participación de las personas en una determinada actividad, y especialmente en el desarrollo sociocultural del grupo de que forman parte.”.

entre um material de leitura e um indivíduo ou grupo<sup>43</sup>.” (CERETTA SORIA, 2010, p. 80, tradução nossa).

A promoção da leitura é, por sua vez, à luz do entendimento de Morales, Rincón Garcia e Tona Romero (2005, p. 201, tradução nossa), “[...] uma prática social que visa transformar positivamente as formas de perceber, sentir, valorizar, imaginar, usar, compartilhar e conceber a leitura como construção sociocultural<sup>44</sup>.”. Nessa mesma direção, Jiménez Martínez (2012, p. 64, tradução nossa) descreveu sua compreensão do termo da seguinte forma: “[...] a promoção da leitura [...] aborda um enfoque social, cultural, educacional e político voltado para a sociedade como um todo, com o objetivo de dar à leitura um lugar de relevância na formação dos indivíduos<sup>45</sup>.”.

Feitos os devidos esclarecimentos, pode-se concluir que enquanto a animação da leitura consiste num conjunto de ações que visam à participação social em atividades socioculturais, como as que possibilitam a criação de vínculos entre suportes de leitura e indivíduos ou grupos, a promoção da leitura é uma prática sociocultural e político-educacional ampla que se destina a modificar as maneiras de “experenciar” a leitura como uma construção sociocultural que forma indivíduos crítico-reflexivos. Portanto, a animação da leitura não é sinônimo de promoção da leitura; a primeira é parte de um contexto maior, protagonizado pela segunda.

É amparado nos excertos desenvolvidos até este momento que se sugere que a promoção da leitura pode ser considerada sustentável caso suas práticas envolvam abordagens nitidamente ligadas às facetas ambiental, social, cultural, econômica e política.

No âmbito da sustentabilidade ambiental, é desejável que as atividades de promoção da leitura não percam de vista o necessário diálogo com a ecologia e a preservação dos ecossistemas. Mesmo que a promoção da leitura diga respeito aos distintos modos de percepção, sentimento, valorização, imaginação, uso, compartilhamento e concepção de leitura (MORALES; RINCÓN GARCIA; TONA ROMERO, 2005), vale destacar que Freire (1992) já houvera ponderado a respeito de uma leitura que vai além daquela do código, dos vocábulos; trata-se de uma leitura do

---

<sup>43</sup> Texto no original: “La animación a la lectura comprende estrategias y acciones dirigidas a crear un vínculo entre un material de lectura y un individuo o grupo.”.

<sup>44</sup> Texto no original: “[...] una práctica social dirigida a transformar positivamente las maneras de percibir, sentir, valorar, imaginar, usar, compartir y concebir la lectura como construcción sociocultural.”.

<sup>45</sup> Texto no original: “[...] aborda un enfoque social, cultural, educativo y político que va dirigido a la sociedad en su conjunto, con la finalidad de dar a la lectura un lugar de relevancia en la formación de los individuos.”.

entorno, da circunvizinhança, do mundo. O que é o mundo senão o meio ambiente, os ecossistemas? Foi nesse sentido que Silveira e Camillo (2022, p. 93) discorreram que

[...] mais do que a leitura da palavra, apre(e)nde-se a leitura do mundo como o conhecemos. Ou ainda é possível dizer: conhecemos o mundo com as nossas lentes, diante daquilo que vivemos e experienciamos. O mundo é, senão, o ambiente onde habitamos.

O mundo é o meio ambiente em si, sendo um vasto espaço que viabiliza infindáveis leituras que não estão necessariamente vinculadas à leitura da palavra. Sendo assim, considera-se que as relações entre a sustentabilidade ambiental e a promoção da leitura são possíveis ao se considerar o próprio mundo como espaço de mediação entre esses fenômenos. Na realidade, é o mundo o espaço que viabiliza tal conexão e suas distinções bio-físico-químicas, que instigam o questionamento dos sujeitos acerca do entorno – portanto uma leitura de mundo –, devem ser preservadas.

De outro lado, a sustentabilidade social anseia a redução das diferenças sociais. Isso no contexto da promoção da leitura significa propiciar abordagens socioculturais e político-educacionais que penetrem as práticas de leitura, capazes de munir as pessoas com ferramentas que as possibilitem conseguir melhores renda, emprego e oportunidades de desenvolvimento pessoal na vida.

Ao se promover a leitura se promove também a cidadania, que foi o que Petit (2009) compreendeu a respeito da leitura dos livros, ação que faz parte das práticas de promoção da leitura. A pesquisadora conclui o seguinte: “[a leitura de livros] pode representar uma espécie de atalho que leva de uma intimidade um tanto rebelde à cidadania.” (PETIT, 2009, p. 19). Ainda, partindo da perspectiva do letramento, a autora entende que “[...] na maioria das sociedades, ficar excluído da escrita é ficar excluído do mundo. Muitas pessoas que não têm acesso à escrita ou não sabem seus usos, sentem-se indignas.”. (PETIT, 2009, p. 43). Portanto, desenvolver a sustentabilidade social significa propiciar às pessoas o acesso aos seus direitos humanos, fundamentais, como o acesso à cultura letrada, dado que os sujeitos são colocados necessariamente no contexto da dignidade da pessoa humana – atributo que todo ser humano possui independentemente da sua posição social, sexo, religião, nacionalidade ou condição.

No que se refere à sustentabilidade cultural, a promoção da leitura pode contribuir para veicular novas visões que revelem a necessidade de mudanças no contexto social sem ter que preterir os aspectos culturais locais. Isso indica que ao se

desenvolver práticas de leitura que tenham como horizonte a aproximação dos sujeitos de temas sensíveis e oportunos à contemporaneidade, a cultura pode ser salvaguardada e ressignificada, partindo do ponto de vista de que ela é posta no jogo da construção de novos sentidos, o que difere de ser negligenciada ao longo desse movimento.

Laraia (2008), em sua obra que trata da natureza e dos modos de operação da cultura, constata que “[...] cada sistema cultural está sempre em mudança.” (LARAIA, 2008, p. 101). Assim, como a sustentabilidade cultural tem como objetivo a realização de mudanças em harmonia com a cultura vigente, entende-se que as práticas de leitura, próprias da promoção da leitura, contribuam para respaldar tais mudanças com a devida sustentabilidade cultural.

Por outro lado, as sustentabilidades econômica e política se vinculam à promoção da leitura de modos similares, por isso ambas são abordadas conjuntamente neste ponto. Há uma relação de implicações entre elas. Como a sustentabilidade econômica revela a sua importância principalmente no contexto político e a sustentabilidade política existe devido à falta de governabilidade nos distintos países, incidindo assim em problemas econômicos internos a eles, tais retroalimentações podem culminar na desfavorável continuidade e efetividade das políticas públicas dos diferentes setores e segmentos da sociedade, como as políticas públicas do livro e leitura.

Com a atenção voltada a esse contexto, Bamberger (1975) afirmou há muito que a promoção da leitura deve ser uma das preocupações dos Governos. Sua percepção consta no seguinte excerto:

[...] a promoção da leitura precisa do apoio de muitas outras forças. Em primeiro lugar, dos governos que, conscientes da importância de ter cidadãos mais informados e educados, devem promover a publicação de bons livros, a utilização de livros não didáticos em todos os níveis de ensino, o desenvolvimento de um sistema nacional de bibliotecas públicas e pedagógicas dotadas e bem assistidas, e a formação de quadros qualificados de profissionais do livro<sup>46</sup> (BAMBERGER, 1975, p. 6, tradução nossa).

Isso oferece ao leitor o entendimento de que a promoção da leitura não está aquém das nuances política e econômica de um país. Formar leitores efetivos e crítico-reflexivos é um dever político e, como se compreende com base na filosofia

---

<sup>46</sup> Texto no original: “[...] la promoción de la lectura necesita del concurso de muchas más fuerzas. En primer lugar, de los Gobiernos que, conscientes de la importancia que tiene contar con ciudadanos mejor informados y más cultos, deben promocionar la edición de buenos libros, la utilización de libros que no sean de texto en todos los niveles de la enseñanza, el desarrollo de un sistema nacional de bibliotecas públicas y docentes bien dotadas y asistidas, y la formación de cualificados cuadros de profesionales del libro.”

freireana, embora o ato de ler em si diga respeito a uma leitura mais ampliada do entorno social, estimular o sujeito no aprendizado dessa ação é, contudo, um porquê político, uma luta que se envereda posteriormente pela “estrada” do letramento. Desta maneira, formar leitores é um ato político indissociável da função educativa; mais além, indivinculável das práticas de leitura, próprias da promoção da leitura (FREIRE, 1992).

Como o ato de promover a leitura abrange recursos físicos e digitais de informação publicados por editoras e distribuídos por livreiros, havendo ainda o envolvimento de outros atores da cadeia do livro, infere-se que a promoção da leitura detém uma vertente econômica, justamente ligada à economia do livro do país. Assim, política, economia e promoção da leitura, embora pareçam relativamente distantes uma da outra, estabelecem uma relação que deve ser permeada idealmente pela sustentabilidade nas ações.

Portanto, ante às colocações propostas até este momento, estabelece-se a compreensão de que a promoção sustentável da leitura consiste num conjunto de abordagens teórico-práticas que têm como objetivo formar indivíduos crítico-reflexivos por meio das variadas maneiras de “experenciar” a leitura ao se evidenciar, durante as práticas de leitura, o compromisso com a aplicação de ações que assegurem e reflitam as sustentabilidades ambiental, social, cultural, econômica e política em práticas de promoção da leitura; entendimento que encerra as discussões teóricas da pesquisa e abre caminhos para o desenvolvimento da sua parte empírica, a ser iniciada com a exposição da metodologia científica, explanada logo em seguida.

## 6 METODOLOGIA

Esta seção da pesquisa teve como objetivo fundamentar a metodologia da investigação. Sendo assim, num primeiro momento, caracterizou-se a pesquisa e evidenciou-se o seu objeto de estudo. Logo após, importou apresentar o método de pesquisa Análise de Conteúdo, cuja técnica de análise categorial foi a selecionada que conduzir as análises. Para tanto, um sistema de categorias foi estruturado por meio do procedimento misto.

Outra ferramenta metodológica fundamental utilizada no estudo, de acordo com a natureza metodológica desta pesquisa, é o teste de hipótese. Nesta seção, apresentou-se os parâmetros que fundamentam os testes de qui-quadrado, a serem realizados posteriormente. Por último, foram apresentados os parâmetros para se desenvolver uma análise de correlação dos dados da pesquisa. Assim, a seção é iniciada com a caracterização e a evidenciação do objeto de estudo da pesquisa.

### 6.1 Características da pesquisa e objeto de estudo

A pesquisa foi realizada com o emprego de procedimentos metodológico-científicos formais e sistemáticos. Gil (2008) compreende que a metodologia científica consiste num processo dotado de formalidade e sistematicidade, e ainda a apresenta como um conjunto de técnicas formais. Minayo (2012), por sua vez, resume que a metodologia científica é o conjunto formado pelo método científico, pelos instrumentos de operacionalização e, até mesmo, pela criatividade do pesquisador. Deste modo, fica o entendimento de que a metodologia científica se vale de aspectos formais, sistemáticos, procedimentais, processuais e pessoais na investigação.

Assim, ao estabelecer a metodologia científica, deve-se lançar mão de um método científico, de técnicas de pesquisa, que podem ser questionários, entrevistas, observações, *checklists*, indicadores de avaliação, *frameworks*, dentre outros, e de aspectos próprios de cada pesquisador, como sua experiência, vivência, maturidade, curiosidade, criatividade, ousadia, inovação e a capacidade de análise. Esses são elementos que, se confluídos devidamente, contribuem para produzir evidências científicas.

Isso posto, parte-se à caracterização do estudo realizado, que é de níveis exploratório e descritivo. O seu delineamento, no entanto, é documental e sua natureza, qualiquantitativa.

Tal como compreende Vergara (2000), as pesquisas exploratórias são comumente realizadas nas áreas onde há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Vale destacar que o elo temático que é proposto neste estudo, isto é, políticas públicas do livro e leitura e ODS 4 da Agenda 2030, não é de todo amplamente conhecido na Ciência da Informação no Brasil, salvo os poucos estudos recuperados na BRAPCI e BDTD, como visto na seção da pesquisa denominada Introdução. Assim, é em razão desse contexto que a investigação se configura como exploratória.

Depois, a pesquisa é descritiva porque pormenoriza as características de um determinado fenômeno (GIL, 2008). Nesta investigação, como já se sabe, o fenômeno a ser descrito diz respeito ao relacionamento entre o conteúdo dos objetivos de políticas públicas do livro e leitura latino-americanas e o das metas do ODS 4 da Agenda 2030. Nesse sentido, a natureza qualiquantitativa da pesquisa se justifica, pois se busca, além de descrever os fenômenos e compreendê-los, produzir medidas quantificáveis que cooperem para o seu juízo (RICHARDSON, 2012).

No que diz respeito ao delineamento da pesquisa, fica esclarecido, à luz de Gil (2008), que os documentos primários são fontes para se investigar e estão isentos da análise de terceiros. Depois, a pesquisa documental se diferencia da bibliográfica na medida em que a última não foca as fontes primárias de informação, mas outras de níveis distintos, diferente, portanto, da que se baseia unicamente em documentos primários. Assim, o estudo documental tem as fontes primárias – relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas – como base de condução da investigação. E as políticas públicas, no geral, integram esse conjunto.

Sendo assim, nesta pesquisa, os documentos analisados constituem o conjunto denominado “políticas públicas do livro e leitura”, cujo grande elemento em comum são os seus objetivos, que visam nortear a promoção da leitura em âmbito nacional, a depender do país a que o documento em análise se refere. Depois, aclara-se que as políticas públicas dessa natureza são documentos que conformam, por fim, o objeto de estudo da pesquisa.

Os documentos analisados são vistos adiante, no Quadro 1. Esse quadro é um elemento representativo que se divide em três colunas. A primeira elenca o nome do país a que corresponde a política pública analisada, a segunda discorre o nome da política pública propriamente, e a terceira, por sua vez, informa o código atribuído a cada documento, cuja finalidade é retomar o país e o nome do documento a que se refere o instrumento em análise.

**Quadro 1** – Origem, nome e código das políticas públicas analisadas.

PAÍS	NOME DA POLÍTICA PÚBLICA	CÓDIGO
Argentina	<i>Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura</i>	PNLLARG1
Argentina	<i>Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros</i>	PNLLARG2
Brasil	Plano Nacional do Livro e Leitura	PNLLBRA
Chile	<i>Plan de Lectura “Leo Primero”</i>	PNLLCHL1
Chile	<i>Plan Nacional de la Lectura 2015-2020</i>	PNLLCHL2
Colômbia	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media</i>	PNLLCOL
El Salvador	<i>Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”</i>	PNLLSLV
Equador	<i>Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”</i>	PNLLEQD
Honduras	<i>Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”</i>	PNLLHND
Nicarágua	<i>Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua</i>	PNLLNCR
Panamá	<i>Plan Nacional de Lectura en Panamá</i>	PNLLPNM1
Panamá	<i>Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura</i>	PNLLPNM2
República Dominicana	<i>Plan Nacional del Libro y la Lectura</i>	PNLLRPD
Uruguai	<i>Plan Nacional de Lectura</i>	PNLLURG
Venezuela	<i>Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025</i>	PNLLVNZ

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Alguns documentos não se enquadraram nos critérios estipulados para esta pesquisa. Primeiramente, desejou-se que as políticas públicas válidas a este estudo tivessem foco na promoção do livro e/ou da leitura. Não se admitiria publicações que enfocassem territórios subalternos à federação, como estados/províncias e municípios. Noutras palavras, desejou-se analisar, unicamente, políticas públicas federais/nacionais, e não as estaduais, provinciais e municipais. Depois, optou-se apenas pelos “planos” do livro e leitura, o que motivou não optar pelas “políticas” de leitura. A diferença consiste em que os planos estão alinhados a um enfoque de ação no mundo concreto, dentro do que se pode chamar de “plano da ação”. As políticas, por sua vez, pertencem a uma outra dimensão, mais vinculadas ao campo da ideação, chamado “plano ideacional” (CAMILLO, 2020b).

Desta forma, embora “planos” e “políticas” se relacionem de maneira imbricada, e, ainda, embora constituam, ambos, políticas públicas do livro e leitura

genericamente, os primeiros são firmados por meio das segundas. Dito de outra forma, são as políticas de leitura que determinam haver planos do livro e leitura. Porém, como este estudo anseia aspectos relativos à aplicação das políticas públicas do livro e leitura no mundo concreto, recorreu-se exclusivamente aos “planos” como objeto de estudo.

Outro elemento foi considerado basilar para determinar os documentos que comporiam a análise. Ele se relaciona à existência ou inexistência de objetivos, ou melhor, metas explicitamente descritas nas políticas públicas reunidas. Isso se justifica pois se percebeu que alguns dos documentos recuperados, apesar de tratarem da promoção do livro e/ou da leitura, não continham nenhum conjunto de objetivos que pudesse ser analisado, e documentos nessa condição foram excluídos da pesquisa. Seis foi o número de documentos rejeitados.

Diante disso, o estudo analisa, então, 15 documentos, sendo que alguns dos países parte do conjunto, como Argentina, Chile e Panamá, estão representados em dois documentos cada no *corpus*. As análises foram realizadas ao lançar mão da técnica de análise categorial do método de pesquisa Análise de Conteúdo, uma teoria teórico-metodológica de Laurence Bardin (2016), cujos elementos imprescindíveis à sua aplicação são apresentados a seguir.

## **6.2 Análise de Conteúdo**

Bardin (2016) considera que a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. São técnicas que visam à descrição do conteúdo das mensagens por meio de indicadores quali e/ou quantitativos ao se estabelecer procedimentos sistemáticos e objetivos para tanto. Quando da sua aplicação, três fases lógicas e ordenadas são estabelecidas. As fases são estas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação.

A fase de “pré-análise” corresponde a um período de intuições feitas pelo pesquisador. Nela, objetiva-se sistematizar as ideias iniciais de modo que seja estabelecido um percurso lógico para desenvolver as fases sucessivas. É neste momento que os documentos são escolhidos para serem analisados (BARDIN, 2016; OLIVEIRA, 2008).

A fase de “exploração do material” comporta transformações. Nela, os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades. Uma vez que a fase anterior a esta é concluída, a exploração do material se consolida, portanto, com a tomada de decisão sobre o *corpus*, que é o conjunto de documentos em análise. Nesse instante, dá-se início, então, a uma sucessão de codificações, momento em que os dados brutos são tratados para a sua posterior interpretação (BARDIN, 2016; OLIVEIRA, 2008).

A sistematização dos dados desta pesquisa foi realizada e registrada em fichas, posteriormente organizadas como apêndices, que vão do Apêndice B ao P. Eles podem ser vistos nos elementos pós-textuais desta tese, na seção Apêndices.

Ainda dentro da fase de “exploração do material” ocorre a construção do sistema de categorias analíticas. Bardin (2016) esclarece que é cristalino que o estabelecimento de categorias revela o uso mais comum da aplicação do método nos inúmeros estudos científicos, dado que a análise categorial é uma técnica de pesquisa muito popular da Análise de Conteúdo. Assim, este estudo recorreu à técnica de análise categorial, que, segundo Bardin (2016, p. 147), consiste na “[...] divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias.”.

As categorias estabelecidas para análise apreendem as unidades de registro (UR) oriundas dos documentos analisados dentro de um contexto, portanto alinhadas a uma unidade de contexto (UC). A UR significa “[...] a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial.” (BARDIN, 2016, p. 134). Por outro lado, a UC “[...] serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões “[...] são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro.” (BARDIN, 2016, p. 137).

Entretanto, a elaboração de categorias obedece a alguns critérios. Amado, Costa e Crusoé (2014) referem que ao se elaborar categorias é importante se ater aos seguintes elementos: exaustividade; exclusividade; homogeneidade; pertinência; objetividade; produtividade.

A “exaustividade” significa abranger todos os itens relevantes para o estudo. A abrangência diz respeito ao conjunto de URs determinado. As URs podem ser

representadas por frases, parágrafos e palavras. Nesta pesquisa, optou-se pelos parágrafos.

A “exclusividade” estabelece que a UR não deve pertencer a mais de uma categoria. Cada UR se vincula a uma única categoria, que é a que mais lhe representa. Para que isso ocorra, indicadores devem ser compostos, e determiná-los possibilita que os resultados sejam discutíveis.

A “homogeneidade” pressupõe que as categorias e seus indicadores devem se referir a um único tipo de análise. As classificações não devem ser misturadas. Sendo assim, tem-se homogeneidade quando as categorias e indicadores congregam URs com sentidos semelhantes.

A “pertinência” funciona como um fio condutor que envolve e amalgama os elementos da pesquisa. Ela quer dizer que as categorias devem se adaptar ao conteúdo dos documentos analisados. Ainda, entende-se como “pertinência” a adequação das categorias ao problema da pesquisa e aos seus objetivos.

A “objetividade” é o critério responsável por auxiliar no estabelecimento da paridade entre as URs e suas correspondentes categorias. Logo, é esperado que a categorização das URs ocorra de modos claro e objetivo para que se evite o uso da subjetividade ao classificar.

A “produtividade” é o último critério. Compreende-se a partir dela que a análise do conteúdo deve prover resultados férteis, isto é, que incidam na construção de hipóteses para análises futuras. Dessa maneira, ao fim de uma única análise novos construtos coerentes podem ser montados e novas investigações podem ser originadas.

Outro elemento a ser mencionado são os tipos procedimento para elaborar as categorias. Eles podem ser do tipo aberto, fechado ou misto. O aberto consiste na ideia de que o pesquisador, após realizar a “leitura flutuante” (BARDIN, 2016) dos documentos, elaborará as categorias com base nas impressões emanadas da rápida leitura do conteúdo do *corpus* documental. Essa é a atribuição conhecida como *a posteriori*. No caso do procedimento fechado, as categorias advêm de outro documento, de uma fonte documental externa aos documentos em análise. Portanto, as categorias estabelecidas por procedimento fechado não são criadas, mas importadas à pesquisa. Essa atribuição é conhecida como *a priori*.

Por outro lado, o procedimento misto engloba os tipos aberto e fechado mencionados. Assim, cria-se algumas categorias e importa-se outras de fontes externas (AMADO; COSTA; CRUSOÉ, 2014), o que o torna um procedimento dotado de grande versatilidade para se trabalhar com as URs. Devido a isso, optou-se por esse procedimento nesta investigação.

O sistema de categorias analíticas da pesquisa é visto no Quadro 2 adiante, formado por categorias (CTG) e seus respectivos indicadores (IND). A primeira segmentação do sistema, denominada “Categorias e indicadores relacionados com o ODS 4”, foi constituída *a priori*, com indicadores importados do ODS 4. De outro lado, a segunda segmentação, chamada “Categorias e indicadores não relacionados com o ODS 4”, foi montada *a posteriori*, ou seja, após “leituras flutuantes” (BARDIN, 2016) dos documentos terem sido realizadas.

**Quadro 2 – Sistema de categorias da pesquisa.**

<b>CATEGORIAS E INDICADORES CONVERGENTES COM O ODS 4</b>	
<b>(CTG-01) Aprendizagem significativa</b>	↳ (IND-01) Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
<b>(CTG-02) Desenvolvimento educativo na infância</b>	↳ (IND-02) Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.
<b>(CTG-03) Educação técnica, profissional e superior</b>	↳ (IND-03) Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
<b>(CTG-04) Habilidades e competências técnicas</b>	↳ (IND-04) Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
<b>(CTG-05) Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas</b>	↳ (IND-05) Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
<b>(CTG-06) Alfabetização e conhecimento de matemática</b>	↳ (IND-06) Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
<b>(CTG-07) Desenvolvimento sustentável sistêmico</b>	↳ (IND-07) Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.
<b>(CTG-08) Instalações físicas para a educação e segurança de gênero</b>	↳ (IND-08) Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

<p><b>(CTG-09) Oferta de bolsas de estudo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-09) Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.</li> </ul>
<p><b>(CTG-10) Formação e qualificação de professores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-10) Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.</li> </ul>
<p><b>CATEGORIAS E INDICADORES NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b></p>
<p><b>(CTG-11) Desenvolvimento social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-11) Construir uma nação de leitores.</li> <li>↳ (IND-12) Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura.</li> <li>↳ (IND-13) Preservar a memória social.</li> </ul>
<p><b>(CTG-12) Desenvolvimento em leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-14) Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas.</li> <li>↳ (IND-15) Difundir a leitura nos meios de comunicação social.</li> </ul>
<p><b>(CTG-13) Equipamentos de informação, sebos e livrarias</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-16) Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país.</li> <li>↳ (IND-17) Incentivar e criar sebos e livrarias.</li> </ul>
<p><b>(CTG-14) Parcerias institucionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-18) Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura.</li> </ul>
<p><b>(CTG-15) Complexidade na promoção da leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-19) Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura.</li> <li>↳ (IND-20) Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação.</li> </ul>
<p><b>(CTG-16) Técnicas e estratégias para a promoção da leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-21) Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura.</li> <li>↳ (IND-22) Construir estratégias para promover a leitura.</li> </ul>
<p><b>(CTG-17) Leitura, escrita, oralidade e identidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-23) Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação e de identidade.</li> <li>↳ (IND-24) Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários.</li> </ul>
<p><b>(CTG-18) Implementação de políticas públicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-25) Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade.</li> <li>↳ (IND-26) Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas.</li> </ul>
<p><b>(CTG-19) Gestão da educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-27) Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede.</li> <li>↳ (IND-28) Gerenciar fundos para desenvolver a educação.</li> <li>↳ (IND-29) Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação.</li> </ul>
<p><b>(CTG-20) Capacitação bibliotecária e de outros profissionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-30) Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação.</li> </ul>
<p><b>(CTG-21) Usuários da informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-31) Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura.</li> <li>↳ (IND-32) Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação.</li> </ul>
<p><b>(CTG-22) Pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ (IND-33) Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional.</li> <li>↳ (IND-34) Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas.</li> </ul>
<p><b>(CTG-23) Reconhecimento</b></p>

↳ (IND-35) Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura.
↳ (IND-36) Valorizar escritores locais e regionais.
<b>(CTG-24) Economia do livro</b>
↳ (IND-37) Incentivar a produção editorial.
↳ (IND-38) Internacionalização bibliográfica.
↳ (IND-39) Garantir os direitos autorais.
↳ (IND-40) Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro.

**Fonte:** Elaborado com base nos dados da pesquisa e em Plataforma Agenda 2030 (2021).

Finalmente, a última fase da Análise de Conteúdo é a “tratamento dos resultados e interpretação”. Ela congrega as interpretações feitas pelo analista, que devido à sua experiência científica interpreta os dados brutos e infere sobre eles. Assim, os esforços cognitivos do pesquisador fazem com que o conteúdo analisado “fale” de si por meio da cuidadosa manipulação dos dados exercida pelo analista de conteúdo (BARDIN, 2016). Resulta desse processo, então, a criação de estatísticas, quadros, diagramas, figuras, modelos, dentre outras representações que servem para retratar o conteúdo analisado (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014). Para visualizar o conteúdo das URs na etapa de interpretação, valeu-se do recurso de representação da informação chamado Cirrus, que é uma nuvem de palavras parte do conjunto de ferramentas da aplicação *on-line* Voyant Tools. “A nuvem de palavras posiciona as palavras de forma que os termos que ocorrem com mais frequência sejam posicionados centralmente e tenham o maior tamanho.” (VOYANT TOOLS, 2022, tradução nossa), o que possibilita o desenvolvimento de inferências referentes ao conjunto em análise.

As hipóteses da pesquisa são testadas também na fase “tratamento dos resultados e interpretação” e esse processo será compreendido logo a seguir.

### 6.3 Teste de hipótese

A fim de responder ao problema da pesquisa, estabeleceu-se duas hipóteses, classificadas como nula ( $H_0$ ) e alternativa ( $H_1$ ). Mediante a questão da investigação – o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%? –, as hipóteses se conformaram nestas possíveis afirmações:

- $H_0$ : Sim, o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%;
- $H_1$ : Não, o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

A  $H_0$  e a  $H_1$  representam, juntas, uma relação de completude dada por “sim” e “não”. Isso quer dizer que, em termos percentuais, essa relação pode ser numericamente traduzida como 50% de chance de que a  $H_0$  seja verdadeira e outros 50% de que ela não o seja. Por esse motivo, os valores das frequências esperadas ( $E_i$ ) nos quadros de estatística do teste são traduzidos em números que correspondem a 50% do valor total das URs do PNLL em análise. No caso das frequências observadas ( $O_i$ ), os valores incluídos nos quadros de estatística do teste indicam números inteiros, que se referem à quantificação do fenômeno observado.

Sendo assim, as hipóteses foram testadas por meio de teste estatístico. Morettin e Bussab (2010, p. 330) afirmam que “O objetivo do teste estatístico de hipóteses é [...] fornecer uma metodologia que nos permita verificar se os dados amostrais trazem evidências que apoiem ou não uma hipótese [...] formulada.”. Para tanto, recorreu-se ao teste do qui-quadrado ( $\chi^2$ ).

Fonseca e Martins (2011, p. 89) esclarecem que o teste qui-quadrado é um “[...] modelo de distribuição contínua muito importante para a teoria da inferência estatística.”. Ele é realizado com a finalidade de verificar se há ajustamento entre as  $O_i$  e as  $E_i$ . Ou seja, verifica-se se as discrepâncias percebidas, caso existentes, são devido ao acaso ou se de fato há diferença significativa entre as  $O_i$  e as  $E_i$  (FONSECA; MARTINS, 2011).

Bós (2004, p. 172) explica que o qui-quadrado pode ser obtido por meio da “[...] soma dos resultados obtidos pela divisão do quadrado das diferenças entre o observado e o esperado de cada célula pelo esperado de cada célula.” (BÓS, 2004, p. 172), como é demonstrado na seguinte fórmula da Figura 13:

**Figura 13** – Fórmula do qui-quadrado.

$$\chi^2 = \sum_i \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

**Fonte:** <https://cdn.analyticsvidhya.com/wp-content/uploads/2019/05/34.png>

O teste de hipótese com qui-quadrado exige a determinação prévia de alguns parâmetros, que são o nível alfa ( $\alpha$ ) de significância e o grau de liberdade, ou *degree of freedom* (*DF*) em língua inglesa. Nesta pesquisa, o nível de significância foi ajustado em 5%, podendo ter sido escolhido um valor menor, como 1%, 2%, 3% ou 4% (GIL, 2008). Esse valor é determinado pelo próprio pesquisador de acordo com a margem de erro que ele deseja permitir haver na operacionalização dos testes. Determiná-lo ao percentual de 5% significa que houve, portanto, 5% de chance para se cometer o Erro Tipo I durante a execução dos testes de hipótese, sendo que ele ocorre ao se rejeitar a  $H_0$  dado que ela é verdadeira; ou ainda, para se cometer o Erro Tipo II, que ocorre quando não se rejeita a  $H_0$  dado que ela é falsa (GIL, 2008; FONSECA; MARTINS, 2011). Noutras palavras, entende-se que as constatações amparadas nos testes de hipótese tratam de afirmações feitas com pelo menos 95% de certeza (SOUZA, [201-]), pois houve uma margem percentual de 5% para se cometer ambos os Erros.

O *DF*, por sua vez, é o parâmetro da “função densidade”, que nada mais é que um estimador do número de categorias independentes existentes no teste estatístico. Esse número pode ser obtido ao se empregar a seguinte fórmula:  $DF = (n-1).(y-1)$ , em que  $n$  é o número de linhas de uma tabela com variáveis independentes e  $y$  é o número de colunas dessa tabela.

O resultado oriundo desse cálculo norteia a busca pelo valor de qui-quadrado crítico. Nesta pesquisa, o valor do *DF* correspondeu a 1. Isso quer dizer que na tabela de distribuição qui-quadrado consultada (MORETTIN; BUSSAB, 2010, p. 512) o *DF* correspondente a 1 e que esteja concomitantemente vinculado a 5% de nível de significância se refere ao qui-quadrado crítico de 3,8415. Este é, portanto, o valor que determinará a rejeição ou não rejeição da  $H_0$  da pesquisa ao se testá-la para cada PNLL do *corpus*.

Durante os testes, atribuiu-se como valor da amostra o total das URs do PNLL em análise, informação que pode ser localizada no Quadro 3 da pesquisa, visto a seguir.

**Quadro 3** – Unidades de registro por documento do *corpus*.

<b>CÓDIGO DO DOCUMENTO</b>	<b>TOTAL DE UR POR PNLL</b>
PNLLARG1	8
PNLLARG2	26
PNLLBRA	22
PNLLCHL1	13
PNLLCHL2	4
PNLLCOL	8
PNLLSLV	9
PNLLEQD	3
PNLLHND	3
PNLLNCR	4
PNLLPNM1	20
PNLLPNM2	5
PNLLRPD	14
PNLLURG	5
PNLLVNZ	6
<b>TOTAL</b>	<b>150</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Já os gráficos dos testes foram gerados por meio do *software* GPower. Ao usá-lo, recorreu-se ao teste estatístico denominado *goodness-of-fit* ou “teste de aderência” em língua portuguesa. Souza ([201-], p. 4) esclarece que “Um teste de aderência serve para ajudar o pesquisador a decidir se os dados que ele colheu se ajustam bem a uma determinada Lei.”. Assim, o *goodness-of-fit* visou demonstrar o quão aderente são as  $O_i$  às  $E_i$ .

Após a execução dos testes, lançou-se mão do diagrama de dispersão como ferramenta hábil para verificar a existência ou ausência de correlações entre as variáveis do estudo. Assim, os parâmetros da análise de correlação são vistos em seguida.

#### **6.4 Análise de correlação de dados**

Massad *et al.* (2004) afirmam que o diagrama de dispersão consiste numa amostra de duas variações quantitativas, também chamada de bivariada quantitativa. Isso quer dizer que “[...] as observações da variável  $X$  devem ser feitas nos mesmos

indivíduos em que é medida a variável Y.” (MASSAD *et al.*, 2004, p. 145, grifo do autor).

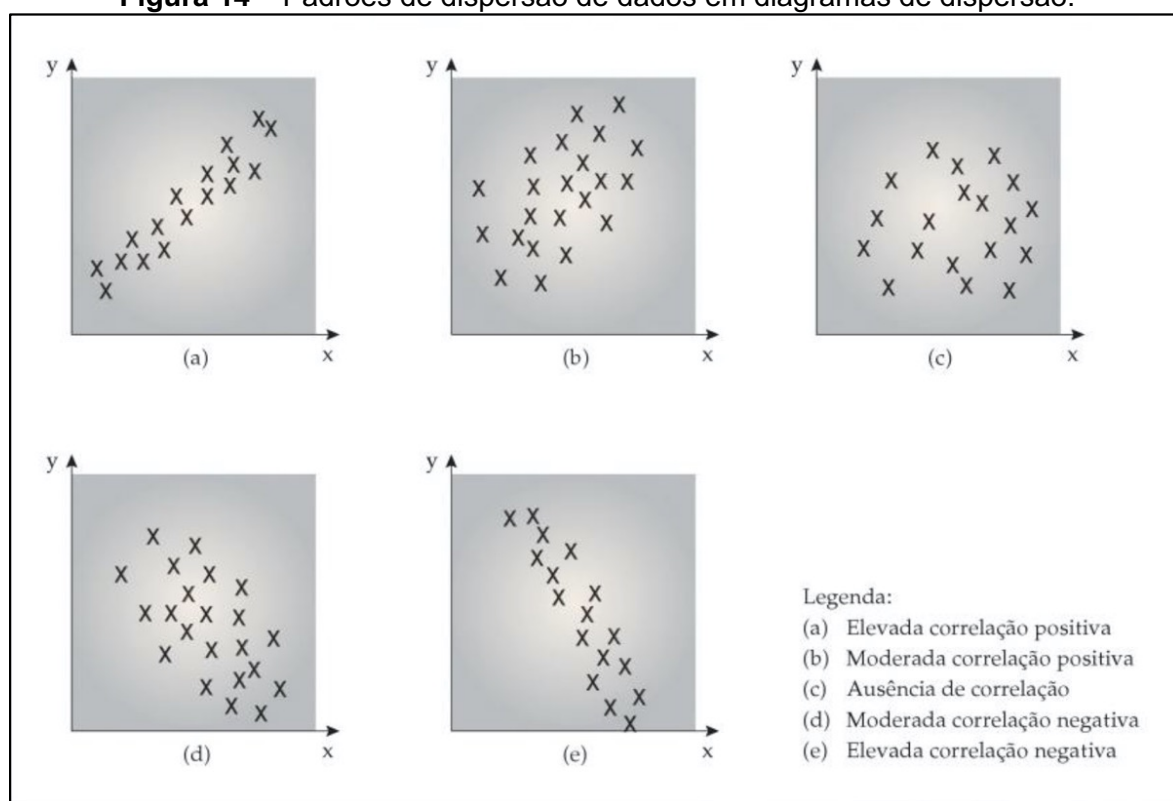
Quando estas duas variáveis são colocadas em um diagrama cartesiano, podem-se avaliar possíveis relações funcionais entre as duas variáveis. O diagrama de dispersão entre as variáveis X e Y permite detectar uma relação entre elas e compreender a natureza desta relação (MASSAD *et al.*, 2004, p. 145).

A análise empreendida levou em conta a verificação de existência ou ausência de correlações entre duas variáveis em dois contextos distintos. No primeiro, em que se afirma que o conteúdo dos objetivos de políticas públicas do livro e leitura latino-americanas se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4 da Agenda 2030, como consta na  $H_0$ , considerou-se como variável do eixo y o “Total de objetivos nos PNLLs” e como variável do eixo x a “Quantidade de objetivos convergentes com o conteúdo das metas do ODS 4 nos PNLLs”.

De outro lado, no segundo cenário, em que se afirma que o conteúdo dos objetivos de políticas públicas do livro e leitura latino-americanas não se relaciona significativamente com o das metas do ODS 4 da Agenda 2030, como visto na  $H_1$ , considerou-se como variável do eixo y novamente o “Total de objetivos nos PNLLs”. No eixo x, entretanto, a “Quantidade de objetivos não convergentes com o conteúdo das metas do ODS 4 nos PNLLs”.

No diagrama de dispersão, os dados representados constituem padrões de distribuição ou dispersão. Os padrões informam o tipo de relacionamento existente entre as variáveis. A seguir, a Figura 14 demonstra os padrões possíveis para os diagramas de dispersão, que são, como nomeia Werkema (2014, p. 160): “[...] (a) elevada correlação positiva; (b) moderada correlação positiva; (c) ausência de correlação; (d) moderada correlação negativa; (e) elevada correlação negativa.”.

**Figura 14** – Padrões de dispersão de dados em diagramas de dispersão.



**Fonte:** Werkema (2014, p. 160).

O padrão “elevada correlação positiva” indica que quando  $x$  e  $y$  aumentam juntos há uma tendência positiva muito clara e acentuada entre as variáveis. Noutras palavras, há uma correlação muito expressiva entre as variáveis. Depois, no padrão “moderada correlação positiva” o processo é similar, no entanto, é percebida uma correlação mais comedida entre as variáveis. Isso significa que a variabilidade presente não é tão contundente quanto a que ocorre no padrão de elevada correlação. Portanto, outras variáveis além de  $x$  são necessárias para explicar a variabilidade que ocorre em  $y$  (CÉSAR, 2011; WERKEMA, 2014).

O padrão “ausência de correlação”, por sua vez, ilustra os valores de uma variável que não apresenta relacionamento com outra. Dito de outro modo, entende-se que  $x$  não correlaciona com  $y$  nesse esquema (CÉSAR, 2011; WERKEMA, 2014). Assim, ao invés de se serem percebidas algumas tendências, positivas ou negativas, a dispersão dos dados assume representação “neutra”.

De outro lado, os padrões de correlação negativa constituem o inverso da vista nos padrões positivos. O padrão “moderada correlação negativa”, por exemplo, demonstra que  $x$  tende a diminuir ao passo que  $y$  aumenta. Isso indica que existe alguma correlação negativa entre as variáveis. Mas, na “elevada correlação negativa”,

por fim, os valores mais baixos de  $y$  estão fortemente associados aos mais elevados de  $x$  (CÉSAR, 2011; WERKEMA, 2014).

Finalmente, com a metodologia da pesquisa devidamente fundamentada, parte-se, logo em seguida, à seção empírica desta pesquisa de doutorado. Nela, serão apresentados os resultados dos testes de hipótese e as análises de conteúdo realizados para cada um dos 15 PNLLs do *corpus* do estudo. São apresentadas as, também, as análises de correlação dos dados da pesquisa, vistas mais ao final da seção porvir.

## **7 DADOS DA PESQUISA: TESTES DE HIPÓTESE E ANÁLISES CATEGORIAL E DE CORRELAÇÃO DOS DADOS**

Esta seção apresenta o resultado e a interpretação relacionados aos testes de hipótese conduzidos para 15 políticas públicas do livro e leitura latino-americanas, vistas sob as suas formas codificadas, ou seja, PNLL<sub>ARG1</sub>, PNLL<sub>ARG2</sub>, PNLL<sub>BRA</sub>, PNLL<sub>CHL1</sub>, PNLL<sub>CHL2</sub>, PNLL<sub>COL</sub>, PNLL<sub>SLV</sub>, PNLL<sub>EQD</sub>, PNLL<sub>HND</sub>, PNLL<sub>NCR</sub>, PNLL<sub>PNM1</sub>, PNLL<sub>PNM2</sub>, PNLL<sub>RPD</sub>, PNLL<sub>URG</sub> e PNLL<sub>VNZ</sub>. Também, demonstrou-se a que percentual converge e diverge o conteúdo dos objetivos das políticas públicas do livro e leitura latino-americanas do das metas do ODS 4 da Agenda 2030, isso ao se empregar a técnica da análise categorial.

Seguidamente, evidenciou-se o quantitativo de URs por categoria por documento e interpretou-se os dados descritos. Sendo assim, a primeira subseção, vista em seguida, frisa a descrição dos dados da pesquisa e, mais adiante, na segunda, apresenta-se a interpretação relativa aos dados descritos. Nesta seção, nuvens de palavras foram desenvolvidas para cooperar na interpretação do resultado.

Por fim, apresentou-se as ações que podem contribuir para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura por meio das políticas públicas do livro e leitura nos níveis municipal, estadual e federal de governo. Para tanto, foi composto um quadro que congrega um conjunto de ações que exhibe as dimensões e os critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura os quais as ações estão vinculadas.

### **7.1 Descrição dos dados da pesquisa**

Este segmento se inicia com a descrição dos dados referentes ao documento PNLL<sub>ARG1</sub>, isto é, o *Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura*. Ele é a primeira política pública do livro e leitura latino-americana a ser submetida ao teste de hipótese e análise de conteúdo, a serem vistos em seguida.

#### **7.1.1 PNLL<sub>ARG1</sub>**

Abaixo, a Tabela 1 apresenta a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>ARG1</sub>. De acordo com ela, observou-se no âmbito da H<sub>1</sub> 7 URs, sendo que se esperou observar, no mínimo, 50% (4) do total das 8 URs deste PNLL. No caso da H<sub>0</sub>, observou-se 1 UR, apesar do seu valor esperado ser, também, de no mínimo 50% (4) do total das URs.

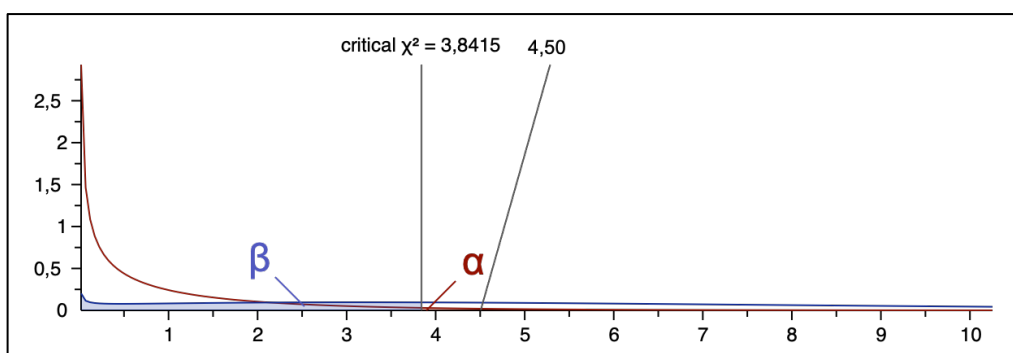
**Tabela 1** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>ARG1</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	7	4	3	9	2,25
H <sub>0</sub>	1	4	-3	9	2,25
TOTAL	8	8			4,50

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 4,50, sendo que esse valor é maior que o do  $\chi^2$  crítico, com medida de 3,8415. Como visto no Gráfico 1 adiante, o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), de rejeição da H<sub>0</sub>, e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ). Por essa razão, rejeitou-se a H<sub>0</sub>. Dito de outra maneira, não se rejeitou a hipótese alternativa da pesquisa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>ARG1</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 1** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>ARG1</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A técnica de análise categorial aplicada possibilitou compreender que as categorias válidas no âmbito do PNLL<sub>ARG1</sub> são “Desenvolvimento social” (CTG-11), “Desenvolvimento educativo na infância” (CTG-02), “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), “Parcerias

institucionais” (CTG-18), “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) e “Técnicas e estratégias a promoção da leitura” (CTG-06).

A única UR que converge com o conteúdo das metas do ODS 4 corresponde a 12,50% do total de URs do PNLL<sub>ARG1</sub>. Ela foi categorizada em “Desenvolvimento educativo na infância” (CTG-02) sob o indicador “Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” (IND-02) e é vista a seguir:

- *Promover el gusto por la lectura desde edades tempranas, en los niños, adolescentes y jóvenes, propiciándola como práctica permanente, teniendo en cuenta la habitualización necesaria del sujeto como lector y facilitando su acercamiento a los textos y los libros*<sup>47</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

Por outro lado, as URs que demonstram a não convergência do conteúdo das metas do ODS 4 com o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>ARG1</sub> correspondem a 87,50% do total de URs deste PNLL. Elas foram classificadas em distintas categorias.

Na categoria “Desenvolvimento social” (CTG-11), duas URs foram classificadas sob indicadores diferentes. O primeiro deles se chama “Construir uma nação de leitores” (IND-11), com uma UR, e o segundo, também com uma, é o “Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura” (IND-12). Suas URs podem ser vistas a seguir e na devida ordem:

- *Propiciar la construcción de un país de lectoras y lectores, que tengan en la lectura una base sólida de sustentación del crecimiento, y a la información como una herramienta para la inclusión social; la democratización, como aporte esencial al desarrollo humano y el fortalecimiento de su identidad*<sup>48</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).
- *Elevar los niveles de lectura (comportamiento lector y comprensión lectora) en todo el país haciendo de la lectura no sólo un factor de esparcimiento y crecimiento personal, sino un instrumento intelectual que permita a las personas acceder a mejores condiciones de vida, generando nuevas capacidades para participar activa y democráticamente en la sociedad*<sup>49</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

---

<sup>47</sup> Tradução livre: “Promover o gosto pela leitura desde cedo, em crianças, adolescentes e jovens, promovendo-a como prática permanente, tendo em conta a necessária habitualização do sujeito como leitor e facilitando a sua abordagem a textos e livros.”.

<sup>48</sup> Tradução livre: “Promover a construção de um país de leitores, que tenham na leitura uma base sólida para sustentar o crescimento e na informação como ferramenta de inclusão social; democratização, como contribuição essencial para o desenvolvimento humano e o fortalecimento de sua identidade.”.

<sup>49</sup> Tradução livre: “Elevar os níveis de leitura (leitura e compreensão leitora) em todo o país, tornando a leitura não só um fator de lazer e crescimento pessoal, mas também um instrumento intelectual que permite às pessoas ter acesso a melhores condições de vida, gerando novas capacidades de participação ativa e democrática na sociedade.”.

Na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) houve uma UR. Ela se vincula ao indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). Esta é a UR:

- *Propender al desarrollo de competencias lectoras a través de acciones educativas en todos los niveles del sistema, facilitando procesos de apropiación de los bienes culturales y generando una didáctica en la formación de lectores que permita reinstalar una positiva práctica de la lectura en el espacio curricular en la escuela*<sup>50</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

Uma UR foi classificada na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) sob o indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Ela consiste no seguinte:

- *Fortalecer el lugar y papel superlativo que deben ocupar las bibliotecas en el ámbito escolar, apoyando y aumentando las existentes y propendiendo a crear aquellas que no existan*<sup>51</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

Na categoria “Parcerias institucionais” (CTG-14) houve uma UR. Ela foi categorizada sob o indicador “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura” (IND-18) e tem o seguinte conteúdo:

- *Apoyar la labor de las organizaciones civiles, escolares, empresariales y sociales vinculadas a la promoción del libro y la lectura en el ámbito de la vida nacional a fin de tejer una gran red de trabajo para el mejoramiento de la lectura*<sup>52</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

Adiante, a categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) também dispõe de uma UR. Ela se vinculou a essa categoria por meio do indicador “Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos da promoção da leitura” (IND-19) e pode ser vista logo após:

- *Promover acciones por la lectura en familia y en otros espacios de convivencia*<sup>53</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).

Por fim, a categoria “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16) registrou uma UR. Em seu indicador “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura” (IND-21) consta a UR que diz o seguinte:

- *Desarrollar técnicas de medición para conocer el estado del mapa bibliotecario escolar de la República Argentina, como así también seguimiento de lecturas en estudiantes de todos los niveles y modalidades;*

---

<sup>50</sup> Tradução livre: “Promover o desenvolvimento da leitura por meio de ações educativas em todos os níveis do sistema, facilitando processos de apropriação de bens culturais e gerando didáticas na formação de leitores que permitam reinstaurar uma prática positiva de leitura no espaço curricular da escola.”

<sup>51</sup> Tradução livre: “Reforçar o lugar e o papel superlativos que as bibliotecas devem ocupar no ambiente escolar, apoiando e ampliando os existentes e tendendo a criar os que não existem.”

<sup>52</sup> Tradução livre: “Apoiar o trabalho das organizações civis, escolares, empresariais e sociais ligadas à promoção do livro e da leitura no âmbito da vida nacional, a fim de tecer uma grande rede de trabalho para o aprimoramento da leitura.”

<sup>53</sup> Tradução livre: “Promover ações de leitura familiar e em outros espaços de convivência.”

*instrumentar un sistema de recolección de datos que permita evaluar permanentemente las acciones del PLAN<sup>54</sup> (PNLL<sub>ARG1</sub>).*

Os números e análise categorial vistos a seguir tratam do PNLL<sub>ARG2</sub>, código para o *Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros*, segundo documento argentino.

### 7.1.2 PNLL<sub>ARG2</sub>

A Tabela 2, a seguir, demonstra a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>ARG2</sub>. Nela há 25 URs observadas no domínio da H<sub>1</sub>. Seu valor esperado correspondia a, pelo menos, 50% (13) do total das 26 URs deste PNLL. Observou-se, contudo, 1 UR no âmbito da H<sub>0</sub>. No entanto, o valor esperado para ela era, também, de no mínimo 50% (13) do total das URs.

**Tabela 2** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>ARG2</sub>.

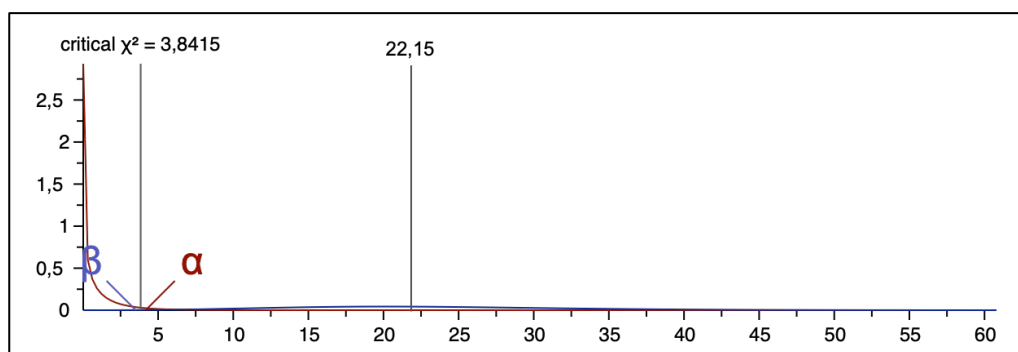
	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	25	13	12	144	11,08
H <sub>0</sub>	1	13	-12	144	11,08
TOTAL	26	26			22,15

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 22,15, que é um valor expressivamente maior que o do  $\chi^2$  crítico, equivalente a 3,8415. Abaixo, o Gráfico 2 demonstra que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), área indicada para a rejeição da H<sub>0</sub>, e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ). Desse modo, a H<sub>0</sub> foi rejeitada. Isso significa dizer que não se rejeita a hipótese alternativa da pesquisa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>ARG2</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

<sup>54</sup> Tradução livre: “Desenvolver técnicas de medição para conhecer o estado do mapa da biblioteca escolar da República Argentina, bem como o acompanhamento de leituras em alunos de todos os níveis e modalidades; implementar sistema de coleta de dados que permita avaliação permanente das ações do PLANO.”.

**Gráfico 2** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>ARG2</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Com base na análise categorial realizada, entende-se que as categorias válidas para o PNLL<sub>ARG2</sub> somam o total de 12. A que mais tem URs é “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15), com cinco URs, seguida de “Parcerias institucionais” (CTG-14), com quatro. Em seguida, “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) e “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) são categorias com três URs cada.

“Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16) e “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) são categorias com duas URs cada. Por fim, as demais categorias, que são “Desenvolvimento social” (CTG-11), “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17), “Gestão da educação” (CTG-19), “Usuários da informação” (CTG-21) e “Formação e qualificação de professores” (CTG-10), esta convergente com o ODS 4, obtiveram apenas uma UR cada.

A UR que conflui com o conteúdo das metas do ODS 4 corresponde a 4% do total de URs do PNLL<sub>ARG2</sub>. Trata-se de uma UR categorizada em “Formação e qualificação de professores” (CTG-10), sob o indicador “Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento” (IND-10) e é vista a seguir:

- *Fortalecer la formación de los docentes y bibliotecarios como lectores y escritores en sus trayectos de formación inicial y continua*<sup>55</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

<sup>55</sup> Tradução livre: “Fortalecer o treinamento de professores e bibliotecários como leitores e escritores em seus cursos de treinamento inicial e contínuo.”.

No entanto, as URs não convergentes com o conteúdo das metas do ODS 4 representam 96% – o equivalente a 25 URs – do total das URs do PNLL<sub>ARG2</sub>. Elas foram classificadas em categorias diversas. A primeira delas está vinculada à categoria “Desenvolvimento social” (CTG-11) sob o indicador “Construir uma nação de leitores” (IND-11). Essa UR tem o seguinte conteúdo:

- *Promover a nivel federal una sociedad lectora y escritora*<sup>56</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Na categoria subsequente, “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), há duas URs. Elas estão vinculadas ao indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14), e são:

- *Generar miradas integrales que se ubiquen en la centralidad del aula y la biblioteca escolar para mejorar los desempeños de los estudiantes en la adquisición y desarrollo de sus capacidades de lectura y escritura*<sup>57</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Acompañar a las instituciones educativas en el seguimiento de las trayectorias de lectura y escritura de los alumnos de los distintos niveles y modalidades*<sup>58</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Em “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), que é a categoria, houve três URs. Elas se vincularam ao indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16) e são estas:

- *Generar estudios sobre el impacto de las bibliotecas escolares en el aprendizaje*<sup>59</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Consolidar los sistemas de bibliotecas escolares y otras unidades de información educativa con espacios enriquecidos para la lectura y la escritura*<sup>60</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Promover la existencia de la biblioteca escolar con sus espacios colecciones, tecnología y bibliotecarios capacitados- como dinamizadora y organizadora de la lectura en cada escuela en todos los niveles del sistema educativo*<sup>61</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Quatro URs foram categorizadas em “Parcerias institucionais” (CTG-14) sob o indicador “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura” (IND-18). Elas correspondem ao seguinte:

- *Trabajar con los Institutos de Formación Docente en propuestas de capacitación en prácticas de lectura y escritura*<sup>62</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

---

<sup>56</sup> Tradução livre: “Promover uma sociedade de leitura e escrita em nível federal.”.

<sup>57</sup> Tradução livre: “Gerar visões abrangentes que estão localizadas na centralidade da sala de aula e da biblioteca escolar para melhorar o desempenho dos alunos na aquisição e desenvolvimento de suas habilidades de leitura e escrita.”.

<sup>58</sup> Tradução livre: “Acompanhar instituições de ensino no acompanhamento das trajetórias de leitura e escrita de alunos em diferentes níveis e modalidades.”.

<sup>59</sup> Tradução livre: “Gerar estudos sobre o impacto das bibliotecas escolares na aprendizagem.”.

<sup>60</sup> Tradução livre: “Consolidar os sistemas de biblioteca escolar e outras unidades de informação educacional com espaços enriquecidos para leitura e escrita.”.

<sup>61</sup> Tradução livre: “Promover a existência da biblioteca escolar com seus espaços de acervo, tecnologia e bibliotecários capacitados - como facilitadora e organizadora da leitura em cada escola em todos os níveis do sistema educacional.”.

<sup>62</sup> Tradução livre: “Atuar junto aos Institutos de Formação de Professores em propostas de formação em práticas de leitura e escrita.”.

- *Contribuir al fortalecimiento de una red de instituciones que aúnen esfuerzos junto con la escuela y la biblioteca para contribuir a la formación de ciudadanos lectores y escritores*<sup>63</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Potenciar las acciones sistemáticas de las redes de bibliotecas escolares y pedagógicas interconectadas, la red de bibliotecas populares fortalecidas (CONABIP), distribuidas en todo el territorio nacional*<sup>64</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Entrelazar acciones con el PROGRAMA BERA como red de bibliotecas escolares y pedagógicas con toda línea de acción relacionada con la lectura y la comprensión, con la dotación de acervos, colecciones y otros materiales, y con sus posibles mediaciones*<sup>65</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

A categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) tem cinco URs.

Desse total, uma está vinculada ao indicador “Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura” (IND-19) e quatro ao “Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação” (IND-20). As URs são vistas na devida ordem:

- *Fomentar, a través de campañas y espacios de formación docente, el vínculo entre la propuesta pedagógica de la escuela y la familia como agente fundamental dentro del proceso de lectura y escritura*<sup>66</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Poner en valor los acervos de libros y materiales pedagógicos impresos y multimodales distribuidos en las escuelas, a fin de fomentar nuevos usos y apropiaciones*<sup>67</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Garantizar e incrementar el acceso a diversos materiales de lectura y escritura, en espacios y tiempos escolares y extraescolares*<sup>68</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Contribuir al fortalecimiento de prácticas pedagógicas que vinculen la literatura con otros lenguajes artísticos*<sup>69</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Fortalecer la formación de usuarios lectores y escritores a través de una mediación pedagógica y bibliotecológica paralela con la inserción en los nuevos dispositivos de acceso a la información digital*<sup>70</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

A categoria “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16)

dispõe de duas URs, sendo uma vinculada ao indicador “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura” (IND-21) e a outra, ao “Construir estratégias para promover a leitura” (IND-22). As URs são vistas respectivamente:

---

<sup>63</sup> Tradução livre: “Contribuir para o fortalecimento de uma rede de instituições que unem forças com a escola e a biblioteca para contribuir com a formação de cidadãos leitores e escritores.”.

<sup>64</sup> Tradução livre: “Promover a ação sistemática das redes de bibliotecas escolares e pedagógicas interligadas, a rede de bibliotecas populares fortalecidas (CONABIP), distribuídas por todo o território nacional.”.

<sup>65</sup> Tradução livre: “Articular as ações com o PROGRAMA BERA como rede de bibliotecas escolares e pedagógicas com todas as linhas de ação relacionadas à leitura e compreensão, com a disponibilização de acervos, acervos e demais materiais, e com suas possíveis mediações.”.

<sup>66</sup> Tradução livre: “Promover, por meio de campanhas e espaços de formação de professores, o vínculo entre a proposta pedagógica da escola e a família como agente fundamental no processo de leitura e escrita.”.

<sup>67</sup> Tradução livre: “Valorizar os acervos de livros e materiais pedagógicos impressos e multimodais distribuídos nas escolas, de forma a promover novos usos e apropriações.”.

<sup>68</sup> Tradução livre: “Garantir e aumentar o acesso a diversos materiais de leitura e escrita, nos espaços e horários escolares e pós-escolares.”.

<sup>69</sup> Tradução livre: “Contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que articulem a literatura com outras linguagens artísticas.”.

<sup>70</sup> Tradução livre: “Fortalecer a formação de usuários leitores e escritores por meio da mediação pedagógica e bibliotecária em paralelo à inserção em novos dispositivos de acesso à informação digital.”.

- *Contribuir al diseño de estrategias de enseñanza de lectura y escritura en contextos de diversidad lingüística y cultural*<sup>71</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Generar estrategias lectoras en término de los estadios de lectura como portafolios de actividades conjuntas*<sup>72</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Uma UR foi classificada na categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17) sob o indicador “Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade” (IND-23). Seu conteúdo diz o seguinte:

- *Valorar socialmente la práctica cultural de la lectura y la escritura como medio que contribuye al pensamiento autónomo y reflexivo*<sup>73</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Por outro lado, na categoria “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) há três URs. Destas, duas foram classificadas no indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25), e uma no “Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas” (IND-26). Elas são vistas a seguir e respectivamente:

- *Generar políticas públicas para trabajar en la adquisición y el desarrollo de capacidades para la lectura, la escritura y la oralidad como ejes transversales de la educación en todos sus niveles modalidades*<sup>74</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Implementar políticas intersectoriales e interjurisdiccionales que promuevan prácticas de lectura y escritura en ámbitos educativos, bibliotecológicos y culturales*<sup>75</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Definir un sistema de indicadores que permita evaluar al Plan Nacional de Lectura y Escritura para registrar avances y efectuar los cambios que sean necesario*<sup>76</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

A categoria “Gestão da educação” (CTG-19) dispõe de apenas uma UR, que se vinculou ao seu indicador “Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede” (IND-27). Seu conteúdo consiste em:

- *Desarrollar circuitos de comunicación que mejoren la gestión educativa en los ámbitos provinciales y municipales y que garanticen la ejecución del Plan Nacional de Lectura y Escritura*<sup>77</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

Depois, a categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) registrou duas URs. Em seu indicador “Desenvolver habilidades profissionais para

---

<sup>71</sup> Tradução livre: “Contribuir para a concepção de estratégias de ensino de leitura e escrita em contextos de diversidade linguística e cultural.”.

<sup>72</sup> Tradução livre: “Gerar estratégias de leitura em termos das etapas de leitura como portfólios de atividades conjuntas.”.

<sup>73</sup> Tradução livre: “Valorizar socialmente a prática cultural da leitura e da escrita como meio que contribui para o pensamento autônomo e reflexivo.”.

<sup>74</sup> Tradução livre: “Gerar políticas públicas para atuar na aquisição e desenvolvimento das capacidades de leitura, escrita e oralidade como eixos transversais da educação em todos os seus níveis de modalidade.”.

<sup>75</sup> Tradução livre: “Implementar políticas intersectoriais e interjurisdiccionais que promovam práticas de leitura e escrita em ambientes educacionais, bibliotecários e culturais.”.

<sup>76</sup> Tradução livre: “Definir um sistema de indicadores que permita avaliar o Plano Nacional de Leitura e Escrita para registrar o progresso e fazer as mudanças necessárias.”.

<sup>77</sup> Tradução livre: “Desenvolver circuitos de comunicação que melhorem a gestão educacional nas áreas provinciais e municipais e que garantam a execução do Plano Nacional de Leitura e Escrita.”.

promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30) constam as URs:

- *Fortalecer la preparación del bibliotecario para permitir la lectura creativa, la investigación, el desarrollo de las capacidades de un lector como selector y productor de conocimiento autónomo, tanto en soportes tradicionales como en los espacios y dispositivos digitales*<sup>78</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).
- *Profundizar la formación profesional interdisciplinaria del bibliotecario escolar, enfatizando su rol pedagógico y como infomediador y alfabetizados informacional*<sup>79</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

A última UR do PNLL<sub>ARG2</sub> está associada à categoria “Usuários da informação” (CTG-21) e ao seu indicador “Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura” (IND-31). A UR se refere a:

- *Planificar observaciones, instrumentos de recolección de datos, procesar las estadísticas de lectura y circulación de materiales para hacer el seguimiento de cada niño en conjunto y generar estrategias de acompañamiento*<sup>80</sup> (PNLL<sub>ARG2</sub>).

A seguir, os resultados obtidos dizem respeito ao PNLL<sub>BRA</sub>, código para o Plano Nacional do Livro e Leitura, que é a política pública do livro e leitura brasileira.

### 7.1.3 PNLL<sub>BRA</sub>

A estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>BRA</sub> é vista a seguir, na Tabela 3. Nela, é possível perceber 21 URs observadas no domínio da H<sub>1</sub>. Seu valor esperado, no entanto, correspondia ao menos a 50% (11) do total das 22 URs deste PNLL. Por outro lado, observou-se no domínio da H<sub>0</sub> 1 UR, mas o seu valor esperado era, também, de no mínimo 50% (11) do total das URs.

**Tabela 3** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>BRA</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	21	11	10	100	9,09
H <sub>0</sub>	1	11	-10	100	9,09
TOTAL	22	22			18,18

**Fonte:** Dados da pesquisa.

<sup>78</sup> Tradução livre: “Fortalecer a preparação do bibliotecário para permitir a leitura criativa, a pesquisa, o desenvolvimento das capacidades do leitor como seletor e produtor de conhecimento autônomo, tanto em suportes tradicionais como em espaços e dispositivos digitais.”.

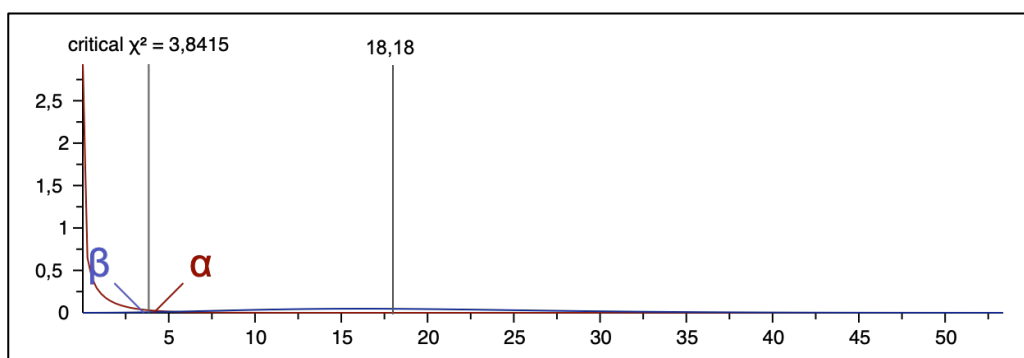
<sup>79</sup> Tradução livre: “Aprofundar a formação profissional interdisciplinar do bibliotecário escolar, valorizando o seu papel pedagógico e como infomediador e conhecedor da informação.”.

<sup>80</sup> Tradução livre: “Planejar observações, instrumentos de coleta de dados, processar as estatísticas de leitura e circulação de materiais para monitorar cada criança como um todo e gerar estratégias de acompanhamento.”.

O valor da estatística do teste foi calculado em 18,18, número consideravelmente maior que o do  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. O Gráfico 3, adiante, evidencia que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ) e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ). Lembrando que a primeira região confere anuência para se rejeitar a  $H_0$  e a segunda, para não o fazer.

Desta maneira, para o PNLL<sub>BRA</sub>, rejeitou-se a  $H_0$  da pesquisa, logo não se rejeitou a alternativa. Dito de outro modo, não se rejeitou a hipótese de que o conteúdo dos objetivos deste PNLL não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 3** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>BRA</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao se aplicar a técnica da análise categorial, constatou-se que as categorias válidas para o PNLL<sub>BRA</sub> somam o total de nove. A que mais tem URs é “Economia do livro” (CTG-24), com seis URs, seguida de “Desenvolvimento social” (CTG-11) e “Pesquisa” (CTG-22), estas com quatro cada uma. Apenas “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) tem três URs. “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17), “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20), “Reconhecimento” (CTG-23) e “Oferta de bolsas de estudo” (CTG-09), esta convergente com o ODS 4, são as categorias que registraram apenas uma UR.

A UR convergente com o conteúdo das metas do ODS 4 corresponde a 4,76% do total de URs do PNLL<sub>BRA</sub>. Ela foi categorizada em “Oferta de bolsas de estudo” (CTG-09) sob o indicador “Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os

países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento” (IND-09). Ela é vista a seguir:

- Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais (PNLL<sub>BRA</sub>).

As demais 21 URs, que não convergem com o conteúdo das metas do ODS 4, dizem respeito a 95,24% do total das URs deste PNLL. As quatro primeiras URs foram classificadas em “Desenvolvimento social” (CTG-11) sob dois indicadores. O primeiro deles é “Construir uma nação de leitores” (IND-11), com três URs, e o segundo, com uma UR, se refere a “Preservar a memória social” (IND-13). As URs são estas, na devida ordem:

- Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira (PNLL<sub>BRA</sub>).

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) houve três URs. Elas se vincularam aos indicadores “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16), este com duas URs, e “Incentivar e criar sebos e livrarias” (IND-17), com uma UR. Obedecendo a essa classificação, elas são:

- Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País (PNLL<sub>BRA</sub>).

A categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17) dispõe de apenas uma UR, que se vinculou ao seu indicador chamado “Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos científicos” (IND-24). Seu conteúdo diz respeito a:

- Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo (PNLL<sub>BRA</sub>).

A seguinte categoria, “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), teve uma UR vinculado ao indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25). Ela é a seguinte:

- Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura (PNLL<sub>BRA</sub>).

Posteriormente, uma UR foi classificada na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) sob o indicador “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30). O conteúdo dela é este:

- Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação (PNLL<sub>BRA</sub>).

Na categoria “Pesquisa” (CTG-22) há quatro URs. Elas estão vinculadas aos indicadores “Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional” (IND-33), com uma UR, e “Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas” (IND-34), com três URs. A seguir, elas são vistas, respeitando a ordem apropriada:

- Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura (PNLL<sub>BRA</sub>).

A categoria “Reconhecimento” (CTG-23) contém apenas uma UR. Ela se vinculou ao indicador “Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura” (IND-35) e consiste em

- Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura (PNLL<sub>BRA</sub>).

Por último, na categoria “Economia do livro” (CTG-24) houve seis URs. Elas foram categorizadas sob os indicadores “Incentivar a produção editorial” (IND-37), com três URs, “Internacionalização bibliográfica” (IND-38), com uma UR, “Garantir os direitos autorais” (IND-39), com uma UR também, e “Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro” (IND-40), outra categoria com apenas uma UR. Elas, na devida ordem, são:

- Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da biodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar a informatização de catálogos online, com vistas a dar visibilidade da biodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (copyleft e creative commons), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita (PNLL<sub>BRA</sub>).
- Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro (PNLL<sub>BRA</sub>).

Logo após, o teste de hipótese e análise categorial executados se referem ao *Plan de Lectura “Leo Primero”*, documento do Chile codificado como PNLL<sub>CHL1</sub>.

#### 7.1.4 PNLL<sub>CHL1</sub>

A Tabela 4, logo a seguir, demonstra a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>CHL1</sub>. Nela, registrou-se 11 URs observadas no contexto da H<sub>1</sub>. E se esperava observar, no mínimo, 50% (6,50) do valor total de 13 URs. Já no âmbito da H<sub>0</sub> se observou 1 UR, porém o seu valor esperado era, também, de pelo menos 6,50, que corresponde a 50% do total das URs deste PNLL.

**Tabela 4** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>CHL1</sub>.

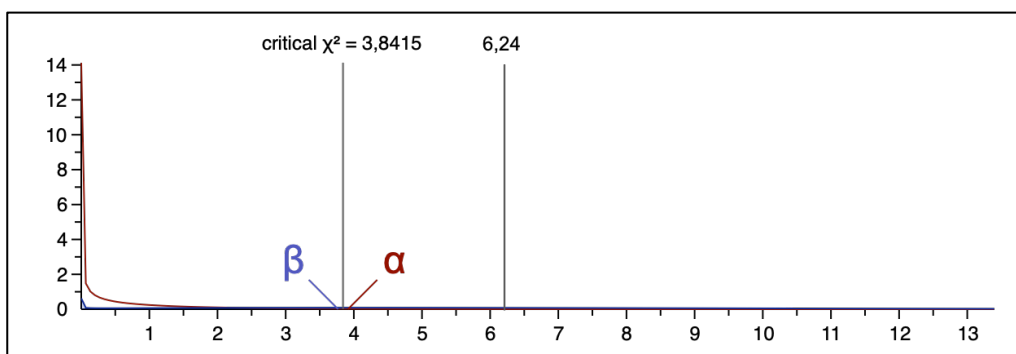
	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	11	6,50	4,50	20,25	3,12
H <sub>0</sub>	2	6,50	-4,50	20,25	3,12
TOTAL	13	13			6,24

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste para esse PNLL correspondeu a 6,24, apesar do valor ser superior ao do  $\chi^2$  crítico, que equivale a 3,8415. A seguir, o Gráfico 4 demonstra que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), onde se rejeita a hipótese H<sub>0</sub>, e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), área para não rejeitá-la.

Portanto, se esclarece que a  $H_0$  da pesquisa foi rejeitada. Isso incide no entendimento de que não se rejeitou a hipótese alternativa então, cuja proposição é que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>CHL1</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 4** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>CHL1</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Uma vez realizada a análise categorial, entendeu-se que as categorias válidas para o PNLL<sub>CHL1</sub> totalizam sete. A que mais tem URs é “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), com quatro URs. Depois, há três categorias com duas URs cada, que são “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) e “Gestão da educação” (CTG-19). E com apenas uma UR cada, as categorias são “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16), “Aprendizagem significativa” (CTG-01) e “Formação e qualificação de professores” (CTG-10), as duas últimas convergentes com o ODS 4.

As URs que convergem com o ODS 4 correspondem a 18,18% do total de URs do PNLL<sub>CHL1</sub>. Elas foram classificadas em duas categorias, a saber: “Aprendizagem significativa” (CTG-01) e “Formação e qualificação de professores” (CTG-10).

Destaca-se que “Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (IND-01) é o indicador daquela primeira categoria onde a UR se vincula.

No caso da segunda categoria, o indicador em evidência é “Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento,

especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento” (IND-10).

As URs anunciadas são vistas na devida ordem, a seguir:

- *Entrega de set Leo Primero para cada 1° básico, con herramientas que incluyen un texto escolar para cada niño, 60 libros para la biblioteca de aula, material gráfico, formación virtual y una plataforma de seguimiento para los docentes y directivos comprometidos*<sup>81</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Capacitación a educadores y técnicos de párvulos en estrategias de animación lectora*<sup>82</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

Em contrapartida, as outras 11 URs, que não convergem com o ODS 4, representam 81,82% do total das URs do PNLL<sub>CHL1</sub>. Destas, as duas primeiras foram categorizadas em “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) sob o indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). Elas são vistas em ordem:

- *Generación de estándares de formación inicial de lectura que impacten en el corto plazo las mallas curriculares de las Universidades que tengan carreras de Educación*<sup>83</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Aumento de la lectura en textos escolares de Historia y Ciencias para favorecer el número de horas de lectura en la jornada*<sup>84</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) há quatro URs. Elas estão vinculadas ao indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16) e informam o seguinte conteúdo:

- *Biblioteca para el 100% de los establecimientos municipales y particulares, subvencionados de educación básica*<sup>85</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *100% de cobertura en bibliotecas de aula desde sala cuna a segundo básico*<sup>86</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Aumento del número de libros y su variedad en cada biblioteca de 3.8 a 6 libros por estudiante en todo el país hasta 4° básico*<sup>87</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Implementación Biblioteca Digital Escolar. En una primera etapa contará con alrededor de 4 mil títulos, seleccionados de acuerdo a las edades*<sup>88</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

---

<sup>81</sup> Tradução livre: “Entrega do conjunto Leo Primero para cada 1ª série, com ferramentas que incluem livro didático para cada criança, 60 livros para biblioteca em sala de aula, material gráfico, treinamento virtual e plataforma de monitoramento para professores e gestores comprometidos.”.

<sup>82</sup> Tradução livre: “Treinamento de educadores e técnicos de jardim de infância em estratégias de animação de leitura.”.

<sup>83</sup> Tradução livre: “Geração de padrões de formação inicial de leitura com impacto a curto prazo nas redes curriculares das Universidades que têm carreiras na Educação.”.

<sup>84</sup> Tradução livre: “Aumento da leitura em livros didáticos de história e ciências para favorecer o número de horas de leitura no dia.”.

<sup>85</sup> Tradução livre: “Biblioteca para 100% dos estabelecimentos municipais e privados, subsidiada para a educação básica.”.

<sup>86</sup> Tradução livre: “100% de cobertura em bibliotecas de sala de aula, do berçário à segunda série.”.

<sup>87</sup> Tradução livre: “Aumento do número de livros e sua variedade em cada biblioteca de 3,8 para 6 livros por aluno em todo o país até a 4ª série.”.

<sup>88</sup> Tradução livre: “Implantação da Biblioteca Digital Escolar. Numa primeira fase terá cerca de 4 mil títulos, selecionados de acordo com a idade.”.

A categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) contém duas URs, que se vincularam ao seu indicador “Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação” (IND-20). Seu conteúdo consiste em:

- *Implementación en Educación Parvularia de los programas; Aprender en Familia, Aprendo a leer Mamá y Juguemos con nuestros hijos, que incentiven a través del juego con apoyo de la familia, las habilidades lingüísticas fundamentales para el desarrollo posterior*<sup>89</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Campaña de incentivo a la lectura de padres y abuelos*<sup>90</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

Na categoria seguinte, chamada “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16), uma UR se vinculou ao indicador “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura” (IND-21). Seu conteúdo é este:

- *Implementación de sistema de Evaluación Progresiva de lectura 2 veces al año a todos los niños de 1° básico, para poder medir el avance y logro en habilidades lectoras y entregue información al docente para ajustar sus estrategias de enseñanza*<sup>91</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

As últimas duas URs estão associadas à categoria “Gestão da educação” (CTG-19) e, por conseguinte, ao seu indicador “Gerenciar fundos para desenvolver a educação” (IND-28). Elas consistem neste conteúdo:

- *Reenfoque del fondo para directivos y sus equipos (Asignación de desempeño colectivo, ADECO) a proyectos que aseguren el aprendizaje de la lectura en 1° básico*<sup>92</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).
- *Apoyo específico y focalizado a escuelas insuficientes y medio-bajo por medio de programas de acompañamiento, material didáctico y nuevos cursos de formación del CPEIP*<sup>93</sup> (PNLL<sub>CHL1</sub>).

Finda, assim, o teste de hipótese e análise categorial relacionados ao PNLL<sub>CHL1</sub>. Os resultados seguintes correspondem ao *Plan Nacional de la Lectura 2015-2020*, o segundo documento chileno, codificado como PNLL<sub>CHL2</sub>.

### 7.1.5 PNLL<sub>CHL2</sub>

A estatística do teste para o PNLL<sub>CHL2</sub> é vista logo após na Tabela 5. Nela há 4 URs observadas atreladas à H<sub>1</sub>. Esperava-se observar, no mínimo, 50% (2) do valor

---

<sup>89</sup> Tradução livre: “Implementação na Educação Infantil dos programas; Aprenda em Família, aprendo a ler Mamãe e Vamos Brincar com nossos filhos, que estimulam por meio da brincadeira com o apoio da família, as habilidades linguísticas fundamentais para o desenvolvimento posterior.”

<sup>90</sup> Tradução livre: “Campanha de incentivo para pais e avós lerem.”

<sup>91</sup> Tradução livre: “Implementação do sistema de Avaliação de Leitura Progressiva 2 vezes ao ano para todas as crianças da 1ª série, a fim de medir o progresso e o aproveitamento nas habilidades de leitura e fornecer informações ao professor para ajustar suas estratégias de ensino.”

<sup>92</sup> Tradução livre: “Reorientação do fundo para os gestores e suas equipes (Atribuição de atuação coletiva, ADECO) para projetos que garantam a aprendizagem da leitura no 1º ano.”

<sup>93</sup> Tradução livre: “Apoio específico e direcionado a escolas insuficientes e médio-baixo por meio de programas de apoio, material didático e novos cursos de formação do CPEIP.”

total de 4 URs. Depois, não houve URs observadas relacionadas à  $H_0$ , mas se esperou observar nesse segmento o mínimo de 2 URs, correspondentes a 50% (2) do total das URs deste PNLL.

**Tabela 5** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>CHL2</sub>.

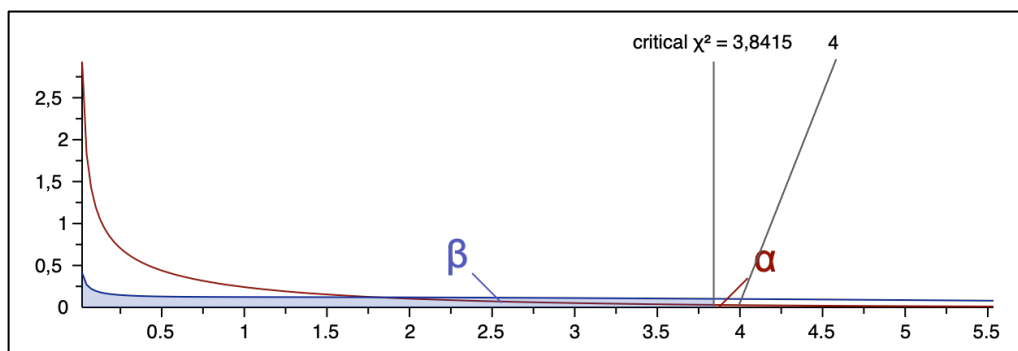
	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
$H_1$	4	2	2	4	2
$H_0$	0	2	-2	4	2
TOTAL	4	4			4

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 4, que é superior ao do  $\chi^2$  crítico, contabilizado em 3,8415. Em decorrência disso, o Gráfico 5, visto logo após, revela que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), havendo, portanto, a indicação para se rejeitar a  $H_0$ . Caso essa região fosse a de poder do teste ( $\beta$ ), a decisão tomada seria o oposto, isto é, a de não a rejeitar.

Assim, a  $H_0$  da pesquisa foi rejeitada e se sugere, portanto, que não se rejeite a hipótese alternativa do estudo, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>CHL2</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 5** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>CHL2</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Depreende-se do resultado da aplicação da técnica de análise categorial que a categoria “Desenvolvimento em leitura” é a que tem mais URs, são duas. As demais categorias obtiveram uma UR cada. São estas categorias o “Desenvolvimento social” e a “Implementação de políticas públicas”.

As 4 URs do PNLL<sub>CHL2</sub> representam 100% das URs desse documento, e todas não convergem com o conteúdo das metas do ODS 4 da Agenda 2030. Elas se vinculam, na verdade, a três categorias distintas, a saber: “Desenvolvimento social” (CTG-11), com uma UR, “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), com duas URs, e “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), também com uma UR.

Em “Desenvolvimento social” (CTG-11), a UR se vinculou ao indicador “Construir uma nação de leitores”, (IND-11) e ela pode ser vista a seguir:

- *Mejorar la ubicación que ocupa la lectura entre las actividades habituales en el uso del tiempo libre de las personas*<sup>94</sup> (PNLL<sub>CHL2</sub>).

Na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), as duas URs foram classificadas sob o indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). Elas são:

- *Aumentar en un 10% la población que declara leer libros en formato impreso, por motivos de estudio o trabajo o por entretenición u ocio*<sup>95</sup> (PNLL<sub>CHL2</sub>).
- *Aumentar del 26% al 28% la población que declara leer libros en formato digital*<sup>96</sup> (PNLL<sub>CHL2</sub>).

E na última categoria, “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), a UR foi classificada no indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25), vista subsequentemente:

- *Alcanzar el 100% de Planes Regionales de la Lectura diseñados y en implementación en cada una de las regiones del país*<sup>97</sup> (PNLL<sub>CHL2</sub>).

Finalmente, são apresentados os resultados do teste de hipótese e da análise de conteúdo do *Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media*, documento colombiano codificado como PNLL<sub>COL</sub>.

#### 7.1.6 PNLL<sub>COL</sub>

A Tabela 6, abaixo, apresenta a estatística do teste para o PNLL da Colômbia. Nela, há arroladas à  $H_1$  7 URs observadas e se esperava observar no mínimo 50% (4) do valor total de 8 URs. Já no âmbito da  $H_0$ , por sua vez, há 1 UR observada,

---

<sup>94</sup> Tradução livre: “Melhorar a posição que a leitura ocupa entre as atividades habituais no uso do tempo livre das pessoas.”.

<sup>95</sup> Tradução livre: “Aumentar em 10% a população que declara ler livros em formato impresso, por motivos de estudo ou trabalho ou por diversão ou lazer.”.

<sup>96</sup> Tradução livre: “Aumentar de 26% para 28% a população que declara ler livros em formato digital.”.

<sup>97</sup> Tradução livre: “Atingir 100% dos Planos Regionais de Leitura elaborados e em implantação em cada uma das regiões do país.”.

apesar de se ter esperado observar no mínimo 4 URs, correspondentes a 50% (4) do total das URs deste PNLL.

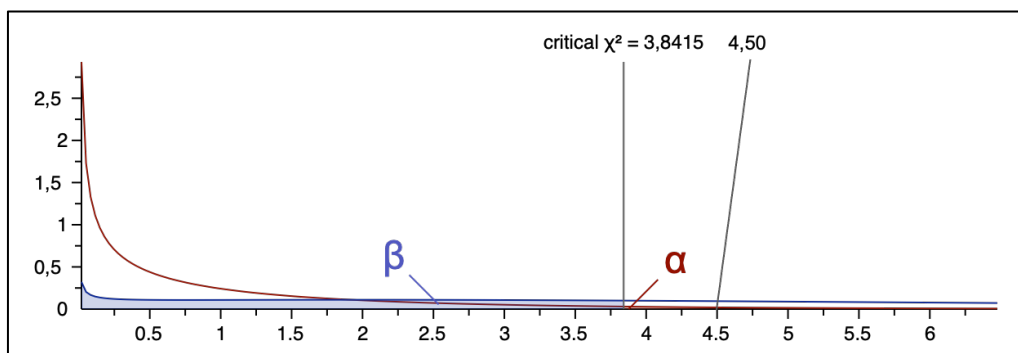
**Tabela 6** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>COL</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	7	4	3	9	2,25
H <sub>0</sub>	1	4	-3	9	2,25
TOTAL	8	8			4,50

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 4,50. Sendo assim, como visto no Gráfico 6 logo em seguida, esse valor é superior ao do  $\chi^2$  crítico, quantificado em 3,8415. Desse modo, pelo motivo do valor da estatística ter recaído sobre a região crítica ( $\alpha$ ) do gráfico e não sobre a de poder do teste ( $\beta$ ), rejeitou-se a H<sub>0</sub>. Dito de outro modo, por se ter rejeitado a H<sub>0</sub>, logo não se rejeita a H<sub>1</sub>. Ante a isso, explana-se, assim, que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>COL</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 6** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>COL</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Quando da aplicação da técnica de análise categorial, constatou-se que as categorias válidas para o PNLL<sub>COL</sub> totalizam quatro. A que mais tem URs é “Gestão da educação” (CTG-19), com três delas. Logo após, há duas categorias com duas URs cada, que são “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) e “Implementação de políticas públicas” (CTG-18). Por fim, com apenas uma UR, a

categoria “Formação e qualificação de professores” (CTG-10) é a única convergente com o ODS 4.

Apenas uma UR é convergente com o conteúdo das metas do ODS 4 e corresponde a 14,29% do total de URs do PNLL<sub>COL</sub>. As demais, que somam sete URs e dizem respeito a 85,71% das URs do total, não convergem com o conteúdo das metas daquele ODS.

A UR convergente com o ODS 4 foi categorizada em “Formação e qualificação de professores” (CTG-10) sob o indicador “Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento” (IND-10). Ela é vista a seguir:

- *Desarrollar programas de formación de docentes y otros mediadores para el uso y la apropiación de los materiales que conforman la colección básica*<sup>98</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).

As URs não convergentes foram distribuídas em categorias distintas. A categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) detém duas URs que foram registradas sob indicadores diferentes, dois, a saber: “Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura” (IND-19) e “Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação” (IND-20). As URs nesses indicadores são vistas na devida ordem:

- *Vincular desde la escuela a la familia como agente fundamental dentro del proceso lector y escritor de los niños, las niñas y los jóvenes*<sup>99</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).
- *Promover la disponibilidad y el acceso a libros y otros materiales de lectura y escritura, en espacios y tiempos escolares y extra escolares*<sup>100</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).

Na próxima categoria, chamada “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), também contém duas URs, que igualmente foram classificadas sob indicadores dessemelhantes, quais sejam “Construir e executar políticas públicas que objetivem a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25) e “Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas” (IND-26). As URs, vistas respectivamente, são estas:

- *Desarrollar una estrategia de comunicación integral que divulgue los objetivos, metas y acciones del Plan, movilice la opinión pública favorable*

---

<sup>98</sup> Tradução livre: “Desenvolver programas de formação de professores e demais mediadores para o uso e apropriação dos materiais que compõem o acervo básico.”

<sup>99</sup> Tradução livre: “O vínculo da escola com a família como agente fundamental no processo de leitura e escrita de crianças e jovens.”

<sup>100</sup> Tradução livre: “Promover a disponibilidade e acesso a livros e outros materiais de leitura e escrita, nos espaços e horários escolares e extracurriculares.”

*alrededor del Plan, de la lectura y de la escritura, ponga en la agenda pública los temas del Plan y mejore las comprensiones sobre leer y escribir en distintas audiencias beneficiarias del Plan*<sup>101</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).

- *Diseñar un sistema de información y de indicadores que permita hacer seguimiento y evaluación al Plan, identificar los logros y reorientar las acciones que sea necesario durante el proceso de implementación*<sup>102</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).

Na última categoria, chamada “Gestão da educação” (CTG-19), há três URs. Elas se aderiram aos indicadores “Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede” (IND-27), com uma UR, e “Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação” (IND-29), com duas URs. Elas são vistas nessa ordem a seguir:

- *Desarrollar orientaciones que permitan mejorar la gestión administrativa y pedagógica en los establecimientos educativos, a través de acciones que atiendan a los directivos docentes*<sup>103</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).
- *Generar esquemas que fortalezcan la gestión educativa en los ámbitos nacional, departamental y municipal, y que garanticen la ejecución del Plan Nacional de Lectura y Escritura*<sup>104</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).
- *Apoyar a los establecimientos educativos para organizar Proyectos Institucionales de lectura y escritura*<sup>105</sup> (PNLL<sub>COL</sub>).

O PNLL a seguir corresponde ao de El Salvador, codificado como PNLL<sub>SLV</sub>. Ele se chama *Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”*. Seu resultado do teste de hipótese e análise categorial são vistos subsequentemente.

### 7.1.7 PNLL<sub>SLV</sub>

A Tabela 7, a seguir, apresenta a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>SLV</sub>. Nessa tabela há 4 URs observadas atreladas à  $H_1$  e se esperava observar no mínimo 50% (2) do valor total de 4 URs. Por fim, não houve URs observadas relacionadas à  $H_0$ , mas se esperou observar nesse segmento o mínimo de 2 URs, correspondentes a 50% do total das URs deste PNLL.

---

<sup>101</sup> Tradução livre: “Desenvolver uma estratégia de comunicação abrangente que divulgue os objetivos, metas e ações do Plano, mobilize a opinião pública favorável em torno do Plano, lendo e escrevendo, coloque os tópicos do Plano na agenda pública e melhore a compreensão da leitura e da escrita. Escrever em diferentes beneficiários audiências do Plano.”.

<sup>102</sup> Tradução livre: “Desenhar um sistema de informações e indicadores que possibilite o monitoramento e avaliação do Plano, identificando as conquistas e redirecionando as ações necessárias durante o processo de implementação.”.

<sup>103</sup> Tradução livre: “Elaborar diretrizes que possibilitem o aprimoramento da gestão administrativa e pedagógica nos estabelecimentos de ensino, por meio de ações que atendam aos diretores pedagógicos.”.

<sup>104</sup> Tradução livre: “Gerar esquemas que fortaleçam a gestão educacional nos níveis nacional, departamental e municipal, e que garantam a execução do Plano Nacional de Leitura e Escrita.”.

<sup>105</sup> Tradução livre: “Apoiar estabelecimentos de ensino na organização de Projetos Institucionais de Leitura e Escrita.”.

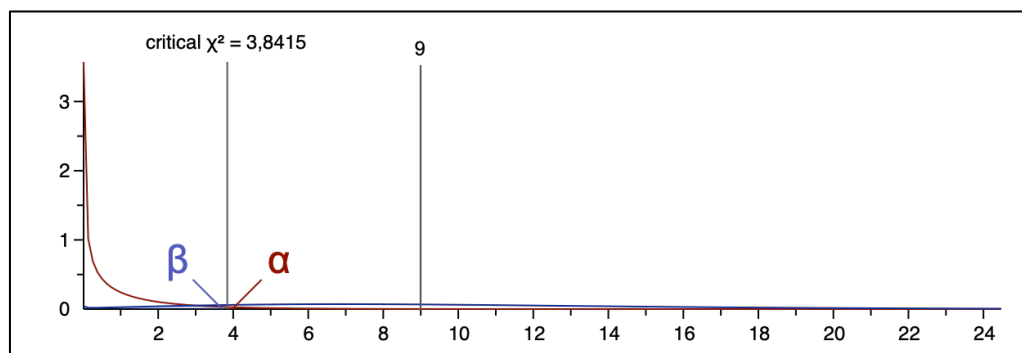
**Tabela 7** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>SLV</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	9	4,5	4,50	20,25	4,50
H <sub>0</sub>	0	4,5	-4,50	20,25	4,50
TOTAL	9	9			9

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 9. Sabe-se, no entanto, que o valor do  $\chi^2$  crítico é de 3,8415, portanto menor que o primeiro. Isso é visto no Gráfico 7. Assim, pelo motivo daquele valor da estatística ter recaído sobre a região crítica ( $\alpha$ ) do gráfico e não sobre a de poder do teste ( $\beta$ ), rejeitou-se a H<sub>0</sub> da pesquisa. Dito noutros termos, não se rejeita a hipótese alternativa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>SLV</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 7** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>SLV</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A técnica de análise categorial foi aplicada. Seu resultado demonstra que a categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) é a que tem mais URs, são cinco. As demais categorias obtiveram uma UR cada. São estas categorias: “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), “Parcerias institucionais” (CTG-14), “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16) e “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17).

As nove URs do PNLL<sub>SLV</sub> que não convergem com o conteúdo das metas do ODS 4 representam 100% das URs. Todas se vincularam a categorias distintas.

De imediato, cinco delas foram classificadas na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) sob o indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). As URs são:

- *Construir un grupo de mediadores de la lectura, conformado por Directores de Bibliotecas Públicas y algunos voluntarios de la comunidad*<sup>106</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).
- *Elaborar un programa de formación para mediadores de la lectura y escritura*<sup>107</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).
- *Desarrollar dos talleres de formación a nivel anual, que tenga como resultado del análisis sobre nuevas propuestas de espacio para la promoción de la lectura*<sup>108</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).
- *Definir un plan de proyección de cada biblioteca pública a la comunidad, incorporando propuestas como la realización de libros – foro, talleres de escrituras creativas, visitas de autores, etc*<sup>109</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).
- *Renovación del stock literario, a través de la actualización del inventario de cada biblioteca pública y generación de un listado con temas de interés, detectados por los bibliotecarios en sus comunidades, con el objetivo de adquirir nueva bibliografía que se adapte a las demandas de los usuarios*<sup>110</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), uma UR se vinculou ao indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Ela se refere ao seguinte:

- *Realizar un diagnóstico del estado de las necesidades de mejoramiento en las instalaciones físicas: adecuación de espacios de almacenaje, consulta y lectura, mejora en áreas sociales y ambientes para lectura*<sup>111</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).

A categoria seguinte, “Parcerias institucionais” (CTG-14), uma UR ligou ao indicador “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura” (IND-18), e seu conteúdo é este:

- *Proponer un cambio organizacional, tanto a nivel de recursos humanos, bibliográficos y metodologías de atención al público*<sup>112</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).

A categoria “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16) detém apenas uma UR, que se vinculou ao indicador “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura” (IND-21). Ela diz o seguinte:

---

<sup>106</sup> Tradução livre: “Formar um grupo de mediadores de leitura, composto por Diretores de Bibliotecas Públicas e alguns voluntários da comunidade.”.

<sup>107</sup> Tradução livre: “Desenvolver um programa de treinamento para mediadores de leitura e escrita.”.

<sup>108</sup> Tradução livre: “Desenvolver anualmente duas oficinas de capacitação, resultando na análise de novas propostas de espaços para a promoção da leitura.”.

<sup>109</sup> Tradução livre: “Definir um plano de projeção de cada biblioteca pública para a comunidade, incorporando propostas como a realização de livros - fórum, oficinas de redação criativa, visitas de autores, etc.”.

<sup>110</sup> Tradução livre: “Renovação do estoque literário, por meio da atualização do inventário de cada biblioteca pública e da geração de uma lista com temas de interesse, detectados pelos bibliotecários em suas comunidades, com o objetivo de adquirir nova bibliografia que se adapte às demandas dos usuários.”.

<sup>111</sup> Tradução livre: “Realizar um diagnóstico do estado das necessidades de melhorias nas instalações físicas: adequação dos espaços de armazenamento, consulta e leitura, melhoria das áreas sociais e ambientes de leitura.”.

<sup>112</sup> Tradução livre: “Propor uma mudança organizacional, tanto a nível de recursos humanos, como metodologias bibliográficas e de atendimento ao cliente.”.

- Realizar evaluaciones periódicas para medir el avance los procesos<sup>113</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).

Por fim, uma UR foi classificada na categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17) sob o indicador “Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários” (IND-24). A UR é esta:

- Realización del Festival de Literatura Infantil Salvadoreño FELIS a nivel de cada una de las bibliotecas públicas<sup>114</sup> (PNLL<sub>SLV</sub>).

A seguir, é apresentado o resultado referente ao teste de hipótese e à análise categorial do documento codificado como PNLL<sub>EQD</sub>, chamado *Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de la Cuadra”*, do Equador.

### 7.1.8 PNLL<sub>EQD</sub>

É possível ver na Tabela 8, adiante, a estatística do teste para a política pública equatoriana. Nela, há 3 URs observadas que se vinculam à  $H_1$  e se esperava observar, no mínimo, 50% (1,5) do valor total de 3 URs no âmbito da mesma. Depois, não houve URs observadas relacionadas à  $H_0$ , mas se esperou observar nesse segmento o mínimo de 1,5 URs, correspondentes a 50% do total das URs deste PNLL.

**Tabela 8** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>EQD</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
$H_1$	3	1,5	1,50	2,25	1,50
$H_0$	0	1,5	-1,50	2,25	1,50
TOTAL	3	3			3

**Fonte:** Dados da pesquisa.

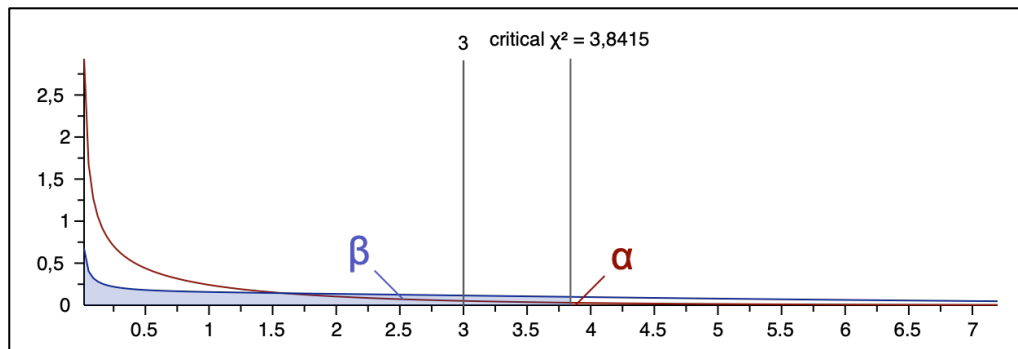
O valor da estatística do teste correspondeu a 3, que é um valor menor que o do  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. O Gráfico 8, adiante, demonstra que o valor da estatística recaiu sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), área que indica a não rejeição da  $H_0$ , e não sobre a região crítica ( $\alpha$ ), *locus* que indica o contrário disso, isto é, a sua rejeição. Desse modo, não se rejeitou a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>EQD</sub> pode eventualmente se vincular às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%; tal ponderação leva em consideração o baixo valor

<sup>113</sup> Tradução livre: “Realizar avaliações periódicas para medir o andamento dos processos.”.

<sup>114</sup> Tradução livre: “Organização do Festival FELIS de Literatura Infantil de El Salvador ao nível de cada uma das bibliotecas públicas.”.

amostral deste PNLL especificamente para inferir sobre a hipótese, entretanto o valor da amostra pode não ser tão representativo a ponto de culminar na rejeição da  $H_0$ .

**Gráfico 8** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>EQD</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao se aplicar a técnica de análise categorial, percebeu-se que as categorias “Complexidade na promoção da leitura”, “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” e “Economia do livro” obtiveram apenas uma UR cada.

Três URs correspondem ao total de URs para este PNLL. E todas dizem respeito ao conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>EQD</sub> não relacionado ao das metas do ODS 4 da Agenda 2030. Ou seja, 100% das URs do PNLL<sub>EQD</sub> não convergem com o ODS 4.

A primeira UR foi agrupada na categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) sob o indicador “Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação” (IND-20). Ela é vista a seguir:

- *Estimular los hábitos lectores de las y los ciudadanos de todos los grupos etarios con actividades formativas diversas*<sup>115</sup> (PNLL<sub>EQD</sub>).

Na categoria “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” (CTG-16), uma UR se vinculou ao indicador “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura” (IND-21). Ela consiste no seguinte:

- *Realizar el acompañamiento a los avances de la incorporación de hábitos lectores en la población objetivo*<sup>116</sup> (PNLL<sub>EQD</sub>).

<sup>115</sup> Tradução livre: “Estimular os hábitos de leitura de cidadãos de todas as idades com várias atividades de formação.”.

<sup>116</sup> Tradução livre: “Acompanhar o andamento da incorporação dos hábitos de leitura na população-alvo.”.

A última categoria do PNLL<sub>EQD</sub>, “Economia do livro” (CTG-24), teve arrolada a si apenas uma UR, que se vinculou ao indicador “Incentivar a produção editorial” (IND-37) e se refere ao seguinte:

→ *Promocionar el sector editorial con el uso de buenas prácticas de producción, distribución y circulación de productos y servicios*<sup>117</sup> (PNLL<sub>EQD</sub>).

Em seguida, é apresentado o resultado do teste de hipótese e análise categorial do documento codificado nesta pesquisa como PNLL<sub>HND</sub>, chamado *Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”*, de Honduras.

### 7.1.9 PNLL<sub>HND</sub>

A Tabela 9, vista a seguir, demonstra a estatística do teste para o PNLL<sub>HND</sub>. Nela, há 3 URs observadas no segmento da H<sub>1</sub> e se esperava observar, no mínimo, 50% (1,5) do valor total de 3 URs. No contexto da H<sub>0</sub>, por sua vez, não houve URs observadas, mas se esperou observar nesse segmento o mínimo de 1,5 URs, que correspondem a 50% do total das URs deste PNLL.

**Tabela 9** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>HND</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	3	1,5	1,50	2,25	1,50
H <sub>0</sub>	0	1,5	-1,50	2,25	1,50
TOTAL	3	3			3

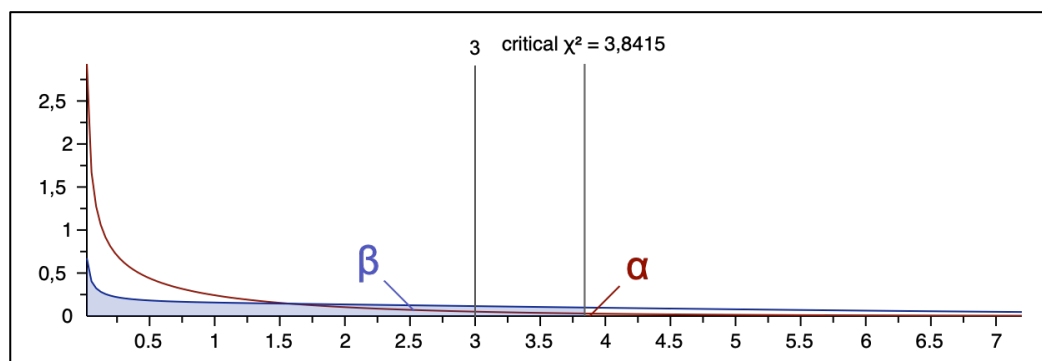
**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste correspondeu a 3. O  $\chi^2$  crítico, contudo, refere-se ao valor de 3,8415; aquele, portanto, inferior a esse. Como visto no Gráfico 9, adiante, o valor da estatística recaiu sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), limite para que a H<sub>0</sub> não pudesse ser rejeitada, e não sobre a região crítica ( $\alpha$ ), onde a sua rejeição é sugerida. Sendo assim, não se rejeitou a H<sub>0</sub>. Dito de outro modo, não se rejeita a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>HND</sub> pode eventualmente se vincular às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%; tal ponderação leva em consideração o baixo valor amostral deste PNLL especificamente

<sup>117</sup> Tradução livre: “Promover o setor editorial com o uso de boas práticas na produção, distribuição e circulação de produtos e serviços.”.

para inferir sobre a hipótese, entretanto o valor da amostra pode não ser tão representativo a ponto de culminar na rejeição da  $H_0$ .

**Gráfico 9** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>HND</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Verificou-se, ao se valer da técnica de análise categorial, que o PNLL<sub>HND</sub> contempla apenas duas categorias, a saber, “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), que tem duas URs, e “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20), com apenas uma.

As três URs totais do PNLL<sub>HND</sub> equivalem a 100% das URs não relacionadas ao ODS 4 da Agenda 2030. Durante a sistematização do seu conteúdo, duas URs foram reunidas na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) sob o indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Elas são vistas logo após:

- *Expandir y fortalecer los programas de fomento a la lectura en las Bibliotecas Públicas*<sup>118</sup> (PNLL<sub>HND</sub>).
- *Fortalecer los servicios bibliotecarios de las Bibliotecas en consonancia con el servicio de promoción de lectura*<sup>119</sup> (PNLL<sub>HND</sub>).

Por último, registrou-se uma UR na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) sob o indicador “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30). Ela se refere ao seguinte:

- *Formar promotores de lectura y bibliotecarios en promoción de lectura con niños y jóvenes*<sup>120</sup> (PNLL<sub>HND</sub>).

<sup>118</sup> Tradução livre: “Expandir e fortalecer os programas de promoção da leitura em bibliotecas públicas.”.

<sup>119</sup> Tradução livre: “Fortalecer os serviços bibliotecários das Bibliotecas em consonância com o serviço de promoção da leitura.”.

<sup>120</sup> Tradução livre: “Fomar promotores de leitura e bibliotecários para promover a leitura com crianças e jovens.”.

São apresentados, a seguir, o teste de hipótese e a análise categorial para o documento da Nicarágua, o *Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicarágua*, codificado como PNLL<sub>NCR</sub>.

#### 7.1.10 PNLL<sub>NCR</sub>

A estatística do teste para o PNLL<sub>NCR</sub> pode ser vista a seguir, na Tabela 10. Percebeu-se, entretanto, que há 4 URs observadas vinculadas à H<sub>1</sub> e se esperava observar, no mínimo, 50% (2) do valor total de 4 URs. Depois, não houve URs observadas relacionadas à H<sub>0</sub>, mas também se esperou observar nesse segmento o mínimo de 2 URs, que dizem respeito a 50% do total das URs deste PNLL.

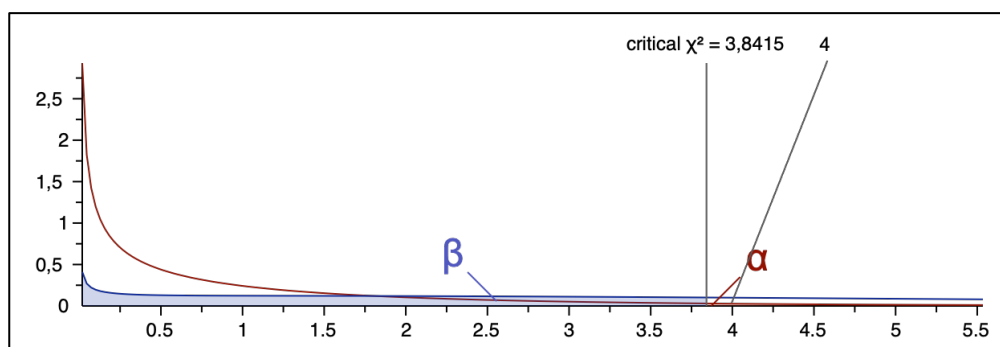
**Tabela 10** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>NCR</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	4	2	2	4	2
H <sub>0</sub>	0	2	-2	4	2
TOTAL	4	4			4

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste a 4, valor maior que o do  $\chi^2$  crítico, com medida de 3,8415. Como visto adiante no Gráfico 10, o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), campo de rejeição da H<sub>0</sub>, e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), onde ocorre o oposto. Dessa forma, rejeitou-se a H<sub>0</sub> da pesquisa, decisão que produziu o entendimento de que não se rejeita a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>NCR</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 10** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>NCR</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Constatou-se ao recorrer à técnica da análise categorial que as quatro URs não convergem com o ODS 4. Sendo assim, elas se vincularam a três categorias distintas, a saber: “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), com uma UR, “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20), também com uma UR, e “Usuários da informação” (CTG-21), com duas URs.

Em “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) a UR se vinculou ao indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Ela consiste no seguinte:

- *Insertar la biblioteca hacia la comunidad creando espacios y servicios novedosos*<sup>121</sup> (PNLL<sub>NCR</sub>).

Na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) a UR se vinculou ao indicador “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30). Ela é vista a seguir:

- *Formación permanente y continua de promotores de la lectura en todas las Bibliotecas Públicas*<sup>122</sup> (PNLL<sub>NCR</sub>).

Por último, na categoria “Usuários da informação” (CTG-21) as duas URs sob o indicador “Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação” (IND-32). Elas se referem ao seguinte:

- *Garantizar el acceso a los espacios de lectura a los usuarios reales y potenciales*<sup>123</sup> (PNLL<sub>NCR</sub>).
- *Atender las bibliotecas públicas en horarios especiales, auxiliándose de personas amantes de la lectura y a la superación*<sup>124</sup> (PNLL<sub>NCR</sub>).

<sup>121</sup> Tradução livre: “Inserir a biblioteca na comunidade criando novos espaços e serviços.”.

<sup>122</sup> Tradução livre: “Formação permanente e contínua de promotores de leitura em todas as Bibliotecas Públicas.”.

<sup>123</sup> Tradução livre: “Garantir o acesso a espaços de leitura para usuários reais e potenciais.”.

<sup>124</sup> Tradução livre: “Atender as bibliotecas públicas em horários especiais, ajudando pessoas que amam ler e se aperfeiçoar.”.

Os resultados vistos seguidamente a este correspondem ao teste de hipótese e à análise categorial relacionados ao *Plan Nacional de Lectura en Panamá*, a primeira política pública panamenha apresentada neste estudo. Seu código é PNLL<sub>PNM1</sub>.

#### 7.1.11 PNLL<sub>PNM1</sub>

A Tabela 11, a seguir, apresenta a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>PNM1</sub>. Nela há 20 URs observadas no domínio da H<sub>1</sub>. Seu valor esperado correspondeu a 10 URs, que representa tanto 50% do total das 20 URs deste PNLL quanto o mínimo esperado para o segmento. Por outro lado, não houve URs no âmbito da H<sub>0</sub>, mas se esperou observar nessa seção o mínimo de 50% (10) do total das URs deste PNLL.

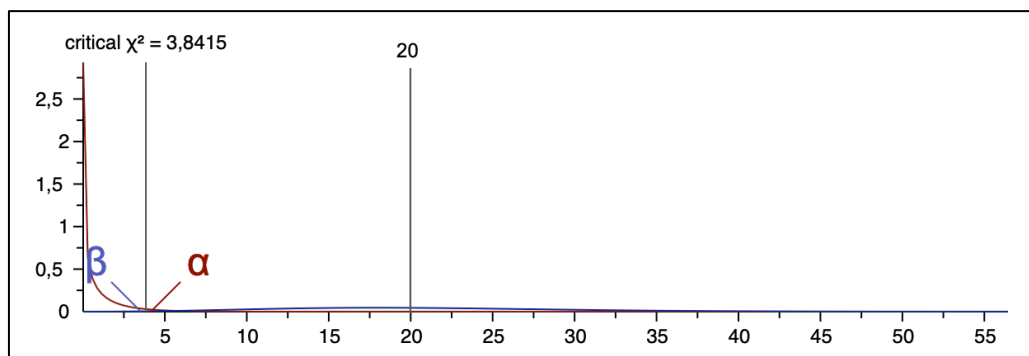
**Tabela 11** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>PNM1</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	20	10	10	100	10
H <sub>0</sub>	0	10	-10	100	10
TOTAL	20	20			20

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste foi calculado no valor de 20, que é consideravelmente maior que o do  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. Logo após, o Gráfico 11 demonstra que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ) e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ). A primeira indica a rejeição da H<sub>0</sub> e a segunda, a sua não rejeição. Desta forma, rejeitou-se a H<sub>0</sub> da pesquisa para o PNLL<sub>PNM1</sub>. Dito de outra maneira, não se rejeita a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>PNM1</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 11** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>PNM1</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao se aplicar a técnica de análise categorial, verificou-se que a categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) é a que mais obteve URs, são seis ao todo. Depois, com quatro URs cada, estão as categorias “Parcerias institucionais” (CTG-14) e “Implementação de políticas públicas” (CTG-18). A categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) é a única cujo conteúdo tem duas URs. E as demais categorias, a saber, “Desenvolvimento social” (CTG-11), “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15), “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) e “Economia do livro” (CTG-24) têm arrolado a si apenas uma UR cada.

As 20 URs totais do PNLL<sub>PNM1</sub> equivalem a 100% das URs não relacionadas ao ODS 4 da Agenda 2030. Na categoria “Desenvolvimento social” (CTG-11) houve apenas uma UR classificada sob o indicador “Construir uma nação de leitores” (IND-11). Ela consiste no seguinte:

- *Promover la participación ciudadana y la responsabilidad social empresarial para la construcción de una sociedad lectora*<sup>125</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Depois, seis URs foram reunidas sob uma única categoria: “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12). Nela, quatro URs foram agrupadas sob no indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14) e outras duas URs em “Difundir a leitura nos meios de comunicação social” (IND-15). Nessa ordem, elas são vistas logo após:

- *Alcanzar por medio de políticas de Estado cambios fundamentales que conduzcan a la democratización de la lectura, al mejoramiento del comportamiento lector y la alfabetización plena*<sup>126</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

<sup>125</sup> Tradução livre: “Promover a participação cidadã e a responsabilidade social corporativa para a construção de uma sociedade de leitura.”.

<sup>126</sup> Tradução livre: “Alcançar por meio de políticas de Estado mudanças fundamentais que levem à democratização da leitura, à melhoria do comportamento de leitura e à plena alfabetização.”.

- *Realizar un diagnóstico de la conducta lectora de los panameños*<sup>127</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Incorporar y fortalecer en las distintas comunidades el comportamiento lector y la alfabetización plena, respetando sus identidades*<sup>128</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Promover en los centros escolares acciones encaminadas a la lectura*<sup>129</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Formalizar el compromiso de promover la lectura en los medios de comunicación social*<sup>130</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Desarrollar acciones mediáticas de promoción de la lectura*<sup>131</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) há duas URs agrupadas sob o indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Elas são vistas a seguir:

- *Potenciar la función de la biblioteca pública con base en las necesidades de lectura de la población*<sup>132</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Propiciar la creación de salas de lectura infantil en las bibliotecas públicas*<sup>133</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Depois, a categoria “Parcerias institucionais” (CTG-14), sob o seu indicador “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura” (IND-18), dispõe de quatro URs, a saber:

- *Integrar a todas las instituciones, ONG’s, asociaciones y sociedad civil, vinculadas a la lectura al Foro Nacional de Lectura*<sup>134</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Desarrollar una red de coordinación y comunicación con los actores involucrados en el Plan Nacional de Lectura*<sup>135</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Incorporar las instancias comunitarias al Plan Nacional de Lectura*<sup>136</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Lograr la articulación de instituciones gubernamentales, ONG’s, asociaciones y demás grupos vinculados con la cultura y la educación*<sup>137</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Uma UR foi registrada na categoria “Complexidade na promoção da leitura” (CTG-15) sob o indicador “Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação” (IND-20), e ela se refere a:

- *Promover la creación de materiales de lectura*<sup>138</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

<sup>127</sup> Tradução livre: “Fazer um diagnóstico do comportamento de leitura dos panamenhos.”

<sup>128</sup> Tradução livre: “Incorporar e fortalecer o comportamento leitor e a alfabetização plena nas distintas comunidades, respeitando suas identidades.”

<sup>129</sup> Tradução livre: “Promover ações voltadas à leitura nos centros educacionais/escolas.”

<sup>130</sup> Tradução livre: “Formalizar o compromisso de promover a leitura nos meios de comunicação social.”

<sup>131</sup> Tradução livre: “Desenvolver ações de mídia para promover a leitura.”

<sup>132</sup> Tradução livre: “Fortalecer a função da biblioteca pública com base nas necessidades de leitura da população.”

<sup>133</sup> Tradução livre: “Promover a criação de salas de leitura infantil em bibliotecas públicas.”

<sup>134</sup> Tradução livre: “Integrar todas as instituições, ONGs, associações e sociedade civil, vinculadas à leitura ao Fórum Nacional de Leitura.”

<sup>135</sup> Tradução livre: “Desenvolver uma rede de articulação e comunicação com os atores envolvidos no Plano Nacional de Leitura.”

<sup>136</sup> Tradução livre: “Incorporar órgãos comunitários no Plano Nacional de Leitura.”

<sup>137</sup> Tradução livre: “Alcançar a articulação de instituições governamentais, ONGs, associações e demais grupos ligados à cultura e educação.”

<sup>138</sup> Tradução livre: “Promover a criação de materiais de leitura.”

Quanto a categoria “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), quatro URs foram contabilizadas. Todas se vinculam ao indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25). Elas são:

- *Presentar el Plan Nacional que genere políticas de Estado para fortalecer, estimular y democratizar el valor cultural de la lectura*<sup>139</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Impulsar la aprobación del anteproyecto de Ley de Fomento a la Lectura, el Libro y las Bibliotecas*<sup>140</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Fortalecer la política pública del Estado que existe mediante los premios nacionales creados*<sup>141</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).
- *Lograr que el Ministerio de Educación cree instancias de promoción de la lectura*<sup>142</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Há uma UR na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20) classificada sob o indicador “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30). Ela se refere ao seguinte:

- *Formar a los distintos grupos de mediadores comprometidos con la promoción de la lectura*<sup>143</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

Finalmente, uma UR foi classificada na categoria “Economia do livro” (CTG-24) sob o indicador “Incentivar a produção editorial” (IND-37), e ela consiste nisto:

- *Apoyar y fortalecer los esfuerzos del sector editorial nacional*<sup>144</sup> (PNLL<sub>PNM1</sub>).

A seguir, são apresentados o teste de hipótese e a análise categorial para o segundo documento do Panamá, denominado *Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura* e codificado como PNLL<sub>PNM2</sub>.

#### 7.1.12 PNLL<sub>PNM2</sub>

A estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>PNM2</sub> é vista logo após, na Tabela 12. Nela, registrou-se 4 URs observadas no contexto da  $H_1$  e se esperava observar no mínimo 50% (2,5) do valor total de 5 URs. Já no âmbito da  $H_0$  se observou 1 UR, porém o seu valor esperado era, também, de pelo menos 2,5, que corresponde a 50% do total das URs deste PNLL.

---

<sup>139</sup> Tradução livre: “Apresentar o Plano Nacional que gera políticas de Estado para fortalecer, estimular e democratizar o valor cultural da leitura.”.

<sup>140</sup> Tradução livre: “Promover a aprovação do Projeto de Lei de Promoção da Leitura, do Livro e das Bibliotecas.”.

<sup>141</sup> Tradução livre: “Fortalecer a política pública do Estado existente por meio dos prêmios nacionais criados.”.

<sup>142</sup> Tradução livre: “Fazer com que o Ministério da Educação crie instâncias para promover a leitura.”.

<sup>143</sup> Tradução livre: “Capacitar os diversos grupos de mediadores comprometidos com a promoção da leitura.”.

<sup>144</sup> Tradução livre: “Apoiar e fortalecer os esforços do setor editorial nacional.”.

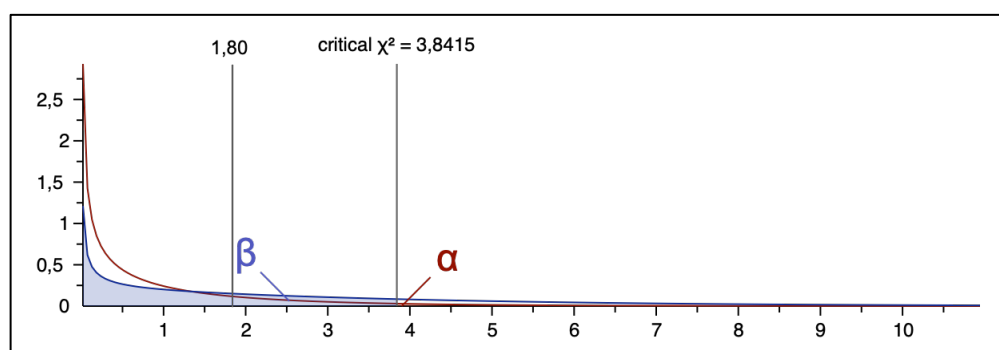
**Tabela 12** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>PNM2</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	4	2,5	1,50	2,25	0,90
H <sub>0</sub>	1	2,5	-1,50	2,25	0,90
TOTAL	5	5			1,80

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste para esse PNLL correspondeu a 1,80, que é um valor menor que o do  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. À frente, o Gráfico 12 mostra que o valor da estatística recaiu sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ) e não sobre a região crítica ( $\alpha$ ). Recordando, a primeira se refere à área para não se rejeitar a H<sub>0</sub> e a segunda, para rejeitá-la. Portanto, não se rejeitou a H<sub>0</sub> da pesquisa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>PNM2</sub> pode eventualmente se vincular às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%; tal ponderação leva em consideração o baixo valor amostral deste PNLL especificamente para inferir sobre a hipótese, entretanto o valor da amostra pode não ser tão representativo a ponto de culminar na rejeição da H<sub>0</sub>.

**Gráfico 12** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>PNM2</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O resultado da aplicação da análise categorial demonstra que a categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) têm duas URs, sendo a que mais é representativa neste PNLL. As demais categorias, por sua vez, obtiveram apenas uma UR cada. Elas são as seguintes: “Alfabetização e conhecimento de matemática” (CTG-06), “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) e “Gestão da educação” (CTG-19).

Uma UR do PNLL<sub>PNM2</sub> é aderente a uma meta do ODS 4. Assim, a primeira corresponde a 25% do total de URs nesse PNLL. Ela foi classificada na categoria “Alfabetização e conhecimento de matemática” (CTG-06), sob o indicador “Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática” (IND-06). Seu conteúdo é visto a seguir:

- *Garantizar las condiciones de uso, disponibilidad y promover la producción de textos en las aulas y escuelas*<sup>145</sup> (PNLL<sub>PNM2</sub>).

Os outros 75% de URs, por sua vez, não confluem com as metas do ODS 4 da Agenda 2030. Desse montante, duas URs foram classificadas na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) sob o indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). Elas são estas:

- *Apoyar los procesos de capacitación, formación y difusión del PLANPLE en las escuelas de educación inicial, especial, indígena, básica general, educación media y jóvenes y adultos, mediante la conformación de espacios para el uso y manejo de los acervos bibliográficos distribuidos en escuelas y aulas*<sup>146</sup> (PNLL<sub>PNM2</sub>).
- *Fortalecer e impulsar permanentemente las prácticas de lectura y escritura en las aulas, las escuelas y la comunidad educativa de todos los niveles, mediante el fortalecimiento y desarrollo de las competencias comunicativas: hablar, escuchar, leer, escribir*<sup>147</sup> (PNLL<sub>PNM2</sub>).

A categoria “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) contém apenas uma UR. Ela se vinculou ao indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25) e consiste em

- *Impulsar, en todas las escuelas, una política de fomento y promoción de la lectura y la escritura, mediante esquemas centrados en procesos de calidad, equidad y atención a los grupos vulnerables, las escuelas para padres y programa escuelas de calidad de conformidad con lo establecido en el Programa Nacional y Estatal de Lectura y las políticas establecidas para el sistema educativo nacional*<sup>148</sup> (PNLL<sub>PNM2</sub>).

---

<sup>145</sup> Tradução livre: “Garantir as condições de uso, disponibilidade e promover a produção de textos em salas de aula e escolas.”

<sup>146</sup> Tradução livre: “Apoiar os processos de formação, formação e divulgação do PLANPLE em escolas de educação inicial, especial, indígena, educação básica geral, ensino médio e jovens e adultos, por meio da criação de espaços de uso e gestão de acervos bibliográficos distribuídos em escolas e salas de aula.”

<sup>147</sup> Tradução livre: “Fortalecer e promover permanentemente as práticas de leitura e escrita em salas de aula, escolas e comunidade educacional em todos os níveis, fortalecendo e desenvolvendo as habilidades de comunicação: fala, escuta, leitura, escrita.”

<sup>148</sup> Tradução livre: “Promover, em todas as escolas, uma política de incentivo e promoção da leitura e da escrita, através de ações centradas em processos de qualidade, equidade e atenção aos grupos vulneráveis, escolas para pais e programas para escolas de qualidade de acordo com o previsto. Programa de Leitura e as políticas estabelecidas para o sistema educacional nacional.”

A última UR está interligada à categoria “Gestão da educação” (CTG-19) e, por conseguinte, ao seu indicador “Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação” (IND-29). Ela consiste no seguinte:

- *Fortalecer la interdisciplinariedad del currículo, de tal forma que el proceso educativo se fundamente en la formación integral de los estudiantes*<sup>149</sup> (PNLL<sub>PNM2</sub>).

Os resultados vistos em seguida correspondem ao teste de hipótese e à análise categorial relacionados ao *Plan Nacional del Libro y la Lectura*, documento da República Dominicana codificado como PNLL<sub>RPD</sub>.

### 7.1.13 PNLL<sub>RPD</sub>

A Tabela 13, em seguida, apresenta a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>RPD</sub>. Há na tabela 12 URs observadas no domínio da H<sub>1</sub>, e seu valor esperado correspondia ao menos a 50% (7) do total das 14 URs do PNLL<sub>RPD</sub>. Por outro lado, observou-se no domínio da H<sub>0</sub> 2 URs, entretanto o seu valor esperado era, também, de no mínimo 50% (7) do total das URs deste PNLL.

**Tabela 13** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>RPD</sub>.

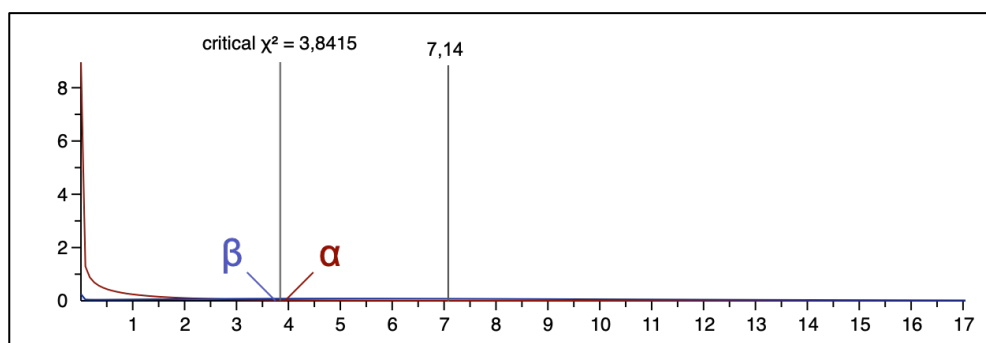
	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	12	7	5	25	3,57
H <sub>0</sub>	2	7	-5	25	3,57
TOTAL	14	14			7,14

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste foi de 7,14, valor maior que o do  $\chi^2$  crítico no valor 3,8415. Sendo assim, o primeiro recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ) do gráfico, a que indica a rejeição da H<sub>0</sub>, e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), como visto no Gráfico 13. Portanto, se rejeitou a H<sub>0</sub> da pesquisa, o que significa, noutros termos, que não se rejeita a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>RPD</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

<sup>149</sup> Tradução livre: “Fortalecer a interdisciplinaridade do currículo, de forma que o processo educativo seja baseado na formação integral dos alunos.”.

**Gráfico 13** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>RPD</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

De acordo com a análise categorial realizada, as categorias válidas para o PNLL<sub>RPD</sub> totalizam sete. As que mais têm URs são “Parcerias institucionais” (CTG-14) e “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17), com três URs cada.

Em continuidade, há três categorias com duas URs cada, que são “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) e “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) e “Formação e qualificação de professores” (CTG-10); esta a única convergente com o ODS 4.

Por fim, com apenas uma UR, há duas categorias, sendo as seguintes: “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) e “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20).

Duas URs do PNLL<sub>RPD</sub> convergem com as metas do ODS 4. Elas significam 16,67% do total de URs desse documento cujo valor é 14.

As duas URs se vincularam à categoria “Formação e qualificação de autores” (CTG-10). Já o indicador a que essas URs se vincularam foi “Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento” (IND-10). As URs são as seguintes:

- *Continuar asesorando al Ministerio de Educación en el entrenamiento de maestros como promotores de lectura*<sup>150</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- *Realizar el entrenamiento masivo de 500 maestros en las técnicas para el trabajo con la literatura infantil*<sup>151</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

<sup>150</sup> Tradução livre: “Continuar assessorando o Ministério da Educação na formação de professores como promotores da leitura.”.

<sup>151</sup> Tradução livre: “Realizar a capacitação massiva de 500 professores nas técnicas de trabalho com literatura infantil.”.

As outras 12 URs do PNLL<sub>RPD</sub>, que não convergem com as metas do ODS 4, correspondem a 83,33% do total de URs desse documento. Elas foram classificadas sob inúmeras categorias. Duas delas foram agrupadas na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) sob o indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” (IND-14). Elas são vistas a seguir:

- *Formar 500 Clubes de Lectores en universidades, escuelas y comunidades: organizaciones culturales, recintos penitenciarios y otros, con el apoyo de líderes barriales y maestros*<sup>152</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- *Difundir la ley del libro en todas las comunidades regionales y provinciales*<sup>153</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

A categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13) também registrou duas URs. Elas constam no indicador “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” (IND-16). Elas são:

- *Contribuir al mejoramiento de las bibliotecas establecidas en provincias y municipios a través de asesorías, entrenamientos y donaciones*<sup>154</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- *Apoiar 50 bibliotecas con donaciones, entrenamientos a bibliotecarios rurales y urbanos*<sup>155</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

Três URs foram classificadas na categoria “Parcerias institucionais” (CTG-14). Nesta, as URs se agruparam no indicador “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura” (IND-18), e são vistas ordenadamente a seguir:

- *Realizar un trabajo conjunto con las todas las Direcciones Regionales de Cultura*<sup>156</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- *Continuación de los trabajos para la conformación del Sistema Nacional de Bibliotecas hasta lograr la integración de las 4 redes fundamentales*<sup>157</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- *Continuar las labores de apoyo a los programas ya iniciados en el 2009 con la Organización de Estados Iberoamericanos y dar seguimiento a los anteriores*<sup>158</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

Outras três URs foram reunidas na categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17). Nela, as URs se agruparam no indicador “Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários” (IND-24). Elas são vistas a seguir:

- *Continuar con la implementación de los festivales de lectura*<sup>159</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

---

<sup>152</sup> Tradução livre: “Formar 500 Clubes de Leitores em universidades, escolas e comunidades: organizações culturais, prisões e outros, com o apoio de líderes de bairro e professores.”

<sup>153</sup> Tradução livre: “Divulgar a lei do livro em todas as comunidades regionais e provinciais.”

<sup>154</sup> Tradução livre: “Contribuir para a melhoria das bibliotecas estabelecidas nas províncias e municípios através de consultorias, treinamentos e doações.”

<sup>155</sup> Tradução livre: “Apoiar 50 bibliotecas com doações, treinamentos para bibliotecários rurais e urbanos.”

<sup>156</sup> Tradução livre: “Realizar trabalho conjunto com todas as Direcções Regionais da Cultura.”

<sup>157</sup> Tradução livre: “Continuação dos trabalhos de conformação do Sistema Bibliotecário Nacional até a integração das 4 redes fundamentais.”

<sup>158</sup> Tradução livre: “Continuar o trabalho de apoio aos programas já iniciados em 2009 com a Organização dos Estados Ibero-Americanos e dar seguimento aos anteriores.”

<sup>159</sup> Tradução livre: “Continuar com a implementação de festivais de leitura.”

- Realizar talleres en las Ferias del libro comunitarias y regionales<sup>160</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).
- Realizar jornadas continuas y calendarizadas de Bibliotecarios<sup>161</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

Na categoria “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) uma UR se vinculou ao indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25). Seu conteúdo é este:

- Contribuir a la difusión, divulgación y concienciación de la Ley del Libro en las principales provincias y municipios del país<sup>162</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

Finalmente, na categoria “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais” (CTG-20), uma UR se vinculou ao indicador “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação” (IND-30), e ela se refere a:

- Continuar el entrenamiento y capacitación de 800 bibliotecarios dominicanos<sup>163</sup> (PNLL<sub>RPD</sub>).

Em seguida, são apresentados os resultados do teste de hipótese e a análise categorial que dizem respeito ao *Plan Nacional de Lectura*, a política pública uruguaia, codificada como PNLL<sub>URG</sub>.

#### 7.1.14 PNLL<sub>URG</sub>

É possível ver na Tabela 14, a seguir, a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>URG</sub>. Nele, há arrolado à H<sub>1</sub> 5 URs observadas e se esperava observar, no mínimo, 50% (2,5) do valor total de 5 URs. Já no âmbito da H<sub>0</sub> não houve registro de URs, apesar de se ter esperado observar no mínimo 2,5 URs, que correspondem a 50% do total das URs deste PNLL.

**Tabela 14** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>URG</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	5	2,5	2,5	6,25	2,50
H <sub>0</sub>	0	2,5	-2,5	6,25	2,50
TOTAL	5	5			5

**Fonte:** Dados da pesquisa.

<sup>160</sup> Tradução livre: “Realizar workshops em feiras do livro comunitárias e regionais.”.

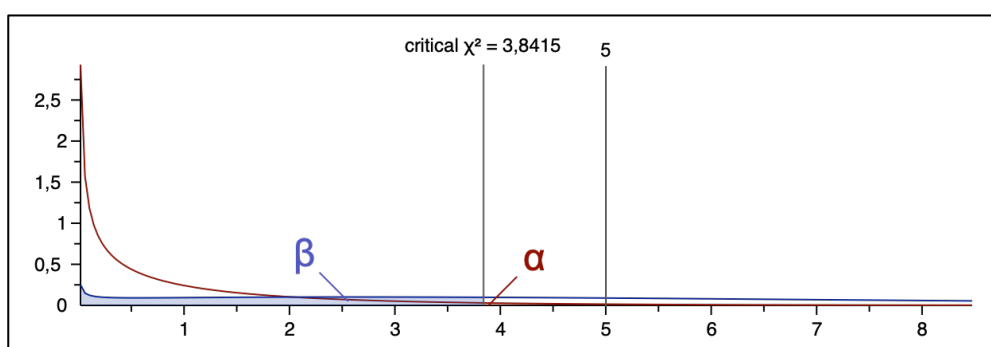
<sup>161</sup> Tradução livre: “Realizar jornadas contínuas e programadas de bibliotecários.”.

<sup>162</sup> Tradução livre: “Contribuir para a divulgação, divulgação e sensibilização da Lei do Livro nas principais províncias e municípios do país.”.

<sup>163</sup> Tradução livre: “Continuar o treinamento e qualificação de 800 bibliotecários dominicanos.”.

O valor da estatística do teste para o PNLL<sub>URG</sub> foi contabilizado em 5. Com base no demonstrado no Gráfico 14 adiante, esse valor é, portanto, maior que o do  $\chi^2$  crítico, que vale 3,8415. Desta forma, o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ), indicada para se rejeitar a hipótese  $H_0$ , e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ), onde ocorre o oposto. Assim, rejeitou-se a  $H_0$ . Isso significa que não se rejeita a hipótese alternativa, de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>URG</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 14** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>URG</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Neste PNLL há apenas duas categorias, evidenciadas após a aplicação da técnica de análise categorial. Elas são “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12) e “Pesquisa” (CTG-22). A primeira com o maior de URs, isto é, três, e a segunda com duas.

Cinco é o número total de URs do PNLL<sub>URG</sub>, que não convergem com as metas do ODS 4. Portanto, tais URs correspondem a 100% das encontradas neste PNLL.

Do total de cinco, três URs foram classificadas na categoria “Desenvolvimento em leitura” (CTG-12), sendo duas vinculadas ao indicador “Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas” e uma ao “Difundir a leitura nos meios de comunicação social” (IND-14). As três URs são vistas a seguir:

- *Continuar con la dotación de acervos, especialmente en zonas de pobreza*<sup>164</sup> (PNLL<sub>URG</sub>).
- *Mejorar la calidad de acervos con libros comprados con el asesoramiento de la EUCBA y la Comisión Asesora al PNL*<sup>165</sup> (PNLL<sub>URG</sub>).

<sup>164</sup> Tradução livre: “Continuar com o fornecimento de acervos, especialmente em áreas de pobreza.”

<sup>165</sup> Tradução livre: “Melhorar a qualidade das coleções com livros adquiridos com o conselho da EUCBA e da Comissão Consultiva da PNL.”

- *Desarrollar campañas para que los medios de comunicación, la sociedad civil y la familia contribuyan a la formación de ciudadanos lectores y escritores críticos y reflexivos*<sup>166</sup> (PNLL<sub>URG</sub>).

A categoria “Pesquisa” (CTG-22) tem duas URs, que foram classificadas sob indicadores distintos, um em cada, a saber: “Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional” (IND-33) e “Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas” (IND-34). As URs são as seguintes:

- *Formación de una base de datos de experiencias de promoción a la lectura*<sup>167</sup> (PNLL<sub>URG</sub>).
- *Realizar estudios del impacto de las acciones del Plan Nacional de Lectura*<sup>168</sup> (PNLL<sub>URG</sub>).

Logo após, o teste de hipótese e análise categorial empreendidos versam ao *Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025*, documento venezuelano codificado como PNLL<sub>VNZ</sub>.

#### 7.1.15 PNLL<sub>VNZ</sub>

A Tabela 15 demonstra a estatística do teste relacionada ao PNLL<sub>VNZ</sub>. De acordo com ela, observou-se no âmbito da H<sub>1</sub> 6 URs e se esperou observar, no mínimo, 50% (3) do total das 6 URs deste PNLL. Por outro lado, não houve URs no âmbito da H<sub>0</sub>, mas se esperou observar nesse segmento o mínimo de 50% (3) do total das URs.

**Tabela 15** – Valor da estatística do teste para o PNLL<sub>VNZ</sub>.

	$O_i$	$E_i$	$(O_i - E_i)$	$(O_i - E_i)^2$	$(O_i - E_i)^2 / E_i$
H <sub>1</sub>	6	3	3	9	3
H <sub>0</sub>	0	3	-3	9	3
TOTAL	6	6			6

**Fonte:** Dados da pesquisa.

O valor da estatística do teste foi calculado em 6, que é superior ao  $\chi^2$  crítico, no valor de 3,8415. Adiante, o Gráfico 15 evidencia que o valor da estatística recaiu sobre a região crítica ( $\alpha$ ) e não sobre a região de poder do teste ( $\beta$ ).

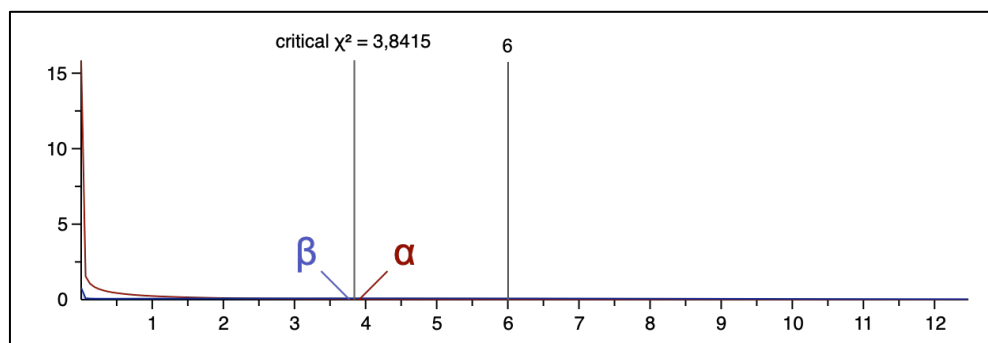
<sup>166</sup> Tradução livre: “Desenvolver campanhas para que a mídia, a sociedade civil e a família contribuam para a formação de leitores e escritores críticos e reflexivos.”

<sup>167</sup> Tradução livre: “Formação de um banco de dados de experiências de promoção da leitura.”

<sup>168</sup> Tradução livre: “Realizar estudos de impacto das ações do Plano Nacional de Leitura.”

Reforçando, a primeira região é a área onde se rejeita a  $H_0$  e a segunda, onde esta não é rejeitada. Desta maneira, a  $H_0$  da pesquisa foi rejeitada, o que implica no entendimento de que não se rejeita a hipótese de que o conteúdo dos objetivos do PNLL<sub>VNZ</sub> não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

**Gráfico 15** – Distribuição qui-quadrado com 1 grau de liberdade para o PNLL<sub>VNZ</sub>.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

No âmbito deste PNLL nenhuma categoria se sobressaiu a outras. Como constatado por meio da análise categorial, as seis categorias demonstradas no gráfico acima detêm, cada uma, apenas uma UR. As categorias são estas: “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17), “Implementação de políticas públicas” (CTG-18), “Pesquisa” (CTG-22), “Reconhecimento” (CTG-23) e “Economia do livro” (CTG-24).

Seis é o número de URs do PNLL<sub>VNZ</sub> que conforma o total de URs. Nenhuma UR converge com o conteúdo das metas do ODS 4. As URs não convergentes com ele foram classificadas em distintas categorias.

Na categoria “Equipamentos de informação, sebos e livrarias” (CTG-13), uma UR se vinculou ao indicador “Incentivar e criar sebos e livrarias” (IND-17). Ela diz respeito ao seguinte conteúdo:

→ *Impulsar la labor de las librerías como espacios de encuentro que promuevan el conocimiento y la creación cultural*<sup>169</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

Na categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” (CTG-17), uma UR foi registrada sob o indicador “Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários” (IND-24). Ela se é vista a seguir:

<sup>169</sup> Tradução livre: “Promover o trabalho das livrarias como espaços de encontro promotores do conhecimento e da criação cultural.”.

- *Organizar y promover a nivel nacional, regional y estatal las ferias del libro FILVEN y demás eventos que permitan difundir el libro y fomentar la lectura en todo el territorio nacional y la participación en eventos internacionales del libro para la promoción del (la) autor (a), el libro y la literatura venezolana en todos sus géneros en el ámbito internacional*<sup>170</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

A categoria “Implementação de políticas públicas” (CTG-18) também detém uma UR sob o indicador “Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade” (IND-25). Seu conteúdo é o seguinte:

- *Ejecutar el Plan Nacional de Lectura para el Incremento de la población lectora en todo el país, mediante la constitución de colectivos de lectores (as) de mediación de la lectura, la constitución de unidades de producción editorial comunitaria, una campaña publicitaria de promoción de la lectura y la publicación de títulos vinculados a la reflexión, el debate y estudio del libro y la lectura*<sup>171</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

Uma UR foi classificada na categoria “Pesquisa” (CTG-22) sob o indicador “Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas” (IND-34), e seu conteúdo diz respeito a

- *Realizar medición de indicadores y desarrollar investigaciones acerca del libro y las prácticas lectora de la población venezolana*<sup>172</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

Na categoria “Reconhecimento” (CTG-23) também houve apenas uma UR. Ela foi categorizada sob o indicador “Valorizar escritores locais e regionais” (IND-36) e é vista em seguida:

- *Estimular y valorar la labor creadora de las (los) escritoras (es) venezolanos, reconociéndolos como representantes de los valores multiétnicos y pluriculturales de nuestro pueblo y protegiendo sus derechos de propiedad intelectual*<sup>173</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

Também houve apenas uma UR na categoria “Economia do livro” (CTG-24), cujo indicador é “Incentivar a produção editorial” (IND-37). Ela diz o seguinte:

- *Contribuir a la potenciación de las editoriales tradicionales y editoriales emergentes impresas tanto públicas como privadas, para alcanzar la máxima capacidad de dotación de libros al país y competir en el plano internacional*<sup>174</sup> (PNLL<sub>VNZ</sub>).

---

<sup>170</sup> Tradução livre: “Organizar e promover as feiras do livro FILVEN a nível nacional, regional e estadual e outros eventos que permitam a divulgação do livro e incentivem a leitura em todo o território nacional e a participação em eventos internacionais do livro para a promoção do autor, o livro venezuelano e literatura em todos os seus gêneros na arena internacional.”.

<sup>171</sup> Tradução livre: “Executar o Plano Nacional de Leitura para o Aumento da População Leitores em todo o País, através da constituição de grupos de leitores para mediar a leitura, constituição de unidades de produção editoriais comunitárias, campanha publicitária de promoção da leitura e publicação de títulos relacionados com a reflexão, debate e estudo do livro e leitura.”.

<sup>172</sup> Tradução livre: “Medir indicadores e desenvolver pesquisas sobre o livro e as práticas de leitura da população venezuelana.”.

<sup>173</sup> Tradução livre: “Incentivar e valorizar o trabalho criativo dos escritores venezuelanos, reconhecendo-os como representantes dos valores multiétnicos e multiculturais de nosso povo e protegendo seus direitos de propriedade intelectual.”.

<sup>174</sup> Tradução livre: “Contribuir para a capacitação de editoras e editoras tradicionais, emergindo gráficas públicas e privadas, para atingir a capacidade máxima de fornecimento de livros ao país e competir em nível internacional.”.

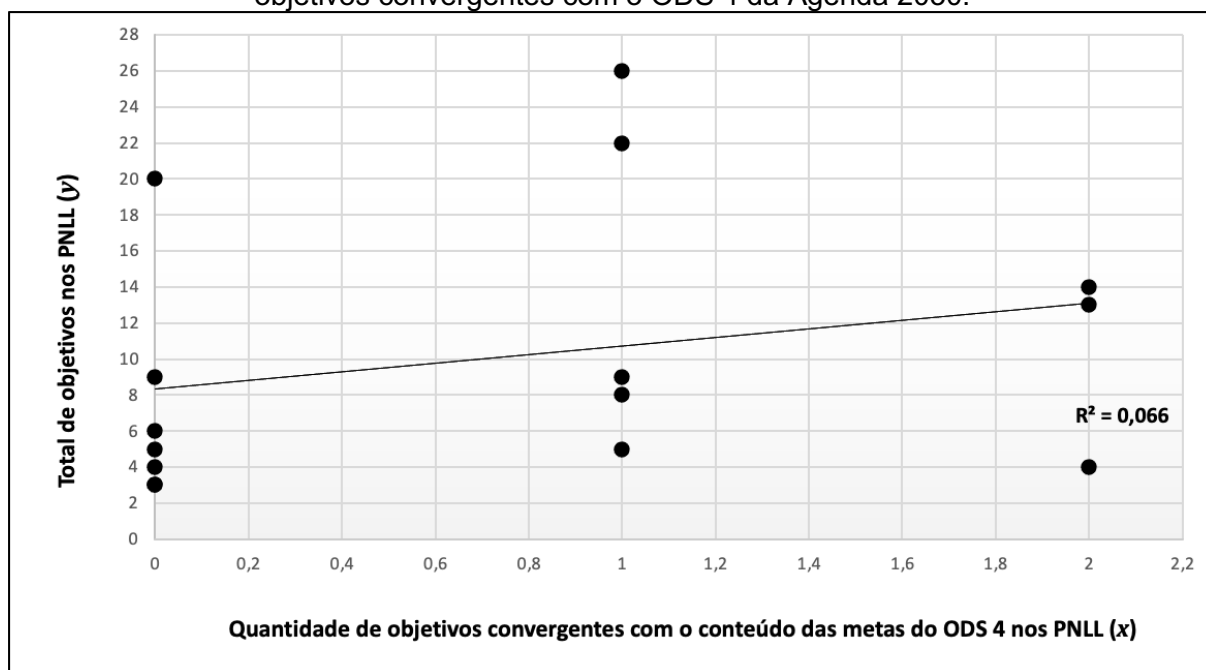
Findados as análises categoriais e os testes de hipótese, apresenta-se o resultado da análise de correlação dos dados da pesquisa, vista a seguir.

### 7.1.16 Análise de correlação dos dados

Diante da produção numérica feita sobre cada PNLL analisado, uma plotagem de dados foi realizada. A plotagem consiste no posicionamento dos “pontos” no cruzamento das relações entre os eixos  $x$  e  $y$ . No primeiro, inseriu-se a quantidade de objetivos convergentes com o conteúdo das metas do ODS 4 da Agenda 2030 nos PNLLs, enquanto no eixo  $y$  se adicionou o total de objetivos dos PNLLs. Com base nessas informações, duas constatações puderam ser feitas.

Com a primeira das análises, desejou-se prever se a quantidade de objetivos dos PNLLs que são convergentes com o conteúdo das metas do ODS 4 da Agenda 2030 aumentaria à medida que cada política pública do livro e leitura analisada tivesse maior número de objetivos. Ou seja, questionou-se se quanto mais objetivos uma política pública do livro e leitura tem, maiores são as chances de que exista no documento quantidade superior de objetivos alinhados ao ODS 4 da Agenda 2030. O Gráfico 16, a seguir, demonstra o resultado.

**Gráfico 16** – Análise I: Correlação entre o total de objetivos dos PNLL e o quantitativo dos objetivos convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.



Fonte: Dados da pesquisa.

Com base na dispersão dos dados plotados no diagrama, entende-se que não há correlação entre os dados, isto é, não é possível inferir que quanto mais objetivos uma política pública do livro e leitura tem, maiores são as chances de que exista no documento quantidade superior de objetivos alinhados ao ODS 4 da Agenda 2030. É por essa razão que a plotagem se encontra dispersa na área do gráfico, sem aproximações e alinhamento significativos à linha de tendência.

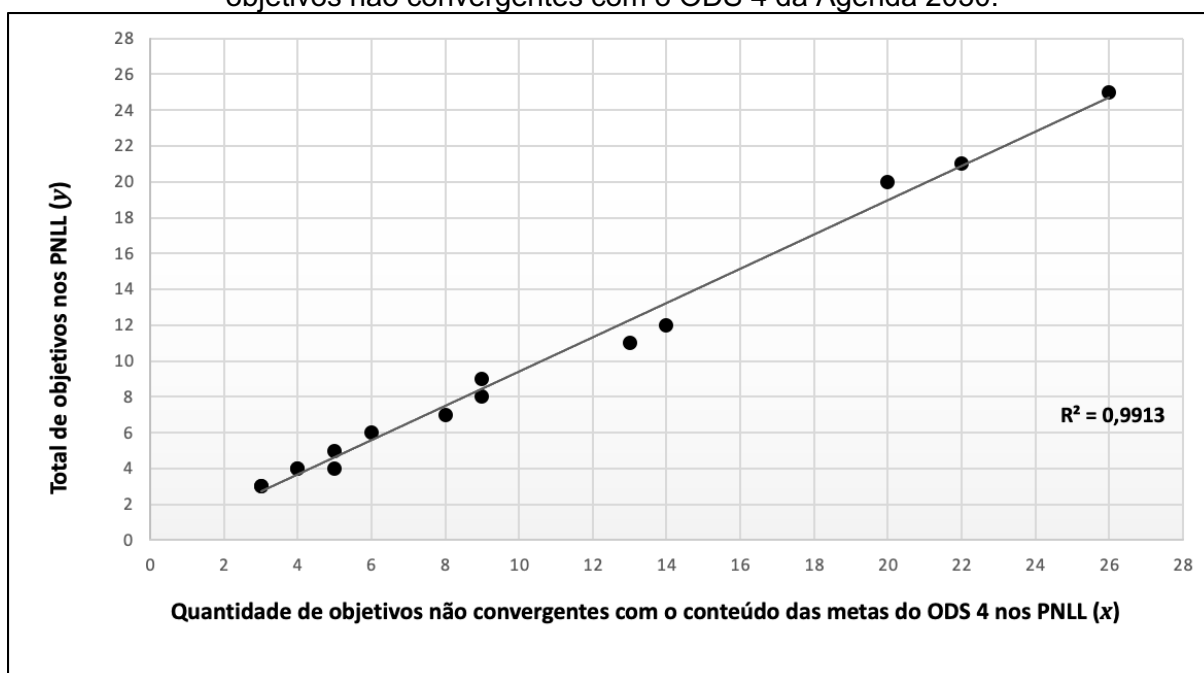
É importante esclarecer que a linha de tendência consiste numa representação gráfica dentro da área de plotagem do gráfico. Ela traduz a equação linear dada pela fórmula  $y = bx + a$  e evidencia o comportamento dos dados da pesquisa. Noutras palavras, a linha de tendência funciona como um “termômetro”, pois com base na observação dos dados dispersos na área de plotagem, alinhados ou não a ela, é possível sugerir a existência ou ausência de correlações entre os dados.

Também na área do gráfico, o  $R^2$  (R-quadrado) consiste no coeficiente de determinação. Ele é a medida que traduz o quão distante os “pontos” estão da linha de tendência. Quanto mais distantes os “pontos” estão dela, há maior probabilidade de que o valor do  $R^2$  esteja próximo de 0. Inversamente, quanto mais próximos os “pontos” estão da linha de tendência maiores são as chances do  $R^2$  ter valor próximo de 1,0.

No caso do Gráfico 16 especificamente, o  $R^2$  se aproximou de 0. O seu valor correspondeu a 0,066. Tal constatação possibilita inferir, junto da visualização dos dados, que não há correlação entre os dados da pesquisa, demonstrado pela dispersão e assincronia dos “pontos” na área de plotagem.

Noutro cenário, contudo, os dados se comportam de maneira distinta. Neste caso, trata-se dos dados relacionados às políticas públicas do livro e leitura, porém com conteúdo não convergente com o ODS 4, diferente do que foi visto no gráfico anterior. Como se vê no Gráfico 17, a seguir, existe, agora, alinhamento entre os dados da pesquisa. É percebida a ocorrência de alguma forma de relacionamento entre eles, que calha em algum tipo de correlação.

**Gráfico 17** – Análise II: Correlação entre o total de objetivos dos PNLL e o quantitativo dos objetivos não convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na área desse gráfico, o valor do  $R^2$  demonstra, agora, o contrário do visto no gráfico anterior. O valor de  $R^2$  equivale a 0,9913, portanto muito próximo de 1,0. Isso significa que há alguma forma de correlação entre os dados da pesquisa. Ao constatar a inclinação da linha de tendência e a dispersão dos “pontos” na área de plotagem, assumiu-se, portanto, que os números tratam de uma elevada correlação positiva. Noutras palavras, constatou-se que é provável que quanto mais objetivos uma política pública do livro e leitura tem, maiores são as chances de que não exista no documento quantidade importante de objetivos alinhados ao ODS 4 da Agenda 2030, sendo mais provável o oposto a isso, ou seja, que quanto mais objetivos uma política pública do livro e leitura tem, menor é a probabilidade de que ela se relacione com o ODS 4.

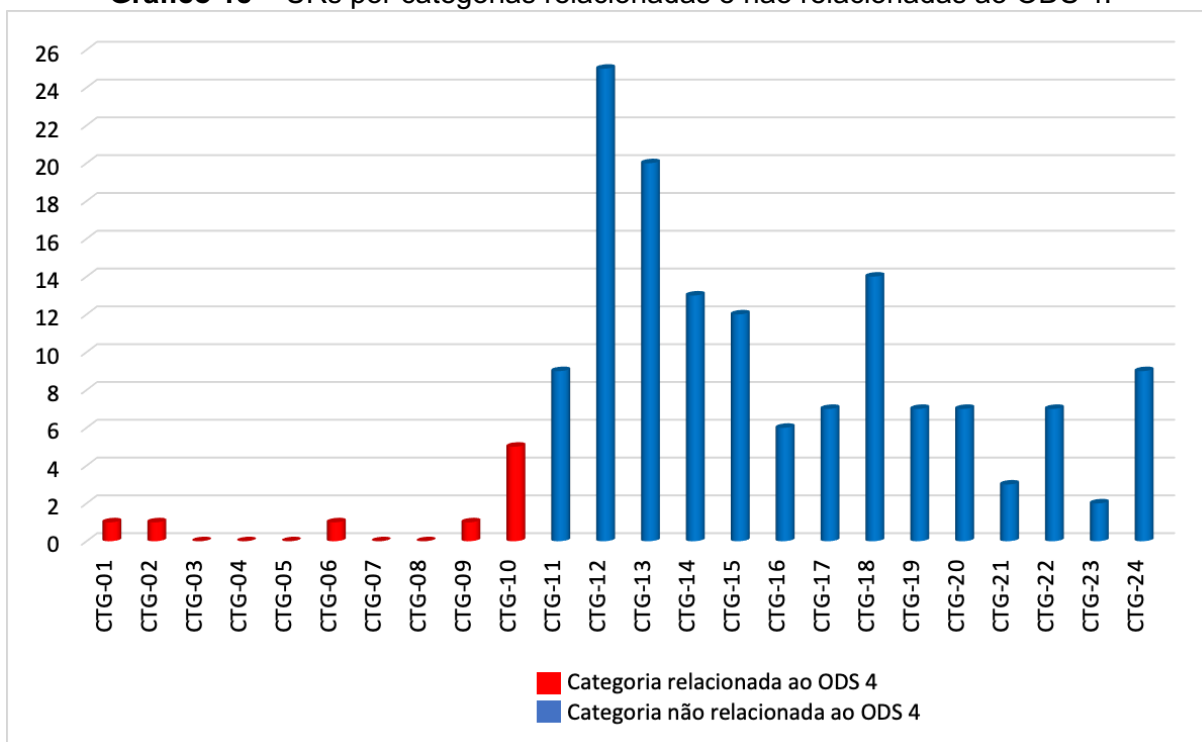
Conferidas essas constatações, os dados descritos desde o início desta subseção serão interpretados em seguida, em nova subseção, referente à interpretação.

## 7.2 Interpretação dos dados da pesquisa

A análise categorial realizada possibilitou quantificar as URs por categoria. Esse procedimento permitiu expor a frequência das URs em cada uma das categorias

do sistema categorial. Oportunizou, também, visualizar a distribuição das URs nos dois grupos relacionados aos do sistema categorial, sendo o “Categorias relacionadas ao ODS 4”, em vermelho, e o “Categorias não relacionadas ao ODS 4”, em azul. Assim, o Gráfico 18, visto em seguida, representa essas informações.

**Gráfico 18** – URs por categorias relacionadas e não relacionadas ao ODS 4.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao passo que as categorias relacionadas ao ODS 4 somam 9 URs, as não relacionadas a ele totalizam 141 URs, dados que são confirmados pelas análises de correlação dos dados feitas anteriormente. No Gráfico 18, as categorias representadas nas colunas em vermelho estão relacionadas à Análise I das correlações (Gráfico 16), enquanto as colunas em azul, à Análise II (Gráfico 17). Portanto, as análises de correlação de dados vistas anteriormente confirmam a existência de maior densidade nas categorias não relacionadas ao ODS 4 em comparação com as categorias que se relacionam a ele. Esse cenário denota uma elevada correlação positiva entre 141 URs do estudo de um total de 150.

Nas categorias relacionadas ao ODS 4, a CTG-10 (Formação e qualificação de professores) é a categoria com o maior número de URs, ou seja, nesse segmento, ela é a mais densa. Por outro lado, nas categorias não relacionadas ao ODS 4, a CTG-12 (Desenvolvimento em leitura) é a categoria com o maior número de URs. Assim,

ela é, nesse grupo, a categoria com o maior nível de densidade. Inversamente, as categorias com o menor valor frequencial das URs são a CTG-01 (Aprendizagem significativa), CTG-02 (Desenvolvimento educativo na infância), CTG-06 (Alfabetização e conhecimento de matemática) e CTG-09 (Oferta de bolsas de estudo).

Nas categorias não relacionadas ao ODS 4, porém, a que tem o menor nível de densidade de URs é a CTG-23 (Reconhecimento), imediatamente seguida da CTG-21 (Usuários da informação). Ainda nesse segmento do sistema categorial, 11 categorias têm outros níveis de densidade. Elas são as seguintes, em ordem decrescente: CTG-13 (Equipamentos de informação, sebos e livrarias), CTG-18 (Implementação de políticas públicas), CTG-14 (Parcerias institucionais), CTG-15 (Complexidade na promoção da leitura), CTG-11 (Desenvolvimento social), CTG-24 (Economia do livro), CTG-17 (Leitura, escrita, oralidade e identidade), CTG-19 (Gestão da educação), CTG-20 (Capacitação bibliotecária e de outros profissionais), CTG-22 (Pesquisa) e CTG-16 (Técnicas e estratégias para a promoção da leitura).

Por fim, no grupo de categorias relacionadas ao ODS 4, cinco categorias não registraram URs, sendo elas a CTG-03 (Educação técnica, profissional e superior), CTG-04 (Habilidades e competências técnicas), CTG-05 (Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas), CTG-07 (Desenvolvimento sustentável sistêmico) e CTG-08 (Instalações físicas para a educação e segurança de gênero).

Mediante essas descrições, o conteúdo das categorias foi submetido ao recurso de representação da informação chamado Nuvem de Palavras, cujas demonstrações visuais se referem a duas seções distintas – a de categorias convergentes com o ODS 4 e a de categorias divergentes deste – vistas logo em seguida.

### 7.2.1 Categorias convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030

Decorrente dos dados descritos na subseção 7.1 da pesquisa, sabe-se que as categorias que se vinculam ao ODS 4 da Agenda 2030 são cinco. Elas são estas: CTG-01 (Aprendizagem significativa), CTG-02 (Desenvolvimento educativo na infância), CTG-06 (Alfabetização e conhecimento de matemática), CTG-09 (Oferta de bolsas de estudo) e CTG-10 (Formação e qualificação de professores). Seus

conteúdos são apresentados a seguir seguidos dos seus respectivos indicadores. Desta forma, a primeira nuvem de palavras a relevar o conteúdo da categoria é a que corresponde à CTG-01, vista logo em seguida na Figura 15.

**Figura 15** – Nuvem de palavras da CTG-01.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

O conteúdo da categoria “Aprendizagem significativa” não revela termos que se sobressaem aos demais. É possível perceber, com base no tamanho das fontes, que todas as palavras têm o mesmo grau de importância. Sendo assim, mediante o indicador dessa categoria, chamado “Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”, pode-se fazer algumas considerações. A primeira delas é a de que o conteúdo da CTG-01 diz respeito à ação de usar o livro didático com o apoio de professores e o uso conjunto com outros livros da biblioteca. Outra ação é esta: treinar os professores para o uso de materiais virtuais com os alunos ao longo do processo didático. Portanto, ambas as ações, relacionadas ao ODS 4 da Agenda 2030, consubstanciam a aprendizagem significativa. A CTG-02 é apresentada logo em seguida, na Figura 16.

Figura 16 – Nuvem de palavras da CTG-02.



Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo a lógica da primeira categoria, o conteúdo da CTG-02, “Desenvolvimento educativo na infância”, comporta-se do mesmo modo do da anterior, ou seja, não se elenca palavras com importância ressaltada. Todos os termos se apresentam em nível de igualdade. Ao levar em conta o indicador dessa categoria, que trata de “Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário”, algumas ações podem ser trazidas à luz a partir deste emaranhado de termos. São elas: promover o gosto pela leitura às crianças e aos adolescentes; habituar o leitor a desenvolver práticas de leitura de textos; facilitar o acesso dos jovens à leitura. Sendo assim, essas ações são as atividades vinculadas ao ODS 4 que dizem respeito ao desenvolvimento educativo na infância, categoria diferente daquela vista a seguir na Figura 17 – a CTG-06.

**Figura 17** – Nuvem de palavras da CTG-06.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ainda seguindo a mesma lógica das palavras equivalentes, isto é, as que tem o mesmo peso na representação do conteúdo na nuvem de palavras, é importante lembrar que o conteúdo da CTG-06, chamada “Alfabetização e conhecimento de matemática”, está vinculado ao indicador “Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática”. Isso significa que há nesse indicador conteúdo que se revela em ações ligadas ao contexto do ODS 4 da Agenda 2030, como alavancar a produção de textos no âmbito escolar, muito embora não tenha havido nada que retrate a parcela da categoria que se refere ao conhecimento de matemática. Portanto, é apenas essa ação que representa a categoria sobre alfabetização e conhecimento de matemática, diferente do conteúdo referente à CTG-09, visto logo em seguida na Figura 18.

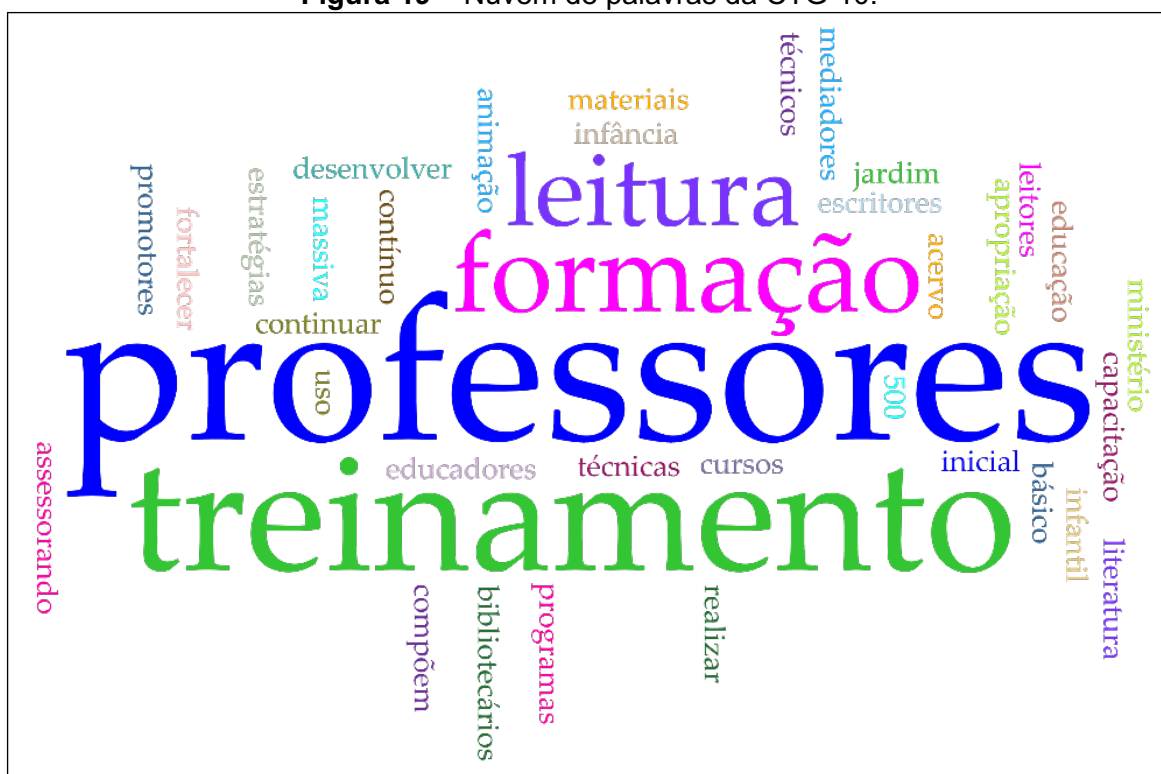
**Figura 18** – Nuvem de palavras da CTG-09.



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A CTG-09, “Oferta de bolsas de estudo”, tem como indicador o seguinte enunciado: “Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento”. O conteúdo relacionado a ambos demonstra duas possíveis ações que refletem o ODS 4 e nenhuma das palavras na representação se sobressai às outras, o que revela a equivalência dos termos. As duas ações são estas: incentivar a pesquisa e a residência literárias; produzir pesquisas na área literária e desenvolver o intercâmbio literário nacional e internacional. Após isso, há a CTG-10, última das categorias relacionadas ao ODS 4. Seu conteúdo é visto na Figura 19, em seguida.

Figura 19 – Nuvem de palavras da CTG-10.



Fonte: Dados da pesquisa.

Diferente do conteúdo das categorias anteriores, o da CTG-10 é o único, nesta subseção, cujas palavras têm importância diferente. As palavras em maior destaque são estas: professores; treinamento; formação; leitura. Elas são as que detêm o conteúdo significativo da categoria e estão arroladas ao indicador “Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento”. Assim, vinculada ao ODS 4 da Agenda 2030, pode-se considerar que a ação de treinar professores para que sejam agentes da formação de leitores é a que representa esta categoria, denominada “Formação e qualificação de professores”.

Ante a essas constatações, conclui-se que as ações mais propriamente relacionadas à educação de qualidade, com base no ODS 4 da Agenda 2030, são as seguintes: usar o livro didático com o apoio de professores e o uso conjunto com outros livros da biblioteca; treinar os professores para o uso de materiais virtuais com os alunos ao longo do processo didático; promover o gosto pela leitura às crianças e aos adolescentes; habituar o leitor a desenvolver práticas de leitura de textos; facilitar

o acesso dos jovens à leitura; produzir e usar textos no âmbito escolar; incentivar a pesquisa e a residência literárias; produzir pesquisas na área literária e desenvolver o intercâmbio literário nacional e internacional; treinar professores para que sejam agentes da formação de leitores. Essas são parte das ações que comporão o conjunto de proposições para efetivar a promoção sustentável da leitura à luz do ODS 4 da Agenda 2030.

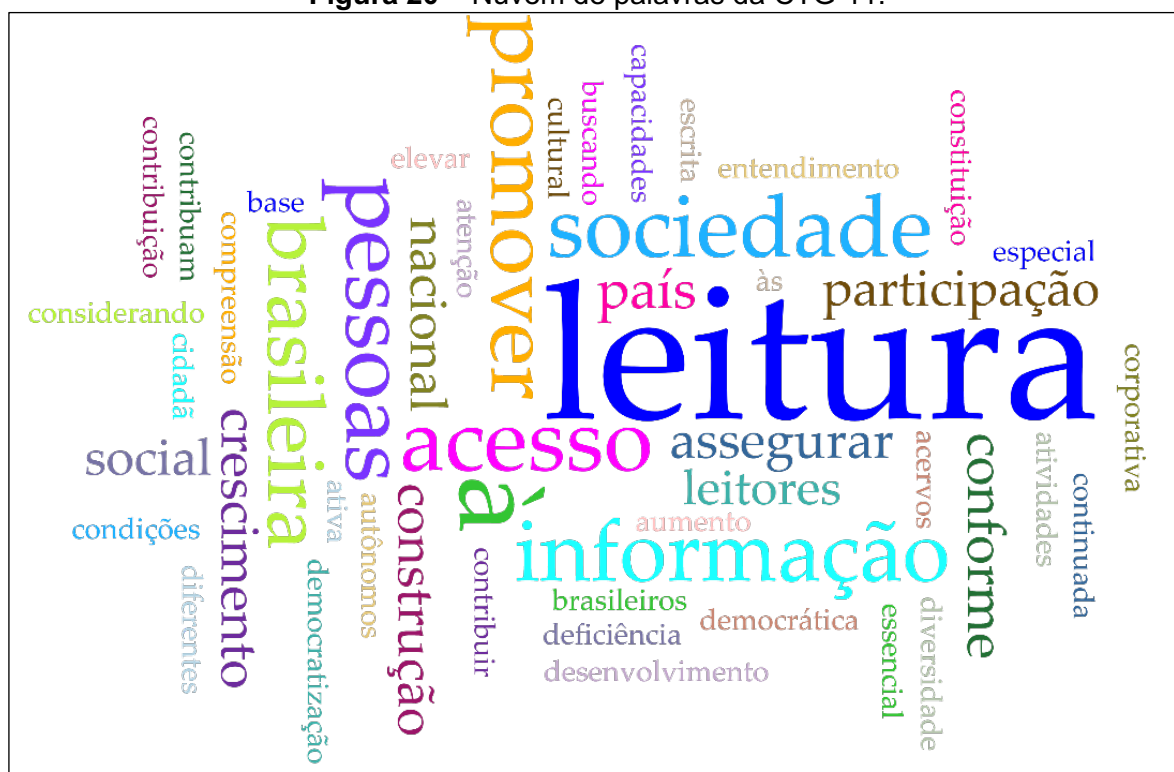
As categorias cujo conteúdo serão apresentados logo em seguida são as que não convergem com o ODS 4 da Agenda 2030, quer dizer, fala-se dos conteúdos divergentes daqueles das metas do ODS 4 que, apesar de dissonantes, são fundamentais para promover a filosofia da educação de qualidade, pautado numa perspectiva integradora e complexa.

### 7.2.2 Categorias não convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030

As categorias não convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030 somam o total de 14. Elas são estas: CTG-11 (Desenvolvimento social), CTG-12 (Desenvolvimento em leitura), CTG-13 (Equipamentos de informação, sebos e livrarias), CTG-14 (Parcerias institucionais), CTG-15 (Complexidade na promoção da leitura), CTG-16 (Técnicas e estratégias para a promoção da leitura), CTG-17 (Leitura, escrita, oralidade e identidade), CTG-18 (Implementação de políticas públicas), CTG-19 (Gestão da educação), CTG-20 (Capacitação bibliotecária e de outros profissionais), CTG-21 (Usuários da informação), CTG-22 (Pesquisa), CTG-23 (Reconhecimento) e CTG-24 (Economia do livro).

A interpretação do conteúdo se inicia pela CTG-11. Antes disso, contudo, é importante fazer uma ressalva. Vale lembrar que até a subseção anterior da pesquisa, isto é, a que se refere às categorias convergentes com o ODS 4 da Agenda 2030, a ampla maioria das categorias não dispunham de conteúdo cujos termos duelam entre os mais e os menos significativos entre si. Nesta subseção, ao contrário da anterior, a maioria das categorias tem termos que se sobressaem em comparação a outros do conjunto de conteúdo analisado. Isso pode ser visto na nuvem de palavras da CTG-11, vista em seguida na Figura 20. Seu conteúdo diz respeito ao desenvolvimento social.

Figura 20 – Nuvem de palavras da CTG-11.



Fonte: Dados da pesquisa.

A CTG-11 – “Desenvolvimento social” – tem palavras cujo tamanho revelam o seu valor ao conjunto. Dentre os principais termos, destacam-se: leitura; profissional; sociedade; informação; promover; pessoas; acesso; brasileira. O conteúdo da categoria esteve relacionado aos indicadores “Construir uma nação de leitores”, “Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura” e “Preservar a memória social”.

Sendo assim, o conteúdo significativo desta categoria pode ser traduzido nestas ações: fomentar a leitura para que as pessoas possam participar na sociedade criticamente; promover o acesso à informação às pessoas. Ambas podem incorrer na consecução de ações que visem ao desenvolvimento social, que vai muito no sentido da categoria seguinte, “Desenvolvimento em leitura”, apresenta na Figura 21. Pensar o desenvolvimento da sociedade de modo amplo tem a ver com não preterir os temas educacionais das agendas política, econômica e da mídia.



“Equipamentos de informação, sebos e livrarias”, demonstra a força, sobretudo, das bibliotecas. O conteúdo pode ser visto na Figura 22, a seguir.

Figura 22 – Nuvem de palavras da CTG-13.



Fonte: Dados da pesquisa.

A CTG-13, chamada “Equipamentos de informação, sebos e livrarias”, revela que o conteúdo trata principalmente das bibliotecas. Os indicadores desta categoria dizem respeito a “Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país” e “Incentivar e criar sebos e livrarias”. Tendo por base ambos, além dos termos “biblioteca(s)”, “espaço” e “leitura” em evidência no conteúdo, entende-se que uma possível ação em favor das bibliotecas como equipamentos de informação seja a de fortalecê-las como espaços de promoção da leitura. Esse anseio se conecta ao da categoria seguinte inclusive.

O conteúdo, da CTG-14, trata das “Parcerias institucionais” que visam à promoção da leitura. A Figura 23 a seguir ilustra a significância dos termos.

Figura 23 – Nuvem de palavras da CTG-14.



Fonte: Dados da pesquisa.

Neste instante, demonstra-se o conteúdo da categoria “Parcerias institucionais”, codificada como CTG-14. Apesar da significância de palavras como “leitura”, “bibliotecas”, “rede”, “formação”, “nacional” e “instituições”, a categoria conta com apenas um indicador que anseia “Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura”. Portanto, mediante a relação entre os termos principais, pode-se sugerir que articular bibliotecas e outras instituições em rede com a finalidade de desenvolver a leitura em nível nacional é uma ação oportuna para se estabelecer parcerias institucionais em prol das práticas de leitura. Essa é uma das iniciativas que pode envolver as práticas de leitura a contextos maiores em termos de complexidade, quando se tratar da promoção da leitura. O conteúdo da CTG-15 visto na Figura 24 logo em seguida demonstra isso.



Figura 25 – Nuvem de palavras da CTG-16.



Fonte: Dados da pesquisa.

A CTG-16 é chamada “Técnicas e estratégias para a promoção da leitura” e possui dois indicadores. O primeiro deles é chamado “Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura”; o segundo, “Construir estratégias para promover a leitura”. Sabe-se que o conteúdo desta categoria, representado na Figura 25, ilustra as palavras “leitura”, “avaliação”, “andamento”, “estratégias”, “ensino” e “medir” como as mais significativas do conjunto. Ao se resgatar as inferências constantes nos indicadores, pode-se sugerir as seguintes ações: construir instrumentos que possibilitem avaliar o andamento da competência em leitura dos estudantes; aplicar estratégias de leitura ao longo do ensino dos estudantes.

Deste modo, essas são ações que podem contribuir com a formação de sujeitos leitores no âmbito da promoção da leitura, quer seja por meio da leitura propriamente ou ainda da escrita, da oralidade e da identidade, como será visto a seguir na Figura 26, que representa o conteúdo da CTG-17.

Figura 26 – Nuvem de palavras da CTG-17.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria “Leitura, escrita, oralidade e identidade” corresponde à CTG-17. Há vinculado a ela dois indicadores, que são estes: “Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação e de identidade”; “Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários”. Sendo as palavras “livro”, “eventos”, “leitura”, “feiras”, “literatura”, “nacional” e “realizar” as mais significativas do conteúdo, pode-se propor algumas ações relacionadas a elas e que necessariamente tenham relação com ambos os indicadores.

Desta maneira, entende-se que uma ação que contribui com a promoção da leitura é esta: realizar eventos, como feiras locais e nacionais, que tenham como objetivo valorizar o suporte livro e a literatura. As políticas públicas podem auxiliar nisso inclusive, e elas são objeto da próxima categoria – “Implementação de políticas públicas” –, com conteúdo demonstrado na Figura 27 em seguida.



Figura 28 – Nuvem de palavras da CTG-19.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria chamada “Gestão da educação” está representada pelo código CTG-19 no sistema de categorias. Seus indicadores somam três no total e são estes: promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede; gerenciar fundos para desenvolver a educação; apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação. Algumas palavras oriundas de todo o conjunto se demonstraram mais relevantes a esta categoria. Elas são as seguintes: educacional; leitura; garantam; ensino; execução; nacional; gestão; formação; plano; projetos; estabelecimentos. Sendo assim, ao se ponderar possíveis ações relacionadas aos indicadores e que resgatem concomitantemente as palavras mais relevantes do conteúdo, sugere-se algumas: estabelecer projetos educacionais que fortaleçam o ensino em nível nacional; executar planos que visem à consolidação das práticas de leitura e escrita nacionalmente. Assim, entende-se que essas ações podem colaborar na consecução da gestão da educação, atividade que engloba a capacitação dos profissionais de Biblioteconomia bem como de outros. Esse é o tema do conteúdo seguinte, presente na CTG-20, visto na Figura 29.

Figura 29 – Nuvem de palavras da CTG-20.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria codificada como CTG-20 é chamada “Capacitação bibliotecária e de outros profissionais”. Seu indicador, que é único, trata de “Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação”. Identificou-se como palavras significativas do conjunto as seguintes: leitura; promotores; mediadores; bibliotecário; formação; bibliotecários. Ao percebê-las relacionadas ao indicador da CTG-20, pode-se sugerir a seguinte ação decorrente do conjunto: formalizar os bibliotecários como profissionais de mediação que promovem a leitura. Para tanto, contudo, é fundamental que esses profissionais sejam capacitados junto de outros. Isso é importante a fim de que os bibliotecários se alinhem em práticas que subsidiem o atingimento de níveis significativos de educação de qualidade quando trabalharem com os estudantes – que no contexto biblioteconômico podem ser chamados de usuários da informação, conteúdo da próxima categoria, presente na Figura 30.

Figura 30 – Nuvem de palavras da CTG-21.



Fonte: Dados da pesquisa.

A categoria “Usuários da informação”, codificada como CTG-21, possui dois indicadores. O primeiro deles se chama “Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura” e o segundo, “Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação”. Nesta categoria, a palavra que mais está em evidência é “leitura”, e relacionado a ela estão os demais termos (observações; estratégias; acesso; aperfeiçoar; criança; gerar; estatísticas; públicas; monitorar; circulação; acompanhamento; horários; garantir; especiais; coleta; dados; atender; pessoas; planejar; processar; amam; ler; espaços; reais; ajudando; materiais; potenciais; bibliotecas; instrumentos); estes com o mesmo grau de importância no conjunto dos termos. Sendo assim, todos os termos, se relacionados aos indicadores da categoria, podem sugerir como ações as seguintes asserções: construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura; aperfeiçoar a leitura por meio do uso das bibliotecas e outros equipamentos de informação potenciais. Essas ações vão na direção de atender às necessidades dos usuários da informação, culminando até mesmo num eixo de pesquisa, como será visto a seguir na Figura 31.



sobressaído num determinada localidade. A questão do reconhecimento dos projetos é vista logo em seguida na Figura 32.

Figura 32 – Nuvem de palavras da CTG-23.



Fonte: Dados da pesquisa.

O conteúdo da categoria “Reconhecimento”, codificada como CTG-23, não revela termos que se sobressaem aos demais. Percebe-se, em decorrência do tamanho das fontes, que todas as palavras têm o mesmo grau de importância no conjunto. Os indicadores dessa categoria são estes: premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura; valorizar escritores locais e regionais. Como as palavras não estabelecem uma relação de importância no âmbito deste conjunto, pode-se sugerir os indicadores como as possíveis ações desta categoria, portanto, premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura e valorizar escritores locais e regionais. Sendo assim, supõe-se que ambas as ações contribuam no reconhecimento de ações relacionadas à promoção da leitura. Mais. Que elas culminem até no setor da economia do livro, como será visto no conteúdo da categoria seguinte na Figura 33.



Após a condução dos testes de hipótese e descrição do conteúdo das categorias, é fundamental que o problema da pesquisa seja retomado, uma vez que este estudo produziu dados que respondem ao mesmo e, portanto, consolidam a interpretação dos dados do estudo.

Se o leitor se recorda, o problema desta investigação consistiu nesta questão: o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%?

A resposta a essa pergunta consta nos testes de hipótese desenvolvidos para cada PNLL latino-americano. Uma vez que a  $H_0$  pode ser numericamente traduzida como 50% de chance de que ela seja verdadeira, mediante os testes conduzidos, a resposta à questão está na condição de  $H_0$  rejeitada ou não rejeitada portanto. Ou seja, se  $H_0$  rejeitada, então o conteúdo do PNLL analisado não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%. O Quadro 4, visto a seguir, resume a condição da  $H_0$  nos 15 testes de hipótese conduzidos no âmbito de cada PNLL.

**Quadro 4** – Condição da  $H_0$  nos PNLLs analisados.

<b>PNLL analisado</b>	<b>A <math>H_0</math> foi rejeitada?</b>
PNLL <sub>ARG1</sub>	Sim
PNLL <sub>ARG2</sub>	Sim
PNLL <sub>BRA</sub>	Sim
PNLL <sub>CHL1</sub>	Sim
PNLL <sub>CHL2</sub>	Sim
PNLL <sub>COL</sub>	Sim
PNLL <sub>SLV</sub>	Sim
PNLL <sub>EQD</sub>	Não
PNLL <sub>HND</sub>	Não
PNLL <sub>NCR</sub>	Sim
PNLL <sub>PNM1</sub>	Sim
PNLL <sub>PNM2</sub>	Não
PNLL <sub>RPD</sub>	Sim
PNLL <sub>URG</sub>	Sim
PNLL <sub>VNZ</sub>	Sim

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Do total de 15 testes conduzidos, 12 apresentaram a  $H_0$  rejeitada e apenas três a não rejeitada. A  $H_0$  rejeitada diz respeito às seguintes políticas públicas: PNLL<sub>ARG1</sub>, PNLL<sub>ARG2</sub>, PNLL<sub>BRA</sub>, PNLL<sub>CHL1</sub>, PNLL<sub>CHL2</sub>, PNLL<sub>COL</sub>, PNLL<sub>SLV</sub>, PNLL<sub>NCR</sub>, PNLL<sub>PNM1</sub>, PNLL<sub>RPD</sub>, PNLL<sub>URG</sub> e PNLL<sub>VNZ</sub>. Em contrapartida, as políticas públicas PNLL<sub>EQD</sub>, PNLL<sub>HND</sub> e PNLL<sub>PNM2</sub> dizem respeito às que tiveram a  $H_0$  não rejeitada. Isso significa que 80% das políticas públicas analisadas têm conteúdo que não se alinha medianamente ao que é proposto pelo ODS 4 da Agenda 2030 em termos de educação de qualidade; mas 20% delas, sim, têm – com a ressalva de que nesses casos em que a  $H_0$  não foi rejeitada, o valor amostral era baixo e, portanto, pouco representativo para culminar na rejeição da  $H_0$ . Sendo assim, isso pode significar que mais de 80% das políticas públicas analisadas têm conteúdo que não se alinha ao que é proposto pelo ODS 4. Desta forma, pode-se inferir, mesmo que de modo cauteloso, que o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

Entretanto, as nuvens de palavras dispostas anteriormente demonstram conteúdos oportunos que podem ser levados em conta para estabelecer ações que contribuam, então, para que as políticas públicas do livro e leitura dos países da América Latina cooperem na efetivação do ODS 4 da Agenda 2030. Cada categoria produziu um conteúdo próprio mediante as URs vinculadas a si. Logo em seguida, o Quadro 5 elenca, categoria por categoria, as ações elaboradas durante a análise de conteúdo. Há categorias em que não se registrou ação alguma devido à inexistência de URs e, portanto, de conteúdo para serem analisados.

**Quadro 5 – Ações nas categorias elaboradas ao longo da análise de conteúdo.**

<b>CATEGORIAS CONVERGENTES COM O ODS 4</b>	
<b>(CTG-01) Aprendizagem significativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Usar o livro didático com o apoio de professores e o uso conjunto com outros livros da biblioteca.</li> <li>↳ Treinar os professores para o uso de materiais virtuais com os alunos ao longo do processo didático</li> </ul>
<b>(CTG-02) Desenvolvimento educativo na infância</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Promover o gosto pela leitura às crianças e aos adolescentes.</li> <li>↳ Habituar o leitor a desenvolver práticas de leitura de textos.</li> <li>↳ Facilitar o acesso dos jovens à leitura.</li> </ul>
<b>(CTG-03) Educação técnica, profissional e superior</b>	↳ Não houve o registro de ações devido à inexistência de conteúdo para ser analisado.
<b>(CTG-04) Habilidades e competências técnicas</b>	↳ Não houve o registro de ações devido à inexistência de conteúdo para ser analisado.
<b>(CTG-05) Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas</b>	↳ Não houve o registro de ações devido à inexistência de conteúdo para ser analisado.

<p><b>(CTG-06) Alfabetização e conhecimento de matemática</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Alavancar a produção de textos no âmbito escolar.</li> </ul>
<p><b>(CTG-07) Desenvolvimento sustentável sistêmico</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Não houve o registro de ações devido à inexistência de conteúdo para ser analisado.</li> </ul>
<p><b>(CTG-08) Instalações físicas para a educação e segurança de gênero</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Não houve o registro de ações devido à inexistência de conteúdo para ser analisado.</li> </ul>
<p><b>(CTG-09) Oferta de bolsas de estudo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Incentivar a pesquisa e a residência literárias.</li> <li>↳ Produzir pesquisas na área literária e desenvolver o intercâmbio literário nacional e internacional.</li> </ul>
<p><b>(CTG-10) Formação e qualificação de professores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Treinar professores para que sejam agentes da formação de leitores.</li> </ul>
<p><b>CATEGORIAS NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b></p>
<p><b>(CTG-11) Desenvolvimento social</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Fomentar a leitura para que as pessoas possam participar na sociedade criticamente.</li> <li>↳ Promover o acesso à informação às pessoas.</li> </ul>
<p><b>(CTG-12) Desenvolvimento em leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Promover ações de leitura na escola a fim de desenvolver habilidades nos alunos como a da escrita.</li> <li>↳ Desenvolver ações que contribuam para construir uma percepção de valorização do livro e da leitura na comunidade escolar.</li> </ul>
<p><b>(CTG-13) Equipamentos de informação, sebos e livrarias</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Fortalecer as bibliotecas como espaços de promoção da leitura.</li> </ul>
<p><b>(CTG-14) Parcerias institucionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Articular bibliotecas e outras instituições em rede com a finalidade de desenvolver a leitura em nível nacional.</li> </ul>
<p><b>(CTG-15) Complexidade na promoção da leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Envolver as famílias no processo de formação de leitores.</li> <li>↳ Promover a leitura nos espaços escolares e não escolares.</li> <li>↳ Desenvolver materiais pedagógicos que atendam ao objetivo de desenvolver a escrita.</li> </ul>
<p><b>(CTG-16) Técnicas e estratégias para a promoção da leitura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Construir instrumentos que possibilitem avaliar o andamento da competência em leitura dos estudantes.</li> <li>↳ Aplicar estratégias de leitura ao longo do ensino dos estudantes.</li> </ul>
<p><b>(CTG-17) Leitura, escrita, oralidade e identidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Realizar eventos, como feiras locais e nacionais, que tenham como objetivo valorizar o suporte livro e a literatura.</li> </ul>
<p><b>(CTG-18) Implementação de políticas públicas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Garantir o acesso ao livro, à leitura e à escrita por meio de políticas públicas de projeção nacional.</li> </ul>
<p><b>(CTG-19) Gestão da educação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Estabelecer projetos educacionais que fortaleçam o ensino em nível nacional.</li> <li>↳ Executar planos que visem à consolidação das práticas de leitura e escrita nacionalmente.</li> </ul>
<p><b>(CTG-20) Capacitação bibliotecária e de outros profissionais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Formalizar os bibliotecários como profissionais de mediação que promovem a leitura.</li> </ul>
<p><b>(CTG-21) Usuários da informação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura.</li> <li>↳ Aperfeiçoar a leitura por meio do uso das bibliotecas e outros equipamentos de informação potenciais.</li> </ul>
<p><b>(CTG-22) Pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Realizar pesquisas na área do livro e leitura.</li> <li>↳ Estudar melhores alternativas para promover a leitura e o livro com base em indicadores nacionais.</li> </ul>
<p><b>(CTG-23) Reconhecimento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura.</li> <li>↳ Valorizar escritores locais e regionais.</li> </ul>
<p><b>(CTG-24) Economia do livro</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Incentivar a produção editorial nos vários formatos no país e fora dele.</li> </ul>

- ↳ Promover a bibliodiversidade.
- ↳ Garantir os direitos autorais das publicações.
- ↳ Capacitar profissionais da economia do livro brasileira.

**Fonte:** Dados da pesquisa do autor.

Assim sendo, essas ações serão enquadradas num esquema de dimensão-critério. Trata-se das dimensões e dos critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura. As ações se vincularão a um dos cinco critérios e logo em seguida a uma das três dimensões de desenvolvimento sustentável, ambos propostos na seção teórica da pesquisa. Isso é fundamental para que se apresente um conjunto de ações para políticas públicas do livro e leitura que contribua para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 nos países da Região Latino-americana do mundo, culminando assim em aproximações com a promoção sustentável da leitura. A subseção seguinte apresenta a proposição.

#### **7.4 Ações para contribuir na efetivação do ODS 4 da Agenda 2030 e na promoção sustentável da leitura: incremento para políticas públicas do livro e leitura latino-americanas**

Levando-se em conta o aspecto teórico desta pesquisa, a dimensão social aborda especificamente os fenômenos relacionados à cidade, à sustentabilidade e ao letramento. Isso ocorreu em decorrência da natureza das ações que estão vinculadas aos critérios Educação para a Cidadania Global, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Letramento para o Desenvolvimento Sustentável.

A Educação para a Cidadania Global contém ações cujo foco está nos seguintes tópicos: desenvolvimento da leitura e seu acesso pelas pessoas; acesso à informação pelas pessoas; valorização da materialidade livro e das práticas sociais de leitura; fortalecimento e articulação das bibliotecas; envolvimento da família na formação de leitores; promoção da leitura além dos muros da escola; elaboração de materiais pedagógicos que contribuam ao processo de letramento dos estudantes; construção de instrumentos que cooperem para avaliar a competência em leitura dos estudantes; implementar estratégias de leitura ao processo de ensino dos estudantes; envolvimento dos profissionais de biblioteconomia como atores fundamentais da promoção da leitura.

O critério Educação para o Desenvolvimento Sustentável, por sua vez, enfoca os seguintes temas: realização de eventos que valorizem a materialidade livro e a leitura; formulação e implementação de políticas públicas do livro e leitura e de políticas educacionais; construção de instrumentos que ajudem a coletar dados sobre a promoção da leitura e realizar estudos na área do livro e leitura; utilização das bibliotecas para desenvolver ações de leitura; avaliação das melhores alternativas para promover o livro e leitura.

Já as ações do critério Letramento para o Desenvolvimento Sustentável têm relação com os seguintes tópicos: uso do livro didático ao longo do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes; treinamento de professores para utilizar recursos virtuais no processo de ensino e aprendizagem e para que sejam promotores da leitura; promoção do gosto pelo hábito de ler; produção de textos no âmbito escolar; promoção de incentivos referentes à literatura; intercâmbio literário nacional e internacional.

Na dimensão cultural, por outro lado, as ações dizem respeito a um cenário que leva em consideração aspectos culturais, por isso o critério Cultura para o Desenvolvimento Sustentável. As ações nesse critério se referem à premiação de práticas sociais de estímulo à leitura e à valorização de escritores locais e regionais.

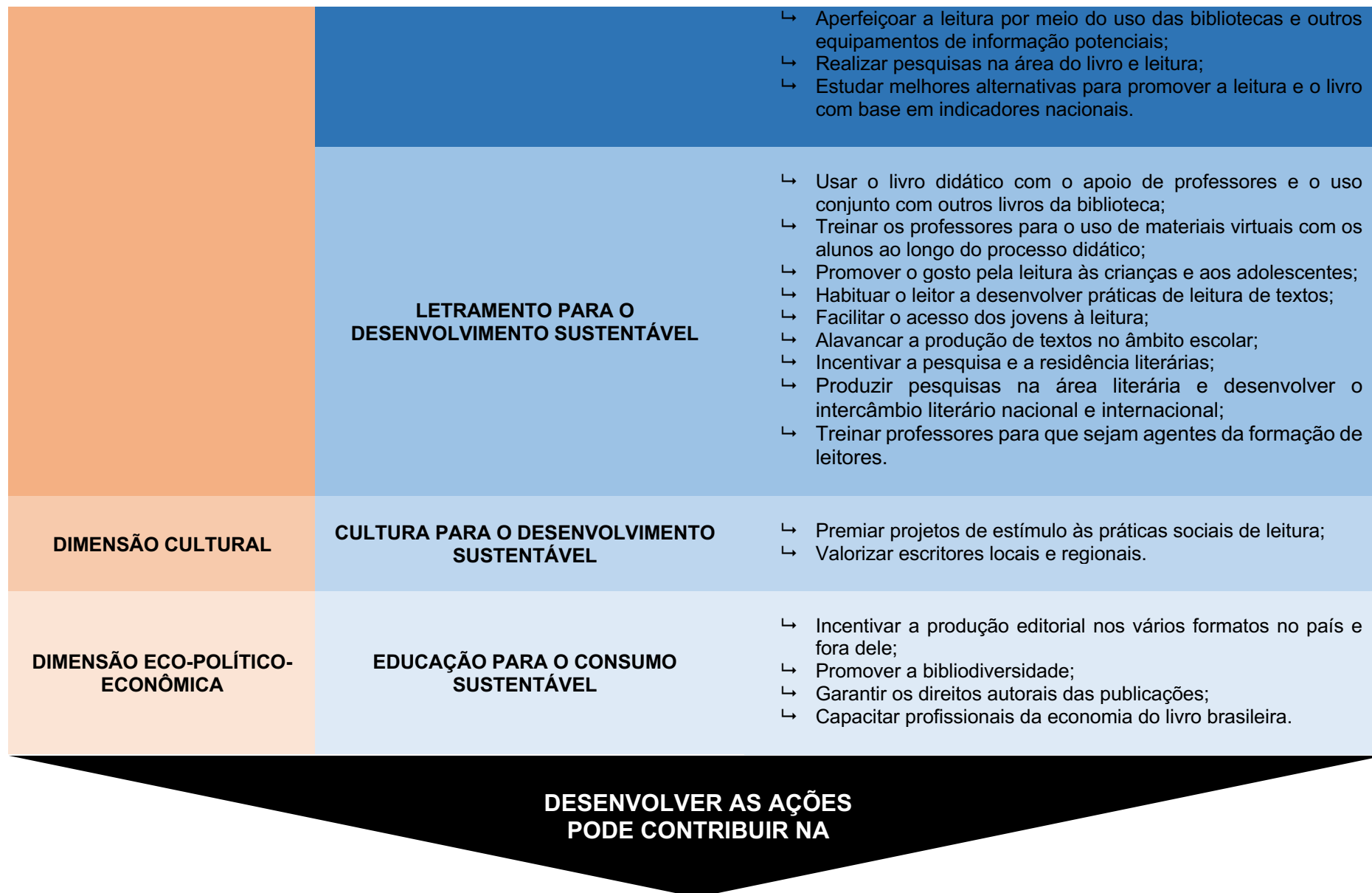
Finalmente, as ações com interface com a economia, política e meio ambiente podem ser vistas no âmbito da dimensão eco-político-econômica, mais pontualmente vinculadas ao critério Educação para o Consumo Sustentável. Nesse sentido, são ações desse critério as com os seguintes focos: incentivo da produção editorial nacional e internacionalmente; promoção da bibliodiversidade; garantia dos direitos autorais das publicações; capacitação dos profissionais que compõem a economia do livro.

Logo em seguida, essas acepções são estruturadas na forma de quadro, que elenca todas as ações relacionadas com as suas respectivas dimensões e critérios de desenvolvimento sustentável para políticas públicas do livro e leitura. Assim, a hipótese que encerra o resultado desta pesquisa está no seguinte: ao se implementar as ações por meio das políticas públicas do livro e leitura nos níveis municipal, estadual e federal de governo, elas contribuirão para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura.

As ações, vinculadas aos seus respectivos critérios e dimensões de desenvolvimento sustentável, são vistas logo em seguida no Quadro 6.

**Quadro 6 – Ações para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 e a promoção sustentável da leitura.**

DIMENSÃO	CRITÉRIO	AÇÕES
DIMENSÃO SOCIAL	<p><b>EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Fomentar a leitura para que as pessoas possam participar na sociedade criticamente;</li> <li>↳ Promover o acesso à informação às pessoas;</li> <li>↳ Promover ações de leitura na escola a fim de desenvolver habilidades nos alunos como a da escrita;</li> <li>↳ Desenvolver ações que contribuam para construir uma percepção de valorização do livro e da leitura na comunidade escolar;</li> <li>↳ Fortalecer as bibliotecas como espaços de promoção da leitura;</li> <li>↳ Articular bibliotecas e outras instituições em rede com a finalidade de desenvolver a leitura em nível nacional;</li> <li>↳ Envolver as famílias no processo de formação de leitores;</li> <li>↳ Promover a leitura nos espaços escolares e não escolares;</li> <li>↳ Desenvolver materiais pedagógicos que atendam ao objetivo de desenvolver a escrita;</li> <li>↳ Construir instrumentos que possibilitem avaliar o andamento da competência em leitura dos estudantes;</li> <li>↳ Aplicar estratégias de leitura ao longo do ensino dos estudantes;</li> <li>↳ Formalizar os bibliotecários como profissionais de mediação que promovem a leitura.</li> </ul>
	<p><b>EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Realizar eventos, como feiras locais e nacionais, que tenham como objetivo valorizar o suporte livro e a literatura;</li> <li>↳ Garantir o acesso ao livro, à leitura e à escrita por meio de políticas públicas de projeção nacional;</li> <li>↳ Estabelecer projetos educacionais que fortaleçam o ensino em nível nacional;</li> <li>↳ Executar planos que visem à consolidação das práticas de leitura e escrita nacionalmente;</li> <li>↳ Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura;</li> </ul>



#### 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos



#### PROMOÇÃO SUSTENTÁVEL DA LEITURA

**Fonte:** Dados da pesquisa do autor.

É provável que o leitor se recorde que o ODS 4 da Agenda 2030 tem como objetivo “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.” (PLATAFORMA AGENDA 2030, 2021), uma ação que requer múltiplos esforços de atores diversos e de naturezas distintas em virtude da complexidade para tanto, sendo os atores governamentais personagens importantes nesse processo.

Secchi (2013) define que os atores governamentais são os políticos (atores que, quando estão investidos de cargos do Poder Legislativo ou Executivo, têm legitimidade para propor políticas públicas que impactam socialmente), os designados politicamente (atores indicados politicamente para assumir vagas de chefia, assessoramento e direção na administração pública), os burocratas (atores que são funcionários públicos que estão em contato direto com quem usufrui das políticas públicas) e os juízes (atores que têm a prerrogativa para interpretar como justa ou injusta a aplicação de uma lei).

Na literatura em língua inglesa, Birkland (2016) chama os atores governamentais de *official actors*, ou atores oficiais em língua portuguesa. Esse estudioso esclarece que os atores desse segmento “[...] estão envolvidos em políticas públicas porque suas responsabilidades são sancionadas por leis ou pela Constituição e, portanto, têm o poder de elaborar e aplicar políticas.”<sup>175</sup> (BIRKLAND, 2016, p. 108, tradução nossa).

É em virtude disso que esta pesquisa tem defendido a abordagem estatista de políticas públicas. Ou seja, defende-se que política pública é o conjunto de ações e proposições oriundas apenas dos atores estatais. Isso tem a sua relevância denotada ao se considerar que as ações propostas por meio destas ações direcionadas à efetivação do ODS 4 da Agenda 2030 e à promoção sustentável da leitura sejam implementadas nos três níveis de governo, a saber: municipal; estadual; federal; dado que os atores governamentais desempenham suas funções no âmbito dessas instâncias.

Como os políticos, os designados politicamente, os burocratas e os juízes se envolvem com o processo das políticas públicas diretamente (BIRKLAND, 2016; SECCHI, 2013), as que se referem à promoção do livro e da leitura não poderiam

---

<sup>175</sup> Texto no original: “[...] official actors are involved in public policy because their responsibilities are sanctioned by laws or the Constitution and they therefore have the power to make and enforce policies.

estar aquém das discussões políticas. Isso porque entendeu-se ao longo deste estudo que as políticas públicas do livro e leitura compreendem a aplicação de medidas no mundo concreto; elas são instrumentos de ação política que visam ao desenvolvimento da cidadania, à formação de leitores, à melhoria da competência escrita, à promoção da inclusão social, ao engajamento econômico do país, à proposição da condição de ser e estar no mundo, à elevação dos níveis educacional e cultural das pessoas, à fortificação do desenvolvimento do setor do livro e ao fortalecimento das identidades territoriais. Portanto, a implementação de políticas públicas dessa natureza tem o potencial para contribuir com a mudança de cenários sociais onde indicadores referentes à educação de qualidade estão abaixo do esperado.

Além disso, a falta de acesso à educação de qualidade pode inviabilizar o que foi compreendido como promoção sustentável da leitura nesta pesquisa. Onde há iniciativas voltadas à educação de qualidade, há aptidão para promover a leitura adequadamente no meio. A razão disso consta no que foi proferido por Demo (1995) ao problematizar os vínculos entre educação e qualidade em sua obra. De modo esclarecedor, o pesquisador explica que “Não há como chegar à qualidade sem educação, bem como não será educação aquela que não se destinar a formar o sujeito histórico crítico e criativo.” (DEMO, 1995, p. 16), um compromisso das ações de promoção da leitura, vale ressaltar. Retomando esse processo, ou seja, a promoção da leitura, ele consiste num conjunto de abordagens teórico-práticas que têm como objetivo formar indivíduos crítico-reflexivos por meio das variadas maneiras de “experienciar” a leitura.

Entretanto, mais além da promoção da leitura, este estudo discorreu especificamente sobre a promoção sustentável da leitura. Na realidade, trata-se de uma abordagem teórica que vincula o ideal da promoção da leitura ao da multidimensionalidade da sustentabilidade, vinculando a primeira à conjuntura social atual, que leva em conta questões sociais contemporâneas como o desenvolvimento sustentável e suas aplicações para os progressos social, econômico e ambiental no planeta.

Sendo assim, a promoção sustentável da leitura se refere a uma abordagem socialmente contextualizada que é parte do cenário da educação de qualidade, visto que ao promover a leitura com estreita relação com as sustentabilidades ambiental,

social, cultural, econômica e política, forma-se sujeitos históricos, críticos, reflexivos e criativos. Deste modo, a promoção sustentável da leitura é um conjunto de práticas necessariamente relacionadas à educação de qualidade: ao se desenvolver a primeira, coloca-se em prática a filosofia da segunda.

Portanto, até este ponto, a seção empírica da pesquisa apresenta como hipótese que a educação de qualidade e a promoção sustentável da leitura podem ser implementadas no meio social caso o conjunto de ações propostas seja desenvolvido nos diferentes níveis de governo (municipal; estadual; federal).

Dando seguimento, vale destacar que, de modo mais abrangente, a promoção da leitura visa à formação de leitores competentes, críticos e reflexivos, sendo que as bibliotecas têm papel fundamental nisso. Essa preocupação pode ser vista nos documentos Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2016) e Manifesto da IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2006), no caso das bibliotecas escolares, e no recém-publicado *IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022* (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2022), no caso das bibliotecas públicas.

Diante disso, questiona-se a relevância da biblioteca no contexto das políticas públicas analisadas nesta pesquisa. Por esse motivo, logo em seguida é apresentada uma nuvem de palavras cuja representação diz respeito a todas as 150 URs dos 15 PNLLs analisados. Objetivou-se com isso fazer inferências unicamente relacionadas ao termo “biblioteca” e/ou “bibliotecas” na perspectiva da promoção sustentável da leitura. A Figura 34 apresenta a nuvem de palavras.



O termo “biblioteca” teve valor frequencial correspondente a 14 no conjunto de palavras e o “bibliotecas”, 20. Portanto, em meio a 3.306 formas únicas de palavras das 150 URs, 34 dizem respeito à instituição Biblioteca.

No contexto das políticas públicas analisadas, é possível perceber que o termo “leitura(s)” é o em maior evidência no conjunto de palavras; ele correspondeu a 105 ocorrências. Assim sendo, pode-se inferir que as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas têm objetivos que evidenciam a leitura e sua promoção, porém não há termos que representem a sustentabilidade no conjunto de palavras da nuvem. Isso pode suscitar a inferência de que as políticas públicas do livro e leitura analisadas não têm condições de que as suas ações – caracterizadas como objetivos ao longo dos documentos – vão no sentido da(s) sustentabilidade(s). Logo, pensar os PNLLs como sendo ferramentas para desenvolver a promoção sustentável da leitura parece ser improvável por ora.

Resgatar o conceito “políticas públicas do livro e leitura”, proposto na seção teórica dois desta pesquisa, é muito válido neste ponto da investigação. Se o leitor se recorda, pontuou-se nessa seção que as políticas públicas do livro e leitura anseiam o desenvolvimento da cidadania, a formação de leitores, a melhoria da competência escrita, a promoção da inclusão social, o engajamento do país economicamente, a proposição de condições de ser e estar no mundo de modos distintos, a elevação dos níveis educacional e cultural das pessoas, a fortificação do desenvolvimento do setor do livro e o fortalecimento das identidades territoriais.

Diante disso, vale estabelecer a seguinte colocação: para todos esses anseios que constam no conceito “políticas públicas do livro e leitura”, a biblioteca pode ser um instrumento que contribui para tanto. Ou seja, ela pode funcionar como espaço que fundamentalmente coopera para desenvolver a cidadania, formar leitores, melhorar a competência escrita, promover a inclusão social, engajar o país economicamente, proporcionar a condição de ser e estar no mundo de modos distintos, elevar os níveis educacional e cultural das pessoas, fortificar o desenvolvimento do setor do livro e fortalecer identidades territoriais. Deste modo, é desejável que as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas necessariamente abordem as bibliotecas como espaços onde a promoção sustentável da leitura seja desenvolvida permanentemente.

Logo, a seção empírica da pesquisa finda com esta outra hipótese: as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas não necessariamente consideram as bibliotecas para promover a leitura, sequer a abordagem sustentável de promoção da leitura.

A seguir, relevantes instantes da pesquisa são retomados na seção “Considerações finais”, que apresenta a conclusão da investigação e alguns impactos decorrentes da sua produção.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção encaminha as considerações finais do estudo desenvolvido. Remontando brevemente a Introdução, observa-se que o objetivo da pesquisa consistiu em apresentar ações que contribuam para efetivar o ODS 4 da Agenda 2030 por meio das políticas públicas do livro e leitura e da promoção da leitura nos países latino-americanos. Assim sendo, atingiu-se tal ambição. Para tal êxito, algumas ações específicas foram fundamentais.

A primeira delas correspondeu à necessidade de determinar o eixo temático em que esta pesquisa se assenta. Após ter realizado uma RSL, apurou-se cinco eixos temáticos na pesquisa em políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação no Brasil. Assim, constatou-se que este estudo se enquadra no eixo “Desenvolvimento sustentável no âmbito das políticas públicas do livro e leitura”, um dentre os cinco averiguados.

Ao se trabalhar com as pesquisas da revisão sistemática, verificou-se junto aos trabalhos recuperados a ausência de um conceito para o termo “políticas públicas do livro e leitura”. Desta maneira, tornou-se elementar o compromisso de introduzir tal conceito, a fim de que os demais pressupostos da pesquisa pudessem ser atingidos.

Entendeu-se que as políticas públicas do livro e leitura compreendem a aplicação de medidas no mundo concreto, enquanto instrumentos de ação política, que visam ao seguinte: desenvolver a cidadania; formar leitores; melhorar a competência escrita; promover a inclusão social; engajar o país economicamente; proporcionar a condição de ser e estar no mundo de modos distintos; elevar os níveis educacional e cultural das pessoas; fortificar o desenvolvimento do setor do livro e fortalecer identidades territoriais. Isso por meio do acesso aos livros, físicos e digitais, valendo-se das distintas tipologias de biblioteca e demais espaços educacionais e culturais de socialização para tanto, objetivando que leitores, ao serem estimulados de maneira apropriada, sejam formados efetivamente. Assim, as políticas públicas dessa natureza representam um conjunto de documentos compreendidos como instrumentos políticos que visam à resolução dos problemas públicos no mundo concreto ligados às áreas da educação e da cultura, cujo enfoque está, sobretudo, na ampla promoção da leitura.

Feito isso, elaborou-se o conjunto dos “Critérios de Desenvolvimento Sustentável para Políticas Públicas do Livro e Leitura”. Ele foi formulado com base no conceito de políticas públicas do livro e leitura desenvolvido. Os critérios estabelecidos foram os seguintes: Educação para o consumo sustentável; Educação para a cidadania global; Cultura para o desenvolvimento sustentável; Educação para o desenvolvimento sustentável; Letramento para o desenvolvimento sustentável. Subsequentemente, explanou-se a maneira como eles confluem com as metas do conceito de políticas públicas do livro e leitura, e assim partiu-se à demonstração de uma possível compreensão acerca da “promoção sustentável da leitura”, noção amparada pelo ODS 4 da Agenda 2030 e pela confluência entre o conceito de políticas públicas do livro e leitura e os critérios de desenvolvimento sustentável.

Portanto, compreendeu-se que a promoção sustentável da leitura consiste num conjunto de abordagens teórico-práticas que têm como objetivo formar indivíduos crítico-reflexivos por meio das variadas maneiras de “experenciar” a leitura ao se evidenciar, durante as práticas de leitura, o compromisso com a aplicação de ações que assegurem e reflitam as sustentabilidades ambiental, social, cultural, econômica e política em práticas de promoção da leitura.

Os dados quantitativos da pesquisa demonstram que é provável que mais de 80% das políticas públicas analisadas têm conteúdo que não se alinha ao que é proposto pelo ODS 4. Assim, tendo feito ressalvas referentes ao valor amostral de alguns dos documentos analisados, considerou-se que o conteúdo das políticas públicas do livro e leitura de países da América Latina não se vincula às metas do ODS 4 da Agenda 2030 ao percentual mínimo de 50%.

Por outro lado, os dados qualitativos da pesquisa, oriundos das nuvens de palavras, revelam conteúdos oportunos que podem ser levados em conta para estabelecer ações que contribuam, então, para que as políticas públicas do livro e leitura dos países da América Latina cooperem na efetivação do ODS 4 da Agenda 2030. Ainda, o termo “biblioteca” esteve sub-representado no conjunto de 3.306 formas únicas de palavras das 150 URs. Desta forma, em razão do maior número de ocorrências ser o do termo “leitura”, compreendeu-se que as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas têm objetivos que evidenciam, portanto, a leitura e sua promoção. E não há termos no conjunto das 3.306 palavras que representem a sustentabilidade.

A pesquisa é encerrada com duas hipóteses: a) a educação de qualidade e a promoção sustentável da leitura podem ser implementadas no meio social caso o conjunto de ações propostas sejam desenvolvidas nos diferentes níveis de governo (municipal; estadual; federal); b) as políticas públicas do livro e leitura latino-americanas não necessariamente consideram as bibliotecas para promover a leitura, sequer a abordagem sustentável de promoção da leitura.

Logo, duas sugestões para estudos futuros, partindo do resultado desta pesquisa, são apresentadas. Primeiro, há a que se refere a apresentar uma proposta de implementação das ações sugeridas no conjunto de ações desta pesquisa para que chefes do Poder Executivo ou atores relevantes dos governos dos níveis municipal, estadual e federal se conscientizem a respeito de quais ações eles podem discutir e implementar para contribuir com a consecução do ODS 4 da Agenda 2030 no seu município, estado ou país. A segunda sugestão é a de que se analise políticas públicas do livro e leitura latino-americanas com o objetivo de se verificar em que medida seu conteúdo se vincula às facetas da multidimensionalidade da sustentabilidade e como as bibliotecas são percebidas nesse contexto.

Por fim, esta pesquisa tem como conclusão que as políticas públicas do livro e leitura são instrumentos políticos viáveis para garantir o acesso à educação de qualidade e à promoção sustentável da leitura, quanto mais ao se desenvolver ações oportunas nos vulneráveis contextos sociais latino-americanos em que o ODS 4 da Agenda 2030 deve ser mais bem implementado para efetivar mudanças concretas.

Pondera-se que o resultado do estudo tenha **impacto social**, pois, apenas no Brasil, segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, de 2020 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020), o índice de leitores nas regiões varia entre 7% e 42%. Isso quer dizer que nem 50% da população de cada estado brasileiro pode ser considerada leitora, lembrando que a pesquisa considera leitor o sujeito que leu ao menos um livro inteiro ou em partes nos últimos três meses. Diante desses dados, é possível inferir que as discussões sobre políticas públicas do livro e leitura são fundamentais e urgentes atualmente no país.

O resultado ainda pode contribuir para que municípios, estados e federação brasileiros proponham políticas públicas de promoção da leitura que impactem no desenvolvimento das pessoas mais imediatamente e, de modo mediato, na elevação

dos índices referentes aos desenvolvimentos humano e econômico, visto que, no caso do último, uma nação de leitores tem a sua faceta de desdobramentos econômicos.

Da mesma forma, o resultado do estudo implica em **impacto econômico**, pois as reflexões feitas ao longo das seções vão além das questões puramente sociais. O desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade são tópicos de discussão que atravessam as distintas pastas, políticas, programas, governos e propostas de desenvolvimento nacional. Sendo assim, o resultado deste estudo também contribui para evidenciar que a promoção da leitura tem um fator econômico, ligado principalmente à formação de leitores, que influencia no desenvolvimento da mão de obra qualificada do país e na concessão do direito básico e humano de acesso à leitura, e ao enredo econômico da promoção da leitura, que envolve diretamente o segmento econômico chamado 'economia do livro'.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Atores, recursos e interesses na formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *In*: SILVA, M. A. R.; ALMEIDA, L. A. **Sociedade, políticas públicas e desenvolvimento: pluralidade e diálogos possíveis**. Palmas: EDUFT, 2020. p. 26-43. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/2446/1/Sociedade%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20e%20desenvolvimento.pdf#page=26>. Acesso em: 08 out. 2021.

AMADO, J.; COSTA, A. P.; CRUSOÉ, N. A técnica de Análise de Conteúdo. *In*: AMADO, J. (Coord.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 301-351.

AMARAL, A. E. 1000 anos antes de Gutenberg. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 2, p. 84-93, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/69761>. Acesso em: 10 out. 2021.

ARGENTINA. Ministerio de Educación. **Resolución Ministerial nº 707/2008, de 17 de junho de 2008**. Plan Lectura: Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura. Buenos Aires: 2007. Disponível em: <http://planlectura.educ.ar/wp-content/uploads/2014/06/RESOL1044.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

ÁVILA, D. A.; RIBEIRO, P. R. C.; HENNING, P. C. Notas de uma discursividade em ação: gênero, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7., 2018, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível: <https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/images/arquivo/166.pdf>. Acesso: 06 mar. 2022.

BAMBERGER, R. **La promoción de la lectura**. Barcelona: Ediciones de Promoción Cultural; Paris: UNESCO, 1975.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento sustentável. *In*: BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). **Sobre a BRAPCI**, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BERTELSMANN STIFTUNG AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK. **Sustainable Development Report 2019: transformations to achieve the Sustainable Development Goals**. Bertelsmann Stiftung: Gütersloh, 2019. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019\\_sustainable\\_development\\_report.pdf](https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019_sustainable_development_report.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

BIRKLAND T. A. Official actors and their roles in public policy. *In*: BIRKLAND T. A. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. New York: Routledge, 2016. p. 108-151.

BOEREN, E. Understanding Sustainable Development Goal (SDG) 4 “quality education” from micro, meso and macro perspectives. **Internation Review of Education**, v. 65, p. 277-294, 2019. DOI: 10.1007/s11159-019-09772-7. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11159-019-09772-7>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOMENY, H. Leitura no Brasil, leitura do Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, [s. l.], n. 60, 2009, p. 11-32. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1619>. Acesso em: 23 ago. 2021.

BORMUTH, J. R. Reading literacy: its definition and assessment. **Reading Research Quarterly**, Newark, v. 9, n. 1, p. 7-66, 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/747227?seq=1>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BÓS, A. J. G. **Epi Info sem mistérios**: um manual prático. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BOS, M. S. *et al.* **PISA**: Latin America and the Caribbean: basic facts about PISA. [S. l.]: IDB; CIMA: 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/publication/17196/latin-america-and-caribbean-pisa-2015-basic-facts-about-pisa>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado\\_EC%20112.pdf](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20112.pdf). Acesso em: 30 out. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.696, de 12 de julho de 2018. **Institui a Política Nacional do Livro e Escrita**, 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm). Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília: 2006.

BRIZOLA, J.; FANTIN, N. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale dos Arinos**, Juara, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738>. Acesso em: 31 jul. 2021.

BUENDÍA, M. Os desafios da leitura. *In*: BRITO, L. *et al.*. **Os desafios da leitura. Desafios para Moçambique, 2010**. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2009. p. 257-271. Disponível em:

[https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE\\_Des2010.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf). Acesso em: 08 mar. 2022.

BUFREM, L. S.; COSTA, F. D. O.; GABRIEL JÚNIOR, R. F.; PINTO, J. S. P. Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/35867>. Acesso em: 01 ago. 2021.

CAMILLO, E. S. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas**: foco no ODS 4 da Agenda 2030. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191535>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CAMILLO, E. S. **Políticas públicas do livro e leitura nos meandros da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)**: reflexões sobre novos horizontes para promover o livro, a leitura e as bibliotecas. 2020b. 17 slides. Disponível em: 10.13140/RG.2.2.33516.69760. Acesso em: 27 out. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019a, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019a. p. 1-9. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1034/495>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás? **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 1-23, 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e68384/43015>. Acesso em: 09 maio 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/156416>. Acesso em: 20 fev. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2020c. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/138095>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 340-358, 2019b. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1337/1189>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.; SILVA, B. D. O. A PNLE frente ao documento “Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas”:

análise e considerações. *In*: SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. (org.). **Perspectivas em mediação no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Abecin Editora, 2020. p. 141-167. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/32>. Acesso em: 03 abr. 2021.

CAPRA, F. Crise e transformação. *In*: CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 2012. p. 21-47.

CARVALHO, P. G. M.; BARCELLOS, F. C. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: uma avaliação crítica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94600.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

CASTAGNA, A. A. *et al.* Letramento, desenvolvimento local e sustentabilidade. **Revista Semioses**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 89-98, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229104266.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

CASTRO FILHO, C. M. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: uma leitura de política pública na clave da biblioteca escolar. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 355–372, 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i3.8650931. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650931>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em: 19 fev. 2020.

CENTRO DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CODS). **Índice ODS 2019 para América Latina y el Caribe**. Bogotá: Centro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible para América Latina y el Caribe, 2020. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019\\_lac\\_sdg\\_index.pdf](https://s3.amazonaws.com/sustainabledevelopment.report/2019/2019_lac_sdg_index.pdf). Acesso em: 06 out. 2021.

CENTRO DE LOS OBJETIVOS DE DESARROLLO SOSTENIBLE PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CODS). **Tablero de desempeño**, 2021. Disponível em: <https://cods.uniandes.edu.co/datos-interactivos/>. Acesso em: 06 out. 2021.

CENTRO REGIONAL PARA O FOMENTO DO LIVRO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CERLALC). **Planes y políticas**, [2021]. Disponível em: <https://cerlalc.org/legislation/?area-trabajo=lectura-y-bibliotecas&content-name=Planes%20y%20Polit%C3%ADcas&a=Leitura%20e%20bibliotecas>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CERETTA, M. G. Competencias en información en el marco del Plan Nacional de Lectura de Uruguay: acciones para la inclusión social. **Revista Ibero-Americana de**

**Ciência da Informação**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 40-53, 2015. DOI: 10.26512/rici.v8.n1.2015.1893. Acesso em: 14 jun. 2021.

CERETTA SORIA, M. G. C. **La promoción de la lectura y la alfabetización en información**: pautas generales para la construcción de un modelo de formación de usuarios de la información en el marco del Plan Nacional de Lectura de Uruguay. 2010. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3101141>. Acesso em: 02 abr. 2022.

CÉSAR, F. I. G. **Ferramentas básicas da qualidade**: instrumentos para gerenciamento de processo e melhoria contínua. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2011.

CHILE. Consejo Nacional de la Lectura y las Artes. Consejo Nacional del Libro e la Lectura. **Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020**. Santiago: Consejo Nacional de la Lectura y las Artes; Consejo Nacional del Libro e la Lectura, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.gob.cl/wp-content/uploads/2014/08/politica-libro-lectura-2015-2020.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2021.

CHILE. Ministerio de Educación. **Plan de Lectura “Leo Primero”**, 2019. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/01/165\\_Plan\\_Leo\\_Primer\\_Chile.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/01/165_Plan_Leo_Primer_Chile.pdf). Acesso em: 07 mar. 2021.

CHOWDHURY, G. How digital information services can reduce greenhouse gas emissions. **Online Information Review**, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 489-506, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/14684521211254022/full/html>. Acesso em: 10 out. 2021.

COLOMBIA. Ministerio de Cultura. Leer es mi Cuento: Plan Nacional de Lectura y Escritura. **Que es Leer es mi Cuento?**, 2018. Disponível em: <http://www.mincultura.gov.co/leer-es-mi-cuento/Paginas/leer-es-mi-cuento.aspx>. Acesso em: 07 mar. 2021.

COLOMBIA. Ministerio de Cultura. **Plan Nacional de Lectura y Escritura “Leer es mi Cuento”**. 2012. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/33\\_Plan\\_Lectura\\_Cultura\\_Colombia.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/33_Plan_Lectura_Cultura_Colombia.pdf). Acesso em: 07 jul. 2019.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2018**. Santiago: Naciones Unidas, 2018. Disponível em: [http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44445/4/S1800772\\_mu.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44445/4/S1800772_mu.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

COMO FAZER revisão sistemática - Prof. Dr. Fátima Nunes (USP). [S.l.: s.n.], 2015. 1 vídeo (2h04min). Publicado pelo canal LARP MAE/USP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wgaw97mTKWM>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CORDEIRO, M. B. S. Políticas públicas de fomento à leitura no Brasil: uma análise (1930-2014). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/WbBCbJNVTSp4jqT8P4T5c9f/?lang=pt>. Acesso em: 23 ago. 2021.

COROLÁRIO. *In*: **Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011. p. 256.

CORREIA, M. L. A.; DIAS, E. R. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 8, p. 63-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/download/2412/maryn8.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

COSTA, R. C.; SILVA, R.; VILAÇA, M. L. C. A evolução e revolução da escrita: um estudo comparativo. **Cadernos do CNFL**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 121-129, 2013. Disponível: [http://www.filologia.org.br/xvii\\_cnlf/cnlf/11/CadCNLF\\_XVII\\_11.pdf#page=121](http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/11/CadCNLF_XVII_11.pdf#page=121). Acesso em: 04 out. 2021.

COSTA RICA. Ministerio de Educación Pública. **Plan de Seguimiento de la Política Nacional de Lectura y Escritura**. [S. l.]: Ministerio de Educación Pública, 2014.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1995.

ECUADOR. Ministerio de Cultura y Patrimonio. **Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura “José de Cuadra”**. 2017. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/42\\_Plan\\_Nacional\\_Lectura\\_Ecuador-1.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/42_Plan_Nacional_Lectura_Ecuador-1.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

EL SALVADOR. Secretaría de Cultura de la Presidencia. **Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”**. [S. l.]: [S. n.], 2017.

FARIAS, F. G. A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 78-97, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245232.78-97>. Acesso em: 07 out. 2020.

FARIAS, L. C. **Educação para sustentabilidade em administração**: uma análise das concepções de estudantes da UFPB. 89 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9384?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9384?locale=pt_BR). Acesso em: 14 jul. 2021.

FIALHO, R. G. M.; CUNHA, E. V. Sustentabilidade e afeto: a dimensão afetiva da sustentabilidade na família. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 313-333, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2555/1589>. Acesso em: 25 mar. 2022.

FLÔRES, O. C. A inter-relação leitura & escrita: o papel do conhecimento prévio e das estratégias leitoras. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 41, n. esp., p. 42-52, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/7324>. Acesso em: 01 out. 2021.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FORO NACIONAL DE LECTURA. **Plan Nacional de Lectura en Panamá**. [S. l.]: [S. n.], 2008.

FRATESCHI, Y. Participação social institucionalizada para a democratização da democracia. **Dois Pontos**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 3-14, out. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/48007>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 27. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). **Censo do livro digital**. 2016. 13 slides. Disponível em: <https://snel.org.br/wp/wp-content/uploads/2018/02/Apresentacao-Censo-do-Livro-Digital.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 6, p. 15-29, 2005. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/842>. Acesso em: 03 out. 2021.

GADOTTI, M. Reorienting education practices towards sustainability. **Journal of Education for Sustainable Development**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 203-211, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/097340821000400207>. Acesso em: 14 jul. 2021.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, set./fev. 2020. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 31 jul. 2021.

GASPARI, E. Políticas públicas e intencionalidade. In: CHRISPINO, A. **Introdução ao estudo das políticas públicas**: uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 15-56.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-17, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/500/50050107.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GONÇALVES, R. B. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolas da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). **Biblos**, Rio Grande, v. 20, p. 245-256, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/735/226>. Acesso: 07 out. 2020.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/pqNtQNWnT6B98Lgjpc5YsHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2021.

HONDURAS. Dirección Ejecutiva de Cultura y Artes. **Plan de Formación en Promoción de la Lectura en Honduras “Tiempo de Leer”**. [S. l.]: Dirección Ejecutiva de Cultura y Artes, [2016].

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **O que é**, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 01 ago. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Programa Queimadas. **Relatório diário automático**. São José dos Campos: INPE, 2021. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/cadastro/v1/relatorio-diario-automatico/relatorio-diario-automatico.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 4. ed. [S. l.]: [S. n.], 2016. 142 slides. Disponível em: [http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_-\\_2015.pdf](http://prolivro2-org-br.umbler.net/wp-content/uploads/2020/07/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf). Acesso em: 03 set. 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 5. ed. [S. l.]: [S. n.], 2020. 152 slides. Disponível em: [https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a\\_edicao\\_Retratos\\_da\\_Leitura\\_no\\_Brasil\\_IPL-compactado.pdf](https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf). Acesso em: 24 set. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. [S. l.]: [S. n.], 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA-UNESCO Public Library Manifesto 2022**. [S. l.]: [S. n.], 2022. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/2006/1/IFLA-UNESCO%20Public%20Library%20Manifesto%202022.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. [S. l.]: [S. n.], 2002. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, mar. 2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/533>. Acesso em: 30 out. 2021.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 152-163, set. 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95155>. Acesso em: 08 out. 2020.

JIMÉNEZ MARTÍNEZ, L. La animación a la lectura en las bibliotecas... La construcción de un camino hacia la lectura. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n. 103, p. 59-78, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4471440.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

KELMAN, C. A.; AMPARO, M. Sociedade, educação e cultura. *In*: MACIEL, D. A.; BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. p. 16-59.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

LAURINDO, R. O resultado dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 16, n. 87, p. 63-72, 2016. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed87/pdfs/160616\\_revista\\_desafios\\_87.pdf](https://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/ed87/pdfs/160616_revista_desafios_87.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L. V. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63208>. Acesso em: 15 ago. 2021.

LOPES, T. F. S. **O papel do poder judiciário no ciclo de políticas públicas**: um estudo de caso sobre o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho do TST. 2020. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Instituto Brasiliense de Direito Público, Escola de Direito e Administração Pública, Brasília, 2020. Disponível em: [https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/3001/1/TCC\\_Tatiane%20de%20Fatima%20Silva%20Lopes\\_ADMINISTRA%c3%87%c3%83O%20P%c3%9aBLICA.pdf](https://repositorio.idp.edu.br/bitstream/123456789/3001/1/TCC_Tatiane%20de%20Fatima%20Silva%20Lopes_ADMINISTRA%c3%87%c3%83O%20P%c3%9aBLICA.pdf). Acesso em: 08 out. 2021.

LOWI, T. **Arenas of power**. Bolder: Paradigm Publishers, 2009.

MANEIA, A.; CARMO, W.; KROHLING, A. Meio ambiente e cidadania: uma perspectiva sobre o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 18, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reget/article/view/11261>. Acesso em: 14 set. 2021.

MANTOVANELI JÚNIOR, O.; SAMPAIO, C. A. C. Sustentabilidade política e administrativa: contribuições para a reformulação da agenda para o

ecodesenvolvimento. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 3-21, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/20/10>. Acesso em: 24 mar. 2022.

MARSULO, T. M. **O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas**: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/139451>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 18, p. 51-61, maio/set. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920/39642>. Acesso em: 30 set. 2021.

MARTINS, C. W. S.; SILVA, I. G. A dimensão político-ideológica da Política Nacional de Leitura: o Plano Nacional do Livro e Leitura do Brasil. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 245-255, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/40009/20656>. Acesso em: 08 out. 2020.

MARTINS, R. N.; NUNES, F. A sustentabilidade cultural no âmbito das políticas de desenvolvimento sustentável da União Europeia: o papel da cultura nas distinções da capital ver europeia. *In*: PINA, H.; REMOALDO, P.; RAMOS, C. (Eds.). **The overarching issues of the European space**: rethinking socioeconomic and environmental problems, repositioning territorial development policies. Porto: FLUP, 2016. p. 252-263. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/104208>. Acesso em: 19 set. 2021.

MASSAD, E. *et al.* **Métodos quantitativos em medicina**. Barueri: Manole, 2004.

MCLUHAN, H. M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1964.

MELLO, M. R. G. *et al.* Usuários da informação como fim em bibliotecas universitárias: uma análise a partir da Teoria Crítica em Adorno e Horkheimer. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 141-147, jul./set. 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/107784/61851>. Acesso em: 27 set. 2021.

MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A. O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE. **Revista P2P e Inovação**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 88-103, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/122870>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MILARÉ, E. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 8. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 9-29.

MONTECINOS, E. E. M. Límites del enfoque de las políticas públicas para definir un “problema público”. **Cuadernos de Administración**, Bogotá, v. 20, n. 33, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=20503314>. Acesso em: 05 dez. 2020.

MORALES, O. A.; RINCÓN GARCIA, A. G.; TONA ROMERO, J. Consideraciones pedagógicas para la promoción de la lectura dentro y fuera de la escuela. **Revista de Teoría y Didáctica de las Ciencias Sociales**, Mérida, n. 10, p. 195-218, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/652/65201011.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 82. ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MULTI. *In*: **Dicionário Priberam**, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/multi>. Acesso em: 08 out. 2021.

NADAL, K. *et al.* Políticas públicas ambientais: uma revisão sistemática. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, Aracaju, v. 12, n. 1, p. 680-690, 2021. Disponível em: <http://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2021.001.0054/2491>. Acesso em: 08 out. 2021.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yJnRYLWXSwyxqggqDWy8gct/?lang=pt>. Acesso em: 05 jun. 2021.

NICARAGUA. Consejo Nacional del Libro y la Lectura. **Plan Estratégico Nacional del Libro y la Lectura**. [S. l.]: Consejo Nacional del Libro y la Lectura, 2005.

OFICINA REGIONAL DE EDUCACIÓN PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (OREALC). **Declaración de Buenos Aires**. Santiago: UNESCO, 2017. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/10/20-Declaraci%C3%B3n-de-Buenos-Aires\\_2017.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2019/10/20-Declaraci%C3%B3n-de-Buenos-Aires_2017.pdf). Acesso em: 20 fev. 2021.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). **PISA 2018 Results**: combined executive summaries. [S. l.]: OCDE, 2019. Disponível em: [https://www.oecd.org/pisa/Combined\\_Executive\\_Summaries\\_PISA\\_2018.pdf](https://www.oecd.org/pisa/Combined_Executive_Summaries_PISA_2018.pdf). Acesso em: 16 mar. 2021.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OCDE). Organisation for Economic Co-operation and Development. **What is PISA?**, 2021. Disponível em: <http://www.ocde.org/pisa/>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ONU, 1992. Disponível: [https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/cap01.pdf](https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap01.pdf). Acesso em: 04 nov. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Sustentável do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf). Acesso em: 04 nov. 2021.

PANAMÁ. Ministerio de Educación. **Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura**. Ministerio de Educación: Cidade do Panamá, [2013]. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/51\\_Plan\\_Nacional\\_Promoci%C3%B3n\\_Lectura\\_Escritura\\_Panam%C3%A1-1.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/51_Plan_Nacional_Promoci%C3%B3n_Lectura_Escritura_Panam%C3%A1-1.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

PARAGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. **Plan Nacional de Lectura “Ñandepotyjera haña, en el Paraguay, leemos”**. 2013. Disponível em: [https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/52\\_Plan\\_Nacional\\_Lectura\\_Paraguay-1.pdf](https://cerlalc.org/wp-content/uploads/2018/09/52_Plan_Nacional_Lectura_Paraguay-1.pdf). Acesso em: 08 mar. 2021.

PEIXOTO, L. A. G. Abordagens e perspectivas de participação social no monitoramento de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 2, p. 403-410, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/4317>. Acesso em: 22 nov. 2020.

PELLENZ, J. L. V. **Eficiência nas emissões de gás carbônico nos países desenvolvidos e em desenvolvimento**. 2019. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21159/DIS\\_PPGED\\_2019\\_PELLENZ\\_JESSICA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/21159/DIS_PPGED_2019_PELLENZ_JESSICA.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 04 nov. 2021.

PETIT, M. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A. A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais** [...]. Marília: UNESP, 2017. p. 1-21. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125204>. Acesso em: 07 out. 2020.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social**: o processo de construção do PMLLB de São Paulo. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/pt-br.php>. Acesso em: 15 ago. 2021.

PINTO, M. G. L. C. A leitura e a escrita: um processo conjunto assente numa inevitável cumplicidade. **Letras de hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 116-126, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fale/article/view/11883>. Acesso em: 01 out. 2021.

PLAN NACIONAL DE LA LECTURA DESDE LAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE NICARÁGUA. **Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua**. [S. l.]: [S. n.], 2005.

PLATAFORMA AGENDA 2030. **Objetivo 4**: Educação de Qualidade, 2021. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PLURI. *In*: **Dicionário Priberam**, 2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/pluri>. Acesso em: 08 out. 2021.

PORTELA, E. N.; SANTANA, I. P. C. A leitura como prática social e aquisição da cultura na escola. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 25-48, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/136/225>. Acesso em: 30 set. 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNDU); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivo 4**: Educação de qualidade. **Plataforma Agenda 2030**, [201-]. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/4/>. Acesso em: 01 out. 2020.

QUEIROZ NETO, E.; MEDEIROS, J. V. F. G. Economia solidária como política pública: um olhar para ampliação e consolidação da agricultura familiar. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 15, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/797/598>. Acesso em: 08 out. 2021.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269>. Acesso em: 31 jul. 2021.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Instituto Autónomo Centro Nacional del Libro. **Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell”**. [S. l.]: Instituto Autónomo Centro Nacional del Libro, 2018.

REPÚBLICA DOMINICANA. Ministerio de Cultura. **Plan Nacional del Libro y la Lectura**. Santo Domingo: Dirección General del Libro y Lectura, 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RIZVI, S. Z.; SHAFI, S. M.; KHAN, N. A. Environmental concerns in the knowledge industry: literature review. **Library Review**, [S. l.], v. 61, n. 7, p. 526-537, 2012. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00242531211288263/full/html>. Acesso em: 10 out. 2021.

RODRIGUES, I. N. Desenvolvimento sustentável. In: RECH, A. U.; BUTZKE, A.; GULLO, M. C. **Direito, economia e meio ambiente: olhares de diversos pesquisadores**. Caxias do Sul: Educs, 2012. p. 149-172. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO\\_ECONOMICA\\_MEIO\\_EDUCS\\_EBOOK.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/DIREITO_ECONOMICA_MEIO_EDUCS_EBOOK.pdf). Acesso em: 04 jun. 2021.

ROORDA, N.; CORCORAN, P. B.; WEAKLAND, J. P. **Fundamentals of sustainable development**. 2. ed. New York: Routledge, 2017.

SÁ, P.; MARTINS, I. Ciência, cidadania e desenvolvimento sustentável: concepções de professores do primeiro ciclo. **Enseñanza de las ciencias**, Barcelona, n. extra, p. 1-5, 2005. Disponível em: <https://ddd.uab.cat/record/76366?ln=ca>. Acesso em: 15 set. 2021.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1842-1861. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1324/1529](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1324/1529). Acesso em 16 out. 2020.

SALA, F. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil: das iniciativas federais à implementação municipal**. 2018. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154102>. Acesso em: 23 ago. 2021.

SALCIOTTO, T. L. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 2/3, p. 122-132, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21295>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, H. C. C. *et al.* Educação para a sustentabilidade: um olhar para o futuro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 20., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo,

2018. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/20/anais/arquivos/169.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006.

SCHLEICHER, A. **PISA 2018**: insights and interpretations. [S.l.]: OCDE, 2019. Disponível em: <http://www.ocde.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SCHÜTZ, G. E. *et al.* A agenda da sustentabilidade global e sua pauta oficial: uma análise crítica na perspectiva da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1407-1418, 2012. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2012.v17n6/1407-1418/pt>. Acesso em: 04 nov. 2021.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERPI, A. B. **Desaparecidos do Estado Democrático de Direito**: políticas públicas e subjetividade. Orientador: Odair Furtado. 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17084>. Acesso em: 11 out. 2021.

SERRA, E. D. Políticas de promoção da leitura. *In*: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. São Paulo: Global, 2003. p. 65-85.

SERRÃO, M.; ALMEIDA, A.; CERESTIATO, A. **Sustentabilidade**: uma questão de todos nós. São Paulo: Editora Senac, 2020. *E-book*.

SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C.; NOGUEIRA, C. R. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 20-46, abr. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86157>. Acesso em: 07 out. 2020.

SILVA, R. C. *et al.* Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-48, set./dez. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1238/1149>. Acesso em: 08 mar. 2021.

SILVA, R. L. N. Políticas públicas e administração democrática. **Sequência**, Florianópolis, n. 64, p.57-84, jul. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n64p57>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, S. C. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 658-675, jan./jun.

2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/71800>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SILVEIRA, J. P. B.; CAMILLO, E. S. Contribuições da biblioteca escolar para a Agenda 2030: evidenciando possíveis práticas no escopo da educação ambiental. *In*: SILVA, E. V.; ALVES, A. P. M.; CAMILLO, E. S.; ZRRIEL, M. C. S. (Orgs.). **Bonitezas da biblioteca escolar**: um guia para boas práticas. Belo Horizonte: KMA, 2021. p. 93-116. Disponível em: <https://nersi.eci.ufmg.br/livros/bonitezas-da-biblioteca-escolar/>. Acesso em: 06 abr. 2022.

SOARES, B. E. C.; NAVARRO, M. A.; FERREIRA, A. P. Desenvolvimento sustentado e consciência ambiental: natureza, sociedade e racionalidade. **Ciências & Cognição**, [S. l.], v. 2, p. 42-49, 2004. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/29/22>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 25, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

SOUSA, A. P. A escrita e as novas formas de comunicação. As políticas de leitura e o “desenvolvimento sustentável”. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 1, n. 49/50, p. 5-12, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15205>. Acesso em: 26 set. 2021.

SOUSA, L. L. *et al.* A economia do livro no Brasil: produção e consumo sustentáveis. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 170-183, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/849/658>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUZA, A. M. **Prova de qui-quadrado**. [201-]. 37 slides. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/adriano/aulas/qq/pqq.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18743>. Acesso em: 31 out. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SOUZA, M. T. S.; MACCARI, E. A.; VICENTE, I. Impacto ambiental da tecnologia da informação. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 31-41, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rai/article/view/79030/83102>. Acesso em: 10 out. 2021.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT WORKING GROUP. **Sustainable Development Brief** 8<sup>th</sup>, 2013. Disponível em:

[https://www.sprep.org/attachments/sids/23\\_culture%20sdwg%20brief.pdf](https://www.sprep.org/attachments/sids/23_culture%20sdwg%20brief.pdf). Acesso em: 05 mar. 2022.

TAGLIAPIETRA, O. M.; CARNIATTO, I. A interdisciplinaridade na educação ambiental como instrumento para a consolidação do desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 75-90, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/9353/7068>. Acesso em: 06 mar. 2022.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. [S. l.]: [S. n.], 2002. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acesso em: 18 fev. 2021.

TIETJE, L. Why bother teaching public policy analysis. **Journal for the Advancement of Educational Research International**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=public+policy&id=EJ1209445>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TUNMISE, A. T. T.; ABIMBOLA, A. A. Implementation of sustainable development: the impact of social sustainability. In: INTERNATIONAL PROCEEDINGS OF CHEMICAL, BIOLOGICAL AND ENVIRONMENTAL ENGINEERING, 2016, [s. l.]. **Proceedings** [...]. [S. l.]: [S. n.]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Tunmise-Ayodele/publication/305331714\\_IMPLEMENTATION\\_OF\\_SUSTAINABLE\\_DEVELOPMENT\\_THE\\_IMPACT\\_OF\\_SOCIAL\\_SUSTAINABILITY/links/579cfff08ae5d5e1e14c0a5/IMPLEMENTATION-OF-SUSTAINABLE-DEVELOPMENT-THE-IMPACT-OF-SOCIAL-SUSTAINABILITY.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Tunmise-Ayodele/publication/305331714_IMPLEMENTATION_OF_SUSTAINABLE_DEVELOPMENT_THE_IMPACT_OF_SOCIAL_SUSTAINABILITY/links/579cfff08ae5d5e1e14c0a5/IMPLEMENTATION-OF-SUSTAINABLE-DEVELOPMENT-THE-IMPACT-OF-SOCIAL-SUSTAINABILITY.pdf). Acesso em: 11 jul. 2021.

UNITED NATION EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Culture for sustainable development**, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/culture-sustainable-development>. Acesso em: 22 set. 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Education and the search for a sustainable future**. [S. l.]: UNESCO, 2009. Disponível em: [http://www.albacharia.ma/xmlui/bitstream/handle/123456789/30795/0552Education\\_and\\_the\\_search\\_for\\_a\\_sustainable\\_future\\_%282009%29e.pdf?sequence=1](http://www.albacharia.ma/xmlui/bitstream/handle/123456789/30795/0552Education_and_the_search_for_a_sustainable_future_%282009%29e.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 jul. 2021.

UNITED NATIONS. Meetings Coverage and Press Releases. **Literacy is at the heart of Sustainable Development**, 2005. Disponível em: <https://www.un.org/press/en/2005/sgsm10065.doc.htm#:~:text=Experience%20and%20research%20show%20that,environment%20and%20promoting%20democratic%20participation>. Acesso em: 10 mar. 2022.

URUGUAY. Ministerio de Educación y Cultura. Dirección de Educación. **Plan Nacional de Lectura**. 2018. Disponível em: <https://plandelectura.mec.gub.uy/innovaportal/v/34683/44/mecweb/objetivos?3colid=34671& breadid=34671>. Acesso em: 08 mar. 2021.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

VOYANT TOOLS. Voyant Tools Help. **Cirrus**, 2022. Disponível em: <https://voyant-tools.org/docs/#!/guide/mandala>. Acesso em: 17 fev. 2022.

WEBB, S. *et al.* Lifelong learning for quality education: exploring the neglected aspect of sustainable development goal 4. **International Journal of Lifelong Education**, v. 36, n. 5, p. 509-511, dec. 2017. DOI: 10.1080/02601370.2017.1398489. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02601370.2017.1398489>. Acesso em: 05 nov. 2021.

WERKEMA, C. **Ferramentas estatísticas básicas do Lean Seis Sigma integradas ao PDCA e DMAIC**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WIDIATI, I.; JUANDI, D. Philosophy of mathematics education for sustainable development. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MATHEMATICS AND SCIENCE EDUCATION, 18., Bandung, 2018. **Proceedings** [...]. Bandung: Universitas Pendidikan Indonesia, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331679163\\_Philosophy\\_of\\_mathematics\\_education\\_for\\_sustainable\\_development](https://www.researchgate.net/publication/331679163_Philosophy_of_mathematics_education_for_sustainable_development). Acesso em: 10 mar. 2022.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report of the World Commission on Environment and Development**: our common future. Oxford University Press: Oxford, 1987.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

A Revisão Sistemática da Literatura (RSL) conduzida foi estruturada com base em três momentos, sendo eles os seguintes: (a) Planejamento; (b) Condução; e (c) Extração dos dados.

### **1 PLANEJAMENTO**

O planejamento da RSL é composto de 19 itens.

#### **1.1 Qual é o objetivo da revisão sistemática de literatura?**

Analisar a produção científica sobre políticas públicas do livro e leitura na Ciência da Informação, no Brasil, nos últimos 20 anos.

#### **1.2 Quais questões se deseja responder?**

- Quem são os autores do estudo?
- Qual é a quantidade de estudo por tipo de documento?
- O que os estudos propõem como objetivo?
- Quais são os métodos de pesquisa utilizados nos estudos?
- Quais são os resultados obtidos com o estudo?
- O que os estudos concluem?

#### **1.3 Qual é a intervenção de observação?**

- Autoria.
- Canal de publicação.
- Ano de publicação.
- Tipos de publicação.
- Objetivo do estudo.
- Método utilizado no estudo.
- Resultado obtido com o estudo.
- Conclusão do estudo.

## 1.4 Qual é o grupo de controle?

O grupo de controle consiste no conjunto de documentos que fornece os termos sinônimos de um termo principal. Os sinônimos são usados com a finalidade de montar distintas estratégias de busca para serem empregadas no momento da condução da RSL.

Neste conjunto em específico, há trabalhos recuperados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Eles foram obtidos por meio de uma busca exploratória realizada nesse canal com a inserção das palavras-chave “políticas públicas” e “leitura”, intermediadas pelo operador booleano *AND*, buscando no campo “Título”. Um termo por campo. Não houve quaisquer outros filtros aplicados.

Em seguida, as pesquisas de mestrado e doutorado no quadro abaixo foram selecionadas aleatoriamente com base no título, independentemente da área de concentração onde foram defendidas. Tal ação objetivou a compilação de termos sinônimos ao de “políticas públicas do livro e leitura”. Isso foi importante para que as estratégias de busca adotadas na RSL, montadas com o termo principal e seus sinônimos, possibilitassem a recuperação exaustiva de trabalhos na temática de políticas públicas do livro e leitura, contudo apenas na área de Ciência da Informação.

<b>Base de dados:</b> BDTD
<b>Estratégia de busca:</b> ((Título=(“políticas públicas”) <i>AND</i> Título=(leitura))
<b>Data da busca:</b> 27/09/2020
AVILA, Keissiane Michelotti Geittenes de. <b>A ideologia do capital nas políticas públicas de incentivo à leitura:</b> uma análise da política de incentivo à leitura do município de Francisco Beltrão - PR (2005-2015). 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2016. Disponível em: <a href="http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/985">http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/985</a> . Acesso em: 27 set. 2020.
BRETAS, Maria Luiza Batista. <b>Políticas de fomento à leitura:</b> perspectivas e desafios em diferentes contextos. 2009. 224 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: <a href="http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2844/1/Políticas%20de%20fomento%20a%20leitura.pdf">http://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tde/2844/1/Políticas%20de%20fomento%20a%20leitura.pdf</a> . Acesso em: 27 set. 2020.
BUFALO, Katia Silva. <b>Políticas públicas para a leitura:</b> a mercantilização da educação. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018. Disponível em: <a href="http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?down=vtls000218311">http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?down=vtls000218311</a> . Acesso em: 27 set. 2020.

CAMILLO, Everton da Silva. **Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas:** foco no ODS 4 da Agenda 2030. Orientador: Claudio Marcondes de Castro Filho. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191535>. Acesso em: 05 set. 2020.

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento à leitura:** agenda governamental, política nacional e práticas locais. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/8248>. Acesso em: 27 set. 2020.

PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social:** o processo de construção do PMLLLB de São Paulo. Orientador: Marco Antônio de Almeida. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-10052017-091316/publico/RICARDOQUEIROZPINHEIROVC.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

SALA, F. **Políticas públicas do livro, leitura e biblioteca escolar no Brasil:** das iniciativas federais à implementação municipal. Orientador: Silvio César Nunes Militão. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154102/sala\\_f\\_me\\_prud.pdf?sequence=3&isAllOwed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154102/sala_f_me_prud.pdf?sequence=3&isAllOwed=y). Acesso em: 27 set. 2020.

SOUZA, Ingobert Vargas de. **Políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil:** acervos para os anos iniciais do ensino fundamental. 2015. 190 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158837>. Acesso em: 16 out. 2020.

## 1.5 Qual é a população em foco?

Estudos científicos sobre políticas públicas do livro e leitura publicados na área de Ciência da Informação no Brasil nos últimos 20 anos.

## 1.6 Quais são os resultados esperados?

Obter um panorama dos objetivos propostos em pesquisas científicas sobre políticas públicas do livro e leitura no Brasil, assim como constatar quais resultados têm sido produzidos em investigações nessa temática na Ciência da Informação.

## 1.7 Qual é a serventia da aplicação?

Evidenciar os eixos temáticos em que as pesquisas sobre políticas públicas do livro e leitura, na Ciência da Informação, no Brasil, são publicadas.

### 1.8 Quais são as fontes de informação pré-selecionadas?

<b>Bases de dados eletrônicas</b>	<b>Link</b>
Base de Dados Referencial de Artigos de Periódico em Ciência da Informação (BRAPCI)	<a href="http://brapci.inf.br/index.php/res/">http://brapci.inf.br/index.php/res/</a>
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	<a href="https://bdtd.ibict.br/vufind/">https://bdtd.ibict.br/vufind/</a>

### 1.9 Quais são as fontes de informação definitivas?

Todas as fontes apresentadas no item 1.8.

### 1.10 Se alguma fonte de informação foi excluída, justifique.

Nenhuma fonte de informação foi excluída. Tanto a BRAPCI quanto a BDTD são pertinentes ao objetivo desta RSL.

### 1.11 Em qual idioma as buscas serão conduzidas nas fontes?

Em língua portuguesa.

### 1.12 Quais são as palavras-chave adotadas nas buscas?

As palavras-chave são oriundas dos registros do grupo de controle. Elas são as seguintes:

- Leitura.
- Livros e leitura.
- Políticas públicas.
- Políticas de leitura.
- Políticas públicas de leitura.
- Política do livro e leitura.
- Política do livro e da leitura.
- Políticas públicas para o livro e a leitura.

### **1.13 Os trabalhos serão previamente selecionados amparados na leitura de quais seções da pesquisa científica recuperada?**

- Os trabalhos serão selecionados com base na leitura do título, do resumo em português e das palavras-chave, ponderando se a temática das políticas públicas do livro e leitura está no centro da discussão. A seguir, os trabalhos selecionados com bases nesses elementos serão submetidos ao critério de qualidade.

### **1.14 Qual é o critério de qualidade para que os estudos científicos recuperados sejam selecionados definitivamente?**

- (a) Os trabalhos serão selecionados desde que as políticas públicas do livro e leitura, em seus vários aspectos, estejam no centro da discussão no estudo.
- (b) Os trabalhos serão selecionados desde que integrem a literatura da Ciência da Informação especificamente (ex.: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Ciência da Informação; artigos publicados em periódicos da Ciência da Informação; trabalhos apresentados em eventos da Ciência da Informação).

### **1.15 Quais são os critérios de inclusão?**

- (a) Pesquisa científica que seja tese, dissertação, artigo científico ou trabalho de evento.
- (b) Pesquisa científica em outro idioma publicada no Brasil.
- (c) Pesquisa científica publicada entre o ano 2000 e o 2020.
- (d) Pesquisa científica atende aos critérios de qualidade.

### **1.16 Quais são os critérios de exclusão?**

- (a) Pesquisa científica não trata de políticas públicas do livro e leitura no Brasil.
- (b) Pesquisa científica indisponível na *web*.
- (c) Publicação que não corresponde a um estudo científico completo.

### **1.17 Quais são as estratégias de seleção dos dados?**

#### BDTD:

- As buscas serão avançadas. As estratégias serão montadas com o operador *booleano AND*. Serão adicionados campos de busca de modo que haja uma palavra-chave por campo. As buscas ocorrerão no campo de metadados “Título”. Os trabalhos científicos selecionados corresponderão apenas a programas de pós-graduação em Ciência da Informação. Serão selecionadas teses e dissertações escritas unicamente em língua portuguesa.

#### BRAPCI:

- As buscas serão simples. Não haverá a aplicação de operadores booleanos. Isso se deve ao fato desta base de dados não dispor de campos de metadados para serem adicionados, o que impossibilita adicionar e cruzar campos de metadado. As buscas serão feitas com o campo “Todos” ativado. Isso oportuniza recuperar trabalhos cujo termo pesquisado esteja ou no campo “Autores”, ou no “Título”, ou no “Palavras-chave”, ou no “Resumo” ou no “Texto completo”.

### **1.18 Os dados serão extraídos com base na leitura de quais seções dos trabalhos recuperados e incluídos na RSL?**

- Os dados serão extraídos da leitura das seções de introdução, metodologia, resultados e considerações finais dos trabalhos recuperados.

### **1.19 Qual é o critério de validade metodológica?**

- Aplicar o método de pesquisa Análise de Conteúdo, em específico sua técnica de análise categorial, que auxiliará na classificação dos estudos recuperados por meio da análise do objetivo de cada trabalho, previamente registrado no

formulário de extração de dados – um por estudo pertinente – localizado na seção 3 deste protocolo.

## 2 CONDUÇÃO

As buscas foram realizadas na BRAPCI e na BDTD em língua portuguesa com as palavras-chave vistas na subseção 1.12. Os trabalhos recuperados foram submetidos aos critérios de qualidade, inclusão e exclusão dispostos respectivamente nas subseções 1.14, 1.15 e 1.16 da seção “Planejamento”.

### 2.1 Buscas na BRAPCI

Nesta subseção consta o registro das nove buscas realizadas na fonte BRAPCI. Retornaram 18 estudos científicos pertinentes e inéditos nas buscas.

#### 2.1.1 Busca #1

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=(“políticas públicas para o livro e a leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2005
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	0
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim ( ) Não

#### 2.1.2 Busca #2

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura

<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=("políticas públicas para o livro e a leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2006-2010
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	1
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim (X) Não

### 2.1.3 Busca #3

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=("políticas públicas para o livro e a leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2011-2015
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	1
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim (X) Não

### 2.1.4 Busca #4

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=("políticas públicas para o livro e a leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2016-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	17
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	8
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.1.5 Busca #5

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas de leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=(“políticas públicas de leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2010
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	6
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	2
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.1.6 Busca #6

<b>Data da busca</b>	03/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas de leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=(“políticas públicas de leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2011-2016
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	13
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	4
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.1.7 Busca #7

<b>Data da busca</b>	04/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas de leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=(“políticas públicas de leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2017-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	30

<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)		2
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não	

### 2.1.8 Busca #8

<b>Data da busca</b>	04/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Política do livro e leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=("política do livro e leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	32
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	2
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.1.9 Busca #9

<b>Data da busca</b>	04/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas de leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Todos=("políticas de leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	112
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim ( ) Não

## 2.2 Buscas na BDTD

Nesta subseção consta o registro das cinco buscas realizadas na fonte BDTD. Retornaram três estudos científicos pertinentes e inéditos nas buscas.

### 2.2.1 Busca #1

<b>Data da busca</b>	04/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas; Livros e leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Título=("políticas públicas") AND Título=("livros e leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	7
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	2
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.2.2 Busca #2

<b>Data da busca</b>	05/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas; Leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Título=("políticas públicas") AND Título=(leitura))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	27
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	1
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	(X) Sim ( ) Não

### 2.2.3 Busca #3

<b>Data da busca</b>	07/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas de leitura; Política do livro e leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Título=("política de leitura") OR Título=("política do livro e leitura"))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b>	18

(Total retornado na busca)		
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)		0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim ( ) Não	

#### 2.2.4 Busca #4

<b>Data da busca</b>	07/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas de leitura; Política do livro e leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Título=(“políticas públicas de leitura”) OR Título=(“política do livro e da leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	6
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim ( ) Não

#### 2.2.5 Busca #5

<b>Data da busca</b>	07/08/2021
<b>Palavra(s)-chave</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura
<b>Estratégia de busca</b>	(Título=(“políticas públicas para o livro e a leitura”))
<b>Intervalo temporal</b>	2000-2020
<b>Quantidade de trabalhos relevantes retornados</b> (Total retornado na busca)	1
<b>Quantidade de trabalhos pertinentes retornados e inéditos por busca</b> (Total obtido com base na aplicação do critério de seleção)	0
<b>Atende ao critério de qualidade?</b>	( ) Sim ( ) Não

### 2.3 Quais são os trabalhos pertinentes retornados e concomitantemente aprovados no critério de qualidade?

#	Trabalhos pertinentes, inéditos por busca e aprovados no critério de qualidade
	Estratégia de busca (BRAPCI): ( <i>Todos=("políticas públicas para o livro e a leitura")</i> )
	Busca #4: 8 trabalhos
[1]	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás? <b>Encontros Bibli</b> , Florianópolis, v. 25, p. 1-23, 2020.
[2]	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. <b>Informação &amp; Informação</b> , Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020.
[3]	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. <b>Revista ACB</b> , Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2020.
[4]	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, v. 15, p. 340-358, 2019.
[5]	MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A. O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE. <b>Revista P2P e Inovação</b> , Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 88-103, 2019.
[6]	PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A. A participação social na construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca de São Paulo. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. <b>Anais [...]</b> . Marília: UNESP, 2017. p. 1-21.
[7]	SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. <b>Anais [...]</b> . Londrina: UEL, 2018. p. 1842-1861.
[8]	SILVA, R. C. <i>et al.</i> Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-48, set./dez. 2019.
	Estratégia de busca (BRAPCI): ( <i>Todos=("políticas públicas de leitura")</i> )
	Busca #5: 2 trabalhos
[9]	GONÇALVES, R. B. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). <b>Biblos</b> , Rio Grande, v. 20, p. 245-256, 2007.
[10]	LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L. V. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal "Prof. Ernesto Manoel Zink". <b>Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins</b> , Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2000.
	Estratégia de busca (BRAPCI): ( <i>Todos=("políticas públicas de leitura")</i> )
	Busca #6: 4 trabalhos

[11]	CERETTA, M. G. Competencias em información en el marco del Plan Nacional de Lectura de Uruguay: acciones para la inclusión social. <b>Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação</b> , Brasília, v. 8, n. 1, p. 40-53, jan./jul. 2015.
[12]	SALCIOTTO, T. L. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). <b>Ciência da Informação</b> , Brasília, v. 41, n. 2/3, p. 122-132, 2012.
[13]	SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C. R.; NOGUEIRA, C. R. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. <b>Ponto de Acesso</b> , Salvador, v. 6, n. 3, p. 20-46, abr. 2012.
[14]	SILVA, S. C. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos. <b>Revista ACB</b> , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 658-675, jan./jun. 2013.
Estratégia de busca (BRAPCI): ( <i>Todos</i> =( <i>"políticas públicas de leitura"</i> ))	
Busca #7: 2 trabalhos	
[15]	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. <b>Anais</b> [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-9.
[16]	FARIAS, F. R. A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise. <b>Em Questão</b> , Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 78-97, maio/ago. 2017.
Estratégia de busca (BRAPCI): ( <i>Todos</i> =( <i>"política do livro e leitura"</i> ))	
Busca #8: 2 trabalhos	
[17]	MARTINS, C. W. S.; SILVA, I. G. A dimensão político-ideológica da política nacional de leitura: o plano nacional do livro e leitura no Brasil. <b>Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia</b> , João Pessoa, v. 13, n. 1, 2018.
[18]	JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de Salvador. <b>Liinc em revista</b> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2006.
Estratégia de busca (BDTD): ( <i>Título</i> =( <i>"políticas públicas"</i> ) AND <i>Título</i> =( <i>"livros e leitura"</i> ))	
Busca #1: 2 trabalhos	
[19]	CAMILLO, E. S. <b>Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030</b> . 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.
[20]	MARSULO, T. M. <b>O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)</b> . 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.
Estratégia de busca (BDTD): ( <i>Título</i> =( <i>"políticas públicas"</i> ) AND <i>Título</i> =( <i>leitura</i> ))	
Busca #2: 1 trabalho	

[21] PINHEIRO, R. Q. **Política pública de leitura e participação social:** o processo de construção do PMLLLB de São Paulo. 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

*2.3.1 Quais são os trabalhos pertinentes retornados e concomitantemente aprovados no critério de qualidade que foram incluídos e excluídos da RSL?*

#	Crítérios de inclusão atendidos	Crítérios de exclusão atendidos	Status
[1]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[2]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[3]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[4]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[5]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[6]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[7]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[8]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[9]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[10]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[11]	(a)(b)(c)(d)	(b)	<b>Excluído</b>
[12]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[13]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[14]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[15]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[16]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[17]	(a)(b)(c)	(c)	<b>Excluído</b>
[18]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[19]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[20]	(a)(b)(c)	---	Incluído
[21]	(a)(b)(c)	---	Incluído
Total de trabalhos incluídos na RSL: 19		Total de trabalhos excluídos da RSL: 2	

### 3 EXTRAÇÃO DOS DADOS

Os dados foram extraídos dos trabalhos pertinentes selecionados que receberam o *status* de “Incluído”. A extração foi feita com base na observação dos itens dispostos no elemento 1.3 da seção “Planejamento”, a fim de responder às questões do elemento 1.2 dessa mesma seção. Tais informações foram utilizadas na composição da síntese de revisão.

#### 3.1 Trabalhos publicados entre o ano 2000 e o 2005

Houve o registro de 1 trabalho pertinente publicado entre o ano 2000 e o 2005.

##### 3.1.1 Trabalho #1

<b>Referência</b>	LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L. V. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”. <b>Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins</b> , Campinas, v. 1, n. 3, p. 1-30, 2000.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #5
<b>Título do trabalho</b>	A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink”
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	LEITE, S. A. S.; SCHMIDT, L.
<b>Canal de publicação</b>	Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins
<b>Ano de publicação</b>	2000
<b>Objetivo do estudo</b>	Investigar se a Biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink” tem representado uma possibilidade de inserção no mundo da escrita, um ambiente de letramento, para os moradores de Campinas, tendo em vista um projeto político de investimento em leitura.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Chamaram à atenção a falta de clareza que os estudantes e funcionários da biblioteca têm com relação à função social dessa. Percebeu-se que esses atores não percebem o alcance social e cultural das práticas da biblioteca, e, por conseguinte, as práticas de formação de leitores e de ampliação das condições de letramento dos que já leem deixam de ser uma preocupação. Ainda, mediante os dados obtidos, percebeu-se demandas para que a Secretaria Municipal de Educação do município de Campinas realize projetos que visem à democratização da leitura.
<b>Conclusão do estudo</b>	Seção não existente.

### 3.2 Trabalhos publicados entre o ano 2006 e o 2010

Houve o registro de 2 trabalhos pertinentes publicados entre o ano 2006 e o 2010.

#### 3.2.1 Trabalho #1

<b>Referência</b>	JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. S. Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de salvador. <b>Liinc em revista</b> , Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2006.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #8
<b>Título do trabalho</b>	Políticas públicas para o livro e a leitura e sua influência na indústria editorial de salvador
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; BARROS, S. S.
<b>Canal de publicação</b>	Liinc em Revista
<b>Ano de publicação</b>	2006
<b>Objetivo do estudo</b>	Identificar e analisar as políticas nacionais e locais de promoção do livro e de incentivo à leitura, fixadas pelos vários níveis de governo, e seus reflexos na indústria editorial de Salvador.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Em Salvador, 46,66% das editoras têm até 5 anos de fundação; 26,66%, de 15 a 35 anos de atividade. Mais de 60% das editoras que participaram da pesquisa deseja atingir o público em geral, no entanto apresentam linhas editoriais definidas que podem incorrer na expansão do público-alvo. Mais de 26% das editoras publicam apenas autores baianos. O montante de 60% das editoras trabalha com a modalidade da participação financeira do autor, alegando que necessitam obter lucros. A modalidade de coedição é realizada por 66,66% das editoras participantes do estudo. Apenas 6% das editoras pesquisadas possuem parque gráfico. Estima-se que 40% das editoras tenham publicado até 10 títulos ao longo dos seus anos de existência, e 46,66%, até 5. E 40% delas trabalham com o modelo de negócio de tiragem entre 500 e 1000 exemplares. Os entrevistados, da Câmara Baiana do Livro, acreditam que as consequências da desoneração fiscal serão a retomada de investimentos por parte das editoras e livrarias e a redução do preço dos livros, isso se houver mais engajamento sistêmico para tanto.
<b>Conclusão do estudo</b>	O estudo concluiu que há a necessidade de se implementação de políticas públicas que estimulem iniciativas e investimentos na indústria editorial.

### 3.2.2 Trabalho #2

<b>Referência</b>	GONÇALVES, R. B. Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003). <b>Biblos</b> , Rio Grande, v. 20, p. 245-256, 2007.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #5
<b>Título do trabalho</b>	Incentivo à leitura nas bibliotecas escolares da rede pública municipal de Pelotas e a inexistência de políticas públicas sistematizadas (1987-2003)
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	GONÇALVES, R. B.
<b>Canal de publicação</b>	Biblos
<b>Ano de publicação</b>	2007
<b>Objetivo do estudo</b>	Investigar a existência de uma política sistematizada de incentivo à leitura na rede pública municipal de ensino de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre os anos 1987 e 2003.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Em alguns trechos dos documentos coletados, foi percebido aspectos da concepção sociopolítica da leitura, entendida como uma ação para a libertação. Entretanto, alguns professores, ao definirem a leitura no documento, acabam por apresentar uma visão salvacionista do ato de ler, como se ele fosse a única alternativa para melhorar a vida dos indivíduos. Além disso, percebeu-se em alguns excertos a influência das concepções estruturalista (expressão verbal e melhoria do vocabulário e linguagem escrita) e sociopolítica (realizar uma leitura de mundo) da leitura. Constatou-se que nos documentos emitidos pelas escolas atividades como “hora do conto” e/ou “hora da leitura” apareceram em 40 dos 80 documentos emitidos. No entanto, na maioria das vezes essas atividades eram apenas indicadas, sem serem descritos seus objetivos, metodologia e método de avaliação.
<b>Conclusão do estudo</b>	Não houve uma política sistematizada de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação de Pelotas no período estudado. As fontes levaram a constatar que, apesar de não haver registros de ações específicas de incentivo à leitura por parte da Secretaria Municipal de Educação, houve sim um movimento nesse sentido em algumas escolas da rede pública municipal. As fontes possibilitaram se deparar com uma realidade de bibliotecas escolares carentes de recursos humanos, de espaço físico adequado e de recursos materiais. Alguns professores tinham consciência de suas limitações no incentivo à leitura, por isso sugeriram tanto a contratação de pessoal específico para atuar nas bibliotecas escolares quanto o oferecimento de cursos de formação específica nessa área de atuação. Considerou-se ser urgente a necessidade de educadores, bibliotecários e gestores juntarem-se para pensar e discutir a questão da leitura e da biblioteca no contexto escolar, a fim de motivar e formar professores leitores e alunos leitores,

de modo que a situação, constatada no final do século XX, não se perpetue nos anos que seguem.

### 3.3 Trabalhos publicados entre o ano 2011 e o 2015

Houve o registro de três trabalhos pertinentes publicados entre o ano 2011 e o 2015.

#### 3.3.1 Trabalho #1

<b>Referência</b>	SALCIOTTO, T. L. Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). <b>Ciência da Informação</b> , Brasília, v. 41, n. 2/3, p. 122-132, 2012.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #6
<b>Título do trabalho</b>	Programa Nacional de Biblioteca da Escola: políticas públicas de leitura a partir da avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	SALCIOTTO, T. L.
<b>Canal de publicação</b>	Ciência da Informação
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Objetivo do estudo</b>	Avaliar aspectos do PNBE a partir da atuação do TCU.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	O TCU iniciou o trabalho de auditoria do PNBE em 2001. Para esse órgão, o PNBE é um programa voltado à leitura. O trabalho do TCU abarca os anos de 2002 a 2010, quase a totalidade do programa. O documento de 2002 avalia o programa desde a sua criação, em 1997. Em 2003, o TCU divulgou o primeiro monitoramento do programa depois de realizada a auditoria. No ano seguinte, 2004, foi divulgado o segundo monitoramento. Em 2005, contudo, foi divulgado o último monitoramento do PNBE. Pode-se considerar que a preocupação do TCU é avaliar de que forma o dinheiro público vem sendo aplicado pelos gestores do Ministério da Educação (MEC) para garantir a qualidade do projeto para benefício de cada aluno da rede pública de ensino, visando a implementação de uma política pública com qualidade. O TCU apontou que o PNBE apresenta algumas dificuldades, como a falta de capacitação de professores, inadequação dos livros às necessidades dos alunos no tocante à quantidade de exemplares, ausência de espaço físico para o acervo, carência de responsáveis pela biblioteca e falta de divulgação do programa. De modo geral, o documento aponta muitos problemas que revelam aspectos graves que impedem a concretização plena da política pública de leitura para as escolas brasileiras a que o PNBE se propõe.

<b>Conclusão do estudo</b>	A articulação entre os vários gestores e a sociedade civil precisa ser aprimorada no Brasil. Um aspecto que visualizamos para que ocorra essa articulação é que, ao pensarmos na implementação de políticas públicas, é importante se ater à realidade dos municípios e propor políticas em conjunto, para assim criar projetos mais eficazes, sem duplicidade e que atendam à população.
----------------------------	---

### 3.3.2 Trabalho #2

<b>Referência</b>	SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C. R.; NOGUEIRA, C. R. Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil. <b>Ponto de Acesso</b> , Salvador, v. 6, n. 3, p. 20-46, abr. 2012.
<b>Fonte de informação   N° da busca</b>	BRAPCI   Busca #6
<b>Título do trabalho</b>	Políticas públicas para a leitura no Brasil: implicações sobre a leitura infantil
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	SILVA, M. B.; BERNARDINO, M. C. R.; NOGUEIRA, C. R.
<b>Canal de publicação</b>	Ponto de Acesso
<b>Ano de publicação</b>	2012
<b>Objetivo do estudo</b>	Pesquisar as políticas públicas de incentivo à leitura no Brasil e, especificamente, mapear as principais pesquisas, traçando um paralelo entre ações e projetos do governo e ações isoladas de terceiros.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Monográfico.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Constatou-se a existência de algumas instituições e ações voltadas ao incentivo à leitura no Brasil. Elas são: 1) Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), fundada em 1968, cujo objetivo era promover a leitura literária e divulgar o livro de literatura infantil e juvenil de qualidade, sendo seu público-alvo as crianças, jovens, professores, bibliotecários e interessados na promoção da leitura; 2) Proclamação do Ano Internacional do Livro, de 1972, cujo objetivo era promover a leitura e era endereçada a todos os povos. Foi publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); 3) Associação Internacional de Leitura, fundada em 1979. Seu objetivo era promover a leitura e o público-alvo era pessoas interessadas na área da leitura; 4) Associação de Leitura no Brasil (ALB), fundada em 1981, tinha como objetivo ser um espaço privilegiado de análise e crítica das condições de leitura no país e lugar de luta efetiva do exercício da cidadania pela maioria excluída. Tinha como público-alvo os pesquisadores, professores de todos os níveis, estudantes universitários, bibliotecários, jornalistas, editores, livreiros, historiadores, dentre outros profissionais; 5) Congresso de Leitura do Brasil (COLE), fundado em 1980, cujo objetivo é promover um espaço privilegiado de análise crítica das condições de leitura e da escrita e possibilitar o usufruto da produção cultural e intelectual existente e produzida no país. Além disso, objetiva criar

condições para realização crítica de propostas de superação das exíguas condições de leitura e escrita em nosso país no âmbito das ações micropolíticas e macropolíticas. O público-alvo era profissionais da área da educação, de instituições públicas e privadas; 6) Câmara Brasileira do Livro (CBL), fundada em 1946. Objetivou promover a indústria e o comércio do livro e defender os interesses de seus associados. Desenvolve uma série de atividades e eventos para difundir a produção editorial brasileira e promove cursos de treinamento e atualização para professores, bibliotecários e pesquisadores da área. Influi nas políticas públicas de fomento à leitura e no aumento da eficiência e na capacitação tecnológica do setor. Seu público-alvo eram os editores, livreiros, distribuidores, profissionais de venda, professores, bibliotecários e pesquisadores. Percebe-se, assim, que desde a década de 1968, várias instituições vêm desenvolvendo projetos ou ações que são desenvolvidas no intuito de incentivar tanto a leitura infantil como capacitar os profissionais, professores e bibliotecários envolvidos no processo ensino/aprendizagem, visando melhoria para todos.

Alguns programas do Governo Federal para incentivar a leitura no Brasil são: 1) Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujo objetivo foi implantar um sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático. O público-alvo são os alunos do Ensino Fundamental; 2) Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), fundado em 1992, cujo objetivo é estruturar uma rede de programas capaz de consolidar práticas leitoras, fazer crescer a consciência e a demanda das condições de acesso variado aos bens culturais. O público-alvo são os professores, bibliotecários, pesquisadores e interessados na área da leitura; 3) Programa Pró-Leitura, fundado em 1992, oferece formação continuada teórica e prática sobre a leitura. O público-alvo são os profissionais e pessoas interessados na área da leitura; 4) Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), fundado em 1997, objetivou promover a leitura aos alunos e professores, apoiar projetos de capacitação e atualização do professor do Ensino Fundamental. Desse modo, os programas desenvolvidos no âmbito do Governo enfatizam a distribuição de livros didáticos como mecanismo para a consolidação da leitura nas escolas.

Algumas campanhas de promoção e incentivo à leitura no Brasil foram: 1) Campanha “Quem lê viaja”, de 1997, cujo objetivo foi promover o livro e a leitura. O público-alvo consistiu em todos os brasileiros; 2) Campanha “Tempo de leitura”, de 2001, que visou fazer do Brasil um país de leitores. O público-alvo eram alunos de 4ª, 5ª e 8ª séries; 3) Campanha “Fome do Livro”, de 2004, que consistiu na criação de uma política pública para o livro, a leitura e a biblioteca pública no país. O público-alvo era crianças, jovens e adultos; 4) Campanha “Viva Leitura”, de 2005, que visou estimular e reconhecer as melhores experiências relacionadas à leitura. O público-alvo era escolas, professores, bibliotecários, escritores, editores, livreiros, ONGs, meios de comunicação e empresas privadas.

Alguns projetos do Governo Federal para o incentivo à leitura no Brasil são: 1) Ciranda de livros, de 1982, cujo objetivo foi distribuir livros e incentivar a leitura de literatura

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>infantil e juvenil. Se destinou a 30 mil escolas públicas brasileiras; 2) Viagem da leitura, de 1986, que teve como norte distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil. O alvo foi as bibliotecas das escolas públicas; 3) Sala de Leitura, de 1988, cujo objetivo também foi distribuir livros e incentivar a leitura de literatura infantil e juvenil e o alvo também foi as bibliotecas das escolas públicas; 4) Literatura em Minha Casa, de 2001. Objetivou incentivar e valorizar a leitura literária de qualidade e doar livros de literatura para formar a biblioteca particular do aluno. O público-alvo foi alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e os da 4ª, 5ª e 8ª séries.</p> <p>Defendeu-se a existência de órgãos que se preocupam com o desenvolvimento e a prática de ações que visam otimizar e difundir o ato de ler, abrindo espaço à formação de leitores para além da escola e contribuindo para um efetivo avanço sociocultural.</p>
----------------------------	---

### 3.3.3 Trabalho #3

<b>Referência</b>	SILVA, S. C. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos. <b>Revista ACB</b> , Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 658-675, jan./jun. 2013.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #6
<b>Título do trabalho</b>	Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	SILVA, S. C.
<b>Canal de publicação</b>	Revista ACB
<b>Ano de publicação</b>	2013
<b>Objetivo do estudo</b>	Divulgar as atividades de leitura e de ação cultural realizadas na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller de Blumenau/SC.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	As atividades desenvolvidas na Biblioteca Municipal Dr. Fritz Müller, em Blumenau, são as seguintes: (a) Biblioteca ambulante – possibilita o acesso à leitura nos espaços mais distantes de Blumenau, com a finalidade de estimular o gosto pela leitura; (b) Hora da leitura na biblioteca – atividade de formação de leitores, com foco nas crianças e adolescentes; (c) Hora da leitura fora da biblioteca – atividade que visa divulgar o acervo e o espaço da biblioteca em determinados eventos na cidade; (d) Visita orientada na biblioteca – atividade que oportuniza ao público conhecer os serviços da biblioteca; (e) Semana e saraus literários – atividade que objetiva envolver, por meio de pequenos eventos culturais, escritores, estudantes, professores, artistas, leitores e a comunidade da biblioteca com o universo do livro e leitura; (f) Declamação de poesias e Cesta de poemas – atividade que objetiva valorizar e promover a poesia ao público que frequenta a biblioteca; (g)

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>Semana do perdão – atividade que visa à recuperação de obras em atraso e estimular as respectivas devoluções; (h) Proseando com o escritor – atividade que envolve estudantes, comunidade e escritores em um momento informal de prosa; (i) Palestras – atividades sobre temas diversos e que compõem o conjunto das semanas literárias; (j) Exposições temáticas – atividade permanente com temas variados, em que as exposições são montadas no interior da biblioteca; (k) Seminário da literatura alemã – atividade que almeja impulsionar e recuperar a literatura alemã traduzida para o português; (l) Aniversário da biblioteca – atividade que consiste no cantar do “parabéns a você” por diversos amigos da biblioteca com posterior divulgação na imprensa local; e (m) Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) – um convênio estabelecido com a Biblioteca Nacional por meio da Fundação Cultural de Blumenau. O programa objetiva promover a leitura e formar mediadores de leitura.</p> <p>A formação continuada é fundamental aos profissionais da biblioteca. Além de desenvolver inúmeros projetos, a biblioteca municipal registrou aumento do fluxo de usuários, elogios no geral, bem como chamou a atenção da imprensa local. O estudo conclui, também, que enquanto não houver uma política de informação que garanta investimento anual e fixo par ações culturais, os projetos culturais em bibliotecas públicas continuarão a ser iniciativas isoladas, atreladas à motivação profissional individual.</p>
----------------------------	---

### 3.4 Trabalhos publicados entre o ano 2016 e o 2020

Houve o registro de 13 trabalhos pertinentes publicados entre o ano 2016 e o 2020.

#### 3.4.1 Trabalho #1

<b>Referência</b>	MARSULO, T. M. <b>O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)</b> . 2016. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BDTD   Busca #1
<b>Título do trabalho</b>	O Profissional da Informação na elaboração de políticas públicas: uma análise do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)
<b>Tipo de publicação científica</b>	Dissertação
<b>Autoria</b>	MARSULO, T. M.
<b>Canal de publicação</b>	Repositório institucional
<b>Ano de publicação</b>	2016

<b>Objetivo do estudo</b>	Analisar a inserção do profissional da informação no âmbito do ciclo das políticas públicas como agente central na compreensão das demandas informacionais, apontando os benefícios dessa atuação na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, em específico o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Enxergou-se a intensa participação do profissional da informação nas fases de identificação do problema, assim como no momento da finalização e implementação do PNLL e no seu processo de avaliação. Assim, ao se analisar o PNLL, compreendeu-se a atuação do profissional da informação no planejamento das atividades ligadas à gestão pública e à prática avaliativa. Nesse sentido, o profissional pondera as questões sociais, tornando fundamental na sua prática o debate público com transparência.
<b>Conclusão do estudo</b>	O papel social do profissional da informação é relevante no contexto da sociedade do conhecimento. Ele oferece serviços e nesse sentido conta com novas habilidades e competências exigidas diante do contexto tecnológico atual. Inclusive, é esse contexto que oportuniza novos espaços de informação, alguns convergentes com as fontes digitais, sem deixar de lado o papel do livro físico como um fundamentador da divulgação cultural, didática e científica.

### 3.4.2 Trabalho #2

<b>Referência</b>	PINHEIRO, R. Q. <b>Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo.</b> 2016. 209 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BDTD   Busca #2
<b>Título do trabalho</b>	Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLLB de São Paulo
<b>Tipo de publicação científica</b>	Dissertação
<b>Autoria</b>	PINHEIRO, R. Q.
<b>Canal de publicação</b>	Repositório institucional
<b>Ano de publicação</b>	2016
<b>Objetivo do estudo</b>	Analisar o processo de construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) em São Paulo.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	O processo de construção do PMLLLB perpassou plenárias temáticas e regionais. Posteriormente, houve sua divulgação em concomitâncias com eventos paralelos. E em todos esses processos houve conflitos, que foram constatados entre os atores dos segmentos do livro e leitura e o Poder Público na confecção do PMLLLB. Havia lacunas entre as demandas da sociedade e as próprias políticas

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>públicas. A expectativa de aprovação do plano gerou inquietações identificadas com a aplicação dos instrumentos de pesquisa pelo pesquisador. Contudo, ainda ao longo do seu processo de construção, o PMLLB protagonizou algumas conquistas, que são estas: (a) proposta de criação de programas que integrem as áreas da educação e da cultura; (b) proposta de uma política de informação voltada ao acervo para as bibliotecas de acesso público; (c) proposta de formação de uma rede colaborativa que inclua as bibliotecas comunitárias; e (d) proposta de elaboração de uma política de mediadores de leitura. Por fim, houve a escrita do texto final do Plano.</p> <p>Construir políticas públicas é uma tarefa árdua que só se realiza por meio do diálogo aberto e contínuo, e de permanente reflexão.</p>
----------------------------	---

### 3.4.3 Trabalho #3

<b>Referência</b>	FARIAS, F. R. A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise. <b>Em Questão</b> , Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 78-97, maio/ago. 2017.
<b>Fonte de informação   N° da busca</b>	BRAPCI   Busca #7
<b>Título do trabalho</b>	A valorização simbólica da leitura no Plano Nacional do Livro e Leitura: uma análise
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	FARIAS, F. R.
<b>Canal de publicação</b>	Em Questão
<b>Ano de publicação</b>	2017
<b>Objetivo do estudo</b>	Identificar e discutir as proposições do Plano Nacional do Livro e Leitura para a valorização da leitura como um bem cultural, em seu eixo de ação número 3, intitulado “Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico”.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Para que o valor simbólico construído para a leitura não se torne uma violência simbólica, compreendida por Bourdieu (2010) como a imposição velada de uma visão de mundo, sob a aparência de normalidade, que garante a relação de dominação a alguns grupos, como no que está subjacente às campanhas propostas, é importante que a concepção da leitura e, naturalmente, do seu valor simbólico no âmbito do PNLL sejam constantemente discutidos e ressignificados, uma vez que esse entendimento norteará muitas das ações do Plano.
<b>Conclusão do estudo</b>	Sendo o PNLL um documento assinado pelos ministérios da Cultura e da Educação, ele carrega em si a legitimidade do discurso oficial e da ordenação das ações para a democratização do acesso à leitura e à escrita, especialmente nas instituições, programas e editais públicos. Assim, ele tem um lugar de enunciação privilegiado e, para muitos, inquestionável. Para o seu

	fortalecimento como um instrumento democrático de participação social, é importante que o PNLL revise seus conceitos e faça ajustes em seus eixos de ação, visando uma perspectiva de leitura que contribua para o desenvolvimento humano e para a formação de consciência, como postula Adorno.
--	--

#### 3.4.4 Trabalho #4

<b>Referência</b>	PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A. A participação social na construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca de São Paulo. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. <b>Anais [...]</b> . Marília: UNESP, 2017. p. 1-21.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	A participação social na construção do plano municipal do livro, leitura, literatura e biblioteca de São Paulo
<b>Tipo de publicação científica</b>	Trabalho de evento
<b>Autoria</b>	PINHEIRO, R. Q.; ALMEIDA, M. A.
<b>Canal de publicação</b>	Anais do XVIII ENANCIB
<b>Ano de publicação</b>	2017
<b>Objetivo do estudo</b>	Analisar o histórico da construção Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	O principal desafio de descrever os trabalhos e a construção do PMLLLB foi compreender as articulações e ações de seus atores, dos diversos lugares da leitura: bibliotecas públicas, comunitárias e os outros espaços onde circulam os livros e a leitura. Ao desvelar a ação cultural e a política desses atores, surge um universo que pouco aparece ou age nas minúcias do cotidiano, mas que é fundamental para entender as dinâmicas de avanço e retrocesso das políticas do livro e leitura.
<b>Conclusão do estudo</b>	O PMLLLB colocou a área do livro e leitura e seus profissionais e militantes em uma situação inédita. Foi o marco legal precursor na cidade de São Paulo na área de cultura, no que se refere à participação social. Em todas as suas etapas o plano teve nas intervenções da sociedade a sua maior força, não há precedente em São Paulo na área cultura de algum plano que tenha sido construído com o protagonismo da sociedade civil.

#### 3.4.5 Trabalho #5

<b>Referência</b>	SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP. <i>In</i> : ENCONTRO
-------------------	---

	NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. <b>Anais</b> [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1842-1861.
<b>Fonte de informação   N° da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	O Plano Nacional do Livro e Leitura e suas contribuições para a Biblioteca Escolar: o caso do município de Anhumas-SP
<b>Tipo de publicação científica</b>	Trabalho de evento
<b>Autoria</b>	SALA, F.; MILITÃO, S. C. N.
<b>Canal de publicação</b>	Anais do XIX ENANCIB
<b>Ano de publicação</b>	2018
<b>Objetivo do estudo</b>	Analisar as decorrentes contribuições do Plano Municipal do Livro Leitura e Literatura do município de Anhumas-SP.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Estudo de Caso. Apesar da biblioteca escolar ser espaço fundamental para democratizar o acesso às fontes de informação, fomentar a leitura e garantir a formação de leitores, as ações do governo que visem à formação do leitor não focam a promoção e valorização das bibliotecas escolares. Tampouco se investe na contratação e formação de bibliotecários e para atuarem nesses espaços. Na realidade, tem havido não ações que objetivem formar leitores, mas distribuir livros. O município de Anhumas, localizado no interior paulista, é um dos poucos que desenvolveram iniciativas para elaborar e implementar o seu PNLL.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Em Anhumas, o processo de elaboração e implementação do PMLLL foi idealizado por atores-chave. Com as equipes de trabalho já estruturadas, os membros têm se mostrado dispostos a conquistar parcerias e desenvolver ações que visem o aumento do número de leitores na cidade. A implementação do PMLLL possibilitou realizar ações de curto prazo, como distribuir geladeiras para a exposição de obras literárias nos setores da saúde e esporte, realizar o Dia Municipal da Leitura de Anhumas, atividades de contação de histórias, sessões de cinema para alunos das escolas municipais, encontros com autores, saraus e acampamentos literários e encontros intergeracionais entre crianças e idosos.
<b>Conclusão do estudo</b>	Os grupos de trabalhos e discussão sobre ações contínuas da promoção da leitura devem ser reconhecidos na esfera federal e obter apoio financeiros para financiar ações ligadas ao desenvolvimento do PNLL e Leitura por meio do apoio do Ministério da Educação e da Cultura.

### 3.4.6 Trabalho #6

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile. <i>In</i> : ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. <b>Anais</b> [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-9.
-------------------	--

<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #7
<b>Título do trabalho</b>	Aderências entre o ODS 4 e políticas públicas de leitura do Brasil e Chile
<b>Tipo de publicação científica</b>	Trabalho de evento
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Anais do XX ENANCIB
<b>Ano de publicação</b>	2019
<b>Objetivo do estudo</b>	Apresentar aderências entre os objetivos de políticas públicas de leitura do Brasil (Política Nacional da Leitura e Escrita) e do Chile ( <i>Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020</i> ) e o ODS 4 da Agenda 2030.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Análise de Conteúdo.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	<p>A política pública brasileira convergiu mais significativamente com as categorias denominadas “Aprendizagens, habilidades e competências das pessoas” e “Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado”. Contudo, a política chilena aderiu-se de modo expressivo à categoria “Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas”.</p> <p>As categorias nomeadas de “Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade” e “Formação profissional para fomentar a educação de qualidade” foram as que registraram o menor número de convergências de objetivos. Entretanto, as poucas convergências verificadas relacionaram-se à brasileira Política Nacional da Leitura e Escrita.</p>
<b>Conclusão do estudo</b>	A PNLE é uma política pública recente, sancionada em 2018, e, frente às metas do ODS 4, seus objetivos revelam-se mais abrangentes do que os da <i>Política Nacional de la Lectura y el Libro 2015-2020</i> , que inclusive tem objetivos refletidos em pactos internacionais para o desenvolvimento da educação e da cultura.

### 3.4.7 Trabalho #7

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências? <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, v. 15, p. 340-358, 2019.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) e o ODS 4 da Agenda 2030: quais as convergências?
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
<b>Ano de publicação</b>	2019

<b>Objetivo do estudo</b>	Apresentar convergências entre a Política Nacional do Livro e Escrita (PNLE) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, de educação de qualidade, da Organização das Nações Unidas (ONU).
<b>Método utilizado no estudo</b>	Análise de Conteúdo.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	As convergências mais significativas averiguadas têm relação com objetivos como “Desenvolvimento da aprendizagem, habilidades e competências das pessoas” e “Ampliação da formação profissional para fomentar a educação de qualidade”. Juntos, esses objetivos correspondem a 55% do total de convergências encontradas entre a PNLE e o ODS 4. Os objetivos que vêm a seguir, e que somam 45% das convergências, tratam da “Garantia de qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado”, “Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas” e “Garantia de direitos mínimos para o alcance de uma educação de qualidade”. Contudo, verificou-se também que, embora essas convergências sejam evidentes, a PNLE não explicita em seu conteúdo objetivos ligados diretamente à primeira infância, à educação pré-escolar, à educação de adultos e aos ensinos técnico, profissional e superior.
<b>Conclusão do estudo</b>	Entende-se que caso ocorra uma alteração constitucional da PNLE, esta poderá considerar explicitar em seu conteúdo e objetivos outras ações ligadas à promoção do livro, da leitura, da literatura, da escrita e das bibliotecas com enfoque noutros públicos, níveis e modalidades de educação, o que pode implicar, no longo prazo, na consolidação de uma educação que atenda a objetivos para o desenvolvimento sustentável no Brasil.

### 3.4.8 Trabalho #8

<b>Referência</b>	MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A. O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE. <b>Revista P2P e Inovação</b> , Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 88-103, 2019.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	O incentivo à leitura na educação básica, a partir do PNBE
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	MERCÊS, D. P. B.; NEVES, B. C.; SALES, M. A.
<b>Canal de publicação</b>	Revista P2P e Inovação
<b>Ano de publicação</b>	2019
<b>Objetivo do estudo</b>	Problematizar a atuação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) enquanto uma política pública educacional de acesso ao livro que atua na Educação Básica
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Caracterizou-se o PNBE como uma política pública educacional. Realizou-se rodas de leitura com alunos do primeiro ano do Ensino Médio baseadas no livro Triste Fim de Policarpo Quaresma, de Lima Barreto; uma atividade

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>desempenhada em consonância com o PNBE. A roda de leitura baseou-se no emprego das etapas de estratégia de leitura, que são: pré-leitura; leitura descoberta; e pós-leitura. O diálogo com os alunos foi incitado a partir de recursos midiáticos, como músicas e filmes.</p> <p>As rodas de leitura realizadas em sala de aula foram importantes para evidenciar a ideia de que a leitura não consiste numa atividade monótona de decodificação. Ao contrário, ela oportuniza que o hábito de ler seja compreendido como uma atividade de leitura do mundo.</p> <p>Embora haja um grande leque de políticas públicas para o fomento da leitura, a formação do leitor não tem se efetivado nos espaços escolares. Desta forma, utilizar estratégias metodológicas como as rodas de leitura em sala de aula pode ajudar os estudantes que ainda não têm a leitura como hábito a se envolverem com o estranhamento e a desnaturalização de fatos/experiências do cotidiano, exercitando a consciência crítica. Desta forma, a biblioteca contribui com o fluxo dos usuários que têm a leitura como um hábito ao possibilitar que eles acessem aos materiais disponibilizados pelo PNBE.</p>
----------------------------	--

### 3.4.9 Trabalho #9

<b>Referência</b>	SILVA, R. C. <i>et al.</i> Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional. <b>Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação</b> , São Paulo, v. 15, n. 3, p. 21-48, set./dez. 2019.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: percebendo os cenários nacional e internacional
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	SILVA, R. C.; CAMILLO, E. S.; ARAÚJO, L. M.; SPERANDIO, D. S.; JESUS, M. F.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
<b>Ano de publicação</b>	2019
<b>Objetivo do estudo</b>	Averiguar a produção bibliográfica sobre políticas públicas voltadas à leitura e bibliotecas escolares nos âmbitos nacional e internacional.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Recuperou-se quatro artigos completos e 16 resumos da base de dados <i>Library and Information Science Abstracts</i> (LISA). Os textos recuperados relacionam-se, em sua centralidade, com o tema das políticas públicas de leitura e/ou das bibliotecas escolares. Evidenciou-se que, entre os anos 2007 e 2017, os Estados Unidos são o país em que houve o maior número de publicações, são seis ao todo. Em seguida, tem Brasil e Reino Unido, com três publicações cada um, e o Canadá e Finlândia logo em seguida com duas cada. Por fim, trabalhos da África do Sul, Espanha e Itália também foram recuperados, sendo que foi registrado

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>apenas um trabalho para cada um desses países. Clareou-se, ao final, que as políticas públicas de leitura e/ou de biblioteca escolar relacionam-se com os seguintes temas: (a) políticas de informação; (b) políticas culturais; (c) saúde; (d) pesquisa; (e) desenvolvimento organizacional; (f) serviços; (g) mídia eletrônica; e (h) políticas educacionais.</p> <p>Há na literatura especializada perspectivas distintas para as bibliotecas escolares, em específico, que ultrapassam o desejo de promover o livro, a leitura e a literatura.</p>
----------------------------	---

### 3.4.10 Trabalho #10

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás? <b>Encontros Bibli</b> , Florianópolis, v. 25, p. 1-23, 2020.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	Convergências entre as políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e bibliotecas sul-americanas e o ODS 4 da Agenda 2030: o que há por trás?
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Encontros Bibli
<b>Ano de publicação</b>	2020
<b>Objetivo do estudo</b>	Identificar e mensurar as convergências existentes entre os objetivos de políticas públicas nacionais de promoção do livro, leitura e biblioteca sul-americanas e as dez metas que compõem o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, sobre educação de qualidade, da Agenda 2030.
<b>Método utilizado no estudo</b>	<p>Análise de Conteúdo.</p> <p>Há diferença significativa nos valores nas categorias da pesquisa. Há categorias mais densas que outras. As mais densas têm mais aderências de conteúdo analisado que outras. As com maior número de aderências têm conteúdo que se resume a desenvolver habilidades e competências nas pessoas, garantir a qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e em espaços de aprendizado e promover o desenvolvimento equitativo das pessoas. O alto nível de densidade talvez seja explicado ao se levar em conta que as políticas públicas analisadas se enquadram na categoria de políticas públicas educacionais, e por essa razão o conteúdo recortado de cada uma alinhou-se mais especificamente às categorias de teor diretamente educacional.</p> <p>Em contrapartida, as ações que tratam de garantir condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade e formar profissionais para fomentar a educação de qualidade não apresentaram resultado significativo. Assim, entende-se que reivindicar condições favoráveis de desenvolvimento da educação de qualidade no país e formar profissionais engajados com a educação de qualidade não são compromissos que estão no bojo das</p>
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>políticas públicas analisadas. Depois, constatou-se que as políticas públicas analisadas têm como principal foco, portanto, a qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e em espaços de aprendizado, a promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas e a aprendizagem, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas nas pessoas. Por último, percebeu-se que as políticas públicas analisadas privilegiam unicamente a educação de nível básico e relegam as expectativas para a educação de níveis secundário e terciário no âmbito dos países da América do Sul.</p> <p>Há uma forte ligação das políticas públicas analisadas com ações de educação e seu fomento na sociedade, principalmente porque os documentos utilizados na pesquisa são compreendidos como políticas educacionais. Devido a isso, eles privilegiam mais contundentemente a educação básica. Outra condição constatada é a de que há a ausência de objetivos que vão em direção ao desenvolvimento de competências e habilidades que visem ao desempenho dos estudantes no mercado de trabalho. Portanto, a construção de sociedades mais justas, democráticas, igualitárias, inclusivas e equânimes se relaciona com outras dimensões que foram entendidas como portadora de baixa densidade no decorrer da pesquisa.</p>
----------------------------	--

### 3.4.11 Trabalho #11

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul. <b>Informação &amp; Informação</b> , Londrina, v. 25, n. 4, p. 327-356, 2020.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	Diretrizes para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030 para a América do Sul
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Informação & Informação
<b>Ano de publicação</b>	2020
<b>Objetivo do estudo</b>	Elaborar diretrizes que norteiem a formulação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas que assegurem a educação de qualidade nos países da América do Sul.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Análise de Conteúdo. Discurso do Sujeito Coletivo. Foi desenvolvida uma diretriz que, no seu conjunto, possui cinco eixos, dez objetivos e vinte metas.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Os eixos são estes: (a) A – Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas; (b) B – Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado; (c) C – Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas; (d) D – Condições mínimas para o

alcance de uma educação de qualidade; e (e) E – Formação profissional para fomentar a educação de qualidade.

Os objetivos vinculados aos eixos são os seguintes: (a) I – Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz; (b) II – Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho; (c) III – Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a infância e educação pré-escolar; (d) IV – Assegurar educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres; (e) V – Motiva a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; (f) VI – Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; (g) VII – Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; (h) VIII – Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; (i) IX – Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; e (j) X – Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.

Por fim, as metas para se atingir cada objetivo em seu respectivo eixo são as seguintes: (a) 1.1 – Elaborar, executar e fixar programas de educação e cultura nas distintas etapas de ensino, do básico ao técnico e superior, com o uso de bibliotecas escolares para os ensinos básico e técnico e bibliotecas universitárias para o ensino superior. Pode haver a extensão de ações e atividades nas bibliotecas públicas; (b) 1.2 – Elaborar, executar e fixar programas educacionais e culturais que envolvam a família na construção do leitor, desde a sua idade mais tenra; (c) 1.3 – Contar com professores, profissionais de biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados nas ambiências que lhes cabem para compor equipes de educação e cultura; (d) 2.1 – Elaborar, executar e fixar programas para desenvolver habilidades e competências desejáveis nos cidadãos para o mundo do trabalho, com base nas demandas de habilidades, competências e tendências futuras para as profissões; (e) 3.1 – Elaborar, executar e fixar programas que centralizem o trabalho da leitura transformadora e emancipatória nas várias atividades de educação e cultura, do ensino básico ao superior; (f) 3.2 – Assegurar a atuação conjunta de professores, profissionais da Biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados para garantir acesso à educação de qualidade às pessoas; (g) 3.3 – Formular instrumentos para desenvolver, avaliar e expandir as habilidades de leitura de crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores; (h) 5.1 – Destinar recursos financeiros às bibliotecas escolares e bibliotecas públicas para que estas se desenvolvam plenamente, com adequados recursos físicos, tecnológicos, humanos e de informação, conectadas em rede, a fim de que respondam às demandas de informação dos usuários da informação; (i) 5.2 – Criar novas bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, bem como assegurar as já existentes, e garantir que estas objetivem desenvolver a sociedade como um todo, sem distinção de raça, sexo, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, língua e condição

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>social; (j) 5.3 – Estimular cooperações entre redes de bibliotecas, focando o acesso dos diferentes usuários da informação a produtos e serviços de informação diversos; (k) 6.1 – Elaborar, executar e fixar programas de desenvolvimento de minorias sociais por meio da produção literária, cultural, educacional e informacional; (l) 7.1 – Elaborar, executar e fixar projetos de educação e cultura que utilizem os distintos espaços sociais públicos, mas que necessariamente envolvam as escolas, as bibliotecas e os espaços culturais; (m) 8.1 – Elaborar, executar e fixar projetos que capacitem usuários da informação a usarem fontes de informação seguras e confiáveis, bem como identificá-las; (n) 9.1 – Implementar programas de bolsas de estudos nos âmbitos nacional e internacional, além de premiações para iniciativas individuais ou grupais de educação e cultura na sociedade; e (o) 10.1 – Implementar programas de mobilidade internacional para fomentar a formação e a capacitação de profissionais da educação e da cultura para trabalharem em ações significativas de promoção do livro, leitura e bibliotecas na sociedade.</p> <p>Conclui que o uso das Diretrizes por governos locais, estaduais ou provinciais e federais na América do Sul pode ajudar a construir sociedades mais justas e democráticas ao promover a leitura em bibliotecas e outros espaços de informação e conhecimento, tendo como foco a educação de qualidade.</p>
----------------------------	---

### 3.4.12 Trabalho #12

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal. <b>Revista ACB</b> , Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 113-130, 2020.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BRAPCI   Busca #4
<b>Título do trabalho</b>	Evidenciando as intencionalidades do PNLL e PNL: políticas públicas do livro e leitura do Brasil e Portugal.
<b>Tipo de publicação científica</b>	Artigo científico
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M.
<b>Canal de publicação</b>	Revista ACB
<b>Ano de publicação</b>	2020
<b>Objetivo do estudo</b>	Apresentar as intencionalidades do português Plano Nacional de Leitura (PNL) e do brasileiro Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) para seus respectivos âmbitos sociais.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Não aplicado.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	As intencionalidades do PNL são atingir melhores <i>scores</i> nacionais e internacionais em leitura e vincular as bibliotecas públicas às escolares. Já as intencionalidades do PNLL são realizar eventos, criar e manter bibliotecas e espaços de leitura, focar profissionais da cadeia produtiva do livro, circular obras não restritivas, focar a bibliodiversidade, focar a projeção de autores

<b>Conclusão do estudo</b>	<p>lusófonos, elaborar planos do livro e leitura, realizar incentivos com prêmios e com a concessão de bolsas de estudo. As intencionalidades encontradas na intersecção de ambos os documentos visam à promoção da leitura para que haja desenvolvimento social, além de objetivar assegurar a prática da leitura por meio da criação de instrumentos de aferição de leitura, bem como qualificar profissionais do universo da leitura.</p> <p>Apesar das políticas públicas analisadas terem objetivo geral convergente, a PNL de Portugal tem menos expressividade no que se refere às suas intenções, mas é tão efetiva quanto o PNLL no Brasil. Sendo assim, sugere-se que investigações futuras caracterizem os atores do processo de formulação de ambas as políticas públicas.</p>
----------------------------	--

### 3.4.13 Trabalho #13

<b>Referência</b>	CAMILLO, E. S. <b>Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030.</b> 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.
<b>Fonte de informação   Nº da busca</b>	BDTD   Busca #1
<b>Título do trabalho</b>	Diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas: foco no ODS 4 da Agenda 2030.
<b>Tipo de publicação científica</b>	Dissertação
<b>Autoria</b>	CAMILLO, E. S.
<b>Canal de publicação</b>	Repositório institucional
<b>Ano de publicação</b>	2020
<b>Objetivo do estudo</b>	Estabelecer diretrizes para formular políticas públicas de promoção do livro, leitura e bibliotecas, que sejam capazes de assegurar os princípios de educação de qualidade do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, sobre educação de qualidade, da Agenda 2030 em países sul-americanos.
<b>Método utilizado no estudo</b>	Análise de Conteúdo. Discurso do Sujeito Coletivo. Foi desenvolvida uma diretriz que, no seu conjunto, possui 05 eixos, 10 objetivos e 15 metas. Os eixos são estes: (a) A – Aprendizagem, habilidades e competências das pessoas; (b) B – Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem e espaços de aprendizado; (c) C – Promoção do desenvolvimento equitativo das pessoas; (d) D – Condições mínimas para o alcance de uma educação de qualidade; e (e) E – Formação profissional para fomentar a educação de qualidade.
<b>Resultado obtido com o estudo</b>	Os objetivos vinculados aos eixos são os seguintes: (a) I – Desenvolver a aprendizagem de formas relevante e eficaz; (b) II – Desenvolver habilidades e competências técnicas nas pessoas para o mundo do trabalho; (c) III – Garantir acesso a um desenvolvimento educativo de qualidade desde a infância e educação pré-escolar; (d) IV – Assegurar

educação técnica, profissional e superior de qualidade a homens e mulheres; (e) V – Motiva a construção e melhora das instalações físicas para desenvolver a educação com equidade para todos; (f) VI – Eliminar a disparidade de gênero na educação, bem como incluir pessoas vulneráveis, com deficiência e povos indígenas; (g) VII – Adquirir conhecimentos e habilidades para a cidadania global, sustentável e com garantia dos direitos humanos e valorização da diversidade cultural; (h) VIII – Garantir o desenvolvimento da alfabetização e o conhecimento básico de matemática às pessoas; (i) IX – Ampliar o acesso às bolsas de estudo e aos programas de formação profissional; e (j) X – Aumentar o número de professores qualificados e formação de professores.

Por fim, as metas para se atingir cada objetivo em seu respectivo eixo são as seguintes: (a) 1.1 – Elaborar, executar e fixar programas de educação e cultura nas distintas etapas de ensino, do básico ao técnico e superior, com o uso de bibliotecas escolares para os ensinos básico e técnico e bibliotecas universitárias para o ensino superior. Pode haver a extensão de ações e atividades nas bibliotecas públicas; (b) 1.2 – Elaborar, executar e fixar programas educacionais e culturais que envolvam a família na construção do leitor, desde a sua idade mais tenra; (c) 1.3 – Contar com professores, profissionais de biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados nas ambiências que lhes cabem para compor equipes de educação e cultura; (d) 2.1 – Elaborar, executar e fixar programas para desenvolver habilidades e competências desejáveis nos cidadãos para o mundo do trabalho, com base nas demandas de habilidades, competências e tendências futuras para as profissões; (e) 3.1 – Elaborar, executar e fixar programas que centralizem o trabalho da leitura transformadora e emancipatória nas várias atividades de educação e cultura, do ensino básico ao superior; (f) 3.2 – Assegurar a atuação conjunta de professores, profissionais da Biblioteconomia, agentes de leitura, educação e cultura especializados e preparados para garantir acesso à educação de qualidade às pessoas; (g) 3.3 – Formular instrumentos para desenvolver, avaliar e expandir as habilidades de leitura de crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores; (h) 5.1 – Destinar recursos financeiros às bibliotecas escolares e bibliotecas públicas para que estas se desenvolvam plenamente, com adequados recursos físicos, tecnológicos, humanos e de informação, conectadas em rede, a fim de que respondam às demandas de informação dos usuários da informação; (i) 5.2 – Criar novas bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, bem como assegurar as já existentes, e garantir que estas objetivem desenvolver a sociedade como um todo, sem distinção de raça, sexo, religião, orientação sexual, idade, nacionalidade, língua e condição social; (j) 5.3 – Estimular cooperações entre redes de bibliotecas, focando o acesso dos diferentes usuários da informação a produtos e serviços de informação diversos; (k) 6.1 – Elaborar, executar e fixar programas de desenvolvimento de minorias sociais por meio da produção literária, cultural, educacional e informacional; (l) 7.1 – Elaborar, executar e fixar projetos de educação e cultura que

**Conclusão do estudo**

utilizem os distintos espaços sociais públicos, mas que necessariamente envolvam as escolas, as bibliotecas e os espaços culturais; (m) 8.1 – Elaborar, executar e fixar projetos que capacitem usuários da informação a usarem fontes de informação seguras e confiáveis, bem como identificá-las; (n) 9.1 – Implementar programas de bolsas de estudos nos âmbitos nacional e internacional, além de premiações para iniciativas individuais ou grupais de educação e cultura na sociedade; e (o) 10.1 – Implementar programas de mobilidade internacional para fomentar a formação e a capacitação de profissionais da educação e da cultura para trabalharem em ações significativas de promoção do livro, leitura e bibliotecas na sociedade.

Espera-se que as diretrizes estabelecidas possam ser usadas para formular políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas nos três níveis de governo – municipal, estadual/provincial e federal – em países da América do Sul. Assim, as diretrizes contribuirão para que a Região atinja melhores indicadores de educação de qualidade sustentável até e para além do ano 2030.

APÊNDICE B – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>ARG1</sub>

PAÍS DOCUMENTO CÓDIGO	Argentina Plan Lectura – Programa Educativo Nacional para el Mejoramiento de la Lectura PNLL <sub>ARG1</sub>	TOTAL DE UR	8
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover el gusto por la lectura desde edades tempranas, en los niños, adolescentes y jóvenes, propiciándola como práctica permanente, teniendo en cuenta la habitualización necesaria del sujeto como lector y facilitando su acercamiento a los textos y los libros.</li> </ul>	1
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres,	Sem registro.	0

	estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.		
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Sem registro.	0
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>

Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propiciar la constucción de un país de lectoras y lectores, que tengan en la lectura una base sólida de sustentación del crecimiento, y a la información como una herramienta para la inclusión social; la democratización, como aporte esencial al desarrollo humano y el fortalecimiento de su identidad.</li> </ul>	2
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elevar los niveles de lectura (comportamiento lector y comprensión lectora) en todo el país haciendo de la lectura no sólo un fator de esparcimiento y crecimiento personal, sino un instrumento intelectual que permita a las personas acceder a mejores condiciones de vida, generando nuevas capacidades para participar activa y democráticamente en la sociedad.</li> </ul>	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Propender al desarrollo de competencias lectoras a través de acciones educativas en todos los niveles del sistema, facilitando procesos de apropiación de los bienes culturales y generando una didáctica en la formación de lectores que permita reinstalar una positiva práctica de la lectura en el espacio curricular en la escuela.</li> </ul>	1
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	

Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer el lugar y papel superlativo que deben ocupar las bibliotecas en el ámbito escolar, apoyando y aumentando las existentes y propendiendo a crear aquellas que no existan.</li> </ul>	1
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoyar la labor de las organizaciones civiles, escolares, empresariales y sociales vinculadas a la promoción del libro y la lectura en el ámbito de la vida nacional a fin de tejer una gran red de trabajo para el mejoramiento de la lectura.</li> </ul>	1
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover acciones por la lectura en familia y en otros espacios de convivencia.</li> </ul>	1
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar técnicas de medición para conocer el estado del mapa bibliotecario escolar de la República Argentina, como así también seguimiento de lecturas en estudiantes de todos los niveles y modalidades; instrumentar un sistema de recolección de datos que permita evaluar permanentemente las acciones del PLAN.</li> </ul>	1
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	

Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e	Sem registro.	

	criativa do livro	
<b>TOTAL</b>		<b>7</b>

APÊNDICE C – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>ARG2</sub>

PAÍS	DOCUMENTO	CÓDIGO	Argentina	Plan de Lectura y Escritura en la Biblioteca Nacional de Maestros	TOTAL DE UR	26
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4						
CATEGORIA		INDICADOR		UR DO DOCUMENTO ANALISADO		TOTAL
Aprendizagem significativa		Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.		Sem registro.		0
Desenvolvimento educativo na infância		Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.		Sem registro.		0
Educação técnica, profissional e superior		Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.		Sem registro.		0
Habilidades e competências técnicas		Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.		Sem registro.		0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas		Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.		Sem registro.		0
Alfabetização e conhecimento de matemática		Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.		Sem registro.		0
Desenvolvimento sustentável sistêmico		Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,		Sem registro.		0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer la formación de los docentes y bibliotecarios como lectores y escritores en sus trayectos de formación inicial y continúa.</li> </ul>	1
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a nivel federal una sociedad lectora y escritora.</li> </ul>	1
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social		

Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Generar miradas integrales que se ubiquen en la centralidad del aula y la biblioteca escolar para mejorar los desempeños de los estudiantes en la adquisición y desarrollo de sus capacidades de lectura y escritura.</li> <li>▪ Acompañar a las instituciones educativas en el seguimiento de las trayectorias de lectura y escritura de los alumnos de los distintos niveles y modalidades.</li> </ul>	2
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Generar estudios sobre el impacto de las bibliotecas escolares en el aprendizaje.</li> <li>▪ Consolidar los sistemas de bibliotecas escolares y otras unidades de información educativa con espacios enriquecidos para la lectura y la escritura.</li> <li>▪ Promover la existencia de la biblioteca escolar con sus espacios colecciones, tecnología y bibliotecarios capacitados- como dinamizadora y organizadora de la lectura en cada escuela en todos los niveles del sistema educativo.</li> </ul>	3
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trabajar con los Institutos de Formación Docente en propuestas de capacitación en prácticas de lectura y escritura.</li> <li>▪ Contribuir al fortalecimiento de una red de instituciones que aúnen esfuerzos junto con la escuela y la</li> </ul>	4

		<p>biblioteca para contribuir a la formación de ciudadanos lectores y escritores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Potenciar las acciones sistemáticas de las redes de bibliotecas escolares y pedagógicas interconectadas, la red de bibliotecas populares fortalecidas (CONABIP), distribuidas en todo el territorio nacional.</li> <li>▪ Entrelazar acciones con el PROGRAMA BERA como red de bibliotecas escolares y pedagógicas con toda línea de acción relacionada con la lectura y la comprensión, con la dotación de acervos, colecciones y otros materiales, y con sus posibles mediaciones.</li> </ul>
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar, a través de campañas y espacios de formación docente, el vínculo entre la propuesta pedagógica de la escuela y la familia como agente fundamental dentro del proceso de lectura y escritura.</li> </ul>
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Poner en valor los acervos de libros y materiales pedagógicos impresos y multimodales distribuidos en las escuelas, a fin de fomentar nuevos usos y apropiaciones.</li> <li>▪ Garantizar e incrementar el acceso a diversos materiales de lectura y escritura, en espacios y tiempos escolares y extraescolares.</li> <li>▪ Contribuir al fortalecimiento de prácticas pedagógicas que vinculen la literatura con otros lenguajes artísticos.</li> <li>▪ Fortalecer la formación de usuarios lectores y escritores a través de una</li> </ul>

5

		mediación pedagógica y bibliotecológica paralela con la inserción en los nuevos dispositivos de acceso a la información digital	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuir al diseño de estrategias de enseñanza de lectura y escritura en contextos de diversidad lingüística y cultural.</li> <li>▪ Generar estrategias lectoras en término de los estadios de lectura como portafolios de actividades conjuntas.</li> </ul>	2
	Construir estratégias para promover a leitura		
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorar socialmente la práctica cultural de la lectura y la escritura como medio que contribuye al pensamiento autónomo y reflexivo.</li> </ul>	1
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários		
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Generar políticas públicas para trabajar en la adquisición y el desarrollo de capacidades para la lectura, la escritura y la oralidad como ejes transversales de la educación en todos sus niveles modalidades.</li> <li>▪ Implementar políticas intersectoriales e interjurisdiccionales que promuevan prácticas de lectura y escritura en ámbitos educativos, bibliotecológicos y culturales.</li> </ul>	3
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas		

		registrar avances y efectuar los cambios que sean necesario.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar circuitos de comunicación que mejoren la gestión educativa en los ámbitos provinciales y municipales y que garanticen la ejecución del Plan Nacional de Lectura y Escritura.</li> </ul>	1
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer la preparación del bibliotecario para permitir la lectura creativa, la investigación, el desarrollo de las capacidades de un lector como selector y productor de conocimiento autónomo, tanto en soportes tradicionales como en los espacios y dispositivos digitales.</li> <li>Profundizar la formación profesional interdisciplinaria del bibliotecario escolar, enfatizando su rol pedagógico y como infomediador y alfabetizados informacional</li> </ul>	2
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planificar observaciones, instrumentos de recolección de datos, procesar las estadísticas de lectura y circulación de materiales para hacer el seguimiento de cada niño en conjunto y generar estrategias de acompañamiento.</li> </ul>	1

	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>25</b>

APÊNDICE D – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>BRA</sub>

PAÍS	DOCUMENTO	CÓDIGO	TOTAL DE UR	22
Brasil	Plano Nacional do Livro e Leitura	PNLL <sub>BRA</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4				
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL	
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0	
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0	
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0	
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0	
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0	
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0	
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0	

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais.</li> </ul>	1
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos.</li> </ul>	4

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira.</li> <li>▪ Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira.</li> </ul>	
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira.</li> </ul>	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros.</li> <li>▪ Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a</li> </ul>	3

		diversidade física, geográfica, arquitetônica e cultural brasileira.	
	Incentivar e criar sebos e livrarias	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País.</li> </ul>	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	0
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	1
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo.</li> </ul>	

Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura.</li> </ul>	1
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação.</li> </ul>	1
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento.</li> </ul>	4

	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições.</li> <li>▪ Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área.</li> <li>▪ Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura.</li> </ul>	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura.</li> </ul>	1
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País.</li> <li>▪ Incentivar e fomentar a informatização de catálogos online, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País,</li> </ul>	6

		<p>fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional.</li> </ul>
	Internacionalização bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior.</li> </ul>
	Garantir os direitos autorais	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (copyleft e creative commons), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita.</li> </ul>
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro.</li> </ul>
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>

APÊNDICE E – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>CHL1</sub>

PAÍS PAÍS/DOCUMENTO CÓDIGO	Chile Plan Lectura “Leo Primero” PNLL <sub>CHL1</sub>	TOTAL DE UR	13
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Entrega de set Leo Primero para cada 1° básico, con herramientas que incluyen un texto escolar para cada niño, 60 libros para la biblioteca de aula, material gráfico, formación virtual y una plataforma de seguimiento para los docentes y directivos comprometidos.</li> </ul>	1
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres,	Sem registro.	0

	estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.		
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.	Sem registro.	0
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Capacitación a educadores y técnicos de párvulos en estrategias de animación lectora.</li> </ul>	1
<b>TOTAL</b>			<b>2</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>

Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Generación de estándares de formación inicial de lectura que impacten en el corto plazo las mallas curriculares de las Universidades que tengan carreras de Educación.</li> <li>▪ Aumento de la lectura en textos escolares de Historia y Ciencias para favorecer el número de horas de lectura en la jornada.</li> </ul>	2
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Biblioteca para el 100% de los establecimientos municipales y particulares, subvencionados de educación básica.</li> <li>▪ 100% de cobertura en bibliotecas de aula desde sala cuna a segundo básico.</li> <li>▪ Aumento del número de libros y su variedad en cada biblioteca de 3.8 a 6 libros por estudiante en todo el país hasta 4° básico.</li> <li>▪ Implementación Biblioteca Digital Escolar. En una primera etapa contará con alrededor de 4 mil títulos,</li> </ul>	4

		seleccionados de acuerdo a las edades.	
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	
	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
Complexidade na promoção da leitura	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementación en Educación Parvularia de los programas; Aprender en Familia, Aprendo a leer Mamá y Juguemos con nuestros hijos, que incentiven a través del juego con apoyo de la familia, las habilidades lingüísticas fundamentales para el desarrollo posterior.</li> <li>▪ Campaña de incentivo a la lectura de padres y abuelos.</li> </ul>	2
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implementación de sistema de Evaluación Progresiva de lectura 2 veces al año a todos los niños de 1° básico, para poder medir el avance y logro en habilidades lectoras y entregue información al docente para ajustar sus estrategias de enseñanza.</li> </ul>	1
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	

Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	2
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reenfoque del fondo para directivos y sus equipos (Asignación de desempeño colectivo, ADECO) a proyectos que aseguren el aprendizaje de la lectura en 1° básico.</li> <li>▪ Apoyo específico y focalizado a escuelas insuficientes y medio-bajo por medio de programas de acompañamiento, material didáctico y nuevos cursos de formación del CPEIP.</li> </ul>	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos	Sem registro.	0

	nacional e internacional		
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	0
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>11</b>

APÊNDICE F – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>CHL2</sub>

PAÍS DOCUMENTO CÓDIGO	Chile Plan Nacional de la Lectura 2015-2020 PNLL <sub>CHL2</sub>	TOTAL DE UR	4
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mejorar la ubicación que ocupa la lectura entre las actividades habituales en el uso del tiempo libre de las personas.</li> </ul>	1
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	

	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar en un 10% la población que declara leer libros en formato impreso, por motivos de estudio o trabajo o por entretención u ocio.</li> <li>▪ Aumentar del 26% al 28% la población que declara leer libros en formato digital.</li> </ul>	2
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	0
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	0
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alcanzar el 100% de Planes Regionales de la Lectura diseñados y en implementación en cada una de las regiones del país.</li> </ul>	1
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0

	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	0
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>4</b>

APÊNDICE G – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>COL</sub>

PAÍS	Colômbia	TOTAL DE UR	8
DOCUMENTO	Plan Nacional de Lectura y Escritura de Educación Inicial, Preescolar, Básica y Media		
CÓDIGO	PNLL <sub>COL</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar programas de formación de docentes y otros mediadores para el uso y la apropiación de los materiales que conforman la colección básica.</li> </ul>	1
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0

	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	0
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vincular desde la escuela a la familia como agente fundamental dentro del proceso lector y escritor de los niños, las niñas y los jóvenes.</li> </ul>	2
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover la disponibilidad y el acceso a libros y otros materiales de lectura y escritura, en espacios y tiempos escolares y extra escolares.</li> </ul>	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar una estrategia de comunicación integral que divulgue los objetivos, metas y acciones del Plan, movilice la opinión pública favorable alrededor del Plan, de la lectura y de la escritura, ponga en la agenda pública los temas del Plan y mejore las comprensiones sobre leer y escribir en distintas audiencias beneficiarias del Plan.</li> </ul>	2
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diseñar un sistema de información y de indicadores que permita hacer seguimiento y evaluación al Plan, identificar los logros y reorientar las</li> </ul>	

		acciones que sea necesario durante el proceso de implementación.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar orientaciones que permitan mejorar la gestión administrativa y pedagógica en los establecimientos educativos, a través de acciones que atiendan a los directivos docentes.</li> </ul>	3
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Generar esquemas que fortalezcan la gestión educativa en los ámbitos nacional, departamental y municipal, y que garanticen la ejecución del Plan Nacional de Lectura y Escritura.</li> <li>Apoyar a los establecimientos educativos para organizar Proyectos Institucionales de lectura y escritura.</li> </ul>	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	

	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>7</b>

APÊNDICE H – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>SLV</sub>

PAÍS	El Salvador		
DOCUMENTO	Plan Nacional de Lectura y Escritura 2017 “Puesiesque”		TOTAL DE UR 9
CÓDIGO	PNLL <sub>SLV</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	

Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construir un grupo de mediadores de la lectura, conformado por Directores de Bibliotecas Públicas y algunos voluntarios de la comunidad.</li> <li>▪ Elaborar un programa de formación para mediadores de la lectura y escritura.</li> <li>▪ Desarrollar dos talleres de formación a nivel anual, que tenga como resultado del análisis sobre nuevas propuestas de espacio para la promoción de la lectura.</li> <li>▪ Definir un plan de proyección de cada biblioteca pública a la comunidad, incorporando propuestas como la realización de libros – foro, talleres de escrituras creativas, visitas de autores, etc.</li> <li>▪ Renovación del stock literario, a través de la actualización del inventario de cada biblioteca pública y generación de un listado con temas de interés, detectados por los bibliotecarios en sus comunidades, con el objetivo de adquirir nueva bibliografía que se adapte a las demandas de los usuarios.</li> </ul>	5
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar un diagnóstico del estado de las necesidades de mejoramiento en las instalaciones físicas: adecuación de espacios de almacenaje, consulta y lectura, mejora en áreas sociales y ambientes para lectura.</li> </ul>	1
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proponer un cambio organizacional, tanto a nivel de recursos humanos,</li> </ul>	1

		bibliográficos y metodologías de atención al público.	
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	0
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar evaluaciones periódicas para medir el avance los procesos.</li> </ul>	1
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	1
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realización del Festival de Literatura Infantil Salvadoreño FELIS a nivel de cada una de las bibliotecas públicas.</li> </ul>	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0

	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>9</b>

APÊNDICE I – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>EQD</sub>

PAÍS	Equador	TOTAL DE UR	3
DOCUMENTO	Plan Nacional de Promoción del Libro y la Lectura José de la Cuadra		
CÓDIGO	PNLL <sub>EQD</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0

	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	0
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estimular los hábitos lectores de las y los ciudadanos de todos los grupos etarios con actividades formativas diversas.</li> </ul>	1
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar el acompañamiento a los avances de la incorporación de hábitos lectores en la población objetivo.</li> </ul>	1
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	0
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da	Sem registro.	0

	informação		
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promocionar el sector editorial con el uso de buenas prácticas de producción, distribución y circulación de productos y servicios.</li> </ul>	1
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>3</b>

APÊNDICE J – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>HND</sub>

PAÍS	Honduras	TOTAL DE UR	3
DOCUMENTO	Plan de Formación en Promoción de Lectura en Honduras “Tiempo de leer”		
CÓDIGO	PNLL <sub>HND</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0

	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Expandir y fortalecer los programas de fomento a la lectura en las Bibliotecas Públicas.</li> <li>▪ Fortalecer los servicios bibliotecarios de las Bibliotecas en consonancia con el servicio de promoción de lectura.</li> </ul>	2
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	0
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	0
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	0
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	0

Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formar promotores de lectura y bibliotecarios en promoción de lectura con niños y jóvenes.</li> </ul>	1
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>3</b>

APÊNDICE K – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>NCR</sub>

PAÍS	Nicarágua	TOTAL DE UR	4
DOCUMENTO	Plan Nacional de la Lectura desde las Bibliotecas Públicas de Nicaragua		
CÓDIGO	PNLL <sub>NCR</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0

	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Insertar la biblioteca hacia la comunidad creando espacios y servicios novedosos.</li> </ul>	1
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	0
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	0
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	0
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formación permanente y continua de promotores de la lectura en todas las Bibliotecas Públicas.</li> </ul>	1

Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	2
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantizar el acceso a los espacios de lectura a los usuarios reales y potenciales.</li> <li>▪ Atender las bibliotecas públicas en horarios especiales, auxiliándose de personas amantes de la lectura y a la superación.</li> </ul>	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>4</b>

APÊNDICE L – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>PNM1</sub>

PAÍS	Panamá	TOTAL DE UR	20
DOCUMENTO	Plan Nacional de Lectura en Panamá		
CÓDIGO	PNLL <sub>PNM1</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover la participación ciudadana y la responsabilidad social empresarial para la construcción de una sociedad lectora.</li> </ul>	1
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	

	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alcanzar por medio de políticas de Estado cambios fundamentales que conduzcan a la democratización de la lectura, al mejoramiento del comportamiento lector y la alfabetización plena.</li> <li>▪ Realizar un diagnóstico de la conducta lectora de los panameños.</li> <li>▪ Incorporar y fortalecer en las distintas comunidades el comportamiento lector y la alfabetización plena, respetando sus identidades.</li> <li>▪ Promover en los centros escolares acciones encaminadas a la lectura.</li> </ul>	6
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formalizar el compromiso de promover la lectura en los medios de comunicación social.</li> <li>▪ Desarrollar acciones mediáticas de promoción de la lectura.</li> </ul>	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Potenciar la función de la biblioteca pública con base en las necesidades de lectura de la población.</li> <li>▪ Propiciar la creación de salas de lectura infantil en las bibliotecas públicas.</li> </ul>	2
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Integrar a todas las instituciones, ONGs, asociaciones y sociedad civil, vinculadas a la lectura al Foro Nacional de Lectura.</li> <li>▪ Desarrollar una red de coordinación y comunicación con los actores involucrados en el Plan Nacional de Lectura.</li> <li>▪ Incorporar las instancias comunitarias al Plan Nacional de Lectura.</li> </ul>	4

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Lograr la articulación de instituciones gubernamentales, ONGs, asociaciones y demás grupos vinculados con la cultura y la educación.</li> </ul>	
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	1
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover la creación de materiales de lectura.</li> </ul>	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presentar el Plan Nacional que genere políticas de Estado para fortalecer, estimular y democratizar el valor cultural de la lectura.</li> <li>Impulsar la aprobación del anteproyecto de Ley de Fomento a la Lectura, el Libro y las Bibliotecas.</li> <li>Fortalecer la política pública del Estado que existe mediante los premios nacionales creados.</li> <li>Lograr que el Ministerio de Educación cree instancias de promoción de la lectura.</li> </ul>	4
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e	Sem registro.	

	projetos educativos, bem como a gestão da educação		
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formar a los distintos grupos de mediadores comprometidos con la promoción de la lectura.</li> </ul>	1
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoyar y fortalecer los esfuerzos del sector editorial nacional.</li> </ul>	1
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>20</b>

APÊNDICE M – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>PNM2</sub>

PAÍS	Panamá	TOTAL DE UR	5
DOCUMENTO	Plan Nacional de Promoción de la Lectura y la Escritura		
CÓDIGO	PNLL <sub>PNM2</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantizar las condiciones de uso, disponibilidad y promover la producción de textos en las aulas y escuelas.</li> </ul>	1
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoyar los procesos de capacitación, formación y difusión del PLANPLE en</li> </ul>	2

		<p>las escuelas de educación inicial, especial, indígena, básica general, educación media y jóvenes y adultos, mediante la conformación de espacios para el uso y manejo de los acervos bibliográficos distribuidos en escuelas y aulas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer e impulsar permanentemente las prácticas de lectura y escritura en las aulas, las escuelas y la comunidad educativa de todos los niveles, mediante el fortalecimiento y desarrollo de las competencias comunicativas: hablar, escuchar, leer, escribir.</li> </ul>	
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	0
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	0
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impulsar, en todas las escuelas, una política de fomento y promoción de la</li> </ul>	1

	oralidade	lectura y la escritura, mediante esquemas centrados en procesos de calidad, equidad y atención a los grupos vulnerables, las escuelas para padres y programa escuelas de calidad de conformidad con lo establecido en el Programa Nacional y Estatal de Lectura y las políticas establecidas para el sistema educativo nacional.	
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer la interdisciplinarietà del currículo, de tal forma que el proceso educativo se fundamente en la formación integral de los estudiantes</li> </ul>	1
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	

	Garantir os direitos autorais	Sem registro.
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.
<b>TOTAL</b>		<b>4</b>

APÊNDICE N – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>RPD</sub>

PAÍS	República Dominicana	TOTAL DE UR	14
DOCUMENTO	Plan Nacional del Libro y la Lectura		
CÓDIGO	PNLL <sub>RPD</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar asesorando al Ministerio de Educación en el entrenamiento de maestros como promotores de lectura.</li> <li>▪ Realizar el entrenamiento masivo de 500 maestros en las técnicas para el trabajo con la literatura infantil.</li> </ul>	2
<b>TOTAL</b>			<b>2</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	

Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formar 500 Clubes de Lectores en universidades, escuelas y comunidades: organizaciones culturales, recintos penitenciarios y otros, con el apoyo de líderes barriales y maestros.</li> <li>▪ Difundir la ley del libro en todas las comunidades regionales y provinciales.</li> </ul>	2
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuir al mejoramiento de las bibliotecas establecidas en provincias y municipios a través de asesorías, entrenamientos y donaciones.</li> <li>▪ Apoyar 50 bibliotecas con donaciones, entrenamientos a bibliotecarios rurales y urbanos.</li> </ul>	2
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar un trabajo conjunto con las todas las Direcciones Regionales de Cultura.</li> <li>▪ Continuación de los trabajos para la conformación del Sistema Nacional de Bibliotecas hasta lograr la integración de las 4 redes fundamentales</li> <li>▪ Continuar las labores de apoyo a los programas ya iniciados en el 2009 con la Organización de Estados Iberoamericanos y dar seguimiento a los anteriores.</li> </ul>	3
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	0

Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade		3
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar con la implementación de los festivales de lectura.</li> <li>▪ Realizar talleres en las Ferias del libro comunitarias y regionales.</li> <li>▪ Realizar jornadas continuas y calendarizadas de Bibliotecarios.</li> </ul>	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuir a la difusión, divulgación y concienciación de la Ley del Libro en las principales provincias y municipios del país.</li> </ul>	1
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar el entrenamiento y capacitación de 800 bibliotecarios dominicanos.</li> </ul>	1
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	0
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	Sem registro.	

Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>12</b>

APÊNDICE O – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>URG</sub>

PAÍS	Uruguai	TOTAL DE UR	5
DOCUMENTO	Plan Nacional de Lectura		
CÓDIGO	PNLL <sub>URG</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar con la dotación de acervos, especialmente en zonas de pobreza.</li> </ul>	3

		<ul style="list-style-type: none"> <li>Mejorar la calidad de acervos con libros comprados con el asesoramiento de la EUCBA y la Comisión Asesora al PNL.</li> </ul>	
	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desarrollar campañas para que los medios de comunicación, la sociedad civil y la familia contribuyan a la formación de ciudadanos lectores y escritores críticos y reflexivos.</li> </ul>	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	0
	Incentivar e criar sebos e livrarias	Sem registro.	
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	0
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	0
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	Sem registro.	
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	Sem registro.	0
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	0
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da	Sem registro.	

	educação		
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Formación de una base de datos de experiencias de promoción a la lectura.</li> </ul>	2
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar estudios del impacto de las acciones del Plan Nacional de Lectura.</li> </ul>	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	0
	Valorizar escritores locais e regionais	Sem registro.	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	Sem registro.	0
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.	
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.	
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.	
<b>TOTAL</b>			<b>5</b>

APÊNDICE P – SISTEMATIZAÇÃO DAS METAS DO PNLL<sub>VNZ</sub>

PAÍS	Venezuela	TOTAL DE UR	6
DOCUMENTO	Plan Nacional de Lectura “Manuel Vadell” 2019-2025		
CÓDIGO	PNLL <sub>VNZ</sub>		
CATEGORIAS, INDICADORES E UR CONVERGENTES COM O ODS 4			
CATEGORIA	INDICADOR	UR DO DOCUMENTO ANALISADO	TOTAL
Aprendizagem significativa	Garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.	Sem registro.	0
Desenvolvimento educativo na infância	Garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário.	Sem registro.	0
Educação técnica, profissional e superior	Assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.	Sem registro.	0
Habilidades e competências técnicas	Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.	Sem registro.	0
Igualdade de gênero, inclusão e integração de pessoas	Eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.	Sem registro.	0
Alfabetização e conhecimento de matemática	Garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.	Sem registro.	0
Desenvolvimento sustentável sistêmico	Garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável,	Sem registro.	0

	inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.		
Instalações físicas para a educação e segurança de gênero	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.	Sem registro.	0
Oferta de bolsas de estudo	Ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento, em particular, os países de menor desenvolvimento relativo, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.	Sem registro.	0
Formação e qualificação de professores	Aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.	Sem registro.	0
<b>TOTAL</b>			<b>0</b>
<b>CATEGORIAS, INDICADORES E UR NÃO CONVERGENTES COM O ODS 4</b>			
<b>CATEGORIA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>UR DO DOCUMENTO ANALISADO</b>	<b>TOTAL</b>
Desenvolvimento social	Construir uma nação de leitores	Sem registro.	0
	Alcançar melhores condições de vida por meio da leitura	Sem registro.	
	Preservar a memória social	Sem registro.	
Desenvolvimento em leitura	Comprometer-se com o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura às pessoas	Sem registro.	0

	Difundir a leitura nos meios de comunicação social	Sem registro.	
Equipamentos de informação, sebos e livrarias	Realizar a manutenção e criar bibliotecas no país	Sem registro.	
	Incentivar e criar sebos e livrarias	<ul style="list-style-type: none"> <li>Impulsar la labor de las librerías como espacios de encuentro que promuevan el conocimiento y la creación cultural.</li> </ul>	1
Parcerias institucionais	Estabelecer redes para parcerias institucionais para promover a leitura	Sem registro.	0
Complexidade na promoção da leitura	Valorizar espaços não convencionais e coautores distintos na promoção da leitura	Sem registro.	
	Fomentar novas formas de uso e apropriação do conteúdo dos livros e de outros materiais pedagógicos e de informação	Sem registro.	0
Técnicas e estratégias para a promoção da leitura	Construir instrumentos para avaliar aspectos da promoção da leitura	Sem registro.	0
	Construir estratégias para promover a leitura	Sem registro.	
Leitura, escrita, oralidade e identidade	Conferir visibilidade às práticas de leitura, escrita, oralidade e afirmação de identidade	Sem registro.	
	Realizar e apoiar eventos de promoção dos livros e leitura e eventos literários	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organizar y promover a nivel nacional, regional y estatal las ferias del libro FILVEN y demás eventos que permitan difundir el libro y fomentar la lectura en todo el territorio nacional y la participación en eventos internacionales del libro para la promoción del (la) autor (a), el libro y la literatura venezolana en todos sus géneros en el ámbito internacional.</li> </ul>	1
Implementação de políticas públicas	Construir e executar políticas públicas que objetivem promover a leitura, a escrita e a oralidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ejecutar el Plan Nacional de Lectura para el Incremento de la población lectora en todo el país, mediante la constitución de colectivos de lectores (as) de mediación de la lectura, la constitución de unidades de producción editorial comunitaria, una</li> </ul>	1

		campanha publicitaria de promoção de la lectura y la publicación de títulos vinculados a la reflexión, el debate y estudio del libro y la lectura.	
	Construir instrumentos de avaliação de políticas públicas	Sem registro.	
Gestão da educação	Promover sistemas de comunicação para integrar as instituições educacionais em rede	Sem registro.	0
	Gerenciar fundos para desenvolver a educação	Sem registro.	
	Apoiar e fortalecer os empreendimentos e projetos educativos, bem como a gestão da educação	Sem registro.	
Capacitação bibliotecária e de outros profissionais	Desenvolver habilidades profissionais para promover a leitura, a pesquisa, a educação e para o desenvolvimento dos usuários da informação	Sem registro.	0
Usuários da informação	Construir instrumentos para coletar dados e processar estatísticas sobre a promoção da leitura	Sem registro.	0
	Satisfazer as necessidades de informação dos usuários da informação	Sem registro.	
Pesquisa	Investigar práticas de leitura nos âmbitos nacional e internacional	Sem registro.	1
	Produzir estudos relacionados à área da leitura, do livro e das bibliotecas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar medición de indicadores y desarrollar investigaciones acerca del libro y las prácticas lectora de la población venezolana.</li> </ul>	
Reconhecimento	Premiar projetos de estímulo às práticas sociais de leitura	Sem registro.	1
	Valorizar escritores locais e regionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular y valorar la labor creadora de las (los) escritoras (es) venezolanos, reconociéndolos como representantes de los valores multiétnicos y pluriculturales de nuestro pueblo y protegiendo sus derechos de propiedad intelectual.</li> </ul>	
Economia do livro	Incentivar a produção editorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contribuir a la potenciación de las editoriales tradicionales y editoriales</li> </ul>	1

		emergen imprentas tanto públicas como privadas, para alcanzar la máxima capacidad de dotación de libros al país y competir en el plano internacional.
	Internacionalização bibliográfica	Sem registro.
	Garantir os direitos autorais	Sem registro.
	Qualificar profissionais da cadeia produtiva e criativa do livro	Sem registro.
<b>TOTAL</b>		<b>6</b>